

71

JANEIRO 2025 – ABRIL 2025

Revista da Sociedade  
Brasileira de Economia Política

[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

**CONSELHO EDITORIAL  
INTERNACIONAL**

**ALAN FREEMAN** LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY

**ALEJANDRO VALLE BAEZA** UNAM

**ARTURO HUERTA** UNAM

**FABIO PETRI** UNIVERSITÀ DI SIENA

**FRANÇOIS CHESNAIS** UNIVERSITÉ DE PARIS XIII (*IN MEMORIAM*)

**FRED MOSELEY** MOUNT HOLYOKE COLLEGE

**LUCIANO VASSAPOLLO** UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

**CONSELHO EDITORIAL NACIONAL**

**ALEJANDRO ARANDIA** UNISINOS

**ANITA KON** PUC-SP

**ANTONIO MARIA DA SILVEIRA** (*IN MEMORIAM*)

**CESARE GIUSEPPE GALVAN** CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO

**ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO** USP

**FRANCISCO DE ASSIS COSTA** UFPA

**GUIDO MANTEGA** FGV-SP

**JOÃO ANTONIO DE PAULA** UFMG

**JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA** UNICAMP

**LEDA MARIA PAULANI** USP

**LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO** UNICAMP

**MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO** UNB

**MARIO DUAYER** UFF (*IN MEMORIAM*)

**NIEMEYER ALMEIDA FILHO** UFU

**PAULO NAKATANI** UFES

**PAUL SINGER** USP (*IN MEMORIAM*)

**PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA** UFRGS

**REINALDO CARCANHOLO** UFES (*IN MEMORIAM*)

**ROSA MARIA MARQUES** PUC-SP

**THEOTÔNIO DOS SANTOS** UFF (*IN MEMORIAM*)

**SOCIEDADE  
BRASILEIRA  
DE ECONOMIA  
POLÍTICA — SEP**

**PAUL SINGER** (USP) PRESIDENTE DE HONRA (*IN MEMORIAM*)  
**MARISA SILVA AMARAL** (UFU) PRESIDENTE  
**GILIAD DE SOUZA SILVA** (UNIFESSPA) VICE-PRESIDENTE

**DIRETORIA**

**Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente** UFF  
**Ellen Lucy Tristão** UFVJM  
**Fábio Antonio de Campos** UNICAMP  
**Leda Maria Paulani** USP  
**Lucas Milanez de Lima Almeida** UFPB  
**Maurício de Souza Sabadini** UFES  
**Pedro Henrique Evangelista Duarte** UFG

**COMITÊ EDITORIAL**

**Leda Maria Paulani** USP (EDITORA-CHEFE)  
**Carla Curty** UFRJ  
**Janaína Elisa Patti de Faria** UFSCAR  
**Jaime Ernesto Winter Hugues León** UFRJ

**ENDEREÇO PARA  
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia  
Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá - Bloco F - Sala 519  
Niterói, RJ  
CEP 24240-225  
[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)**

**REVISÃO**

Airton Paschoa

**EDITORAÇÃO  
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2025**  
[nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br](mailto:nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br)

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política  
Ano 24 – 2025 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2025  
ISSN 1415-1979  
ISSN-E 2595-6892  
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.  
CDD – 330

NÚMERO 71

JAN 2025 - ABR 2025

# REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

## ARTIGOS

12 **O neoliberalismo em crise: construindo alternativas democráticas**

Alfredo Saad Filho

41 **Internacionalização do capital, metamorfoses do capitalismo e elaboração programática: socialismo global e a periferia**

Eduardo da Motta e Albuquerque

77 **A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico**

Victor Leonardo de Araujo

113 **Trabalhadores assalariados explorados e superexplorados no Brasil (2002 a 2014)**

Carlos Alves do Nascimento, Joacir Rufino de Aquino e Marcos Antonio Tavares Soares

151 **Flexibilização, precarização e trabalho mediado por plataformas digitais: uma análise a partir de Marx**

Bianca Imbiriba Bonente, Bernardo Sávio Campos e Tomás Paes de Carvalho

186 **Charles Bettelheim, a revolução chinesa e os “trustes socialistas”**

Gabriel Duccini

  
**RESENHAS**

217 **BRICS and the global financial order: liberalism contested?**

Tarik Dias Hamdan

224 **A economia desumana: porque mata a austeridade**

Pedro Henrique Maurício Aniceto

229 **NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

## APRESENTAÇÃO

No momento em que escrevemos a apresentação do número 71 desta *Revista da SEP*, a economia mundial passa por um período de forte turbulência. Em reação ao tarifação do presidente americano, pautada sobretudo pela retaliação chinesa, as bolsas de valores de todos os centros financeiros do mundo experimentaram substantivas baixas. Já o dólar, a moeda doméstica desse mesmo país que tem em Trump seu mandatário maior... bem, essa se valorizou em relação a todas as principais moedas, arrastando também o Real brasileiro, que, na sexta-feira, 4 de abril, sofreu sua maior queda relativa em três anos.

Repetindo o que ocorreu na crise financeira internacional de 2008, frente ao crescimento da incerteza, a riqueza financeira do mundo corre para o dólar americano, mesmo que sejam os EUA os responsáveis primeiros pelo cenário obscuro que de súbito irrompe (lembramos não só que o Lehman Brothers, a faísca que detonou a enorme crise de quase duas décadas atrás, é um banco americano, como, principalmente, que sua quebra estava diretamente associada à grande jogatina em que havia então se transformado o mercado imobiliário do império).

Tais movimentos desencontrados, em que as “vítimas” buscam refúgio em seus “algozes”, constituem sintoma evidente do desacerto geral que tomou conta do capitalismo nas últimas décadas, com claro aprofundamento das contradições que lhe são intestinas. Isto posto, e frente ao evidente aumento de frequência dos eventos climáticos extremos e o fortalecimento em todo o planeta dos movimentos, partidos e governos de

extrema direita, o termo “policrise” tornou-se amiúde utilizado. Todavia, para Alfredo Saad, que assina o primeiro artigo deste número, trata-se de termo enganoso, pois reconhece a multiplicidade dos desafios atualmente presentes, mas ignora as relações essenciais entre eles, supondo apenas uma coincidência de infortúnios, em vez de crise sistêmica.

O objetivo do artigo de Saad é delinear tais desafios, mas a partir de uma visão integrada e ancorada na abordagem marxista. Tal análise, portanto, leva necessariamente em consideração os traços definidores da atual quadra histórica, marcada pelo neoliberalismo, que, para ele, é um sistema de acumulação comandado pelo capital portador de juros e pela financeirização da produção. O artigo tem também o objetivo de esboçar uma alternativa democrática a tal estado de coisas, que permita não só enfrentar os enormes desafios, como apontar para uma nova sociedade, baseada na igualdade, na segurança material e na liberdade humana, bem como na sustentabilidade ambiental.

Conseguir pensar para além dos constrangimentos poderosos impostos pelo mundo do capital é também o objetivo último de Eduardo da Motta e Albuquerque. Com seu foco direcionado às mudanças contemporâneas na dinâmica capitalista, sobretudo às implicações do intenso processo de internacionalização da economia, o autor busca mostrar de que modo elas podem ser avaliadas e interpretadas em um esforço colaborativo para atualizar um programa de superação do capitalismo.

Por trás das alucinações, por assim dizer, de Donald Trump, bem como dos artigos de Saad e Albuquerque, está o mesmo pano de fundo histórico, a saber, as dificuldades crescentes enfrentadas pela gestão neoliberal do capitalismo, principalmente no período pós-crise de 2008. As duas resenhas publicadas neste número vão na mesma direção. Tarik Hamdan nos fala do livro *BRICS and the global financial order: liberalism contested?* de Johannes Petry e Andreas Nölke, o qual busca discutir até que ponto os Brics podem ser entendidos como uma contestação à ordem financeira liberal.

Com sua análise centrada na questão da saúde e a partir da investigação de indicadores de morbimortalidade, David Stuckler e Sanjay Basu em *A economia desumana: porque mata a austeridade*, publicado pela editora portuguesa Bizâncio, elaboram uma análise que, segundo seu resenhista Pedro Aniceto, transcende a esfera da saúde pública, inscrevendo-se no debate mais amplo da economia política contemporânea. Para ele, as reflexões presentes no livro dialogam com as questões relativas à crescente financeirização das economias nacionais, assim como com a política econômica levada a efeito pelos Estados nacionais, marcadas pelas medidas de austeridade, com impactos ferozes sobre as condições de vida.

O capítulo brasileiro do neoliberalismo, como se sabe, ganhou tintas mais fortes com a ascensão de Bolsonaro ao poder em 2019. Foi apoiado inteiramente no credo ultraliberal de seu “ministro de tudo” Paulo Guedes que o mandatário então eleito governou o país. Vítor Leonardo Araújo avalia a política econômica do governo Bolsonaro (2019-2022) sob a hipótese da existência de uma conciliação entre, de um lado, o neoliberalismo radical adotado como princípio e, de outro, o pragmatismo na condução da economia, especialmente durante a pandemia da Covid-19 e o ano final de seu governo, quando buscava assegurar a competitividade na disputa pela reeleição.

Apesar do pragmatismo que minorou as consequências do ultraliberalismo de Guedes, o novo giro do comando neoliberal veio cair sobre um terreno estruturalmente marcado pela pobreza e pela desigualdade, reflexo sobretudo das condições em que funciona o mercado de trabalho no país. Nesse sentido, Carlos Nascimento, Joacir Aquino e Marcos Soares realizam um bem-vindo exercício estatístico, visando descobrir se teria havido (ou não) alguma alteração substantiva na incidência de trabalho superexplorado no país no período 2002-2014 — um período, como se sabe, de forte expansão econômica e crescimento do emprego formal, só interrompidos em 2009, por força da crise internacional. Utilizando microdados e dados do Pnad/IBGE e do SMN/Dieese, os autores chegam à conclusão de que houve uma redução na participação dos trabalhadores que se encontravam na condição

de superexplorados. Observam, contudo, que quase a metade da amostra analisada ainda era de superexplorados ao final do período, indicando um quadro desafiador para a classe trabalhadora mesmo em um contexto econômico favorável. Como tivemos na sequência, período 2015-2022, não só uma profunda crise (queda de quase 7% do PIB em dois anos), como um golpe de estado e a implantação, sob a batuta de Michel Temer, de um programa liberal radical que, entre outras medidas, destruiu os direitos garantidos pela CLT (que regulava o mercado de trabalho no país há mais de 70 anos), essa situação deve ter ficado ainda mais complicada.

A piora das condições enfrentadas pelos trabalhadores não é, todavia, privilégio de nosso país. Por força dos desenvolvimentos associados às chamadas tecnologias de informação e comunicação, vão emergindo novos fenômenos envolvendo não só a exploração *stricto sensu* econômica, mas igualmente as formas de gestão do trabalho. Resgatando categorias marxianas, Bianca Bonente, Bernardo Campos e Tomás Carvalho discutem as novas formas de trabalho mediado por plataformas digitais e sua relação com os fenômenos da flexibilização produtiva e da precarização. As formas de controle e gerenciamento que incidem diretamente sobre o novo infoproletariado, dentre outras implicações concretas das novas formas de trabalho, também são aí debatidas.

Por fim, fechando a seção de artigos do presente número, Gabriel Duccini vai se debruçar sobre a obra do economista e historiador francês Charles Bettelheim, que participou ativamente da polêmica sobre a transição entre capitalismo e socialismo ao longo do século XX. Sua análise centra-se nos trabalhos maduros do francês, escritos a partir dos anos 1960, quando Bettelheim passa então a modificar suas concepções sobre a planificação socialista. Duccini procura demonstrar que essa mudança está em conexão com o impacto da revolução chinesa e da experiência de descentralização ali presente, a qual se ligava diretamente à reação contra o modelo soviético e sustentava a continuidade da luta de classes, convergindo com os desenvolvimentos teóricos de Bettelheim. Segundo Duccini, o famoso marxista

teria buscado assimilar em suas posições teóricas a possibilidade de formas descentralizadas de planejamento fazerem parte do processo de transição socialista.

Em tempos de agudização das contradições do capitalismo e da necessidade urgente de pensar alternativas, como o demonstram outros artigos deste número de nossa revista, nada melhor do que revisitar a história pelas lentes instigantes de um autor como Bettelheim. Esperamos que os artigos e resenhas aqui reunidos sejam úteis para avançar na compreensão do momento presente e dos desafios que ele nos coloca.

Agradecemos, mais uma vez, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) que nos forneceu o decisivo apoio material para que pudesse vir a público esta edição. Ficam aqui nossos sinceros agradecimentos.

Boa leitura!

Comitê Editorial

ALFREDO SAAD FILHO

## O NEOLIBERALISMO EM CRISE: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS DEMOCRÁTICAS

Recebido em 24/12/2024

Aprovado em 12/03/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1215

# O NEOLIBERALISMO EM CRISE: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS DEMOCRÁTICAS

## Resumo

As sociedades capitalistas contemporâneas enfrentam crises convergentes na economia, na democracia, na saúde, na reprodução social, no meio ambiente e em outras áreas, cada uma delas com implicações potencialmente graves. Este artigo delinea esses desafios para as economias capitalistas avançadas e para os países em desenvolvimento, argumentando que aqueles países estão sendo impactados, de diferentes maneiras, pela crise do neoliberalismo global, pela sua perda de hegemonia ideacional desde a Crise Financeira Global e por ameaças de instabilidade ainda maior devidas à desarticulação das economias neoliberais e às pressões sistêmicas devidas ao processo de mudança climática. Uma alternativa democrática é esboçada, a fim de delinear como essas dificuldades podem ser enfrentadas ao mesmo tempo que se assegurem melhorias nos padrões de vida da maioria da população.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, crise, democracia, autoritarismo, reprodução social, meio ambiente

ALFREDO SAAD  
FILHO

Professor da Queen's University  
Belfast, Reino Unido

Email: [a.saadfilho@qub.ac.uk](mailto:a.saadfilho@qub.ac.uk)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6625-2273>

## **Abstract**

Capitalist societies today face overlapping crises across the economy, democracy, health, social reproduction, the environment and more, each with potentially severe implications. This article outlines these challenges to the advanced capitalist economies and to the developing countries. It will be argued that these countries are being impacted, in different ways, by the evolving crisis in global neoliberalism, its loss of ideational hegemony since the Global Financial Crisis, and threats of even greater instability driven by the disarticulation of neoliberal economies and the systemic pressures of climate change. A democratic alternative is sketched, in order to outline how these difficulties can be addressed while, at the same time, securing improvements in the living standards of the majority.

**Keywords:** Neoliberalism, crisis, democracy, authoritarianism, social reproduction, environment

## Introdução

Tem sido comum dizer que as sociedades contemporâneas enfrentam desafios sem precedentes<sup>1</sup>. Este artigo examina alguns deles, a partir das contradições e crises do sistema de acumulação dominante, ou seja, a fase, configuração, ou modo de existência do capitalismo contemporâneo: o neoliberalismo. A análise dessas contradições ajuda a contextualizar as tensões no neoliberalismo global nos domínios da economia (marcada por uma longa estagnação pontuada por implosões financeiras); política (caracterizada pela erosão da democracia e a ascensão do fascismo neoliberal); saúde (a partir do impacto desastroso da pandemia do Covid-19, mas também outras novas doenças, a crise de saúde mental, a crescente resistência aos antibióticos, e muito mais); reprodução social (levando a severas pressões nas famílias); meio ambiente (com sérias implicações para a vida como a conhecemos); o abastecimento alimentar e de água; a erosão dos solos; a poluição, os microplásticos; as tensões geopolíticas atuais, e assim por diante – apenas como amostra da multiplicidade de crises afligindo as sociedades contemporâneas.

A complexidade das questões advindas dessa proliferação de crises implica que uma visão abrangente é impossível em um curto artigo; em vez disso, o texto que se segue oferece um conjunto de observações que espero possa interessar aos leitores. O que se segue não se limita a um conjunto de generalidades sobre a “policrise” atual, um termo ambíguo que reconhece a multiplicidade de desafios na atualidade, mas que contorna as relações de determinação entre eles, supondo, ao contrário, que vivemos uma coincidência de infortúnios, em vez de uma crise sistêmica com diferentes aspectos emergentes. Podemos fazer melhor do que isso, e uma abordagem marxista pode oferecer *insights* valiosos para uma análise integrada do capitalismo atual e seus limites. A abordagem sistêmica neste artigo sugere que o neoliberalismo está mudando, e sua evolução aponta para formas

---

<sup>1</sup> Este artigo desenvolve os temas em Ayers e Saad Filho (2015, 2020); Boffo, Saad Filho e Fine (2019); Fine e Saad Filho (2017); e Saad Filho (2010, 2017, 2020a, 2020b, 2020c, 2023, 2025).

específicas porém limitadas de intervenção estatal, que buscam conter as crises específicas com pouca determinação, insuficiente coordenação, e minguidas perspectivas de sucesso no tempo disponível: neste momento, as perspectivas para a liberdade humana são limitadas e nossas possibilidades de sobrevivência enquanto espécie são desfavoráveis, para dizer o mínimo, embora existam experiências setoriais positivas e elas possam inspirar importantes mobilizações da classe trabalhadora e dos pobres na luta por sua emancipação política e, no limite, a sobrevivência das gerações vindouras.

Este argumento é desenvolvido em oito seções. Esta introdução é a primeira. A segunda revisa os fundamentos do neoliberalismo e a sua crise econômica. A terceira examina a ascensão e declínio da democracia neoliberal, e a quarta traça a ascensão do neoliberalismo autoritário após a Crise Financeira Global (CFG), que começou em 2007. A quinta revisa a crise de saúde simbolizada pela pandemia de Covid-19. A sexta examina a crise na reprodução social, e a sétima resume a crise ambiental e as opções políticas relevantes. A oitava seção conclui.

### **O neoliberalismo e sua crise econômica**

O neoliberalismo é geralmente definido como uma ideologia ou, alternativamente, a partir de um conjunto de políticas econômicas e sociais. Em contraste, este artigo aborda o neoliberalismo como a configuração (fase, ou modo de existência) do capitalismo contemporâneo; em outras palavras, o neoliberalismo é o sistema de acumulação dominante hoje em dia<sup>2</sup>. O neoliberalismo surgiu de maneira tentativa e gradual e na verdade se espalhou, a partir de meados da década de 1970, em resposta aos desafios à reprodução capitalista após a desarticulação do consenso keynesiano-social-democrata nas economias capitalistas avançadas (EAs), a desintegração de diferentes

---

<sup>2</sup> Para um exame comparado das diferentes concepções de neoliberalismo, ver Fine e Saad Filho (2017) e Saad Filho (2017, 2021).

variantes do desenvolvimentismo nas economias em desenvolvimento (EDs) e o colapso do Bloco Soviético.

A característica mais importante do neoliberalismo é a financeirização da produção, das trocas e da reprodução social, ou seja, a acumulação intensiva e extensiva do que Marx chamou de capital portador de juros (CPJ) ou, em termos mais coloquiais, o crescimento de atividades voltadas para a obtenção de lucro com investimentos em moeda ou ativos de papel, incluindo certificados de propriedade de bens “reais” e instrumentos puramente financeiros (o que Marx chamou de capital fictício), em vez do emprego de pessoas para produzir bens ou serviços para venda<sup>3</sup>. A ampliação do alcance, influência e recursos controlados pelo CPJ está intimamente relacionada ao desenvolvimento de novos instrumentos, ao crescimento de uma esfera puramente especulativa bem remunerada, e à apropriação de uma parcela cada vez maior do valor produzido na economia pelas finanças. Essas transferências de valor deram uma contribuição importante para a polarização da distribuição de renda e riqueza nas últimas décadas, que foi capturada, de maneira impactante, por Piketty (2014). A financeirização também sustentou a transnacionalização da produção sob o neoliberalismo, que geralmente é apresentada como “globalização”. O neoliberalismo, a financeirização e a globalização apoiaram uma extraordinária recuperação da lucratividade desde as crises do keynesianismo, do desenvolvimentismo e do socialismo de estilo soviético, e levaram ao aumento da desigualdade em quase todos os países (Boffo, Saad Filho e Fine, 2019).

O Estado necessariamente desempenha um papel fundamental nas transições para o neoliberalismo, na construção da nova estrutura institucional (financeirizada e globalizada) e na legitimação dessa transição, incluindo insistentes discursos alegando a eficiência superior” do mercado frente ao próprio Estado, a situação invariavelmente difícil das finanças públicas, o imperativo das privatizações e da comercialização dos serviços públicos, a

---

<sup>3</sup> Há uma vasta literatura sobre a financeirização; ver, por exemplo, Ashman e Fine (2013), Christophers e Fine (2020), Fine (2010, 2013-14), Fine e Saad Filho (2017), Mader *et al.* (2020), Sawyer (2022) e van der Zwan (2014).

exigência de reduzir o Estado de bem-estar social, a imposição de indicadores de desempenho próprios ao setor privado nas instituições públicas, e a necessidade de reprimir a oposição de maneira impiedosa. Dessa forma, também invariavelmente, são as políticas públicas que dismantlam as capacidades do Estado e comprimem a oferta de serviços públicos, reformam as instituições estatais para melhor servir ao capital em geral e às finanças em particular, e impulsionam as mudanças no processo de reprodução social no neoliberalismo. A transição para o neoliberalismo também levou a mudanças profundas nas instituições, ideologias, regras, políticas e práticas sociais, rumo a reestruturar o sistema produtivo e proteger os processos de mercado de qualquer responsabilidade mais ampla. Elas também levaram muitos grupos sociais, especialmente a classe trabalhadora em vários países, a se envolverem de maneira cada vez mais profunda em circuitos financeiros através de suas contas correntes, saques a descoberto, poupanças, cartões de crédito, hipotecas, planos de pensão e pagamentos para serviços de educação, saúde e outras áreas de provisão social (Montgomerie, 2020).

As mudanças tecnológicas, econômicas, institucionais, ideológicas e políticas delineadas acima, e a reestruturação da produção e da reprodução social sob o neoliberalismo, criaram um amplo conjunto de “perdedores econômicos” centrados na classe trabalhadora tradicional das economias capitalistas avançadas. Em especial, milhões de empregos qualificados foram eliminados por meio da desindustrialização no Norte Global, da desindustrialização dita “prematura” no Sul Global, e após crises de dívida e de balanço de pagamentos no Sul e no antigo Bloco Soviético. Da mesma forma, profissões inteiras desapareceram ou foram exportadas, as oportunidades de emprego no setor público se reduziram devido às privatizações e às políticas de “austeridade fiscal”, a estabilidade no emprego tendeu a se contrair e os salários, as condições de trabalho e a proteção social deterioraram na maioria dos países. Pressões semelhantes foram sentidas por classes médias endividadas, empobrecidas, ansiosas e vulneráveis. Em alguns dos países mais ricos do mundo e nas regiões mais ricas da maioria dos países em desenvolvimento, estratos sociais anteriormente privilegiados hoje

lamentam sua incapacidade de satisfazer as aspirações materiais determinadas pelas culturas consumistas típicas do neoliberalismo. A maioria das famílias também se tornou incapaz de deixar melhores circunstâncias materiais a seus descendentes, quebrando um contrato geracional de melhoria contínua ('nós nos sacrificamos para que nossos filhos tenham uma vida melhor do que nós tivemos') que ajudou a legitimar as privações impostas pelo capitalismo desde o século XVIII.

A acumulação sob o neoliberalismo tende a assumir a forma de bolhas financeiras, que se alimentam da exploração dos trabalhadores (por meio da reestruturação global da produção e da expansão de formas precárias de trabalho, culminando na economia de bicos), das exações extraídas da periferia (por meio do comércio desigual, da extração financeira, dos aluguéis, e assim por diante) e da pilhagem da natureza. Essas bolhas financeiras invariavelmente entram em colapso com implicações destrutivas, e a contenção dessas crises exige intervenções estatais cada vez mais dispendiosas. Além da crescente instabilidade e das crises, a acumulação sob o neoliberalismo tem sido cada vez mais lenta. Apesar da dramática recuperação das taxas de lucro e do aumento da desigualdade, as taxas de investimento, de crescimento da produtividade, e do crescimento do PIB têm diminuído há várias décadas, especialmente nas economias avançadas, e apesar das condições extraordinariamente favoráveis para a acumulação que foram criadas pelo próprio neoliberalismo (Boffo, Saad Filho e Fine 2019).

Entre 2007 e 2020, o Ocidente sofreu a calamidade mais longa e a recuperação mais lenta, fraca e regressiva já registrada, que foi seguida pela pandemia de Covid-19 e pela crise econômica subsequente (que muitas vezes, e de forma enganosa, foi atribuída à guerra entre a Rússia e a Ucrânia).<sup>4</sup> Esse é o *paradoxo econômico do neoliberalismo*: a transição neoliberal criou as condições mais favoráveis para a acumulação desde o final do século XIX; no entanto, o desempenho econômico piorou em termos de crescimento do

---

<sup>4</sup> Para o contexto, ver Aglietta (2016), Ivanova (2016), Parboni e Tridico (2018) e Tcherneva (2015); para dados e análises atuais, consulte o anuário *Trade and Development Report* da Unctad.

PIB, taxas de investimento, criação de empregos, rendimentos, volatilidade e vulnerabilidade a crises econômicas, profundidade e duração das crises, além de uma impressionante concentração de renda e riqueza.

Por exemplo, Gabriel Palma (2023) mostra que, se os EUA tivessem seu PIB atual, mas se o 1% mais rico tivesse hoje a mesma participação na renda que tinha em 1980, esse grupo ganharia US\$ 2 trilhões a menos do que ganha atualmente. Da mesma forma, se a distribuição de renda nos EUA tivesse permanecido como em 1980, o 1% mais rico teria apenas metade da sua riqueza atual, o 0,1% mais rico teria apenas um terço, e o 0,01% mais rico teria somente um quinto. Isso significa, por exemplo, que o 1% mais rico teria US\$ 20 trilhões a menos do que tem hoje. O outro lado da moeda é o declínio no investimento: se a participação do investimento no PIB dos EUA tivesse permanecido estável desde 1980, o investimento hoje seria US\$ 1 trilhão por ano mais alto. Atualmente, o investimento privado não residencial nos EUA mal cobre a depreciação: não é de se admirar que a infraestrutura do país esteja literalmente desmoronando. O crescimento da produtividade diminuiu tanto que, se os EUA tivessem mantido sua taxa de crescimento da produtividade do período pré-neoliberal, seu PIB projetado seria US\$ 10 trilhões maior hoje. Da mesma forma, desde o início dos anos 2000, a Alemanha embarcou em uma estratégia deliberada de construção da desigualdade, incluindo uma classe trabalhadora mal remunerada que abrange cerca de 20% da população. Ao tomar esse rumo destrutivo, a Alemanha convergiu não apenas com os níveis de desigualdade da América Latina, mas também com as suas taxas de investimento e crescimento da produtividade notoriamente baixas.

Tensões semelhantes entre o aumento da desigualdade e a queda do investimento existem em outras economias avançadas; por exemplo, no Japão, onde a participação da renda do 1% mais rico aumentou 4,2 pontos percentuais, enquanto a taxa de investimento caiu em 6,2% do PIB. Por sua vez, na América Latina, a participação do investimento no PIB partiu de um nível relativamente baixo de 22% na década de 1970, e caiu mais 3 pontos

percentuais desde 1980, apesar do aporte externo de US\$ 3,6 trilhões (em dólares constantes de 2019). Palma (2023) mostra que o declínio nas taxas de crescimento do PIB desde 1980 na Europa Ocidental e na América Latina pode ser atribuído inteiramente ao colapso do crescimento da produtividade, que caiu em ambas as regiões de mais de 3% ao ano para zero. Isso poderia ter sido evitado: desde 1980, a produtividade do trabalho triplicou na Indonésia e na Malásia, quadruplicou na Tailândia, multiplicou-se por cinco na Coreia do Sul, em Taiwan e no Vietnã, por seis na Índia, e por vinte na China. Nesse meio tempo, os EUA perderam a metade dos empregos no setor manufatureiro, e a Europa Ocidental perdeu um terço.

### **A democracia em crise**

As transições para o neoliberalismo têm se associado a uma ampla variedade de caminhos políticos. Eles vão desde meios constitucionais na maioria das EAs, imposição por ditaduras na Turquia, em vários países da América do Sul e África subsaariana, a transições conjuntas ao neoliberalismo e à democracia no Brasil, na África do Sul, na Coreia do Sul e Europa Oriental.

Apesar dessa diversidade de caminhos, uma forma democrática “típica” ligada ao neoliberalismo se estabeleceu na década de 1990. Embora essas democracias neoliberais satisfizessem os requisitos elementares do pluralismo político e (com limitações) respeito aos direitos humanos, seus processos políticos eram, na prática, limitados à escolha entre variedades ligeiramente distintas de neoliberalismo em um mercado político estritamente regulado. Lá, o duelo amigável entre partidos com programas semelhantes era policiado, diariamente, por uma mídia plutocrática de direita, um setor financeiro agressivo e, constitucionalmente, por um judiciário nominalmente “independente”: Democratas sob Clinton versus Republicanos tradicionais nos EUA; New Labour versus Conservadores moderados no Reino Unido; centro-esquerda versus centro-direita no Canadá, França, Alemanha e Itália, e assim por diante. Além disso, a estrutura institucional introduzida com as “reformas” neoliberais isolou as decisões econômicas

frente ao processo político, impedindo qualquer “interferência” possível da maioria, a fim de garantir a hegemonia política do setor financeiro e da elite neoliberal. Como resultado, o neoliberalismo se tornou institucionalmente rígido: ficou praticamente impossível mudar o sistema de acumulação seguindo as regras que o próprio neoliberalismo havia imposto. Os resultados incluíram a contração do espaço para a oposição “legítima” e a redução da capacidade dos Estados, sociedades e sistemas políticos de moldarem a política econômica e, até mesmo, para que eles pudessem encontrar soluções negociadas para as contradições, limites e crises do neoliberalismo.

Embora as mudanças econômicas impostas pelo neoliberalismo tenham criado um grande número de “perdedores econômicos”, a transformação paralela das estruturas sociais, das instituições e da lei tendeu a esvaziar a esfera política, tornando esses perdedores cada vez mais incapazes de resistir ao neoliberalismo, exigir mudanças de rumo, e até mesmo imaginar alternativas. Isso levou ao declínio da maioria das formas de representação coletiva e de sociabilidade da classe trabalhadora: partidos e organizações de esquerda, sindicatos, organizações comunitárias, clubes e assim por diante decaíram até o desaparecimento. Embora isso tenha ajudado a consolidar o neoliberalismo no curto prazo, esses processos também promoveram o desengajamento político e criaram poderosas tendências rumo à apatia e à anomia, minando profundamente a legitimidade do neoliberalismo (Ayers e Saad Filho, 2015, 2020).

Dada a fragmentação da sociedade, a hegemonia ideológica do neoliberalismo e a imposição de uma única opinião pública “legítima” pela grande imprensa, os “perdedores” tenderam cada vez mais a ver sua situação difícil através das lentes da “corrupção” das elites e dos “privilégios indevidos” concedidos pelo Estado a pobres não merecedores, às mulheres, às minorias autoidentificadas, aos imigrantes, e aos países estrangeiros. Ao mesmo tempo que esses grupos eram considerados favorecidos pelas políticas públicas, as instituições estatais pareciam se tornar cada vez mais hostis contra os “perdedores”, que tinham cada vez mais dificuldade para viver dignamente.

Tudo parecia estar de cabeça para baixo, com os que não mereciam passando à frente dos “moralmente íntegros”, em nítido contraste com tempos nebulosos no passado, quando as pessoas de bom caráter, disciplina, e que compartilhavam os “nossos” valores (essencialmente, homens com a origem étnica e religião corretas) podiam contar com emprego estável, renda crescente, férias anuais, boas perspectivas de promoção e aposentadorias generosas. Nas sociedades neoliberais maduras, as demandas e expectativas dos “perdedores” tendem a ser enquadradas por discursos simplistas que se baseiam no “senso comum” e em uma ética universalista (sem classes) fundada na identidade (exigindo aceitação no sistema de acumulação, em lugar da transformação do sistema), na meritocracia (exigindo que as regras impostas pelo neoliberalismo sejam seguidas por todos) e na repulsa à corrupção (visando aperfeiçoar o neoliberalismo, já que substituí-lo parece impossível).

O nacionalismo e o racismo (baseados em valores e antecedentes presumivelmente compartilhados) oferecem estruturas familiares para articular essas narrativas. Em outras palavras, no neoliberalismo contemporâneo, os perdedores são levados a enquadrar suas decepções, ressentimentos, medos e esperanças através de conflitos éticos entre o “bem” e o “mal”, e entre os “de dentro” e os “de fora”, em um universo moral onde não há exploração sistêmica nem estruturas de reprodução da desigualdade. Em vez disso, os membros do “nosso” grupo precisam se defender de não-membros predatórios, enquanto, dentro do grupo, indivíduos “honestos” são cercados por personagens desonestos: “nossos” valores de honestidade e trabalho árduo são minados por políticos que roubam “nosso” dinheiro, imigrantes que nos assaltam e expulsam de “nossas” casas, escolas e hospitais, e países distantes que roubam “nossos” empregos.

*O paradoxo político do neoliberalismo* é que a institucionalização da democracia neoliberal minou os fundamentos da própria democracia: as estruturas de representação tornaram-se impermeáveis aos interesses da maioria, as políticas públicas tornaram-se cada vez mais indiferentes (senão hostis) aos

pobres, e o Estado sinalizou que as coletividades baseadas na classe trabalhadora não seriam reconhecidas, e que os indivíduos com pouco dinheiro eram, necessariamente, fracassados ou criminosos. Dada a desarticulação da esquerda, essas circunstâncias fomentaram o surgimento de forças antisistêmicas dominadas pela extrema direita e polarizadas por líderes nacionalistas autoritários que se propuseram a confrontar o Estado neoliberal, as finanças, a globalização, as elites, os estrangeiros, e assim por diante, para angariar os votos dos perdedores e, ao mesmo tempo, para aplicar políticas levando à intensificação do neoliberalismo.

### **O neoliberalismo autoritário**

A crise financeira mundial e suas consequências inauguraram uma nova fase do neoliberalismo, caracterizada pela necessidade de administrar as consequências da crise em um contexto de perda de legitimidade devido à percepção generalizada da enormidade do choque, o custo astronômico do salvamento do setor financeiro, o reconhecimento de que o neoliberalismo havia concentrado a renda e a riqueza e imposto padrões impopulares de emprego, além de não ter proporcionado um processo de acumulação rápido e estável, apesar das insistentes promessas feitas pelos políticos, financistas, e capitalistas industriais. As políticas impostas após a crise financeira mundial também contribuíram para a perda de dinamismo econômico nos países avançados, enquanto a incapacidade dos Estados neoliberais em atender às preocupações dos perdedores minou a legitimidade de políticas, práticas, instituições, partidos e líderes que, antes, eram inatacáveis, e que estavam institucionalmente consolidadas.

Dado o rompimento da hegemonia ideológica do neoliberalismo e da financeirização, as políticas impostas após a crise global exigiram a intensificação da repressão política e a introdução de novas formas de exclusão para viabilizar as transferências de renda necessárias para que o peso da crise recaísse sobre os pobres em vez dos ricos, que detinham os ativos financeiros desvalorizados na crise. O esforço foi feito, mas provou ser excessivo: o

controle político escapou das elites neoliberais tradicionais em vários países, levando ao surgimento de forças antissistêmicas polarizadas por líderes autoritários “espetaculares” e por uma nova geração de movimentos de extrema direita. O mal-estar atingiu até mesmo os países “centrais” da Otan, quando o Brexit venceu no Reino Unido e Donald Trump foi eleito presidente dos EUA pela primeira vez, em triunfos que tenderam a se espalhar. As políticas adotadas por essas administrações autoritárias convergiram em torno de formas mais ou menos abertamente repressivas e racistas de neoliberalismo, justificadas por complexas combinações de “valores nacionais”, racismo, supostos “imperativos” de austeridade fiscal, e caprichos do líder. Esse é o *neoliberalismo autoritário*. Essa forma política do neoliberalismo rompe parcialmente com seu invólucro democrático anterior, exacerbando as tendências autoritárias do capitalismo neoliberal a fim de sustentar o sistema de acumulação, apesar de sua evidente incapacidade de proporcionar qualquer forma de prosperidade compartilhada.

Visto dessa forma, o neoliberalismo autoritário não é nem um desvio transitório, que, após seu inevitável fracasso, levará à restauração das políticas neoliberais “normais”, nem – diretamente – um marco do “fim do neoliberalismo”. Em vez disso, ele é um sintoma da decomposição da democracia neoliberal, um resultado indireto da crise das economias, sistemas políticos e instituições de representação no neoliberalismo, e evidência de que o descontentamento das massas foi sequestrado pela extrema direita. *O paradoxo do autoritarismo* é que as crises no neoliberalismo promoveram a personalização da vida política e o surgimento de líderes “espetaculares” desvinculados de instituições estabilizadoras como as estruturas partidárias, regras constitucionais, sindicatos, movimentos sociais e a lei.

Em termos gerais, esses líderes tendem a estar comprometidos tanto com o neoliberalismo quanto com a expansão de seu poder pessoal. Embora façam campanha contra aspectos do neoliberalismo ou algumas de suas consequências, quando chegam ao poder esses líderes invariavelmente implementam políticas que intensificam o neoliberalismo e a financeirização,

atacam todas as formas de oposição e dão ainda mais poder à elite neoliberal. Entretanto, essas políticas tendem a prejudicar sua própria base eleitoral: os salários reais tendem a cair, os impostos tendem a se tornar mais regressivos, as proteções sociais tendem a ser corroídas, as economias tendem a se tornar mais desequilibradas, a pobreza tende a crescer e a sociedade tende a se tornar mais dividida. A frustração de largas camadas sociais tende a se intensificar: o neoliberalismo autoritário é intrinsecamente instável e leva a uma política de crise permanente, ao mesmo tempo que abre espaços para formas neoliberais de fascismo.<sup>5</sup>

### **A crise na saúde**

As seções anteriores delinearam as contradições do neoliberalismo tais quais se apresentavam até o início de 2020, quando o mundo foi esmagado pela pandemia de Covid-19. Embora a pandemia não tenha mudado nada de fundamental no neoliberalismo global, ela intensificou as tensões existentes e revelou de maneira explícita as limitações do neoliberalismo. A economia capitalista global estava crescendo lentamente, e entrou em colapso, na mais profunda contração da história do capitalismo (Roubini, 2020; Saad Filho, 2020b). A “globalização” pareceu se inverter; as longas cadeias produtivas, que antes eram a maneira “racional” de organizar a oferta de bens, entraram em colapso e as fronteiras rígidas retornaram; o comércio diminuiu e as viagens internacionais foram severamente restritas. Dezenas de milhões de trabalhadores ficaram desempregados em questão de dias, e milhões de empresas perderam seus funcionários, clientes, fornecedores e linhas de crédito ao mesmo tempo. Uma longa lista de setores correu para o governo mais próximo em busca de socorro. Por sua vez, vários sistemas

---

<sup>5</sup>“O neoliberalismo ... ajudou a criar as condições para o ressurgimento da extrema direita, enquanto, ao mesmo tempo, a extrema direita se concentrou em atacar o que vê como os sintomas do neoliberalismo por meio da racialização de seus efeitos sociais, políticos e econômicos ... Não se trata, portanto, de o neoliberalismo *causar* o racismo ... no sentido de que o racismo é uma dimensão orgânica dele, mas sim de o neoliberalismo se fundamentar em uma *insegurança socioeconômica coletiva* que ajuda a facilitar o renascimento de imaginários racializados preexistentes” (Davidson e Saull, 2017, p. 715-716, tradução do autor).

políticos já estavam caminhando para o autoritarismo e, na pandemia, tenderam a se tornar espetacularmente perversos, impondo políticas de saúde equivocadas que mataram milhões de pessoas e entrincheiraram a Covid-19 de tal maneira que ela nunca poderá ser eliminada. Os casos dos EUA, Reino Unido, Índia e Brasil são especialmente significativos a esse respeito (Saad Filho, 2023).

A pandemia evidenciou três contradições importantes do neoliberalismo. Primeiro, quanto mais o Estado foi reconstruído de acordo com os princípios neoliberais, e quanto mais a reprodução social foi mercantilizada, menos conhecimento especializado e capacidade política esses Estados tenderam a ter para responder à emergência. Segundo, o neoliberalismo tendeu a esvaziar, fragmentar e privatizar parcial ou completamente os sistemas de saúde em vários países, ao mesmo tempo que criou uma classe trabalhadora precária e empobrecida que era altamente vulnerável a interrupções em sua capacidade de ganho, e a problemas de saúde devido a sua baixa poupança, moradia precária, nutrição inadequada, e padrão de emprego incompatível com uma vida saudável (Soly, 2020). Terceiro, a privatização e a desarticulação dos sistemas de saúde ampliaram o escopo para a intervenção descoordenada do setor privado, muitas vezes mediada por acordos corruptos com políticos e funcionários públicos importantes (Coburg, 2020; Kinder e Plimmer, 2020).

Os discursos neoliberais sobre o imperativo da “austeridade fiscal” e os “limites” das políticas públicas desapareceram, assim que a pandemia chegou. Assim como nas crises anteriores, o principal objetivo dos governos neoliberais passou a ser o de proteger o capital o mais rapidamente possível. Entretanto, as políticas implementadas após a crise global rapidamente se mostraram insuficientes no contexto da pandemia (Sandbu, 2020). De maneira sem precedentes, importantes bancos centrais passaram a financiar grandes empresas diretamente, essencialmente entregando “dinheiro de helicóptero” a capitalistas selecionados, que, em alguns casos, repassaram esses recursos imediatamente a seus acionistas na forma de dividendos, em

um caso escandaloso de roubo de recursos públicos. Essa política também foi sintomática do papel crescente dos bancos centrais na realização dos circuitos individuais do capital no neoliberalismo, enquanto as finanças se concentram estritamente no próprio enriquecimento. A fim de disfarçar o espetáculo indecoroso de bilionários, muitas vezes vivendo em paraísos fiscais, receberem subsídios do mesmo Tesouro de que anteriormente haviam evadido e difamado publicamente, alguns governos também ofereceram apoio aos trabalhadores, mas geralmente como uma reação tardia e limitada pela avareza, muitas vezes por meio de transferências indiretas através dos empregadores, e tentando principalmente evitar o colapso da demanda, em lugar de priorizar o apoio às pessoas mais necessitadas.

Nesse meio tempo, e já em um contexto de desintegração da democracia, vários Estados usaram a pandemia como desculpa para reforçar o seu aparato repressivo com maior legitimidade e independentemente de seu desempenho contra o próprio coronavírus, através de novos sistemas para controlar movimentos, rastrear contatos, interceptar comunicações, monitorar a saúde, reprimir protestos, e decidir quais produtos e serviços deveriam estar disponíveis aos cidadãos. Essa tomada de poder ocorreu ao mesmo tempo que as grandes empresas de Big Tech (Amazon, Apple, Facebook, Google e Microsoft), bem como participantes relativamente novos (Zoom), lucraram muito com a pandemia e, simultaneamente, coletaram dados para serem monetizados posteriormente (Zuboff, 2021).

### **A crise da reprodução social**

No capitalismo, a classe trabalhadora está separada não apenas dos meios de produção, mas também dos meios de vida de forma geral: historicamente, o processo de separação começa com a terra (para o relato clássico, ver Marx, 2023, cap. 24), mas acaba incluindo moradia, transporte, alimentação, assistência médica e assim por diante, levando a classe trabalhadora a ter apenas acesso condicional e mediado pela forma moeda (usualmente,

através de salários, aposentadorias, ou benefícios sociais) a tudo o que torna a vida confortável ou até mesmo possível.

Isso implica que, no capitalismo em geral e no neoliberalismo especificamente, a maioria da população tem um interesse material em garantir seu acesso aos meios de vida para proteger uma existência que, estruturalmente, está saturada de estresse, ansiedade e falta de liberdade. Por exemplo, 66% da população dos EUA se preocupa com o acesso a cuidados básicos de saúde; 31% estavam lutando para pagar suas contas de energia antes dos aumentos de preços devidos à guerra na Ucrânia; e 60% a 80% dos americanos vivem literalmente de salário em salário. Em 2018, 40% dos americanos não conseguiriam cobrir uma despesa emergencial de US\$ 400 (Huber, 2022, p. 170). Esses números são semelhantes no Reino Unido,<sup>6</sup> e parece razoável supor que, nas EDs, os números equivalentes devem ser piores.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) enfatizam que a classe trabalhadora global inclui não apenas homens brancos que trabalham em fábricas: a maioria dos trabalhadores está nos campos, casas particulares, escritórios, hotéis, bares, restaurantes, serviços de entrega, hospitais e escolas. Especialmente em seu extremo de precariedade e baixa remuneração nas EAs, a classe trabalhadora é desproporcionalmente feminina, migrante e racializada. É ali, e em suas vidas e experiências, que o Norte Global e o Sul Global realmente se encontram.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser também destacam que o capitalismo tende a capturar a maior quantidade possível de trabalho reprodutivo, sem qualquer preocupação com sua reposição. Esse processo extrativo se tornou especialmente agudo sob o neoliberalismo devido à fraqueza organizativa dos trabalhadores e, também, porque o trabalho precário e de baixa remuneração no setor de serviços tendeu a substituir o trabalho industrial formal, sindicalizado e seguro na maioria dos países; não surpreende que os salários tenderam a estagnar nas EAs, com implicações adversas em âmbito

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, <https://www.independent.co.uk/news/business/news/uk-households-no-emergency-savings-pensions-insurance-policies-accounts-a8199201.html>

global. Além disso, sob o neoliberalismo, o salário social também tendeu a diminuir, pois os serviços que costumavam ser prestados pelo setor público foram crescentemente externalizados ao setor privado – na prática, a prestação de serviços foi transferida principalmente para mulheres racializadas e imigrantes, tanto em casa quanto através de seus empregos (normalmente terceirizados e precários).

Por consequência, tanto no Norte Global quanto no Sul Global muitos trabalhadores foram forçados a assumir vários empregos e tomar empréstimos para sobreviver, ao mesmo tempo que precisam assumir responsabilidades cada vez maiores em casa. Isso levou a uma crescente crise dos cuidados, exaurindo especialmente as mulheres, prejudicando as famílias e sobrecarregando as capacidades das pessoas mais pobres. Não é de surpreender que a crise do cuidado esteja intimamente ligada a uma crise global de saúde mental. Os estresses e as frustrações resultantes ajudaram a alimentar movimentos de direita que identificam problemas reais no neoliberalismo, mas distorcem queixas legítimas para culpar os países mais pobres e os membros mais fracos e menos protegidos da sociedade, a fim de desviar a culpa para longe do capital e do lucro.

### **A catástrofe ambiental**

Além dos desastres descritos acima, nossos sistemas econômicos e políticos estão cada vez mais tensionados pela crise ambiental que se desenvolve. Há evidências conclusivas de que o clima da Terra está esquentando e o aquecimento global se acelerando. As emissões humanas de gases de efeito estufa (GEE) já elevaram as temperaturas em cerca de 1,5 grau Celsius em relação à linha de base anterior à revolução industrial, e as tendências atuais sugerem que as temperaturas podem aumentar em até 6°C até 2100 (IPCC 2023). Consequências desastrosas são inevitáveis, e o tempo disponível para reduzir as emissões a fim de evitar resultados catastróficos está diminuindo rapidamente (Saad Filho e Feil, 2023).

As mudanças climáticas estão relacionadas a cinco fontes de estresse na economia global. Em primeiro lugar, as contradições entre a capacidade limitada da Terra de sustentar um clima estável, a busca desenfreada por lucros sob o neoliberalismo e a tendência mais geral do capitalismo de saquear a natureza em busca de energia e matérias-primas, e de usar a Terra como um depósito de lixo gratuito para os resíduos da produção, comércio e consumo. Essas contradições implicam que as emissões de carbono não são uma infeliz externalidade da produção humana em geral: ao contrário, elas são um aspecto necessário da acumulação capitalista e da busca ilimitada de lucros. Pior ainda, embora o impulso intrínseco ao capitalismo para elevar a produtividade expanda as possibilidades de consumo, ele também implica o aumento do uso de máquinas e matérias-primas e a geração de mais resíduos. Em outras palavras, o capitalismo tende naturalmente a desestabilizar o ecossistema; os recursos naturais sempre tenderão a ser superexplorados; o limite entre a extração “sustentável” e a “insustentável” sempre permanecerá nebuloso, e a natureza sempre servirá como um esgoto para os resíduos que acompanham a produção de mercadorias com fins lucrativos: *a insustentabilidade é uma característica inerente ao modo de produção capitalista.*

Em segundo lugar, a tensão entre a consciência já de longa data dos limites ambientais do crescimento e a incapacidade dos governos e das organizações intergovernamentais de lidar com as causas das mudanças climáticas. Por exemplo, apesar da sucessão de reuniões diplomáticas, declarações e tratados, as emissões de CO<sub>2</sub> aumentaram de 20 mil megatons em 1990 para 37.400 megatons em 2023, e a participação do combustível mais sujo, o carvão, aumentou continuamente entre 1999 e 2014.<sup>7</sup> As emissões diminuíram em um pequeno número de economias avançadas, mas isso se deve, em grande parte, à sua desindustrialização e à realocação de “sua” capacidade produtiva para o Sul Global, o que, por motivos tecnológicos e de transporte, pode ser ainda pior para o planeta.

<sup>7</sup> Ver <https://www.iea.org/data-and-statistics>, <http://www.globalcarbonatlas.org/en/CO2-emissions> e Jorgenson (2014).

Terceiro, a tensão entre as emissões acumuladas pelas EAs, com base nas quais elas cresceram no passado, e as emissões crescentes nas EDs que reivindicam o direito ao desenvolvimento hoje.

Quarto, a estrutura incongruente da economia global, na qual vários países e grandes empresas investem na produção, exportação, processamento e venda de combustíveis fósseis, embora isso seja incompatível com a estabilidade climática. A impossibilidade de explorar as reservas conhecidas de combustíveis fósseis implica que ativos no valor de centenas de bilhões de dólares devem ser abandonados (minas, plataformas de petróleo, refinarias, portos, plantas industriais, gasodutos, etc.). Isso eliminará inúmeros empregos e gerará grandes perdas contábeis para países e empresas. Todos têm relutado em aceitar essas perdas; alguns países justificam sua posição com o imperativo de garantir empregos e renda, outros com a falta de alternativas de exportação, e as empresas alegam terem deveres para com seus acionistas. A esses custos devem ser acrescentados os investimentos necessários a mudar a matriz energética mundial para evitar os combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, adaptar nosso modo de vida para torná-lo compatível com as emissões nulas, além dos custos crescentes de mitigação dos impactos das mudanças climáticas, uma vez que elas não podem mais ser evitadas.

A financeirização prejudica as tentativas de mitigação e adaptação porque as instituições financeiras operam em mercados altamente competitivos que impõem estratégias de investimento de curto prazo, especulativas e pró-cíclicas. Essas estratégias são incompatíveis com a lógica da política industrial de longo prazo, as mudanças na composição da atividade, os investimentos em novos motores “verdes” de crescimento e a redistribuição de renda (Chesnais, 2016; Heynen *et al.*, 2007; Hudson, 2010). É por isso que as instituições financeiras continuam financiando iniciativas prejudiciais ao meio ambiente, que conflitam com as metas acordadas internacionalmente, e que expandem o conjunto de ativos que terão de ser abandonados quando o mundo finalmente se afastar dos combustíveis fósseis (Ansari e

Holz, 2020; Bos e Gupta, 2019). O resultado foi o esgotamento do orçamento de carbono (dados os limites estabelecidos pelo Acordo de Paris) e a contração do espaço político para políticas alternativas, enquanto diferentes países lutam para moldar em seu favor tratados que trarão resultados tanto insuficientes quanto tardios. Enquanto isso, as empresas globais lucram com a depredação das condições para sustentar a vida na Terra, ao mesmo tempo que exigem garantias públicas de lucros ainda maiores em troca da redução dos danos que estão prestes a infligir ao planeta.

Se as mudanças climáticas forem vistas sob o restrito ângulo neoclássico das “externalidades” e das “falhas de mercado”, a análise tende a ficar presa na lógica de tratar do problema por meio da imposição de “preços corretos” através de impostos, transferências e subsídios (Huber, 2022). Embora isso possa agradar aos economistas e políticos tradicionais, essas políticas são problemáticas politicamente, pois implicam que a mudança climática poderia (objetivamente) – e deveria (normativamente) – ser revertida através da compressão do padrão de vida da maioria, enquanto os lucros são protegidos e continuam a impulsionar a produção, a poluição, a adaptação, a mitigação e a limpeza do meio ambiente. As limitações políticas dessa abordagem foram reveladas repetidamente, por exemplo, pelos protestos contra a alta dos impostos sobre os combustíveis no Reino Unido em 2000 e, mais recentemente, pelo movimento francês dos coletes amarelos, bem como pelo apoio que essas políticas oferecem aos políticos populistas de direita (“pró-motoristas”, e outros).

Uma abordagem marxista deve reconhecer que a grande maioria das emissões não deriva das decisões de consumidores individuais e soberanos (devo voar ou tomar um ônibus? posso comprar esse brinquedo de plástico? quantas milhas aéreas nessa caixinha de frutas?), assim como a maior parte da produção não é artesanal nem para consumo direto (Bellamy Foster e Clark, 2020; Huber, 2022; Lawrence e Laybourn-Langton, 2022; Pineaut, 2023): sob o capitalismo, a maior parte da produção visa ao lucro, e a maioria dos produtos e emissões deriva de cadeias de relações sociais dominadas

pelo capital, que determinam o nível e a composição do investimento, as tecnologias e os sistemas energéticos, o mix de produção, e os padrões dominantes de consumo. Mudar esses parâmetros exigirá mais do que alterações nos preços relativos, incentivos morais ou campanhas publicitárias; em vez disso, exigirá o reconhecimento de que o aquecimento global tem sido impulsionado pela lucratividade do capital e que esse fator criou uma estrutura produtiva fundamentalmente incompatível com a estabilidade do clima. Esse é um problema político a ser resolvido por meio de mudanças sistêmicas, incluindo as estruturas corporativas, as tecnologias e os sistemas de propriedade e controle, e não um problema de tributação ou de incentivos na margem, ao mesmo tempo que se protege a lucratividade empresarial.

Da mesma maneira, uma “ecologia da austeridade”, baseada na compressão generalizada dos padrões de vida em nome da sustentabilidade, seria intolerável para a maioria da população. Esse seria o caso até mesmo nos países de alta renda, para não falar nos países em desenvolvimento. Em ambos os grupos de países, a maioria da população passou por processos de “austeridade” neoliberal pelo menos desde a crise financeira global e, em muitos casos, desde o início da década de 1980. Em outras palavras, a esquerda não pode adotar políticas que demandem que aqueles que já vivem no extremo mais precário da sociedade, e que passam por privações estruturais, tenham as suas condições de vida pioradas para proteger o modo de produção que causou o desastre ambiental. Uma abordagem mais justa e politicamente mais promissora do ponto de vista da mobilização da classe trabalhadora passa pela criação de vínculos entre as lutas ambientais e as demandas, esperanças e expectativas dos mais pobres, tanto na produção quanto na reprodução social, a partir de um programa econômico, social e distributivo democrático e transformador. Esse programa deve apontar para uma nova sociedade baseada na igualdade, na segurança material e na liberdade humana, bem como na sustentabilidade ambiental. A estratégia econômica democrática (EED) implícita nessa abordagem (detalhada em Saad Filho, 2025) concentra-se em como, e quanto, a maioria

pobre pode ganhar ao transcender o neoliberalismo, incluindo a possibilidade de tratar efetivamente das mudanças climáticas, uma vez que isso não pode ser – e não será – feito no atual sistema de acumulação.

Os desafios de deixar os combustíveis fósseis no solo, diversificar o fornecimento de energia, garantir a estabilidade e a sustentabilidade econômica e melhorar a distribuição de renda, riqueza e poder devem ser abordados simultaneamente, por razões de legitimidade, praticidade e eficácia. A EED oferece uma alternativa de esquerda ao neoliberalismo, fundamentada em tradições econômicas heterodoxas, incluindo as escolas pós-keynesiana, institucionalista, evolucionária, kaleckiana e marxiana, nas experiências heterodoxas e desenvolvimentistas de políticas industriais, e nas literaturas sobre o desenvolvimento a favor dos mais pobres, ao mesmo tempo que acomoda a restrição ambiental.<sup>8</sup> Essa alternativa inclui políticas para impulsionar o crescimento sustentável, diversificar a economia, apoiar as manufaturas verdes, criar empregos, trazer ganhos de bem-estar para a maioria, promover a inclusão social e a satisfação das necessidades básicas, e melhorar a distribuição de renda, riqueza e poder dentro de cada país, e entre os países.

É lógico que iniciativas como a EED só possam ser bem-sucedidas com planejamento, regulamentação, financiamento adequado e monitoramento de desempenho por parte do Estado; elas também devem ser apoiadas por políticas fiscais, monetárias e financeiras adequadas. A coordenação liderada pelo Estado é essencial, pois o Estado é a única instituição que pode influenciar os padrões de emprego, a produção e a distribuição de bens, serviços, renda e ativos, e a relação entre os seres humanos e a natureza de maneira democrática. Somente o Estado pode limitar o poder de interesses privados irresponsáveis, levantar fundos suficientes para reformas econômicas democráticas, implementar uma estratégia econômica alternativa e garantir que a atividade econômica seja orientada pelas demandas da maioria. Da mesma forma, apenas o Estado pode completar a transição

---

<sup>8</sup> Ver Balakrishnan, Elson e Patel (2010), Cornia (2006) e Saad Filho (2007, 2011b, 2025).

energética, efetivar a eutanásia dos rentistas, desmercantilizar a reprodução social, desfinanceirizar a economia, dismantelar o setor de combustíveis fósseis, financiar um novo sistema energético e readaptar o nosso modo de vida. Entretanto, nenhum Estado fará isso sem uma pressão significativa da maioria organizada, liderada pela classe trabalhadora. Apenas a classe trabalhadora global (incluindo homens e mulheres, imigrantes e locais, racializados e não racializados, nos setores industrial, rural e de serviços) pode proporcionar a base de massas para o programa transformador da EED; somente essa classe tem a capacidade estratégica de impor as mudanças econômicas e políticas essenciais para proteger a vida como a conhecemos. O desafio político para a esquerda, especialmente a marxista (que tem um vínculo com a classe trabalhadora, e uma compreensão vital de seu poder material), é o de convencer as massas no Norte Global e no Sul Global de que elas têm um interesse objetivo na reestruturação da produção e da sociedade, a fim de construir uma alternativa que transcenda o neoliberalismo.

### **Conclusão**

A prosperidade econômica no sistema de acumulação neoliberal depende cada vez mais da extração, da espoliação e da fraude. Enquanto isso, e por razões relacionadas, o sistema de acumulação está deslizando para uma crise econômica sistêmica, o fascismo, e o colapso ambiental. Uma agenda transformadora é urgentemente necessária.

As mudanças na vida política e social sob o neoliberalismo, o declínio dos sindicatos, partidos políticos de esquerda e outras organizações de massa, e a atrofia das formas coletivas de dissidência levaram à construção de subjetividades neoliberais e à financeirização das trocas sociais em graus que seriam inimagináveis há poucas décadas. Ao mesmo tempo, a crise financeira global e a “austeridade” que a sucedeu foram associadas à ruptura da hegemonia ideológica do neoliberalismo, potencialmente abrindo espaços para a contestação em diferentes níveis. As experiências bem-sucedidas

merecem atenção e repetição quando for possível; por exemplo, a construção do Syriza na Grécia e do Podemos na Espanha, a experiência do Partido Trabalhista Britânico sob Jeremy Corbyn, as campanhas políticas em torno de Bernie Sanders nos EUA, a remunicipalização da água e a desfinanciamento do fornecimento em Valladolid e na Bolívia, e assim por diante.

Sob essa ótica, o que seria necessário para criar uma ruptura e transformar uma sequência de *crises no neoliberalismo* em uma *crise geral* (terminal) *do neoliberalismo* como sistema de acumulação dominante (Saad Filho, 2011a)? Este artigo sugere que será difícil tratar da estagnação econômica, da deriva para o fascismo neoliberal, das crises de saúde já no horizonte, da crise da reprodução social, da mudança climática e das outras crises, por dentro do neoliberalismo. Entretanto, também pode ser demonstrado que a principal restrição à transição para além do neoliberalismo não é técnica nem financeira: ela é política.

Neste contexto, as crises atuais devem ser enfrentadas em conjunto, através de uma alternativa democrática à destruição imposta pelo neoliberalismo. A dificuldade é que essa alternativa requer novos movimentos sociais, novas coalizões e novas estruturas de representação, de partidos a sindicatos e associações comunitárias, correspondendo ao modo de existência atual de uma sociedade que foi amplamente decomposta internamente, imperfeitamente integrada globalmente, que tem culturas distintas, mas que está imperfeitamente conectada por meio de ferramentas baseadas na Internet. Podemos ver sucessos importantes em diferentes países, mas ainda não acumulamos as experiências necessárias. Não há nada mais importante, neste momento, do que apoiar os movimentos emergentes que tentam mudar o nosso modo de vida, tanto nos países pobres quanto nos países ricos.

## Referências

- AGLIETTA, M. America's Slowdown. *New Left Review* 100, p. 119-129, 2016
- ANSARI, D. e Holz, F. Between stranded assets and green transformation: Fossil-fuel-producing developing countries towards 2055. *World Development* 130, 2020 <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.104947>
- ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T. e FRASER, N. *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. Trad. Hallina Beltrão. São Paulo: Editora Boitempo, 2019
- ASHMAN, S. e FINE, B. Neo-liberalism, Varieties of Capitalism, and the Shifting Contours of South Africa's Financial System. *Transformation* 81 (2), p. 144-178, 2013
- AYERS, A. e SAAD FILHO, A. Democracy Against Neoliberalism: Paradoxes, Limitations, Transcendence. *Critical Sociology* 41 (4-5), p. 597-618, 2015
- AYERS, A. e SAAD FILHO, A. (2020) A Ticking Time Bomb: The Global South in a Time of Coronavirus. *Journal of Australian Political Economy*, 85, 2020 <https://www.ppesydney.net/issue-85-winter-2020/>
- BALAKRISHNAN, R., ELSON, D. e PATEL, R. *Rethinking Macro Economic Strategies from a Human Rights Perspective*, Manhattan: Marymount Manhattan College, 2010 <https://www.cwgl.rutgers.edu/docman/economic-and-social-rights-publications/20-whymeswithhumanrights2-pdf/file>.
- BELLAMY FOSTER, J. e Clark, B. *The Robbery of Nature*. New York: Monthly Review Press, 2020
- BOFFO, M., SAAD FILHO, A. e FINE, B. Neoliberal Capitalism: The Authoritarian Turn'. *Socialist Register*. London: Merlin Press, 2019
- BOS, K. e GUPTA, J. Stranded Assets and Stranded Resources: Implications for Climate Change Mitigation and Global Sustainable Development. *Energy Research and Social Science* 56, 2019 <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629618305383?via%3Dihub>
- CHESNAIS, F. *Finance Capital Today*. Leiden: Brill, 2016
- CHRISTOPHERS B. e FINE B. The Value of Financialization and the Financialization of Value. In: P. Mader, D. Mertens e N. van der Zwan (orgs.). *International Handbook of Financialization*, London: Routledge, 2019
- COBURG, T. *The £5.5bn PPE scandal that goes to the core of government incompetence – and that's just for starters*, 2020 <https://www.thecanary.co/uk/analysis/2020/07/11/the-5-5bn-ppe-scandal-that-goes-to-the-core-of-government-incompetence-and-thats-just-for-starters/>
- CORNIA, G. (org.) *Pro-Poor Macroeconomics: Potential and Limitations*. Houndmills: Palgrave, 2006
- DAVIDSON, N. e SAULL, R. Neoliberalism and the Far-Right: A Contradictory Embrace. *Critical Sociology* 43 (4-5), p. 707-724, 2017
- FINE, B. Locating financialization. *Historical Materialism* 18(2), p. 97-116, 2010
- FINE, B. Financialisation from a Marxist Perspective. *International Journal of Political Economy*, 42 (4), p. 46-66, 2013-24
- FINE, B. e SAAD FILHO, A. Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism. *Critical Sociology*, 43 (4-5), p. 685-706, 2017
- HETNEN, N., MCCARTHY, J., PRUDHAM, S. e ROBBINS, P. (orgs.). *Neoliberal Environments: False Promises and Unnatural Consequences*. Abindon: Routledge, 2007
- HUBER, M. T. *Climate Change as Class War*. London: Verso, 2022
- HUDSON, M. From Marx to Goldman Sachs: The Fictions of Fictitious Capital, and the Financialization of Industry. *Critique* 38 (3), p. 419-444, 2010

- IPCC *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*, 2023 <https://www.cambridge.org/core/books/climate-change-2021-the-physical-science-basis/415F29233B8BD19FB55F65E3DC67272B>
- IVANOVA, M. Profit Growth in Boom and Bust: The Great Recession and the Great Depression in Comparative Perspective. *Industrial and Corporate Change* 26 (1), p. 1-20, 2016
- KINDER, T. and PLIMMER, G. *UK government paid £1.7bn to private groups for coronavirus contracts*, 2020. <https://www.ft.com/content/7fe7c2d5-24df-431b-9149-50417fa0236a>
- LAWRENCE, M. and LAYBOURN-LANGTON, L. *Planet on Fire*. London: Verso, 2022
- MADER, P., MERTENS, D. e VAN DER ZWAN, N. (eds). *The Routledge International Handbook of Financialization*. Abingdon: Routledge, 2020
- MARX, K. *O Capital Volume 1*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013
- MONTGOMERIE, J. Indebtedness and Financialization in Everyday Life. In: P. Mader, D. Mertens e N. van der Zwan (orgs.). *The Routledge International Handbook of Financialization*. Abingdon: Routledge, 2020
- PALMA, G. *Ricardo was Surely Right: The Abundance of "Easy" Rents Leads to Greedy and Lazy Elites*, 2023 <https://www.repository.cam.ac.uk/items/1727500c-a50e-4199-a98b-b140722b1690>
- PARBONI, R. e TRIDICO, P. Inequality, Financialisation and Economic Decline. *Journal of Post Keynesian Economics* 41 (2), p. 236-259, 2018
- PIKETTY, T. *Capital in the Twenty-First Century*. Boston: Harvard University Press, 2014.
- PINEAUT, E. *A Social Ecology of Capital*. London: Pluto Press, 2023
- ROUBINI, N. *Coronavirus Pandemic Has Delivered the Fastest, Deepest Economic Shock in History*, 2020 <https://www.theguardian.com/business/2020/mar/25/coronavirus-pandemic-has-delivered-the-fastest-deepest-economic-shock-in-history>
- SAAD FILHO, A. There is Life beyond the Washington Consensus: An Introduction to Pro-Poor Macroeconomic Policies\*. *Review of Political Economy* 19 (4), p. 513-537, 2007
- SAAD FILHO, A. Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism? *Socialist Register*, p. 242-259, 2011a
- SAAD FILHO, A. Growth, Poverty and Inequality: Policies and Debates from the (Post) Washington Consensus to Inclusive Growth. *Indian Journal of Human Development* 5 (2), p. 321-344, 2011b
- SAAD FILHO, A. Neoliberalism. D.M. Brennan, D. Kristjanson-Gural, C. Mulder e E. Olsen (orgs.). *Routledge Handbook of Marxian Economics*, London: Routledge, 2017
- SAAD FILHO, A. *The Rise of Nationalist Authoritarianism and the Crisis of Neoliberalism*, 2020a <http://ppesydne.net/the-rise-of-nationalist-authoritarianism-and-the-crisis-of-neoliberalism/>
- SAAD FILHO, A. From Covid-19 to the End of Neoliberalism. *Critical Sociology* 46 (4-5), p. 477-485, 2020b
- SAAD FILHO, A. *Endgame: From Crisis in Neoliberalism to Crises of Neoliberalism*. Human Geography, 2020c <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1942778620962026?journalCode=huga>.
- SAAD FILHO, A. *Growth and Change in Neoliberal Capitalism: Essays in the Political Economy of Late Development*. Leiden: Brill, 2021
- SAAD FILHO, A. *A Era das Crises: Neoliberalismo, o colapso da democracia, e a pandemia*. Trad. Nicole Herscovici. São Paulo: Contracorrente, 2023
- SAAD FILHO, A. *Políticas Progressistas para o Desenvolvimento Econômico: Diversificação de Inclusão Social em Tempos de Mudança Climática*. Trad. Linnit Pessoa. São Paulo: Contracorrente, 2025
- SAAD FILHO, A. e FEIL, F. From Climate Change to Sustainable and Inclusive Economies: A Policy Agenda. *Critical Sociology*, 2023 <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/08969205231160628>

SANDBU, M. *Huge Fiscal Spending is Needed to Fight the Coronavirus Downturn*, 2020 <https://www.ft.com/content/9963f71e-67b2-11ea-800d-da70cff6e4d3>

SAWYER, M. *Financialization: Economic and Social Impacts*. Newcastle upon Tyne: Agenda Publishing, 2022

SOLTY, I. *The Bio-Economic Pandemic and the Western Working Classes*, 2020 <https://socialistproject.ca/2020/03/bioeconomic-pandemic-and-western-working-classes/>

TCHERNEVA, P.R. *When a Rising Tide Sinks Most Boats: Trends in U.S. Income Inequality*, Policy Note 2015/4, Levy Economics Institute, 2015

VAN DER ZWAN, N. Making Sense of Financialization. *Socio-Economic Review* 12, p. 99-129, 2014

ZUBOFF, S. *A Era do Capitalismo de Vigilância*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora Intrínseca, 2021

EDUARDO DA MOTTA E ALBUQUERQUE

**INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL, METAMORFOSES  
DO CAPITALISMO E ELABORAÇÃO PROGRAMÁTICA:  
SOCIALISMO GLOBAL E A PERIFERIA**

Recebido em 13/11/2024

Aprovado em 14/01/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1196

# INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL, METAMORFOSES DO CAPITALISMO E ELABORAÇÃO PROGRAMÁTICA: SOCIALISMO GLOBAL E A PERIFERIA<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo discute mudanças contemporâneas na dinâmica capitalista global e suas implicações para a elaboração política. Os desafios para essa elaboração programática são enormes, especialmente aqueles relacionados à internacionalização das economias – o caminho para um capitalismo global. O papel da periferia nessas metamorfoses mostra o quão estratégico ela é para a construção do capitalismo global, destacando a sua natureza como uma hierarquia global que muda ao longo do tempo. Esta avaliação introduz uma discussão sobre seis problemas contemporâneos, do aquecimento global às guerras, indicando o peso da dimensão internacional. Uma agenda para reformas globais é sugerida para enfrentar esses desafios.

**Palavras-chave:** metamorfoses do capitalismo, socialismo

EDUARDO  
DA MOTTA E  
ALBUQUERQUE

Professor titular do  
Departamento de Ciências  
Econômicas e do Cedeplar da  
UFMG.

Emai: [albuquer@cedeplar.ufmg.br](mailto:albuquer@cedeplar.ufmg.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1591-875X>

---

<sup>1</sup> Uma versão deste artigo foi apresentada na *Historical Materialism London Conference, 2024 – Stream Post-Capitalism, Session “Planning (Eco-Socialist) Futures at the Global Scale”*, no dia 7 de novembro de 2024. A tradução de uma versão deste artigo para o português foi realizada por Helena Mader. A pesquisa que o originou é apoiada pelo CNPq (Projeto 307516/2022-9). Agradeço à *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* pelos comentários de um parecer anônimo, que enriqueceram esta versão, além da leitura e dos comentários e sugestões de seu Comitê Editorial.

### **Abstract**

This paper discusses contemporary changes in the global capitalistic dynamic and their implications for political elaboration. The challenges for this programmatic elaboration are huge, especially those related to internationalization of economies – the road for a global capitalism. The role of the periphery in these metamorphoses shows how strategic it is for the making of global capitalism, highlighting how this outcome is a global hierarchy that changes over time. This evaluation introduces a discussion on six contemporary problems, from global warming to wars, indicating how international they are. An agenda for global reforms is suggested to face those challenges.

**Keywords:** metamorphoses of capitalism, socialism

## Introdução

Este artigo discute como as mudanças contemporâneas na dinâmica capitalista global podem ser avaliadas e interpretadas em um esforço colaborativo para atualizar um programa de superação do capitalismo. Os desafios para esta elaboração programática são enormes, mas este artigo gostaria de se concentrar em uma questão bem específica: as implicações da internacionalização das economias – o caminho para um capitalismo global – para a elaboração programática.

O capital tem um “poder de expansão” (Marx, 1867, p. 752) que não conhece fronteiras nacionais – a internacionalização do capital é uma parte inerente da dinâmica capitalista. Este processo leva a mudanças estruturais relacionadas à formação do capitalismo global. Há um amplo consenso relacionado à amplitude dos processos de internacionalização/globalização, que pode ser apreendido de diferentes instituições, cada uma lidando com diferentes aspectos dessa internacionalização – internacionalização da produção (Unctad, 2005, 2011, 2013), globalização das finanças (BIS, 2017, capítulo 5), movimentos internacionais de pessoas (World Bank, 2023). A elaboração teórica pode apontar para esse processo, com um debate sobre seu escopo e profundidade (Panitch e Gindin, 2012; Robinson, 2004).

A formação de uma economia capitalista global é um processo de longo prazo, já identificado por Marx (1867), um processo que tem uma dinâmica que deve ser investigada. Kondratiev (1926, p. 49) sugere que as mudanças estruturais que moldam ondas longas de desenvolvimento capitalista são causadas por quatro fatores diferentes, um deles sendo a “inclusão de novas regiões na economia global”. Furtado (1987) avalia como a revolução industrial está relacionada a uma nova divisão entre um centro e uma periferia, uma nova divisão internacional do trabalho, um processo que é definido por aqueles países que geram progresso tecnológico. Furtado enfatiza, portanto, a importância dessa divisão centro-periferia, uma característica estrutural de uma economia global em formação.

A partir de uma estrutura teórica baseada em Kondratiev (1926), Furtado (1987) e Cohen e Levinthal (1989), um trabalho anterior sugere que a economia global é moldada por uma interação entre forças expansivas que emanam do centro e forças assimilativas criadas na periferia (Albuquerque, 2023). O resultado dessa interação é uma economia global caracterizada por uma hierarquia global entre regiões e países. Com o tempo, essa hierarquia é remodelada por essa interação, à medida que revoluções tecnológicas ocorrem no centro, renovando as fontes de iniciativas que levam a novas reconfigurações da divisão internacional do trabalho – um componente-chave das metamorfoses do capitalismo (Furtado, 2002).

O papel da periferia nessas metamorfoses mostra como ela é estratégica para a construção de um capitalismo global, destacando como resultado uma hierarquia global – uma fonte de problemas profundos, como desigualdades globais e regionais, uma incapacidade persistente de resolver problemas humanos muito básicos e uma fonte de novos desafios para a humanidade.

Como uma característica estrutural do capitalismo global, essa hierarquia global deve ser entendida para a elaboração de uma alternativa socialista. Este artigo tem um objetivo muito simples: discutir/investigar como a dimensão internacional, global porque inclui a periferia, pode fazer parte do esforço coletivo para uma elaboração programática de uma alternativa socialista contemporânea.

Este artigo está organizado em cinco seções. A primeira apresenta notas metodológicas sobre elaboração programática. A segunda seção integra a periferia nas metamorfoses do capitalismo. A terceira foca em dimensões internacionais selecionadas para elaboração programática contemporânea, que orientam a sugestão de uma agenda de reformas globais resumida na quarta seção. A quinta seção explora como esses pontos programáticos, com sua influência mútua, podem desencadear uma dinâmica transitória em direção a um novo sistema, que deve ser tão global quanto a economia atual – o socialismo global.

## I. Notas metodológicas sobre a elaboração programática

Rosdolsky (1968, capítulo 28) é um ponto de partida para esta discussão, pois combina investigação sobre transformações do capitalismo, afetando a operação da lei do valor, e a tentativa de identificar nessa dinâmica elementos que poderiam indicar tendências de uma nova sociedade dentro do capitalismo contemporâneo: sementes visíveis do socialismo (p. 414). Uma investigação dos “limites históricos da lei do valor” deve entender as mudanças no capitalismo para elaborar um programa adequado à fase histórica atual.

A investigação das mudanças na operação da lei do valor é parte de um entendimento de seus “limites históricos”. Rosdolsky (1968) destaca o impacto da “nova revolução industrial” contemporânea e dos “desenvolvimentos da tecnologia moderna” nas possibilidades de uma transição para uma nova realidade, onde o “tempo descartável” e não o “tempo de trabalho” pode ser a forma pela qual “a riqueza social é medida” (p. 427-428). Essas notas metodológicas de Rosdolsky podem ser lidas como sugestões de que, à medida que o capitalismo impulsionado pelas revoluções tecnológicas muda, o programa para sua superação também deve ser alterado – há uma relação entre as metamorfoses do capitalismo e a elaboração programática.

Se a emergência da world.wide.web (www) pode ser interpretada como uma nova revolução tecnológica (Albuquerque, 2023, p. 194), seus desdobramentos impactaram a história da inteligência artificial, com uma nova fase a partir de 201: big data (Russel e Norvig, 2020, seção 1.3). A fase big data, por sua vez, impulsionou novos desenvolvimentos ilustrados pela criação do ChatGPT. A importância da inteligência artificial exige discussões para a compreensão de sua natureza, no mínimo uma tecnologia de propósito geral (Trajtenberg, 2019). O caráter global das tecnologias da inteligência artificial e o seu peso em rearranjos geopolíticos atuais (Wong *et al.*, 2024; Gibney, 2025) ilustram a necessidade de permanente atualização programática.

Uma mudança fundamental na operação da lei do valor é o papel crescente da dimensão internacional. Marx (1867, p. 247) apontou que “o comércio mundial e o mercado mundial” são instituições a partir das quais “a história moderna do capital começa a se desenrolar”. Heinrich (2004, p. 217) enfatiza um processo dinâmico, pois “o mercado mundial não é apenas uma pré-condição, mas o resultado constantemente recriado do modo de produção capitalista”. Essa mudança constante na estrutura dos mercados mundiais é investigada dentro da abordagem de sistemas complexos em Melo (2024).

A interconexão do mercado mundial e a operação da lei do valor são destacadas por Rubin (1926, p. 144): “[q]uando a troca é restrita dentro das fronteiras nacionais, o trabalho abstrato ainda não existe em sua forma mais desenvolvida. O trabalho abstrato atinge sua conclusão quando o comércio internacional conecta e unifica todos os países”.

Com o tempo, o mercado mundial muda, e este é um assunto importante de pesquisa: Mandel (1972, capítulo 2) é uma boa referência para essas mudanças após quatro revoluções tecnológicas. Neusüss (1974, p. 160) é uma elaboração focada nas mudanças na operação da lei do valor após os movimentos internacionais de capital – e ela enfatiza que após a Segunda Guerra Mundial a corporação multinacional se tornou a forma mais importante de internacionalização do capital. Neusüss (p. 158) apresenta uma elaboração muito interessante sobre como a lei do valor é modificada quando opera em nível mundial, e que a corporação multinacional, com suas subsidiárias, pode modificar e/ou bloquear essas condições alteradas.<sup>2</sup>

À medida que as conexões internacionais e as organizações internacionais mudam o mercado mundial, elas apresentam um desafio para a elaboração programática: a internacionalização é uma dimensão específica das metamorfoses do capitalismo. Por um lado, seguindo a sugestão de Rosdolsky, devemos investigar como essa tendência interna do desenvolvimento

---

<sup>2</sup> A participação de Christel Neusüss no pouco conhecido, mas importante, “debate alemão sobre o mercado mundial” é descrita por Nachtwey e Brink (2008).

capitalista pode apresentar novas sementes visíveis do socialismo – esses novos desenvolvimentos podem apresentar novas oportunidades (e desafios) para a organização internacional dos trabalhadores. Por outro lado, a extensão da internacionalização na economia contemporânea cria uma fonte de problemas, uma nova fonte de crises: a incompatibilidade entre a escala e o escopo da internacionalização da economia e a falta de instituições internacionais para regulá-las e gerenciá-las.

As metamorfoses do capitalismo apresentaram novos desafios à humanidade, que podem estar relacionados não às sementes visíveis do socialismo, mas aos elementos trágicos e destrutivos que são apontados pelo *slogan* de Rosa Luxemburgo: “transição para o socialismo ou regressão à barbárie” (1915). Rosa Luxemburgo escreve da prisão, condenada por sua luta contra a guerra. Após a derrota alemã e durante o momento revolucionário na Alemanha, Rosa Luxemburgo (1918) em sua elaboração programática propõe que “todas as indústrias de guerra e munições devem ser abolidas”. Esses comentários de Rosa Luxemburgo podem ser um complemento metodológico à abordagem de Rosdolsky: a elaboração programática deve lidar com tendências destrutivas inerentes à dinâmica capitalista, mecanismos autodestrutivos. Esses mecanismos autodestrutivos podem estar relacionados a lock-ins construídos em função da lógica cega existente no feedback entre lucro e inovação, inerente à dinâmica do sistema capitalista.

Esses mecanismos autodestrutivos – que apresentam catástrofes iminentes – exigem pontos programáticos para lidar com a guerra e o meio ambiente.

Um mecanismo autodestrutivo é a consolidação de investimentos relacionados à guerra na dinâmica econômica, institucionalmente incorporados na variedade de capitalismo que se formou nos Estados Unidos durante o final dos anos 1940 e início dos anos 1950: o complexo militar-industrial como uma instituição-chave (Higgs, 1994). Essa incorporação impactou outras instituições, ilustradas pelo sistema de inovação dos Estados Unidos, que têm os investimentos relacionados à guerra como um componente

estrutural muito importante (Mowery, 2010), contribuindo inclusive para moldar a natureza dos processos inovadores no país capitalista líder. Essa dinâmica e esse arranjo institucional impactam outros países e é uma das explicações do total de gastos militares globais em 2023: US\$ 2,44 trilhões (Sipri, 2024, p. 4). Esse enorme acúmulo de recursos destrutivos impacta a sociedade global, pois surge uma lógica de que a guerra alimenta a guerra e gera vários conflitos armados (Kaldor, 2012, p. 182).

Outro mecanismo autodestrutivo é o impacto das consequências (imprevisíveis) de duas revoluções tecnológicas e do crescimento exponencial das economias capitalistas: problemas ambientais e mudanças climáticas. A segunda e quarta revoluções tecnológicas (Freeman e Louçã, 2001) são baseadas em combustíveis fósseis, carvão e petróleo, respectivamente, que a ciência descobriu que são causas do aquecimento da Terra (Nobel Prize Committee, 2021). O crescimento exponencial da economia global guiada cegamente pela conexão entre lucro e inovação – fonte de superlucros – apresenta novos problemas relacionados ao esgotamento dos recursos naturais da Terra.<sup>3</sup> Ambas as dinâmicas apresentam catástrofes iminentes que demandam novos pontos programáticos.

Em suma, as metamorfoses do capitalismo exigem para a elaboração programática a necessidade de identificar três tópicos: mudanças estruturais do capitalismo global, sementes visíveis do socialismo emergindo nessas mudanças e mecanismos autodestrutivos a serem desmontados. Além dos limites específicos da discussão realizada neste artigo, uma questão final para a discussão metodológica é a combinação entre novas questões – como as aqui discutidas – com questões estruturais, de profundo enraizamento na vida social. Um exemplo é a “questão estrutural da reprodução social no

---

<sup>3</sup> Essa orientação cega dada pela busca de superlucros poderia ser entendida usando a elaboração de Simon (1978) sobre racionalidade limitada – a impossibilidade de conhecer as consequências das decisões. Rosenberg (1996) menciona ignorância e Kahneman (2013, p. 201) discute como as crises são inconhecíveis. Algumas consequências das tecnologias eram desconhecidas quando surgiram, mas agora há uma compreensão científica das implicações das atividades humanas no clima (Nobel Prize Committee, 2021; Blake e Gilman, 2024). Portanto, hoje essa orientação cega também é injustificável – há evidências suficientes do peso das “externalidades negativas” criadas por investimentos baseados em combustíveis fósseis.

sistema capitalista global, sedimentada no patriarcado e racismo em âmbito internacional”.<sup>4</sup> Ou seja, problemas estruturais incrustados na dinâmica capitalista terminam reconfigurados pelas mudanças no sistema, como exemplificado pelo estudo de J. Smith (2016) sobre cadeias globais de valor, que reconfiguram o papel do trabalho da mulher (Smith, 2016, p. 124-132).

## **2. Metamorfoses do capitalismo e a periferia**

A formação do capitalismo global é discutida por diferentes autores, mostrando diferentes balanços sobre a dinâmica e o estágio dessa formação. Panitch e Gindin (2012) enfatizam o papel dos Estados Unidos nesse processo, enquanto Robinson (2004) avalia que um capitalismo global estaria em um estágio mais avançado.

Esta seção explora o papel da periferia nesse processo, pois o capitalismo global deve ser interpretado como um sistema que desde seu início inclui novas regiões e se expande para atingir um ponto hoje em que está presente em todos os lugares. Neste sistema global, onde os estados-nação são suas unidades, o papel da periferia é uma parte importante das metamorfoses do capitalismo. Como esta seção discute, a periferia não tem um papel passivo e, ao longo do tempo, impacta a dinâmica no centro. Ao longo do tempo, há diferentes papéis da periferia, e sua heterogeneidade aponta para diferentes papéis de diferentes regiões e diferentes conexões entre o centro e a periferia.

### **2.1. A interação entre forças expansivas e assimilativas que moldam uma hierarquia global**

As forças expansivas que emanam do centro e as forças assimilativas criadas na periferia ao longo do tempo têm influência mútua, ambas impactam

---

<sup>4</sup> Essa questão foi apresentada pelo parecer anônimo preparado para a revista – de onde cito o trecho acima. Agradeço a crítica e a sugestão, que me levaram a propor esta última nota metodológica, inspirada no parecer que comentava se tratar de tema abordável a partir de Engels ou de resultados de pesquisa acadêmica mais recente, como nos trabalhos de T. Bhattachary – velhos temas com novas questões e abordagens.

e são impactadas uma pela outra, formando uma interação que molda a economia global. Essa interação, desde a Revolução Industrial, configurou e reconfigurou a economia global.

Essa interação está na raiz da expansão do capitalismo (Albuquerque, 2023). Essa interação sugere que a periferia não é uma região global passiva, moldada apenas pelas forças expansivas que emanam do centro. Pelo contrário, instituições são construídas para aprendizado e assimilação tecnológicos – sistemas de inovação –, que dependem fortemente de condições políticas – a independência política é um fator-chave para a formação de sistemas de inovação. A raridade de processos de catch-up bem-sucedidos é uma evidência de quão difícil é esse processo (Lee, 2019, p. 22). As diferentes forças assimilativas construídas na periferia definem até onde um país/região pode chegar na absorção de tecnologias geradas no centro. Essas forças assimilativas desiguais moldam uma periferia heterogênea.

A influência mútua entre forças expansivas e assimilativas molda uma dinâmica peculiar na economia global (Albuquerque, 2023).

Por um lado, o crescimento das forças assimilativas impacta as forças expansivas de várias formas. À medida que a assimilação cresce na periferia, a lógica de expansão também deve mudar, surgem novos núcleos de acumulação capitalista que se desenvolvem em todo o mundo, com diversas consequências, como mercados maiores para importações, novas capacidades que apresentam novas demandas industriais por bens de capital, novas capacidades técnicas e de engenharia que podem atrair multinacionais para construir subsidiárias para aproveitar esses novos recursos etc.

Por outro lado, mudanças nas forças expansivas impactam as forças assimilativas, à medida que novos alvos para o aprendizado tecnológico aparecem, novas importações podem posteriormente impulsionar novas políticas de substituição de importações, novas instituições do sistema de inovação devem ser construídas, etc.

A ênfase nessa interação, nessa influência mútua entre forças que emanam do centro e forças criadas na periferia, é importante para destacar o papel da periferia na configuração da economia global. A economia global é organizada por essa interação como uma hierarquia global, uma divisão internacional do trabalho, definida por uma dinâmica mutável entre um centro e uma periferia.

Essa hierarquia global é preservada e transformada, ela muda ao longo do tempo. Ela é preservada à medida que a divisão entre um centro e uma periferia persiste. E ela é transformada, à medida que países/regiões mudam seus papéis nessa hierarquia – processos de industrialização, novas demandas por recursos naturais, políticas industriais, transformam países periféricos, significando novas posições na divisão internacional do trabalho. A hierarquia global se torna mais heterogênea, com mais e novas conexões, mais empresas, mais produtos, diferentes recursos naturais demandados por novas tecnologias e mudanças nos hiatos de tecnologia e de renda.

## **2.2. Organizações e mercados no nível mundial**

Simon (1991) apresentou um balanço para a economia dos Estados Unidos sobre a relação entre essas instituições que organizam o capitalismo, mostrando que “[a] grande parte do comportamento do sistema agora ocorre dentro de firmas, e não consiste apenas em trocas de mercado” (p. 25). A “ubiquidade” das organizações é um tópico importante do artigo de Simon, que conclui avaliando que “[a]s economias da sociedade industrializada moderna podem ser mais adequadamente rotuladas como economias organizacionais do que como economias de mercado” (p. 42).

Essas mudanças estruturais derivadas das interações entre mudanças nas fronteiras das firmas e mudanças nos mercados são constitutivas de metamorfoses do capitalismo. A questão agora é como essas mudanças se aplicam à arena internacional.

Como uma mudança importante nas fronteiras das empresas durante o século XX foi sua capacidade de construir subsidiárias em países estrangeiros,

a questão apresentada por Simon no nível nacional também pode estar presente no nível internacional. Hymer (1970), seguindo Coase e Chandler, sugere que “[c]ada etapa na evolução da empresa empresarial teve implicações importantes para a estrutura da economia internacional” (p. 442). Mais especificamente, “[c]orporações multinacionais são um substituto para o mercado como um método de organização de troca internacional” (p. 441). Como entidades de planejamento internacional, coordenando a produção entre diferentes países, criando subsidiárias e uma divisão internacional de trabalho intrafirma, as corporações multinacionais criam novas camadas de hierarquia com a economia global.

Com o tempo, o crescimento da escala e do escopo das transnacionais, até um ponto em que o comércio global é dominado por empresas transnacionais (BIS, 2017, p. 102), novas reconfigurações ocorrem e as empresas multinacionais se tornam organizadoras de cadeias de valor globais, empregando diversas formas contratuais para a produção internacional (Unctad, 2013, p. 140). Essas mudanças significam novas formas de hierarquia, agora envolvendo modo de produção intrafirma, não acionário e muitas relações contratuais diferentes: os mercados se tornam uma ferramenta para as empresas transnacionais planejarem atividades globais.

As corporações transnacionais e suas cadeias de valor globais são novas formas de conexões dentro da hierarquia global que é a economia mundial. Neste tópico, a interação entre forças expansivas e assimilativas também é transformada, à medida que os países periféricos começam a sediar empresas transnacionais (Unctad, 2006) – as corporações transnacionais são uma forma de assimilação de novas tecnologias e outra forma de conexão com o centro.

A intensidade da internacionalização do capital promovida pelas corporações transnacionais cria um descompasso importante na economia global, pois não há uma instituição transfronteiras para regulá-las: isso pode ser uma fonte importante de desequilíbrios que se tornam fonte de crises.

Propostas como um imposto global sobre o capital podem ser um ponto de partida nesse sentido (Piketty, 2013, capítulo 15).

### **2.3. Hierarquia global e mudança na divisão internacional do trabalho**

O resultado da interação entre forças expansivas e assimilativas é uma hierarquia global, basicamente uma hierarquia entre um centro e uma periferia, como a abordagem estruturalista sugeriu (Furtado, 1987). A divisão entre o centro e a periferia não é estática, mudando ao longo do tempo à medida que as revoluções tecnológicas no centro impactam a periferia, e a periferia aprende a absorver pelo menos parte das novas tecnologias (Chaves *et al.*, 2020). Há uma sequência de divergência e convergência entre esses dois polos da economia global, à medida que o domínio das forças expansivas ou assimilativas muda.

Tanto o centro quanto a periferia são heterogêneos, pois uma miríade de variedades de capitalismo pode ser uma indicação da diversidade econômica.

O centro pode ser dividido inicialmente pelo país líder e hegemônico e o resto do centro – ser o país hegemônico importa, especialmente pelas vantagens derivadas de uma hierarquia monetária internacional, que dá à moeda líder “privilégios exorbitantes” (Eichengreen, 2011). Essa hierarquia – e suas mudanças ao longo do tempo – podem ser indicadas pela posição da libra esterlina no final do século XIX (Eichengreen, 2008, p. 20) e pela posição do dólar americano após a Segunda Guerra Mundial (Guttman, 2022, p. 75-77). Guttman (p. 20-23) discute as pré-condições para ser o emissor de “dinheiro mundial”, que depende de capacidades econômicas e tecnológicas – relacionadas às condições para ter iniciativa para configurar a divisão internacional do trabalho: “a economia que ... gerou progresso tecnológico” (Furtado, 1987, p. 219).

A periferia é heterogênea, e com o tempo essa heterogeneidade aumenta. As raízes dessa crescente heterogeneidade são a força/limitações das forças assimilativas em cada região. Furtado (1987, pp. 220-221) apresenta tipologia

de diferentes habilidades de regiões periféricas para manter domesticamente a riqueza criada por sua participação na divisão internacional do trabalho. Em um extremo, há uma condição colonial pura, na qual o excedente é completamente apropriado pelo centro (p. 220), e no outro extremo há uma condição em que o Estado e as elites domésticas podem ficar com uma grande parte do excedente (p. 221) – esse tipo pode eventualmente alcançar um catch-up bem-sucedido.

Essas diferentes estruturas econômicas construídas em países periféricos explicam sua heterogeneidade.

Como ilustração de um extremo, a operação exclusiva de forças expansivas do centro, em movimentos buscando diferentes recursos naturais demandados após diferentes revoluções tecnológicas, temos o caso do Congo contemporâneo. Kara (2023, p. 15) apresenta uma descrição muito pedagógica dessas mudanças, já que o Congo é “lar de alguns dos maiores suprimentos de quase todos os recursos que o mundo desejava, frequentemente na época de novas invenções ou desenvolvimentos industriais”: do marfim na década de 1880, borracha na década de 1890 e, finalmente, “cobalto para baterias recarregáveis” (década de 2010). Essa riqueza de recursos explorados não levou a uma transformação da economia do Congo de um país minerador para pelo menos o início da industrialização.

O outro extremo pode ser ilustrado pelo Leste Asiático, onde países ainda periféricos como China, Tailândia, Malásia, estão desenvolvendo alguma absorção de tecnologias relacionadas a semicondutores, na medida que suas empresas fazem parte de redes globais que os produzem. Essa participação pode ser uma indicação do tamanho dos investimentos domésticos necessários para entender e aprender a lidar com essas tecnologias. Esses avanços das forças assimilativas, especialmente no caso da China, provocam reação nos países líderes, que reenergizam seus investimentos tecnológicos, uma mudança na operação das forças expansivas no centro (Wong *et al.*, 2024).

Entre esses extremos, há regiões periféricas que foram incluídas na economia global após a revolução tecnológica do motor de combustão (a quarta

revolução tecnológica em Freeman e Louçã, 2001), que detonou a busca por reservas de petróleo em todos os lugares: Rússia, Irã, países do Mena, alguns países da África subsaariana e alguns países da América Latina foram transformados por essa enorme demanda. Com o tempo, a natureza dessa relação mudou, com alguns países apenas extraíndo petróleo e outros refinando-o e, eventualmente, desenvolvendo alguns setores da indústria petroquímica. Essas formas diferenciadas de conexão com a economia global significam diferentes níveis de desenvolvimento econômico, mas também mostram como esse tipo de conexão pode levar ao comportamento predatório de empresas transnacionais e elites locais. Essas diferentes formas de conexão introduzem uma especificidade nos mecanismos autodestrutivos na periferia, pois nela podem operar incentivos fornecidos desde o centro para a busca de lucros através de padrões predatórios de atividade econômica (Albuquerque e Faria, 2019).

A hierarquia global, ao promover conexões desiguais (preferenciais, selecionadas) entre o centro e as regiões periféricas, é reproduzida – propriedades fractais do capitalismo global? – localmente, ampliando a desigualdade dentro da periferia.

Essa economia global, com sua hierarquia, é uma consequência de formas de forças expansivas: colonialismo na África. Michalopoulos e Papaioannou (2020, p. 58-81) pesquisam o papel do colonialismo como um legado histórico, que tem impactos negativos nas perspectivas de desenvolvimento contemporâneas.<sup>5</sup> Um legado importante é a fragmentação política da região subsaariana, com fronteiras artificiais de estados-nação dividindo comunidades étnicas e linguísticas (p. 89): essa partição, um legado da “Scramble for Africa”, pode ter impacto nos níveis atuais de violência na região (p. 89). A fragmentação política é apenas um dos problemas do legado colonial.

---

<sup>4</sup>W. Rodney está entre os trabalhos citados por Michalopoulos e Papaioannou (2020): o livro *How Europe underdeveloped Africa* é uma referência geral para a história colonial da África (p. 59), para uma discussão das instituições coloniais (p. 63) e como inspiração para a hipótese da existência de “slavery-induced predatory institutions” (p. 100). Agradeço ao parecer anônimo pela referência à obra de W. Rodney (1972).

Uma biografia de Franz Fanon menciona como a associação entre imperialismo e racismo, ressaltados por H. Arendt, foi antecipada por Césaire, que afirma que “a violência colonial estabeleceu as bases necessárias para o racismo, a perseguição e o assassinato em massa que o nazismo infligiria no continente europeu” (Shatz, 2024, p. 120).

Fragmentação política – importante também em regiões da América Latina –, fronteiras artificiais – provavelmente relevantes para partes do Oriente Médio –, são elementos da configuração da hierarquia global discutida nesta seção, pois podem enfraquecer conexões regionais com países vizinhos e fortalecer conexões diretas entre regiões periféricas específicas e países no centro (exemplo na América Central). E esse tipo de conexão favorece a condição do centro para definir o papel dessa região periférica na divisão internacional do trabalho.

A inclusão de países da antiga URSS na divisão internacional do trabalho enfatizou o novo potencial de países como a Rússia como fonte de recursos minerais, especialmente petróleo, sem maiores esforços para reorganizar a nova ordem após o fim da Guerra Fria. Por um lado, esses incentivos para a consolidação do papel da Rússia como um país exportador de petróleo também favorecem o lado predatório do crescimento econômico. Por outro lado, esse rearranjo pode estar por trás da escalada da violência naquela região periférica da economia global.

E, finalmente, quando os países mostram potencial para um catch-up bem-sucedido, reações do centro surgem para tornar essa trajetória mais difícil. Wong *et al.* (2024) é uma boa ilustração desses novos problemas difíceis – problemas geopolíticos são parte dos desafios que um país pode enfrentar para ter sucesso no “caminho estreito” que leva ao catch-up (Lee, 2019). Problemas geopolíticos são traduzidos em objetivos militares e gastos com armas, reforçando a lógica por trás do complexo militar-industrial na economia global.

Em suma, as metamorfoses do capitalismo, resultado da interação entre forças expansivas e assimilativas, configuram e reconfiguram uma hierarquia

global que define a economia mundial contemporânea. Esta hierarquia global é um problema que o sistema capitalista não é capaz de resolver, e sua organização incorpora na economia global problemas que devem ser enfrentados como problemas internacionais. As notas introdutórias sobre a hierarquia global e os problemas relacionados criados por ela são um guia para a definição de tópicos-chave que são desafios para uma elaboração programática.

### **3. Desafios transfronteiras para a elaboração programática**

A organização da economia global como uma hierarquia global é simultaneamente um problema e uma causa de outros problemas. Como a natureza global do sistema existente é cada vez mais sentida através da multiplicação de conexões internacionais e movimentos e fluxos transfronteiras discutidos na seção 2, não é possível lidar se limitando ao horizonte interno de estados-nação.

Esta seção lista seis problemas estruturais, desafios contemporâneos, investigando como eles são consequência da configuração global do sistema capitalista apresentada na seção anterior.

#### **3.1. Persistência do subdesenvolvimento, desigualdade e capitalismo predatório**

A natureza hierárquica da economia global discutida na seção anterior incorpora o subdesenvolvimento como uma armadilha histórica (Furtado, 1992, p. 37-57). Esta armadilha histórica pode ter raízes em um impacto específico das forças expansivas nos países periféricos, pois podem significar inicialmente um crescente hiato de renda e um aumento no atraso relativo dos países. Historicamente, as forças expansivas não operam restrições importantes ao livre fluxo de ideias e tecnologias. Ilustrações dessas barreiras são a proibição britânica de exportações de máquinas no início do século

XIX e os movimentos do final do século XX para fortalecer os direitos de propriedade intelectual.

A reprodução doméstica da hierarquia global, relacionada à desigualdade dentro de países periféricos, é um fator de bloqueio para economias de escala necessárias para importantes feedbacks positivos do desenvolvimento econômico. Legados dos tempos coloniais, especialmente onde a fragmentação política é uma realidade, também são importantes mecanismos autossustentáveis que preservam a armadilha do subdesenvolvimento.

A iniciativa do centro de organizar a divisão internacional do trabalho significa um forte incentivo para que regiões e países da periferia obtenham excedentes da produção agrícola e de mineração, criando lock-ins em economias atrasadas que preservam as raízes do subdesenvolvimento. O tipo de conexão estabelecida entre o centro e os países periféricos ricos em minerais representam mecanismos autossustentáveis que renovam os vínculos hierárquicos conforme a demanda muda no centro após novas revoluções tecnológicas. Além disso, ganhos fáceis de dinâmicas predatórias também são um fator de bloqueio de uma dinâmica de crescimento mais virtuosa, além de uma fonte de novos problemas relacionados ao meio ambiente e à saúde.

As forças assimilativas que operam na periferia vêm mudando os pesos econômicos relativos da região em relação ao centro, e isso é uma fonte de um tipo de descompasso global entre os dois grandes blocos da hierarquia global: essa crescente relevância econômica, científica e tecnológica da periferia não se traduz em rearranjos institucionais para essa nova realidade. Esse tipo de descompasso pode ter sido uma fonte importante da crise de 2007-2008, por exemplo (Wade, 2010).

### **3.2. Aquecimento global e catástrofes ecológicas**

A economia global com sua hierarquia global conecta o centro e a periferia no lock-in dos combustíveis fósseis (Soares, 2024, capítulo 1). A divisão internacional do trabalho, transformada ao longo do tempo à medida que as

Companhias Internacionais de Petróleo, Companhias Nacionais de Petróleo e Companhias de Serviços de Petróleo mudam seus papéis após eventos políticos e tecnológicos, mostra como esse lock-in global (Beyazay-Odemis, 2016) é muito difícil de quebrar. A formação longa e global desse lock-in envolve uma divisão internacional do trabalho com países especializados no fornecimento de petróleo – um componente dos problemas discutidos em relação ao desenvolvimento, incluindo incentivos persistentes a práticas predatórias como o risco de extração de petróleo na região amazônica. Este lock-in global, organizado hierarquicamente a partir do centro, inclui seus países, ilustrado pelo recente boom do fracking – relacionado à “revolução do xisto” (The Economist, 2024).

Este lock-in global é uma fonte importante do impacto humano nas mudanças climáticas (Nobel Prize Committee, 2021). Este problema-chave da humanidade é um problema internacional, certamente sem condições de ser resolvido em um único país.

A hierarquia global que molda a exploração de recursos minerais no Congo, conforme discutido acima, também causa problemas ambientais, relacionados ao desmatamento lá. Mapas que indicam recursos minerais dentro das florestas de hoje podem ser um guia para os problemas derivados da expansão das atividades de mineração – na periferia – para atender a demanda no centro por novos produtos.

### **3.3. Doenças infecciosas emergentes e saúde global**

A orientação cega do vínculo lucro-inovação levou aos problemas relacionados ao meio ambiente discutidos na subseção anterior. Esta forma de relação econômica com a natureza está por detrás de potenciais novas doenças infecciosas – a Covid-19 é a última pandemia de uma longa lista (Gatti *et al.*, 2021). O capitalismo global é um sistema complexo que interage com outros sistemas complexos – nossa biosfera e nosso planeta. Doenças nunca conheceram fronteiras nacionais (Porter, 1998). O

fortalecimento das interconexões ao redor do mundo apenas acelera uma dinâmica antiga.

Como as doenças não conhecem fronteiras nacionais, a saúde se torna uma questão internacional, também por causa dos vínculos transnacionais na produção de medicamentos, vacinas e conhecimento médico. O monitoramento muito básico de potenciais doenças emergentes exige cooperação internacional. A Covid-19 é uma evidência da “desproporção entre o risco de pandemia e o investimento em saúde pública global” (Tooze, 2021, p. 34).

### **3.4. Despesas militares e guerras**

As despesas militares globais atingiram um total de US\$ 2,44 trilhões em 2023 (Sipri, 2024, p. 4). Este enorme desperdício de recursos, certamente relacionado ao poder necessário para manter posições hegemônicas – Arrighi (1994) associa isso ao poder econômico e militar. O poder militar está correlacionado às condições geopolíticas que sustentam a hierarquia global discutida na seção dois.

Este enorme desperdício de recursos está estruturalmente relacionado a uma característica da variedade de capitalismo construída nos Estados Unidos pós-Segunda Guerra Mundial, onde o complexo militar-industrial é um componente-chave de sua dinâmica. Esta característica estrutural é copiada por outras variedades de capitalismo hoje, levando ao tamanho dos gastos globais com recursos militares – um aparato destrutivo.

Esta lógica é inerente à atual variedade de capitalismo prevalente nos Estados Unidos e afeta outros setores. Um impacto no tamanho e papel do Estado em países desenvolvidos: gastos com armas e despesas relacionadas moldam prioridades, definem uma forma de presença global e definem a lógica da guerra globalmente. O resultado é uma realidade na qual, além da guerra na Ucrânia e dos conflitos no Oriente Médio, há mais de cinquenta guerras relatadas pelo Sipri (2024, p. 3). Todas elas estão na periferia (Geneva Academy, 2024). Países em guerra sofrem destruição, mortes,

queda na expectativa de vida, em suma, impacto negativo em suas perspectivas de desenvolvimento.

O peso do complexo industrial-militar leva a outras alocações inadequadas, dado o impacto de objetivos militares na “direção do progresso tecnológico”, que podem fortalecer mecanismos autodestrutivos.

A acumulação global de recursos destrutivos relatada pelo Sipri (2024, p. 4) é ainda mais perigosa na conjuntura atual definida pela “turbulência sistêmica” de Arrighi: o risco de escalada militar e conflito em mudanças geopolíticas não é um problema menor, como o Relógio do Juízo Final mostrava no início de 2024.

### **3.5. Descompassos criados pela internacionalização do capital**

O nível de interconexão da economia global é objeto de diversas investigações. BIS (2017, capítulo 6) descreve o nível de globalização da produção e sua relação com a globalização das finanças (p. 97, p. 102). Agora, especialmente após a guerra na Ucrânia e a intensificação do conflito geopolítico, há uma preocupação com a desglobalização (LEE, 2024), uma espécie de rearranjo das cadeias de valor globais seguindo esses novos movimentos do país líder (Wong *et al.*, 2024). Esses rearranjos conjunturais, no entanto, não parecem apontar para um retorno às políticas estritamente dentro das nações – há rearranjos nas conexões internacionais.

Além disso, a intensidade das transformações trazidas pelas corporações transnacionais na medida em que se tornaram a forma dominante de organização da produção levou a mudanças que já estão inscritas na dinâmica global do sistema.

Uma consequência importante é um descompasso entre as instituições reguladoras do capitalismo, ainda basicamente no nível do Estado-nação, e o nível de internacionalização das atividades econômicas impulsionadas pela internacionalização do capital. Hymer (1970, p. 447-448) aponta para essa contradição, enquanto Panitch e Gindin (2012, p. 5) articulam a criação

do capitalismo global com a liderança dos Estados Unidos – o gerente de um capitalismo global em formação. Esse descompasso é mais evidente durante as crises, conforme ilustrado pela ação do FED dos EUA como um credor global de último recurso informal em 2008 (Tooze, 2018, p. 202-203). Esse descompasso é um elemento crucial da economia global contemporânea, provavelmente uma nova fonte de crises.

Outro descompasso é entre a internacionalização do capital e a fraqueza da organização internacional do trabalho, certamente uma fonte de flexibilidade para o capital e vantagens da multinacionalidade – descompasso relacionado à desigualdade. Outra questão relacionada ao trabalho em nível internacional é a intensificação dos movimentos migratórios internacionais (World Bank, 2023). A migração é uma fonte de força do centro capitalista, pois atrai força de trabalho valiosa para seu crescimento econômico. No entanto, esses movimentos são fonte de novos problemas, nos países centrais e nos países periféricos que às vezes perdem pessoas qualificadas formadas por suas instituições rudimentares de seus sistemas de inovação imaturos. A falta de verdadeira liberdade de movimentos internacionais e a falta de direitos de cidadania que transcendem as fronteiras nacionais são problemas que também podem ser identificados nos desajustes institucionais entre o nível de internacionalização e a fraqueza da organização internacional do trabalho e novas instituições para lidar com isso.

### **3.6. Vantagens para o emissor de dinheiro mundial**

A organização hierárquica do sistema monetário mundial é uma fonte adicional de problemas para os países periféricos em geral. Guttmann (2022, p. 13) sugere uma “pirâmide monetária internacional”.

A história do dólar como moeda mundial mostra a margem de manobra que essa posição hegemônica permite: Bretton Woods (1944), o fim de Bretton Woods (1971), o Acordo de Plaza (1985), o Acordo de Plaza reverso (1995), são ilustrações de mudanças dentro de uma hierarquia entre países

desenvolvidos (Guttman, 2022, p. 75-77 e 84-85; Brenner, 2006, p. 206-208 e 290). Essa hierarquia monetária – a “pirâmide monetária internacional” (Guttman, 2022, p. 12-14) – tem impactos ainda mais fortes na periferia, em uma forma que eventualmente torna o uso das finanças internacionais mais desafiador para os países periféricos (BIS, 2022, p. 11).<sup>6</sup>

Guttman discutindo essa pirâmide localiza países periféricos apenas em uma quarta camada (Brasil, África do Sul, Rússia), de “moedas de commodities”. Essa elaboração é interessante aqui porque conecta os movimentos dessas moedas à posição de seus países na divisão internacional do trabalho, conforme discutido na seção anterior. Para Guttman, “[a]s taxas de câmbio dessas moedas se movem em estreita correlação com os preços do mercado mundial das *commodities* que esses países se especializam em exportar, desde que essas exportações de *commodities* representem pelo menos um quarto ou mais de suas receitas totais de exportação” (2022, p. 13). Todo esse processo pode ser interpretado como mais pressão para a preservação de posições de meros produtores de minerais no mercado global, pressão para consolidação da hierarquia global.

#### 4. Uma agenda para reformas globais

Esses seis problemas são internacionais. Portanto, há a necessidade de uma agenda para reformas globais, cada uma lidando com um desses tópicos. Mas eles também estão inter-relacionados – sistemas complexos –, em uma rede de múltiplas influências. Esse fenômeno adiciona mais uma questão a toda a dinâmica, pois cada um desses problemas é internacional e cada um

---

<sup>6</sup> De acordo com o BIS (2022, p. 11), “o modelo tradicional de pagamentos transfronteiras apresenta ainda mais desafios para mercados emergentes e economias em desenvolvimento”. Pagamentos transfronteiriços “são frequentemente liquidados em um punhado de moedas dominantes e a negociação de câmbio envolvendo pares de moedas não dominantes permanece limitada. Isso expõe os países emergentes a efeitos colaterais das políticas monetárias de jurisdições das quais a moeda estrangeira se origina, bem como riscos de estabilidade financeira associados, como ciclos de crédito. O papel internacional limitado de muitas moedas locais de países emergentes também levanta a questão do acesso à liquidez para essas economias em tempos de turbulência financeira global”.

deles está relacionado a outros: eles não podem ser resolvidos nem em um país, nem separadamente.

As respostas para esses seis desafios podem ser pontos de partida para uma elaboração programática. Cada um desses seis tópicos programáticos envolve uma enorme elaboração teórica, muitas das quais já estão em andamento – o objetivo desta seção é listar alguns pontos muito introdutórios, identificar especialmente sua natureza internacional inerente e sugerir como eles estão inter-relacionados.

#### **4.1. Desarmamento e reconversão industrial (I)**

O primeiro passo é uma proclamação internacional do fim do uso de meios militares para a solução de problemas e cessar-fogo para todos os conflitos existentes. Este primeiro passo internacional precisa ser conectado à formação de instituições de paz que devem gerenciar a desmobilização de tropas globalmente e criar instituições para monitorar a paz e acabar com as hostilidades.

A desmobilização dos complexos militares-industriais de base nacional, responsáveis pelos gastos de US\$ 2,44 trilhões em armamentos em 2023, é um passo subsequente: trata-se de uma conversão dessas indústrias para usos civis, assunto que a literatura sobre “dividendo da paz” após o fim da Guerra Fria pode ser uma referência inicial para os ganhos que podem impactar a economia global (Brzoska, 2007, p. 1181-1184). A reconversão de uma produção militar para prioridades pacíficas também pode usar as experiências de reconversões anteriores, especialmente a reconversão posterior à Segunda Guerra Mundial (Alexander, 1994).

A inserção do complexo militar-industrial na estrutura do capitalismo atual é a fonte de um forte lock-in na economia global, que exige políticas concertadas para quebrá-lo. A dimensão internacional desse esforço pode ser refletida também no tipo de planejamento, transfronteiras, necessário para a reconversão da economia militar para usos civis. Essa reconversão, como Brzoska (2007, p. 1180) observa, envolve também transformação nas

prioridades de pesquisa e novos usos para recursos científicos e tecnológicos no setor militar.

#### **4.2. Energia limpa e reconversão industrial (2)**

As transformações para lidar com as mudanças climáticas exigem uma forte cooperação internacional, exigindo passos em direção às instituições planetárias (Blake e Gilman, 2024, capítulo 6), e fornecem evidências importantes sobre os limites dos Estados-nação para lidar com elas. O forte lock-in criado pela complexa rede que envolve extração de petróleo, refino, distribuição e a rede de transporte dependente de petróleo demanda um conjunto de reformas importantes que incluem outra reconversão industrial: de combustíveis fósseis para energia limpa. Da decisão de não explorar novas reservas para construir nova infraestrutura baseada em energias limpas, essa reconversão industrial demanda cooperação e planejamento transfronteiras.

Este ponto programático também está relacionado a mudanças econômicas que desmontem incentivos a dinâmicas predatórias, um tópico relacionado a outros pontos, especialmente a superação do subdesenvolvimento. O legado predatório espalhado pelo mundo exige um tipo especial de investimentos, com objetivos reparatórios – que podem incluir questões como reflorestamento, desconstrução de barragens com rejeitos de mineração, grandes investimentos em reciclagem etc.

#### **4.3. Prevenção de pandemias e saúde pública global**

A pandemia de Covid-19 destaca como os problemas de saúde são uma questão internacional, exigindo ação internacional. Demandas por tais iniciativas internacionais fizeram parte das discussões em 2020.

A dimensão internacional em saúde, por um lado, exige monitoramento e prevenção de pandemias que estão relacionadas a como nós, humanos, lidamos com a natureza (Gatti *et al.*, 2021), por outro lado, uma formação de instituições de saúde para lidar com novas doenças emergentes.

A formação de um sistema de bem-estar global é um tópico antigo nas discussões de economistas do desenvolvimento (Rosenstein-Rodan, 1984, p. 221).<sup>7</sup> Sua formação já tem algumas raízes iniciais em instituições internacionais como a Organização Mundial de Saúde, na força da colaboração internacional em ciência, nas atividades internacionais de corporações transnacionais neste setor. O setor de saúde tem uma estrutura peculiar, como um sistema de inovação setorial muito internacionalizado – uma ilustração deste arranjo institucional é apresentada por Binz e Truffer (2017), que exemplificam sua sugestão de um sistema de inovação global com um “hipotético sistema de inovação global em saúde” (p. 1288).

Esses dois arranjos institucionais podem ser importantes para uma nova dinâmica construída sobre uma prioridade, internacional, para a saúde pública. Franco et al. (2022, p. 8-9) exploram como eles estão interconectados e relacionados à lógica dos bens públicos globais.

#### **4.4. Benefícios da multinacionalidade compartilhados globalmente**

A ascensão da corporação transnacional como a unidade microeconômica básica do capitalismo contemporâneo traz novas questões para a elaboração programática.

Primeiro, a necessidade de compartilhar com a sociedade os benefícios da multinacionalidade, já que a presença em diversos países é uma fonte de vantagens comparativas (Dunning e Lundan, 2008, p. 101), de lucros extras. Uma medida inicial poderia ser a proposta de Piketty de um imposto global sobre o capital (2013, capítulo 15). Este imposto global precisaria de uma instituição internacional para administrá-lo, provavelmente com prioridade para ser investido na erradicação da pobreza e na melhoria das condições de trabalho.

---

<sup>7</sup> Avanços na construção de um sistema de bem-estar global certamente provocarão mudanças nos problemas derivados da forma da reprodução social no sistema capitalista, na “esfera doméstica, do cuidado, da reprodução da vida” – observação derivada de uma sugestão de um parecer anônimo desta revista, que agradeço.

Segundo, desajustes importantes que surgem da internacionalização do capital precisam ser institucionalmente abordados. Por um lado, iniciativas de trabalhadores devem construir redes internacionais de comissões auto-organizadas, dentro das empresas e suas cadeias de valor, uma organização de trabalhadores simétrica à organização internacional do capital. Simultaneamente, movimentos políticos pela liberdade internacional de movimentos de pessoas corresponderia à liberdade de movimento atualmente desfrutada pelo capital. Por outro lado, instituições internacionais para lidar com corporações internacionais devem ser formadas, para regulá-las e ter poder político e econômico suficiente para orientá-las a se ajustarem às duas reconversões industriais internacionais relativas ao desarmamento e à energia limpa (discutidas nas subseções 4.1 e 4.2), e para desmontar incentivos à atividade econômica predatória.

#### **4.5. Uma nova arquitetura financeira**

Uma nova arquitetura financeira global é necessária para superar problemas contemporâneos derivados do “privilégio exorbitante” conquistado pela moeda do país líder como moeda mundial, por um lado, e para resolver os enormes problemas em que os países com moedas nos níveis mais baixos da pirâmide monetária internacional incorrem para participar de transações internacionais.

Mudanças na arquitetura financeira global são extremamente difíceis, dada a associação entre o país hegemônico e a posição internacional de sua moeda, destacada por Preobrajensky (1926, p. 176), que também associa supremacia econômica e poder militar, antecipando-se à elaboração de Arrighi (1994). Essa articulação explicita a enorme resistência a alterações que afetem o “privilégio exorbitante”. Um exemplo dessa dificuldade é a posição atual da moeda chinesa no cenário mundial, bastante abaixo do peso do país tanto na economia mundial como no comércio mundial (McGuire *et al.*, 2024, p. 4). Adicionalmente, há um forte elemento inercial nessa posição, explicitada pela persistência do papel da libra até meados da década de

1950, apesar da perda da posição hegemônica do Reino Unido desde antes da Segunda Guerra Mundial (Schenck, 2010).

A elaboração de uma moeda internacional administrada por instituições internacionais pode ser um passo nessa direção. Os passos iniciais dessa reforma podem seguir as sugestões apresentadas por Guttman (2022, p. 295-297).

#### **4.6. Desenvolvimento global**

Uma nova arquitetura financeira seria uma mudança favorável para quebrar a natureza hierárquica da economia global. A cooperação global para o desenvolvimento pode se concentrar no fortalecimento das forças assimilativas. Como a formação e o aprimoramento de sistemas de inovação são o fator-chave para a assimilação, países e regiões menos desenvolvidos podem se beneficiar do surgimento de um sistema global de inovação, que pode expandir as conexões globais de forma menos hierárquica. Instituições locais articuladas com um sistema global de inovação podem construir capacidades científicas e tecnológicas para integrar o país/região nos esforços internacionais relacionados à prevenção de pandemias e ao desmonte de atividades econômicas predatórias.

As instituições de um sistema global de bem-estar emergente podem acelerar a superação da pobreza, avançar no controle de doenças preveníveis e incluir mais regiões em pesquisas e investimentos relacionados à saúde.

O planejamento de investimentos gerados pela reconversão de gastos militares e para energia limpa pode incluir como destinos as regiões mais pobres do mundo, com feedbacks positivos que podem emergir de uma perspectiva mais ampla vinculada a mais iniciativas transfronteiras.

### **5. Reformas globais: uma trajetória em direção à superação do capitalismo**

Esses seis pontos programáticos são elaborados de acordo com as notas metodológicas da seção um: após uma avaliação introdutória das mudanças

estruturais no capitalismo global, foca-se nos seus elementos internacionais, buscando identificar, por um lado, sementes visíveis do socialismo e, por outro lado, mecanismos autodestrutivos. As duas reconversões industriais estão relacionadas à erosão de mecanismos autodestrutivos, e o surgimento - ou o caminho para - de um sistema de bem-estar global e um sistema de inovação global podem ser etapas possibilitadas por sementes visíveis do socialismo.

A apresentação desses seis pontos para elaboração programática apresenta uma questão tratada anteriormente e duas novas questões. Como discutido na seção um, esses tópicos são apenas parte de uma elaboração programática mais completa e abrangente – fica a questão de como esses pontos se articulam com os demais tópicos de uma alternativa socialista. As novas questões tratam da dinâmica específica que pode ser provocada por essas reformas: 1) Como elas podem interagir, abrindo espaço para influências mútuas ao longo do tempo? 2) As mudanças em uma dessas dimensões podem desencadear uma nova dinâmica que impacta outros problemas?

Cada um desses pontos programáticos exige cooperação internacional e uma reorientação da combinação entre planejamento e mercado implementada pelo capitalismo contemporâneo. Ambos os elementos – cooperação internacional e planejamento focados em objetivos sociais e humanos – têm características de uma dinâmica-liderada-pelos-bens-comuns.<sup>8</sup> Conectando a dinâmica-liderada-pelos-bens-comuns às notas metodológicas, essa nova dinâmica pode ser vista como consequência do fortalecimento de sementes visíveis do socialismo e do enfraquecimento de mecanismos autodestrutivos. O emaranhamento entre os seis pontos programáticos aqui discutidos é parte da discussão, difícil, de como essas reformas podem desencadear uma trajetória direcionada à superação do capitalismo. Cada um deles precisa articular-se com outros para ser bem-sucedido, mas cada uma das

---

<sup>8</sup> A dinâmica-liderada-pelos-bens-comuns é uma tradução exploratória da expressão “commons-led knowledge creation”, utilizada em Franco et al. (2022, p. 9), a partir da contribuição de Hess e Ostrom (2007). O parecer anônimo recebido da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* traduziu commons por bens comuns, sugestão utilizada aqui.

propostas esbarra em forte resistência na lógica atual do sistema – por isso, cada ponto programático testa um limite da lógica capitalista. Assim, cada um dos pontos programáticos depende de uma forte mobilização social, democrática e internacional. Por sua vez, essa mobilização depende de uma elaboração programática capaz de orientá-la.

Uma dinâmica-liderada-pelos-bens-comuns pode ser definida como uma lógica que supera a relação cegamente guiada entre lucros e inovação que molda o capitalismo. Essa nova lógica implica algo que está presente em cada um dos pontos programáticos apresentados na seção quatro: uma reorientação de objetivos, com um impacto da orientação atual do progresso tecnológico.

As perspectivas do desenvolvimento de tecnologias relacionadas à inteligência artificial ilustram a necessidade e urgência desta reorientação do progresso tecnológico. Por um lado, há riscos de seu uso militar, de sua associação com autoritarismo e retrocessos democráticos, do uso de combustíveis fósseis para atender a demanda por energia. Por outro lado, há um enorme potencial de multiplicação de produtividade do trabalho combinado com redução de jornada de trabalho e eliminação de ocupações perigosas e insalubres.

Essa reorientação da direção do progresso tecnológico pode desencadear um uso mais criativo e inovador dos recursos científicos acumulados globalmente, certamente reforçado pelos ganhos advindos do aumento da cooperação internacional e de uma multinacionalidade compartilhada desses esforços.

Essas questões que articulam os pontos programáticos aqui discutidos, a sua articulação com os passos iniciais de uma dinâmica-liderada-pelos-bens-comuns e como essa dinâmica poderia superar a problemática dinâmica impulsionada pela busca do lucro são temas de pesquisa e elaboração futuros – não são temas de resposta simples, mas são decisivos.

Os tópicos de elaboração programática apresentados neste artigo são apenas uma pequena contribuição para um esforço colaborativo mais amplo para atualizar a orientação para as lutas sociais, respondendo a metamorfoses no capitalismo. Ressalte-se aqui que o objeto deste artigo é bem específico: tratar de temas derivados da intensificação da internacionalização, temas que certamente são parte de uma alternativa socialista mais completa e ampla – uma elaboração programática internacional coletiva e colaborativa que possa contribuir para reorganizar e recompor os movimentos sociais e a ação política. Por isso, a contribuição deste artigo estaria em destacar a necessidade de iniciativas internacionais de trabalhadores e auto-organização – invenção de novas formas de ação, novas instituições –, opinião pública global e esfera pública global, formação de instituições democráticas transfronteiras. No processo de formação e reconstrução de movimentos sociais, uma base democrática para esses avanços, é importante incluir no centro da elaboração e ação a dimensão internacional, para impulsionar a colaboração internacional de diferentes movimentos locais e uma percepção compartilhada de que um horizonte internacional é essencial para as lutas necessárias para enfrentar os desafios contemporâneos. As medidas iniciais do governo Trump, em janeiro de 2025, talvez destaquem a urgência desse esforço coletivo de elaboração programática – os seis pontos programáticos discutidos neste artigo são alternativas a medidas já tomadas ou sinalizadas pelo novo governo – uma oposição internacional a esse governo é uma necessidade, o que inclui e ultrapassa a oposição nos Estados Unidos: a hora de uma sociedade civil internacional.

## Referências

- ALBUQUERQUE, E. M. *Technological revolutions and the periphery: understanding global development through regional lenses*. Cham: Springer, 2023.
- ALBUQUERQUE, E. M.; FARIA, C. F. (2019) Uncontrolled predatory capitalism. *International Socialism: a quarterly review of socialist theory*, London, v. 164, p. 25- 47, 2019.
- ALEXANDER, J. D. Military conversion policies in the USA: 1940s and 1990s. *Journal of Peace Research*, v. 31, n. 1, p. 19-33, 1994.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp, 1994 (1996).
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (2017). *87th Annual Report*. Basel: BIS (disponível em [www.bis.org](http://www.bis.org)).
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (2022) *Project mBridge: connecting economies through CBDC*. Basel: BIS (disponível em <https://www.bis.org/publ/othp59.pdf>) .
- BEYAZAY-ODEMIS, B. (2016) *The nature of the firm in the oil industry: international oil companies in global business*. New York/London: Routledge.
- BINZ, C.; TRUFFER, B. (2017) Global innovation systems - a conceptual framework for innovation dynamics in transnational contexts. *Research Policy*, v. 46, p. 1284-1298.
- BLAKE, J. S.; GILMAN, N. (2024) *Children of a modest star: planetary thinking in an age of crises*. Stanford: Stanford University Press.
- BRENNER, R. *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005*. London/New York: Verso, 2006.
- BRZOSKA, M. Success and failure in defense conversion in the 'long decade of disarmament'. In: SANDLER, T.; HARTLEY, K.. *Handbook of defense economics*, volume 2. Amsterdam: North Holland, p. 1177-1210, 2007.
- CHAVES, C. V.; RIBEIRO, L. C.; SANTOS, U. P.; ALBUQUERQUE, E. M. Innovation systems and changes in the core-periphery divide: notes on a methodology to determine countries' trajectories using science and technology statistics. *Cepal Review*, v. 130, p. 43-61, 2020.
- COHEN, W.; LEVINTHAL, D. Innovation and Learning: the two faces of R&D, *The Economic Journal*, v. 99, n. 397, September: p. 569-596, 1989.
- DUNNING, J.; LUNDAN, S. *Multinational enterprises and the global economy*. Cheltenham: Edward Elgar (Second edition), 2008.
- EICHENGREEN, B. *Globalizing capital: a history of the international monetary system*. Princeton: Princeton University Press (Second edition), 2008.
- EICHENGREEN, B. *Exorbitant privilege: the rise and fall of the dollar and the future of the International Monetary System*. Oxford: Oxford University Press, 2011
- FRANCO, M. P. V.; MOLNAR, O.; DORNINGER, C.; LACINY, A.; TREVEN, M.; WEGER, J.; ALBUQUERQUE, E. M.; GATTI, R. C.; HERNANDEZ, A. V.; JAKAB, M.; MARIZZI, C.; MENENDEZ, L. P.; POLISELI, L.; RODRIGUEZ, H. B.; CANIGLIA, G.. Diversity Regained: precautionary approaches to Covid-19 as a phenomenon of the total environment. *Science of the Total Environment*, v. 825, p. 1-14, 2022.
- FREEMAN, C.; LOUÇÃ, F. *As time goes by: from the industrial revolution to the information revolution*. Oxford: Oxford University, 2001.
- FURTADO, C. Underdevelopment: to conform or to reform. In: MEIER, G. (ed) *Pioneers of development*. Second Series. Oxford: Oxford University/World Bank, 1987.

- FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. *Metamorfoses do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Discurso na Universidade Federal do Rio de Janeiro no recebimento do título de Doutor Honoris Causa, 2002.
- GATTI, R. C.; MENÉNDEZ, L.P., LACINY, A., BOBADILLA RODRÍGUEZ, H., BRAVO MORANTE, G., CARMEN, E., DORNINGER, C., FABRIS, F., GRUNSTRA, N.D.S., SCHNORR, S.L., STUHLTRÄGER, J., VILLANUEVA HERNANDEZ, L.A., JAKAB, M., SARTO-JACKSON, I., CANIGLIA, G.. Diversity Lost: Covid-19 as a phenomenon of the total environment. *Science of the Total Environment*, v. 756, p. 144014, 2021.
- GENEVA ACADEMY. Today's armed conflicts, 2024 (<https://geneva-academy.ch/galleries/today-s-armed-conflicts>).
- GIBNEY, ELIZABETH. China's cheap, open AI model DeepSeek thrills scientists. *Nature*, 23 January 2025 (<https://www.nature.com/articles/d41586-025-00229-6>)
- GUTTMANN, ROBERT. *Multi-polar capitalism: the end of the dollar standard*. Cham: Palgrave Macmillan, 2022.
- HEINRICH, M. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. New York: Monthly Review Press, 2004 (2012).
- HESS, C.; OSTROM, E. (eds) *Understanding knowledge as a commons: from theory to practice*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2007.
- HIGGS, R. The Cold War economy: opportunity costs, ideology, and the politics of crisis. *Explorations in Economic History*, v. 31, p. 283-312, 1994.
- HYMER, S. The efficiency (contradictions) of multinational corporations. *American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 441-448, 1970.
- KAHNEMAN, D. *Thinking fast, thinking slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2013.
- KALDOR, M. *New and old wars*. Cambridge: Polity Press (Third Edition), 2012.
- KARA, S. *Cobalt red: how the blood of Congo powers our lives*. New York: St. Martin's Press, 2022.
- KONDRATIEV, N. D. Long cycles of economic conjuncture. In: *The works of Nikolai D. Kondratiev*. Edited by N. Makasheva, Samuels, W.; Barnett, V. London: Pickering and Chato (1998), p. 25-60, 1926.
- LEE, K. *The Art of Economic Catch-Up: barriers, detours and leapfrogging*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- LEE, K. *China's technological leapfrogging and economic catch up*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- LEE, K. *Innovation-development detours for latecomers: managing global-local interfaces in the De-Globalization era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.
- LUXEMBURG, ROSA. *The Junius Pamphlet*, 1915. (<https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1915/junius/ch01.htm>)
- LUXEMBURG, ROSA (1918) *The socialization of society*. (<https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/12/20.htm>)
- MANDEL, E. (1972) *O Capitalismo Tardio*. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. (1867) *Capital*. TRADUÇÃO PARA O INGLÊS DE Volume I. London: Penguin (1976)
- McGUIRE, P.; PETER, G. von; ZHU, S. (2024) International finance through the lens of BIS statistics: the global reach of currencies. *BIS Quarterly Review*, June 2024 ([https://www.bis.org/publ/qrtrpdf/r\\_qt2406.htm](https://www.bis.org/publ/qrtrpdf/r_qt2406.htm))

- MELO, BRUNO C. (2024) *A economia capitalista como sistema complexo: evolução de preços do trigo e emergência de estrutura fractal do mercado*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG (Tese de Doutorado) (<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/74287>)
- MICHALOPOULOS, S.; PAPAIOANNOU, E. (2020) Historical legacies and African development. *Journal of Economic Literature*, v. 58, n. 1, p. 53-128.
- MOWERY, D. Military R&D and innovation. In: HALL, B.H.; ROSENBERG, N. *Handbook of The Economics of Innovation*. Amsterdam: Elsevier; p. 1219-1256, 2010.
- NACHTWEY, O.; BRINK, T. ten. Lost in transition: the German World-Market debate in the 1970s. *Historical Materialism*, v. 16, p. 37-70, 2008.
- NEUSSÜS, C. *Imperialismus und Weltmarktbeugung des Capitals*. Erlangen: Politlagen, 1972.
- NOBEL PRIZE COMMITTEE. The Nobel Prize in Physics 2021, 2021 (<https://www.nobelprize.org/prizes/physics/2021/summary/>)
- OECD. *Interconnected economies: benefiting from global value chains*. Paris: OECD, 2013.
- PANITCH, L.; GINDIN, S. *The making of global capitalism: the political economy of American Empire*. London:Verso, 2012.
- PIKETTY, T. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2013 (2014).
- PORTER, R. *The greatest benefit of mankind: a medical history of humanity*. New York/London: W.W. Norton, 1998.
- PREOBRAJENSKY, E. *Nova economica*. Tradução de Leoncio Martins Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1926 (1979).
- ROBINSON, W. I. *A theory of global capitalism*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2004.
- RODNEY, WALTER. *How Europe underdeveloped Africa*. London: Verso, 1972 (2018)
- ROSDOLSKY, R. *The Making of Marx's Capital*. Eastbourne: Pluto Press, 1968 (1989).
- ROSENBERG, N. Uncertainty and technical change. In: LANDAU, R.; TAYLOR, T.; WRIGHT, G. *The mosaic of economic growth*. Stanford: Stanford University, 1996.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Natura facit saltum: analysis of the disequilibrium growth process. In: MEIER, G.; SEERS, D. (eds). *Pioneers in development*. Oxford: Oxford University/World Bank, pp. 207-221, 1984.
- RUBIN, I. *Essays on Marx's theory of value*. Delhi: Aakar Books, 1929 (2008).
- RUSSEL, S.; NOVIC, P. *Artificial intelligence: a modern approach – 4th edition*. Hoboken: Pearson, 2020.
- SCHENK, C. R. *The decline of sterling: managing the retreat of an international currency, 1945-1992*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- SHATZ, A. *A clínica rebelde: uma biografia de Franz Fanon*. Tradução de Érika Nogueira Vieira. São Paulo: Todavia, 2024.
- SMITH, J. (2016) *Imperialism in the twentieth-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis*. New York: Monthly Press Review.
- SIMON, H. (1978) Rationality as process and as product of thought. *American Economic Review*, v. 68, n. 2, p. 1-16.
- SIMON, H. (1991) Organizations and markets. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 2 p. 25-44.
- SIPRI. *SIPRI Yearbook 2024*. Stockholm: SIPRI, 2024.
- SOARES, LAURA R.A. *Lock-in in Brazil's automotive fuel market: a basis for effective energy transition policies*. Tese de Doutorado. Cedeplar-UFMG, Belo Horizonte, 2024.

THE ECONOMIST (2024) (<https://www.economist.com/special-report/2024/10/14/the-shale-revolution-helped-make-americas-economy-great>), 2024.

TOOZE, A. *Crashed: how a decade of financial crises changed the world*. New York: Viking, 2018.

TOOZE, A. *Shutdown*. New York: Viking, 2021.

TRAJTENBERG, M. Artificial intelligence as the next GPT: a political-economy perspective. In: AGRAWAL, A.; GANS, J.; GOLDFARB, A. (eds) *The economics of artificial intelligence: an agenda*. Chicago/London: The University of Chicago Press, p. 175-188, 2019.

UNCTAD. *World Investment Report 2005 – Transnational corporations and the internationalization of R&D*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2005.

UNCTAD. *World Investment Report 2006 – FDI from developing and transition economies: implications for development*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2006.

UNCTAD. *World Investment Report 2013 – Global value chains: investment and trade for development*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2013.

WADE, R. From global imbalances to global reorganizations. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, n. 4, p. 539-562, 2009.

WONG, C.; YEUNG, H.W.; HUANG, S.; LEE, K.. Geopolitics and the changing landscape of global value chains and competition in the global semiconductor industry: rivalry and catch-up in chip manufacturing in East Asia. *Technological Forecasting & Social Change*, v. 209, 123749, 2024.

WORLD BANK. *Migrants, refugees and societies: world development report 2023*. Washington: World Bank, 2023.

VICTOR LEONARDO DE ARAUJO

## A ECONOMIA BRASILEIRA SOB O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022): NEOLIBERALISMO RADICAL E PRAGMATISMO ECONÔMICO

Recebido em 05/12/2024

Aprovado em 11/03/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1210

# A ECONOMIA BRASILEIRA SOB O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022): NEOLIBERALISMO RADICAL E PRAGMATISMO ECONÔMICO

## Resumo

O artigo avalia a política econômica do governo Jair Bolsonaro (2019-2022) sob a hipótese de conciliação de um neoliberalismo radical e pragmatismo na condução da economia, especialmente durante a pandemia da covid-19 e no último ano de seu governo, para assegurar a competitividade na disputa pela reeleição. A expansão fiscal de 2020 e o aumento do gasto público com políticas de transferência de renda e desonerações fiscais para derivados de petróleo em 2022 não significaram mudança na orientação neoliberal de seu governo que, ao contrário, insistiu neste receituário, bem como na consolidação fiscal, limitando os efeitos da expansão fiscal. As adversidades externas foram apenas temporariamente mitigadas em 2020, mas intensificadas pela diretriz mais geral da política econômica, retirando-lhe margem de manobra.

**Palavras-chave:** governo Bolsonaro, pandemia, covid-19, neoliberalismo, economia brasileira

VICTOR  
LEONARDO DE  
ARAÚJO

Professor da Faculdade de  
Economia da UFF

Email: [victoraraujo@id.uff.br](mailto:victoraraujo@id.uff.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2320-5661>

### **Abstract**

This paper analyses the economic policy during the Jair Bolsonaro's government (2019-2022) under the hypothesis of conciliation of a radical neoliberalism and pragmatism in the economic conduction, specially during the covid-19 pandemic and the last year of his government, to ensure his competitiveness to dispute the reelection. Fiscal expansion in 2020, and the increase in public expenditure by cash transfer and tax relief to oil derivatives in 2022 did not significate change in its neoliberal orientation; on the contrary, Bolsonaro's government insisted on neoliberal and fiscal consolidation measures, that limited the effects of fiscal expansion. External adversities were temporary mitigated in 2020, but intensified by general orientations of political economy.

**Keywords:** Bolsonaro's government, pandemics, covid-19, neoliberalism, Brazilian economy

## I. Introdução

Os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) registraram um desempenho econômico incapaz de superar a longa crise econômica iniciada em 2015. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu à taxa média de 1,4%, e a taxa média de inflação foi de 6,15%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acima da meta em dois dos quatro anos de seu mandato; no mercado de trabalho, o período foi marcado pelas altas taxas de desocupação e de informalidade.

O governo se iniciou sob a perspectiva de uma gestão assumidamente neoliberal: liderado por Paulo Guedes, titular do Ministério da Economia – que aglutinaria os antigos ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio, e do Trabalho –, o novo governo anunciava como sua principal diretriz a redução da ação estatal na economia. Contudo, a agenda foi atropelada (mas não abandonada) pelo pragmatismo imposto pela pandemia da covid-19, que a partir de março de 2020 levou o governo à ampliação do gasto público na forma de políticas de transferência de renda (Auxílio Emergencial) e de sustentação da atividade para enfrentar a anunciada recessão. No plano externo, além do efeito contágio típico de uma recessão mundial, a economia brasileira ainda se deparou com a desarticulação das cadeias produtivas globais, com um brusco e intenso aumento dos preços das *commodities* – em especial o petróleo – e com a guerra na Ucrânia após fevereiro de 2022. As volatilidades financeiras impactaram a taxa de câmbio e a inflação, reforçada pela política de preços de combustíveis empreendida pelo governo. A despeito da recuperação do nível de atividade ao longo do terceiro ano de seu governo, os efeitos da crise econômica se faziam sentir na forma de taxas de inflação e desemprego elevadas, e altas taxas de informalidade no mercado de trabalho. Com efeito, as pesquisas de opinião indicavam elevada desaprovação popular do governo e, nas pesquisas de intenção de voto, a perspectiva era de derrota eleitoral do Presidente da República candidato à reeleição. Para atenuar esses impactos, nos primeiros meses do último ano de seu mandato, o governo determinou a ampliação

das políticas de transferência de renda, reformulando e elevando o valor do Bolsa Família (rebatizado de Auxílio Brasil), e desonerando os combustíveis para forçar a redução de seu preço, atenuando a inflação.

A hipótese deste artigo é que o governo Bolsonaro conciliou um neoliberalismo radical com um pragmatismo econômico que somente podem ser compreendidos pelo risco eminente de derrota eleitoral. As rígidas regras impostas na condução da política macroeconômica – as regras fiscais até então vigentes, em especial a Emenda Constitucional 95 (o teto de gastos), o regime de metas de inflação com metas decrescentes de inflação inferiores à média histórica, o banco central autônomo após aprovação de dispositivo legal – retiraram do governo margem de manobra para enfrentar a crise econômica. Isto não significou, contudo, imobilismo do governo. Entretanto, os esforços empreendidos pelo governo para se movimentar no espaço das rígidas regras existentes, em especial as recorrentes flexibilizações do teto de gastos, foram direcionadas não para o enfrentamento da crise econômica em si, mas para atenuar alguns de seus efeitos mais imediatos nos marcos de uma eleição difícil para o presidente que postulava a reeleição. É neste marco que tentaremos caracterizar um “pragmatismo eleitoreiro” que ofereceu margem de manobra para o governo Bolsonaro implementar medidas visando a aprovação popular, sem, todavia, alterar as diretrizes liberais que nortearam seu governo.

Na segunda seção, discutiremos o quadro teórico e conceitual ao caracterizar um governo radicalmente neoliberal. Nossa hipótese é que, neste sentido, Bolsonaro dá continuidade ao governo de Michel Temer (2016-2018), revertendo um longo período de neoliberalismo atenuado. Para esta caracterização, será necessário apresentar a agenda de reformas de Bolsonaro – o que fazemos na seção três. Esta agenda foi atropelada (mas não abandonada) pela pandemia da covid-19, cujos impactos serão analisados na seção quatro. A política macroeconômica será objeto de análise na seção cinco. Ao final, faremos as considerações finais na seção seis.

## 2. Neoliberalismo radical e neoliberalismo atenuado

Nossa hipótese de um pragmatismo eleitoral sob contexto de neoliberalismo radical precisa ser compreendida nos marcos de um governo que, no seu decurso, precisou acomodar expansão de gasto público na gestão da pandemia e também medidas capazes de melhorar a popularidade do presidente candidato à reeleição, sem abrir mão de sua orientação econômica mais geral. Em outras palavras, tal pragmatismo é perfeitamente compatível com um neoliberalismo radical iniciado no governo Temer.

O projeto histórico neoliberal surgiu como contraposição ao modelo econômico em vigor nas economias capitalistas desde o pós-guerra, que, seja na forma do *welfare state* europeu ou dos estados desenvolvimentistas latino-americanos, a despeito das especificidades e contextos socioeconômicos distintos em que foram adotados, tinham forte inspiração keynesiana na formulação e execução de política econômica e, de modo mais amplo, nos fundamentos da intervenção estatal na economia (Anderson, 1995; Baruco, Garlipp, 2005). Seu fundamento teórico reside na hipótese de que os mercados são autorreguláveis e capazes de permitir, no nível micro, a mais eficiente alocação dos recursos escassos, e no nível macro, a obtenção do pleno emprego, desde que o sistema de preços seja perfeitamente flexível. A ação do Estado na busca por sustentar os níveis de emprego e de renda é perturbadora e desvia a economia de sua trajetória natural, devendo-se ater à busca da estabilidade dos preços e a manutenção dos contratos. Embora esta constitua uma visão pré-keynesiana do funcionamento do sistema capitalista, a crise dos anos 1970 constituiu uma oportunidade para o seu resgate.

O pós-guerra coincidiu também com a profusão de novas formas de ação estatal: na regulamentação de alguns mercados, como o de trabalho, financeiro, comércio exterior, e de capitais; ou na atuação direta na produção, por meio de empresas estatais em múltiplos setores (siderurgia, telecomunicações, transportes); no setor financeiro (bancos públicos, direcionamento de crédito); e nas políticas sociais, como previdência social, educação

e saúde, em muitos casos em condições de universalização, pretendidas ou alcançadas.<sup>1</sup> A defesa das premissas de um mercado autorregulado nos moldes neoliberais requeria, portanto, a realização de uma ampla variedade de ações voltadas para o desmonte de todo este aparato: privatizações, desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro, abertura comercial e financeira, reforma previdenciária substituindo os sistemas de repartição por capitalização e previdência privada, e formas de mercantilização da educação e da saúde, incluindo privatização, cobrança de mensalidade ou taxa, *voucher*/bolsas de estudo em instituições privadas, seguro saúde privado, etc. Na macroeconomia, a teoria keynesiana e suas prescrições de política eram incompatíveis com essas premissas. O resgate das concepções pré-keynesianas quanto à capacidade de autorregulamentação dos mercados veio acompanhado do resgate da teoria quantitativa da moeda sob nova roupagem, incorporando as hipóteses monetaristas das expectativas adaptativas – e, alguns anos mais tarde, racionais –, da taxa natural de desemprego e da neutralidade da moeda no longo prazo; na política fiscal, a hipótese do *crowding out* dos gastos públicos adquiriu a nova roupagem da equivalência ricardiana e, anos mais tarde, da hipótese da contração fiscal expansionista. No campo financeiro, a hipótese da repressão financeira foi formulada como contraponto à onda de profusão de bancos públicos em diversas economias capitalistas, inclusive bancos públicos de desenvolvimento. Anos mais tarde, esta hipótese foi abrandada, aceitando-se os bancos públicos nos limites das *falhas de mercado*.

Com efeito, as ditas reformas neoliberais foram avassaladoras a partir da década de 1980, embora diferentes países as tenham adotado em tempos e velocidades distintas. A literatura econômica aponta como casos precursores de adesão ao neoliberalismo o Chile, os Estados Unidos e a Inglaterra, até a avassaladora onda que ao longo da década de 1980 atingiu toda a Europa. Na América do Sul, os planos de estabilização formulados a partir da renegociação de suas dívidas externas e reintegração aos mercados

---

<sup>1</sup> Ver, a este respeito, o capítulo 14 de Hobsbawm (1994) e Santos (1998).

financeiros internacionais foram o ensejo para a adesão ao neoliberalismo, compartilhando a premissa de que a crise inflacionária também tinha motivações fiscais. Com efeito, aqui a adesão ao neoliberalismo se deu primordialmente por meio de políticas de ajustes fiscais pretensamente permanentes, que tinham a reforma previdenciária e privatizações das empresas estatais como parte integrante, mas também incorporaram medidas de abertura comercial e financeira, e de desregulamentação do mercado de trabalho sob reformas trabalhistas (Anderson, 1998).

Todavia, o mau desempenho econômico, na forma de baixas taxas de crescimento do PIB e deterioração do mercado de trabalho – estagnação dos salários, desemprego elevado, e/ou crescimento da informalidade – e a recorrência de crises financeiras (México em 1994, “tigres asiáticos” em 1997, Rússia em 1998, Brasil em 1999, Argentina em 2001) levaram a tensões sociais que, segundo Katz (2016, p. 86), forçaram concessões sociais e a uma moderação do modelo neoliberal na América do Sul. Segundo Katz (2016, p. 87), o neoliberalismo “mais atenuado” destaca a primazia da ação estatal em áreas como meio ambiente, capital humano e infraestrutura, propõe “novos remédios para a estabilidade de preços” e enfatiza a ação assistencial do Estado para combater a pobreza, admitindo expansão dos gastos públicos para esta finalidade. O retraimento para um neoliberalismo atenuado na América do Sul contrasta com outras zonas “com predomínio neoliberal continuado” (Katz, 2016, p. 86). A atenuação do neoliberalismo também permitiu a acomodação de políticas macroeconômicas instrumentais (fiscal, monetária, cambial) voltadas para a sustentação do nível de atividade, algumas de inspiração keynesiana. O contexto internacional de *boom* de *commodities* vigente na primeira década dos anos 2000 favoreceu o equilíbrio externo, a apreciação cambial, o controle inflacionário e o aumento da arrecadação fiscal, acomodando maior nível de gastos públicos sociais neste padrão “atenuado” de neoliberalismo.

No Brasil, a face mais radical do neoliberalismo foi retomada a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), que, entre outras coisas, realizou uma

ampla reforma trabalhista (Justen; Gurgel, 2021), aprovou uma rígida regra fiscal na forma da Emenda Constitucional 95 (que estabelece um teto para a despesa primária do governo central)<sup>2</sup> e encaminhou ao Congresso Nacional uma reforma previdenciária.

O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) deu seguimento a este padrão. Eleito em 2018 prometendo executar uma agenda ultraliberal e um governo conservador e de direita, escolheu o economista Paulo Guedes, ex-diretor do Banco BTG Pactual, como seu principal assessor econômico e ministro da Economia, um superministério que incorporava os antigos ministérios da Fazenda, do Planejamento, do Trabalho e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Para presidir o Banco Central, foi escolhido Roberto Campos Neto, então diretor de Tesouraria do Banco Santander.

### **3. O governo Bolsonaro: reformas e privatizações**

Em seu discurso durante a transmissão do cargo, Guedes diagnosticou o desequilíbrio fiscal como principal causa da crise econômica, comprometendo-se com uma agenda de consolidação fiscal: manutenção do teto de gastos e reformas previdenciária e tributária. Além disso, também anunciou outras medidas visando reduzir o gasto público e limitar o alcance do Estado brasileiro, como as privatizações e a reforma administrativa. Subsidiariamente, outro diagnóstico também norteou algumas das medidas adotadas: o de má alocação de recursos (*misallocation*) decorrente da intervenção estatal no direcionamento de recursos, subsídios e isenções fiscais verticais em vez de horizontais, e existência de monopólios (Brasil/SPE, 2020). A reforma previdenciária foi aprovada e entrou em vigor ainda em 2019 (Emenda Constitucional n.º 103/2019), estabelecendo, entre outras coisas, o aumento da idade mínima de 65 anos, a introdução de uma nova fórmula de cálculo do valor das aposentadorias – média de 100% das contribuições, em substituição à média de 80% das maiores contribuições (resultando na

---

<sup>2</sup> Para um balanço crítico do teto de gastos, ver, por exemplo, Dweck (2020).

redução dos valores dos benefícios) – e de alíquotas progressivas de contribuição cujo resultado foi o aumento médio da alíquota contributiva. Com efeito, as contribuições foram majoradas, mas o valor dos benefícios seria reduzido, e os trabalhadores, empurrados para a previdência privada complementar. A reforma tributária, por seu turno, não teve seu trâmite concluído no Congresso Nacional. A proposta do governo Bolsonaro priorizou a simplificação dos impostos indiretos, em detrimento da necessária revisão dos impostos sobre renda e propriedade e da introdução de novos elementos de progressividade no sistema, revelando a preferência por um sistema tributário que busca a competitividade econômica em vez da melhoria distributiva.

Não satisfeito com a ampla reforma trabalhista realizada no governo Michel Temer, o governo Bolsonaro também promoveu a sua, intensificando a precarização das relações de trabalho sob múltiplos aspectos. Por meio da Lei da Liberdade Econômica (Medida Provisória n.º 881, convertida na Lei 13.874, de 20/09/2019), estabeleceu, entre outras coisas, o trabalho irrestrito aos domingos sem custos adicionais para o empregador. Este último dispositivo não foi chancelado pelo Congresso Nacional. Em novembro, o governo editou a Medida Provisória 905, que instituiu o contrato de trabalho verde e amarelo, mais precarizado, e voltado para a contratação de jovens em primeiro emprego. Por este dispositivo, as empresas poderiam contratar até 20% de sua força de trabalho nesta modalidade, que consistiria em: contratos temporários de até 24 meses, alíquota de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de 2% em vez de 8%; multa de rescisão contratual equivalente a 20% dos depósitos do FGTS (em vez de 40%) e diluição das férias e 13.º salário nos salários mensais (Dutra; Jesus, 2020). A MP 905 não foi apreciada a tempo pelo Congresso Nacional e foi revogada por outra Medida Provisória, de número 955, que também não foi apreciada a tempo pelo Congresso.

Inspirado pelo diagnóstico da má alocação de recursos, o governo Bolsonaro também procurou reformar os fundos públicos infraconstitucionais. Em

2019, promoveu mudanças no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Na esteira do governo Temer, que em 2017 autorizou o saque das contas inativas do FGTS e assim injetou recursos novos na economia capazes de reforçar o consumo das famílias e dar um curto fôlego à atividade econômica,<sup>3</sup> o governo Bolsonaro em 2019 introduziu duas novas modalidades de saque: o emergencial, que possibilitaria aos trabalhadores sacar até R\$ 500 de seu saldo acumulado, e o saque-aniversário, que permitiria ao trabalhador fazer saques anuais no mês de seu nascimento, mas abrindo mão de receber o saldo total em caso de rescisão do contrato.<sup>4</sup> Em 2019, o saque imediato injetou R\$ 26 bilhões na economia (Brasil, Ministério da Economia, 2020, p. 67). Esta medida deu fôlego – limitado, porém importante, naquela conjuntura – ao consumo das famílias, seja diretamente, quando os recursos sacados são direcionados para o consumo, ou indiretamente, quando são utilizados para quitar dívidas inadimplentes, recuperando a capacidade de endividamento do indivíduo.

Ao término do ano de 2019, o governo enviou ao Congresso Nacional três propostas de emenda constitucional (PECs) que significariam um profundo reordenamento do Estado brasileiro: revogariam os dispositivos constitucionais que estabelecem despesas mínimas obrigatórias com saúde e educação; extinguiriam fundos públicos infraconstitucionais para financiamento setorial e regional; e permitiriam a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos em até 25% com redução equivalente em seus salários. A tramitação dessas PECs esbarrou no início da pandemia da covid-19, que em março de 2020 impôs severa modificação na agenda legislativa.

Além das reformas, o governo Bolsonaro avançou nas privatizações, especialmente na forma dos assim chamados “desinvestimentos”: venda de empresas subsidiárias de empresas estatais, venda de participações do setor

---

<sup>3</sup> Em dezembro de 2016, o governo publicou a Medida Provisória n.º 763, convertida na Lei n.º 13.446/2017, permitindo o saque das contas inativas do FGTS, injetando R\$ 44,3 bilhões na economia em 2017 (Brasil, Ministério do Trabalho, 2018).

<sup>4</sup> Medida Provisória n.º 889, convertida na Lei n.º 13.932. O saque-aniversário seria regulamentado em 2020. Esta modalidade injetou R\$ 9,8 bilhões na economia brasileira (Brasil, Ministério da Economia, 2021, p. 72).

público em empresas estatais acima do mínimo necessário para o controle acionário, e venda de outros ativos. A opção por este formato de privatizações se explica pela maior flexibilidade normativa, já que não requer a aprovação de emendas constitucionais ou mesmo de autorização legislativa, bastando a decisão do conselho de administração da empresa estatal e, em última instância, do Ministério da Economia. Isto não significa, contudo, que o governo Bolsonaro foi modesto nas privatizações. Seletivamente, elencamos alguns casos a seguir que permitem caracterizar a adesão a um modelo neoliberal radical. Em 2019, a Petrobras vendeu a BR Distribuidora e a Transportadora Associada de Gás S. A. (TAG), duas importantes subsidiárias nos ramos de distribuição de combustíveis líquidos e gás, e a CEF vendeu sua participação acionária no Banco Pan, que havia adquirido após a crise financeira de 2008. Além dos desinvestimentos, o governo Bolsonaro também trabalhou pela aprovação no Congresso Nacional do novo marco regulatório do setor de saneamento, permitindo a privatização do setor – no Estado do Rio de Janeiro, a privatização de fato ocorreu, por meio da venda da Companhia Estadual de Águas e Esgoto, Cedae. Finalmente, o governo também privatizou em 2021 a Eletrobras, empresa estatal do ramo de geração de energia elétrica que havia sido criada em 1962. O processo ocorreu por meio de uma operação de capitalização com emissão primária de ações, no qual a União renunciou ao direito de subscrição, de modo que sua participação na empresa se diluiria, deixando de ser a controladora da companhia. Ao término do governo Bolsonaro, estavam encaminhados os processos de privatização da Petrobras e dos Correios, que ocorreriam em caso de sua reeleição.

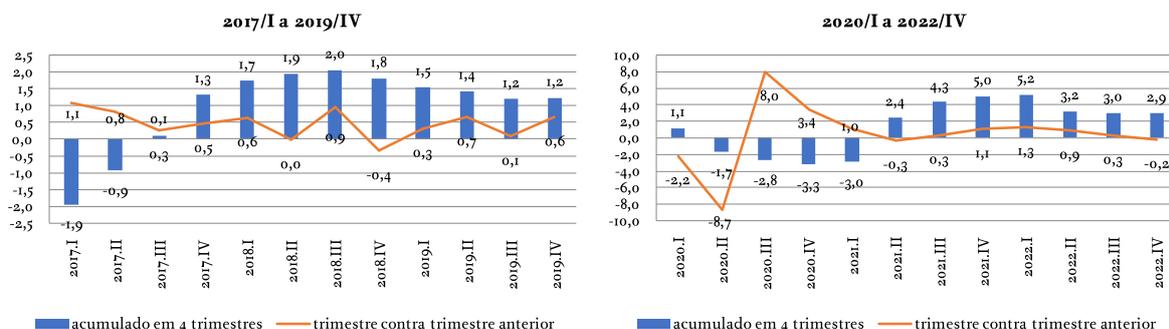
#### **4. A pandemia**

A condição de pandemia da covid-19 foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, quando o contágio e a letalidade já se faziam sentir na China e em parte da Europa, e as medidas de restrição da circulação de pessoas (chegando a *lockdowns* em alguns

casos) constituíam as únicas conhecidas até então para enfrentar a circulação do vírus, sendo adotadas por diversos países à medida que o vírus se espalhava pelo mundo. A crise provocada pela pandemia teve, portanto, caráter mundial, e significou um choque de dupla natureza: de oferta, porque a restrição à circulação de pessoas significou também a restrição ao funcionamento cotidiano de empresas em diversos setores de atividade, exceto os considerados essenciais pelos governos; e de demanda, primeiro associada à própria restrição à circulação de pessoas, mas também porque, à medida que tais restrições se prolongavam, crescia o desemprego e a incapacidade dos trabalhadores informais obterem renda. Para as economias periféricas, os efeitos mais imediatos se fizeram sentir na forma de fuga de capitais, desvalorizações cambiais, volatilidades nos mercados financeiros e queda do comércio exterior. Outro efeito, de médio e longo prazo, seria a desarticulação das cadeias produtivas globais, já que a adoção de medidas restritivas e seus posteriores relaxamentos por diferentes países ocorriam em períodos distintos, ao tempo da circulação do vírus, o que, por óbvio, impedia maior coordenação entre os diversos países.

No nível de atividade, os efeitos foram uma recessão global no ano de 2020. Segundo o ministro Paulo Guedes, a economia brasileira estava “decolando” antes da pandemia (Reuters, 2020), mas os indicadores de atividade apontavam que ao término de 2019 a economia brasileira estava desacelerando (gráfico 1). Neste ano, o PIB cresceu apenas 1,2%, inferior ao crescimento de 1,8% de 2018. Este resultado deve ser compreendido, por um lado, pela incapacidade da agenda reformista do governo em superar o quadro de estagnação econômica, mas, por outro, pelo fôlego curto da economia ao término de 2019 decorrente do saque imediato do FGTS.

**Gráfico 1 – PIB, taxa de variação real trimestral e acumulada em 4 trimestres (%)**



Fonte: IBGE/Sistema de Contas Nacionais Trimestrais

O governo Bolsonaro subestimou a gravidade da crise. Em março de 2020, o ministro Guedes declarava que, “se promovermos as reformas, abriremos espaço para um ataque direto ao coronavírus. Com 3 bilhões, 4 bilhões ou 5 bilhões de reais a gente aniquila o coronavírus”.<sup>5</sup> No mesmo mês, governadores e prefeitos determinavam medidas de isolamento social, às quais o presidente Bolsonaro se opôs sob o dilema de salvar a saúde coletiva ou a economia. Tal dilema se mostrou falso: o desempenho do nível de atividade brasileiro medido pelo PIB não foi tão superior ao de outras economias que realizaram políticas de *lockdown*. Entre 2019 e 2022 o PIB brasileiro cresceu à taxa média anual de 1,4%, valor apenas um pouco superior à média da Zona do Euro (0,9% a.a.), e bem inferior à da China (4,8% a.a.) (tabela 1). Em um conjunto selecionado de países, o Brasil registrou número absoluto de mortes por covid-19 inferior apenas ao dos EUA, que, sob o governo Donald Trump, também não coordenaram medidas de isolamento social, cabendo aos governos estaduais a execução de políticas deste tipo.

<sup>5</sup> <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/13/com-r-5-bilhoes-a-gente-aniquila-o-coronavirus-diz-paulo-guedes.htm>

**Tabela 1 – Taxa de crescimento do PIB (%) e mortes totais por covid-19**

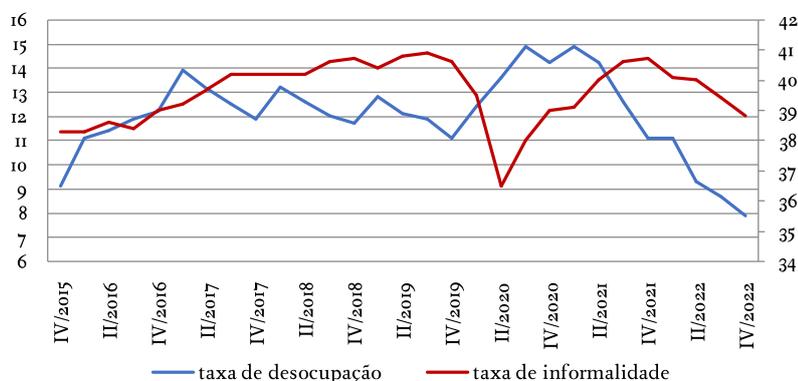
	PIB					Covid-19
	2019	2020	2021	2022*	média anual	total de mortes**
EUA	2,3	-3,4	5,7	1,6	1,5	1.092.834
China	6,0	2,2	8,1	3,2	4,8	5.250
Zona do Euro	1,6	-6,1	5,2	3,1	0,9	--
Alemanha	1,1	-3,7	2,6	1,5	0,3	161.465
Itália	0,5	-9,0	6,7	3,2	0,2	184.642
Espanha	2,1	-10,8	5,1	4,3	0,0	117.095
Reino Unido	1,7	-9,3	7,4	3,6	0,7	216.177
América Lat. e Caribe	0,2	-7,0	6,9	3,5	0,8	--
Brasil	1,2	-3,3	5,0	2,9	1,4	693.853

Notas: \*Projeções, exceto Brasil; \*\*Até 31/12/2022

Fonte: International Monetary Fund (2022) e Our World in Data (elaboração própria)

Os indicadores de atividade mostram que no Brasil a pandemia provocou imediata queda do consumo das famílias e se espalhou por diversos setores. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego subiu continuamente até atingir 14,9% no terceiro trimestre de 2020 (gráfico 2). A taxa de informalidade caiu, mas como reflexo da forte queda das ocupações informais em centros urbanos vazios de gente.

**Gráfico 2 – Mercado de trabalho: taxa de desocupação e de informalidade (%)**



Fonte: Pnad Contínua Trimestral/IBGE

A tentativa de enfrentar a crise econômica no Brasil foi feita por meio de medidas de múltiplas naturezas. No âmbito fiscal, o governo decretou, e o Congresso Nacional aprovou, o estado de calamidade pública, que permitiu descumprir a meta de resultado primário expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020. O Congresso também autorizou a realização de despesas primárias não sujeitas ao teto de gastos expresso na EC/95 exclusivamente para o enfrentamento da pandemia. Os gastos extras seriam realizados por meio de créditos extraordinários, e seriam computados no assim chamado “orçamento de guerra”, em contraposição ao orçamento “regular” (Vilella, Vaz, Bustamante, 2020). Os novos recursos seriam direcionados para o Sistema Único de Saúde, para transferência de recursos a estados e municípios e para o pagamento do Auxílio Emergencial, no valor de R\$ 600 para trabalhadores informais, microempreendedores individuais e diversas categorias profissionais afetadas pelo isolamento social (taxistas, agentes de turismo, feirantes, manicures, garçons etc.). Os critérios de elegibilidade abarcariam um universo de beneficiários de 61 milhões de pessoas, superior aos 14,3 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família (Barbosa, Prates, 2020). O benefício foi instituído no mês de abril de 2020, inicialmente válido por três meses, e foi prorrogado até o mês de dezembro, no valor de R\$ 300 (metade do valor pago nos três primeiros meses). Em 2020 foram pagos R\$ 293,1 bilhões (a preços correntes) por meio deste programa. Ao término de 2020, o governo avaliou (erroneamente) que a pandemia estava no final, e não prorrogou a vigência do programa. Todavia, claro estava que a pandemia persistiria, com uma nova onda de contágios ainda mais grave entre o final de 2020 e o início de 2021.

Outra medida instituída foi o Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, por meio da MP n.º 936/2020. O dispositivo permitia que os empregadores reduzissem a jornada de trabalho e o salário de seus empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 25%, 50% ou 70%, ou a completa suspensão do contrato, mas recebendo um benefício complementado pelo governo baseado no seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito, conforme suas condições de elegibilidade

(Barbosa, Prates, 2020). Para os empregadores, significaria um alívio em suas despesas face à queda de faturamento decorrente da pandemia, mas para os trabalhadores significou a preservação de sua renda, em condições rebaixadas, e de seus empregos, em condições precarizadas.

Dada a dupla natureza da crise – interrupção brusca da oferta e da demanda – o risco de inadimplência e de sua propagação na esfera financeira era elevado. O processo de deflação de ativos impactaria a liquidez das firmas, e seria reforçado pela brusca queda do faturamento. Atravessar o período de isolamento social de duração incerta requeria medidas de ampliação de liquidez e de crédito, especialmente o corporativo. O Banco Central reforçou o ciclo de redução da taxa básica de juros, em curso desde o final de 2019, e no início de agosto atingiu a mínima histórica de 2% a.a. A autoridade monetária ainda reduziu o compulsório sobre depósitos a prazo de 33% para 17%, autorizou as instituições financeiras a reduzir a necessidade de carregar ativos de alta qualidade,<sup>6</sup> e dispensou os bancos de aumentar o provisionamento de crédito de ativos pactuados nos seis meses seguintes.<sup>7</sup> O Conselho Monetário Nacional autorizou as instituições financeiras a adiar o pagamento de prestações de dívidas de clientes economicamente viáveis afetados temporariamente pela pandemia, sem precisar realizar provisões adicionais (Brasil, Banco Central do Brasil, 2020). A Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil aderiram à medida, sendo seguidos por diversos bancos privados. BB e CEF também anunciaram a expansão de linhas de crédito existentes. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por sua vez, operaria o Programa Emergencial de Suporte a Empregos,<sup>8</sup> que consistia em uma linha de crédito destinada a financiar a folha de pagamento de empresas com renda bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões.

---

<sup>6</sup> Circular Bacen n.º 3.993, de 23/03/2020.

<sup>7</sup> Resolução Bacen 4.782, de 16/03/2020.

<sup>8</sup> MP 944 de 03/04/2020, convertida na Lei 14.043/2020.

Deixaremos para avaliar os efeitos das políticas fiscal e financeira na próxima seção, na qual faremos um balanço consolidado dessas políticas para todo o governo Bolsonaro, porque é difícil especificar os limites dos efeitos estritamente econômicos da pandemia, que até o final de 2022 ainda não terminara, segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde. A normalização da circulação de pessoas e seus efeitos econômicos ainda tardariam a ocorrer, já que a vacinação no Brasil, iniciada em janeiro de 2021, ainda permaneceu por muito tempo restrita a uma pequena parcela da população idosa e de trabalhadores do setor de saúde.<sup>9</sup> Mesmo no final de 2021, quando a vacinação já atingia 68% da população, uma nova onda de contágio provocada por uma nova variante do vírus (ômicron) provocou o cancelamento dos festejos de *réveillon* e de carnaval de 2022, adiando a normalização da circulação das pessoas para meados deste ano.

Ao término do governo Bolsonaro, os índices de atividade econômica apontam para uma recuperação do PIB para níveis pré-pandemia, mas quando desagregados por setores de atividade indicam um padrão heterogêneo de recuperação, mais vigoroso nos setores agropecuário e de serviços, e lento na indústria de transformação. Do ponto de vista da demanda, o consumo das famílias e o do governo ainda se encontram em patamares inferiores ao pré-pandemia. Finalmente, os indicadores apontam para a persistência da longa crise e estagnação iniciada em 2015. É marcante o desempenho da indústria de transformação, que no máximo conseguiu uma modesta expansão no governo Temer (2017-18) desde a desaceleração iniciada em 2011. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias não tem sido capaz de reproduzir as taxas alcançadas entre 2003 e 2010.

---

<sup>9</sup> Em 01/07/2021, apenas 13% da população havia completado o esquema de vacinação. Em 31/12/2021, eram 68%. Fonte: Our World in Data.

**Tabela 2 – Contas nacionais, contas selecionadas, taxa de crescimento anual (%)**

	2019	2020	2021	2022	2003-6	2007-10	2011-14	2015-16	2017-18	2019-2022
PIB	1,2	-3,3	5,0	2,9	3,5	4,6	2,3	-3,4	1,6	1,4
Agropecuária	0,4	4,2	0,3	-1,7	4,0	2,9	3,3	-1,0	7,5	0,8
Indústria total	-0,7	-3,0	4,8	1,6	3,0	3,8	1,0	-5,2	0,1	0,6
Ind. de transf.	-0,4	-4,7	4,5	-0,3	3,8	2,3	-0,5	-6,6	1,9	-0,3
Comércio	1,6	-1,5	5,0	0,8	4,2	5,5	2,2	-7,0	2,5	1,5
Serviços total	1,5	-3,7	5,2	4,2	3,5	4,6	2,5	-2,5	1,4	1,7
Cons. famílias	2,6	-4,6	3,7	4,3	3,2	5,9	3,5	-3,5	2,2	1,4
Cons. do governo	-0,5	-3,7	3,5	1,5	2,8	3,2	1,7	-0,6	0,1	0,2
Form. bruta de cap. fixo	4,0	-1,7	16,5	0,9	3,2	9,7	2,2	-13,0	1,3	4,7
Exportação	-2,6	-2,3	5,9	5,5	9,9	2,0	1,4	3,8	4,5	1,6
Importação	1,3	-9,5	12,0	0,8	8,6	14,6	3,6	-12,3	7,2	0,9

Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE (elaboração própria)

A recuperação do mercado de trabalho foi mais rápida, mas ao custo do aumento da informalidade. Conforme o gráfico 2, a taxa de desocupação caiu três pontos percentuais ao longo do ano de 2021, mas a taxa de informalidade atingiu patamares elevados, similares aos vigentes antes da pandemia, quando estava em alta. Somente no ano de 2022 é que a informalidade reverteu a tendência de elevação. O mercado de trabalho encerrou o último trimestre de 2022 com a taxa de desocupação em 7,9%, mas taxa de informalidade ainda elevada (38,8%).

Na próxima seção, discutiremos as políticas fiscal, financeira e de combate à inflação, e as condições vigentes no setor externo.

## 5. A macroeconomia do governo Bolsonaro

### 5.1. O setor externo

Três condições configuram o cenário externo vigente sob o governo Bolsonaro. A primeira delas consiste nas baixas taxas de juros internacionais, determinando boas condições de liquidez internacional e de financiamento do déficit em transações correntes. A segunda é a própria pandemia da covid-19, que provocou recessão mundial, desarticulação do comércio exterior e das cadeias produtivas globais, com efeitos inflacionários. A terceira é a guerra entre Rússia e Ucrânia, que provocou intenso aumento dos preços das *commodities*, especialmente do petróleo, reforçando a inflação mundial.

A primeira condição determinou ingresso de capital externo na conta financeira, que assegurou condições relativamente tranquilas de financiamento do déficit persistente em transações correntes, mesmo no ano de 2020, quando o fluxo de capital externo despencou, mas sem desequilibrar substancialmente o balanço de pagamentos, já que o déficit em transações também despencou, em grande medida em razão da queda das viagens internacionais (serviços) e da remessa de renda primária ao exterior (tabela 3). A normalização da atividade econômica, por outro lado, trouxe o déficit em transações para os patamares pré-crise, por meio da recuperação dessas duas rubricas. Em todo o governo Bolsonaro, a balança comercial foi superavitária, seguindo tendência verificada desde o governo Temer. A terceira condição mencionada acima (guerra na Ucrânia e aumento dos preços das *commodities*) aumentou simultaneamente as exportações e as importações, mas prevalecendo a condição de superávit.

**Tabela 3 – Brasil: balanço de pagamentos, contas selecionadas, US\$ bi**

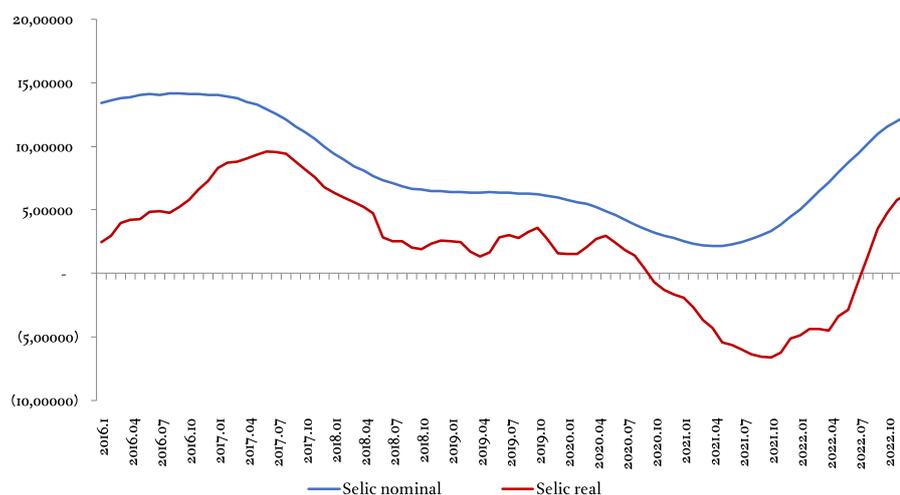
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Transações correntes</b>	<b>-25,3</b>	<b>-54,9</b>	<b>-68</b>	<b>-28,2</b>	<b>-46,4</b>	<b>-55,9</b>
Balança comercial	57,3	43,4	26,5	32,3	36,3	44,1
Exportações	218	239,5	225,8	210,7	284	340,3
Importações	160,7	196,1	199,2	178,3	247,7	296,2
Serviços	-41,6	-39,3	-38,5	-24,6	-26,9	-40
Renda primária	-43,2	-58,8	-57,3	-38,3	-58,9	-63,9
<b>Conta capital</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>4,1</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>
<b>Conta financeira</b>	<b>-20,4</b>	<b>-55,8</b>	<b>-67,3</b>	<b>-16,3</b>	<b>-50,2</b>	<b>-66,4</b>
Investimento direto	-47,5	-76,2	-46,3	-41,3	-30,2	-59,9
Investimento em portfolio	17,7	6,7	19,2	12,8	-7,9	4,9
Endividamento externo	9,7	3,9	-12,9	17,4	-12,6	-4,4
Ativos de reserva	5,1	2,9	-26	-14,2	13,9	-7,3

Nota: conforme o BPM6, ingressos líquidos na conta financeira são registrados com sinal negativo, porque indicam piora na posição internacional de investimento.

Fonte: Banco Central do Brasil

A queda nos fluxos de capitais externos nos anos de 2020 e 2021, que mencionamos acima, foi causada não só pelos efeitos da pandemia sobre os mercados financeiros internacionais, mas também pela menor atratividade da economia brasileira, que operou com taxas de juros básicas nominais baixas em seu mínimo histórico, e reais ex-post em níveis negativos entre o final de 2020 e início de 2022 (gráfico 3). Com efeito, a taxa de câmbio real/dólar sofreu forte desvalorização já no início de 2020, e se estabilizou entre R\$ 5,00/US\$ e R\$ 5,50/US\$, determinando também uma desvalorização real da taxa cambial (gráfico 4). No Brasil, a taxa Selic é determinada sob a lógica de operação do regime de metas de inflação, que discutiremos na próxima subseção, referente à política financeira.

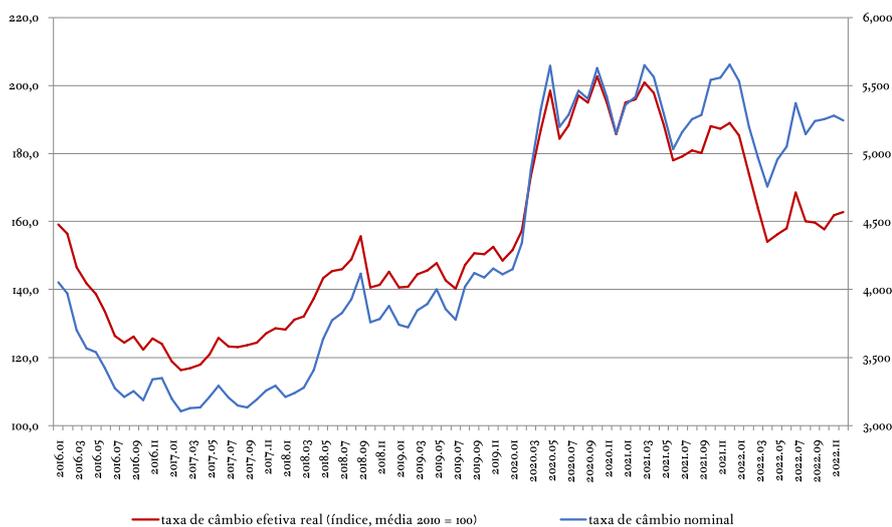
**Gráfico 3 – Taxa Selic nominal e real (*ex-post*, IPCA), (% ao ano), 2016 a 2022**



Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

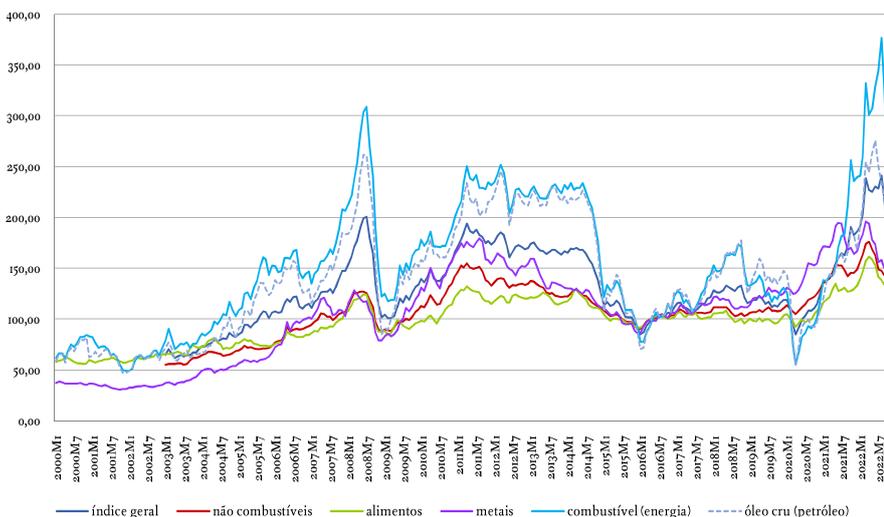
Depois da forte queda ocorrida entre 2015 e 2016, os preços internacionais das *commodities* se estabilizaram entre 2017 e 2019 (gráfico 4). Se por um lado esta estabilidade era benigna do ponto de vista inflacionário, por outro tampouco indicava um novo ciclo virtuoso para os países exportadores de produtos primários. Com o início da pandemia em março de 2020, os preços sofreram forte queda, mas se recuperaram já no segundo semestre, diante da perspectiva de normalização gradual da atividade econômica mundial, e da perspectiva (não confirmada) de um posterior ciclo expansivo decorrente das políticas adotadas nos países desenvolvidos (International Monetary Fund, 2021). A elevação dos preços das *commodities* persistiu durante todo o ano de 2021, e se acirrou depois do início da guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022. O gráfico 4 mostra que no ápice deste ciclo, em agosto de 2022, o índice médio de preços de *commodities* calculado pelo Fundo Monetário Internacional havia alcançado um nível superior ao do ápice do ciclo anterior, em julho de 2008.

**Gráfico 4 – Taxa de câmbio nominal (R\$/US\$, eixo direito) e efetiva real (número índice, eixo esquerdo)**



Fonte: Ipeadata (elaboração própria)

**Gráfico 5 – Preços de commodities, índice geral, e de produtos selecionados (2016 = 100)**



Fonte: FMI

Este aumento contribuiu para a recuperação econômica brasileira no pós-pandemia, mas foi limitado. Ao menos até o final do governo Bolsonaro, este ciclo não se converteu em aumento da demanda externa pela produção brasileira de produtos primários similar ao aumento ocorrido no ciclo anterior, datado especialmente no primeiro governo Lula (2003-2006). Conforme a tabela 4, no primeiro governo Lula o ciclo expansivo de *commodities* resultou simultaneamente em aumento dos preços e *quantum* exportados, enquanto, no governo Bolsonaro, seu impacto sobre o aumento do *quantum* foi bem menos expressivo. Com efeito, as exportações no governo Bolsonaro cresceram à média anual de 1,6%, contra 9,9% do primeiro governo Lula (tabela 2).

**Tabela 4 – Preço e quantum das exportações brasileiras, taxa média anual de crescimento (%)**

	2003-06	2007-10	2011-14	2015-16	2017-18	2019-21
Preço	10,39	9,86	1,81	-14,71	7,75	5,13
<i>Quantum</i>	11,39	0,00	0,63	5,73	5,45	1,35

Fonte: Funcex (elaboração própria)

É por este motivo que este ciclo mais recente de aumento de preços das *commodities* não exerceu efeito expansivo sobre o PIB brasileiro durante o governo Bolsonaro, diferentemente do que ocorreu no primeiro governo Lula (Araujo, 2021).

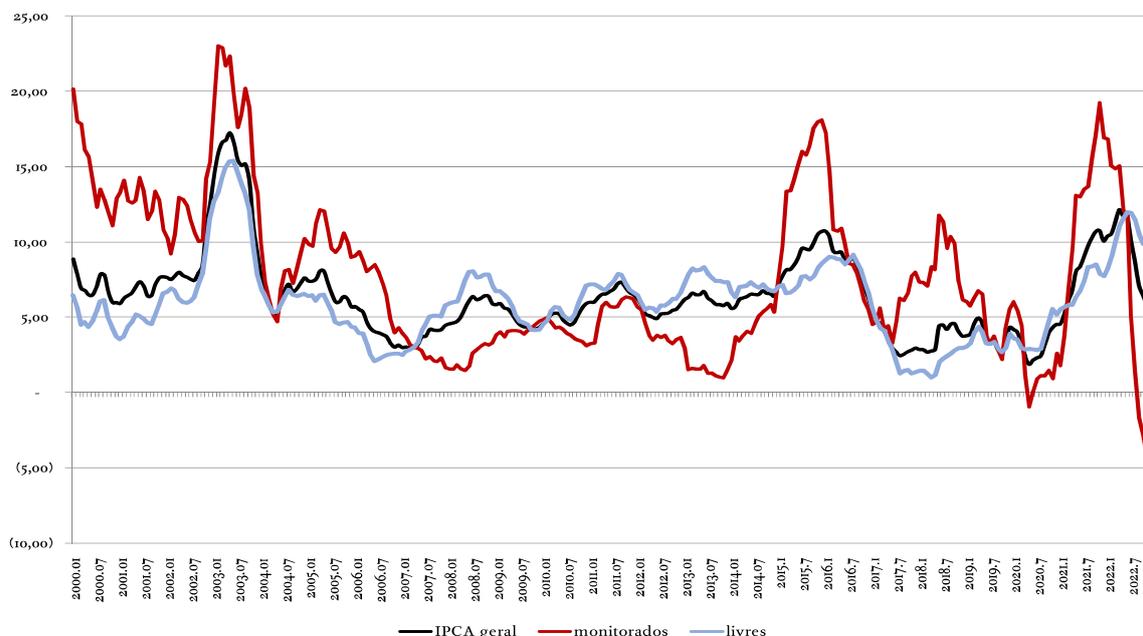
## 5.2. A política financeira

Na política financeira, a escolha de Roberto Campos Neto para o comando do Banco Central constituía uma solução de continuidade à gestão de seu antecessor, Ilan Goldfajn. A taxa básica de juros Selic havia encerrado o governo Temer em 6,5% a.a., mínima histórica nominal, e assim permaneceria até a aprovação da reforma previdenciária pelo Congresso Nacional, em agosto de 2019, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) deu início a um ciclo de redução da taxa Selic, lento até a eclosão da pandemia, quando a taxa já estava em 4,5% a.a., e mais rápido após o início da pandemia,

até atingir o novo piso histórico de 2% a.a. em agosto de 2020. Se de fato a pandemia e seus efeitos econômicos requeriam medidas de expansão da liquidez e do seu barateamento por meio da redução da taxa básica, por outro a economia brasileira passou a operar, no final de 2020, com taxas de juros reais *ex-post* negativas (gráfico 3), algo inédito pelo menos desde a adoção do Plano Real em 1994. Também inédita foi a manutenção, por longo período de tempo, da Selic abaixo do piso determinado pela taxa de juros internacional acrescida do prêmio de risco (Lara, 2021), o que determinou forte desvalorização da taxa de câmbio real/dólar (gráfico 4), especialmente decorridas algumas semanas após o início da pandemia. O efeito da desvalorização cambial combinado com a recuperação dos preços das *commodities* no segundo semestre de 2020 – em especial o petróleo – provocou forte pressão inflacionária (gráfico 6), tendo em vista que a Petrobras adota, desde agosto de 2016, a política de preços denominada Paridade de Preços de Importação (PPI), repassando quase imediatamente aos preços domésticos as elevações do preço do barril do petróleo corrigido pela taxa de câmbio.

Em março de 2021 o Banco Central iniciou novo ciclo de elevação da Selic para tentar conter a inflação que ele mesmo criou ao reduzir a Selic abaixo do “piso” (Lara, 2021). A rapidez deste ciclo de aperto da política monetária também é inédita desde a adoção do regime de metas de inflação em 1999: a Selic passou de 2% a.a. em março de 2021 para 9,25% em dezembro do mesmo ano, até atingir 13,75% em agosto de 2022, permanecendo neste nível até o fim do governo Bolsonaro. O balanço da gestão de Roberto Campos Neto no Banco Central é desolador: a inflação ficou acima do teto da meta em dois dos quatro anos, contrariando o otimismo do Conselho Monetário Nacional que estabeleceu metas decrescentes de inflação (tabela 5) e dos apologistas da autonomia do Banco Central, instituída pela Lei Complementar n.º 179, de 24/02/2021.

**Gráfico 6 – Inflação (IPCA), preços livres e monitorados (% em 12 meses)**



Fonte: IBGE

**Tabela 5 – Inflação anual (IPCA) e metas de inflação**

ano	2018	2019	2020	2021	2022
Meta	4,5	4,25	4,0	3,75	3,5
Banda	3,0 - 6,0	2,75 - 5,75	2,5 - 5,5	2,25 - 5,25	2,00 - 5,00
Inflação (IPCA)	3,75	4,31	4,52	10,06	5,79

Fonte: Banco Central do Brasil

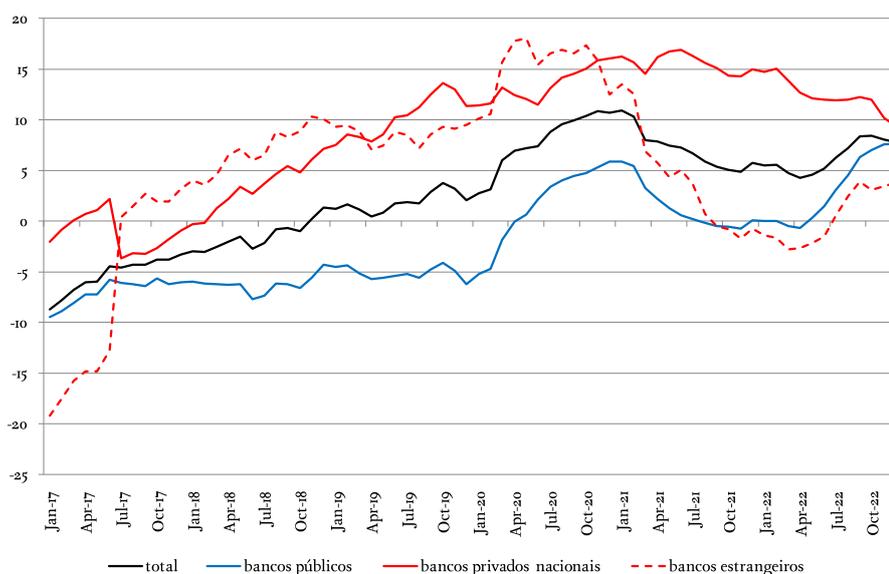
A relação entre taxa de câmbio e inflação no Brasil tem sido estudada e demonstrada em inúmeros trabalhos – por exemplo, Serrano (2010), Braga e Summa (2016), e Bastian *et al.* (2016). No caso específico da inflação pós-pandemia, também são notórios os efeitos do choque de custos em caráter mundial provocado pela desarticulação das cadeias produtivas globais decorrente dos episódios de isolamento social em períodos distintos, e do aumento dos preços das *commodities* após o segundo semestre de 2020. Contudo, a gestão da política de juros e câmbio no governo Bolsonaro

intensificou os efeitos desses choques, acelerando a inflação mesmo sob um cenário interno de mercado de trabalho desaquecido e reajustes salariais abaixo da inflação (Lara, 2021). Por outro lado, sob a lógica de funcionamento do regime de metas de inflação, a elevação da taxa Selic também contribuiu para desacelerar a recuperação do nível de atividade.

Outro aspecto da política financeira deste período reside na modesta ação dos bancos públicos, não só durante a pandemia, mas em todo o quadriênio. Mesmo no período mais crítico da crise econômica associada à pandemia – o ano de 2020 – os bancos públicos não foram instados a promover uma ação mais contundente no sentido de ampliar o crédito. Em vez disso, a orientação do governo consistiu em políticas de tipo horizontais, no sentido de prover liquidez para o conjunto do sistema financeiro, que listamos na seção anterior. Os Relatórios de Estabilidade Financeira do Banco Central referentes a outubro de 2020 e abril de 2021 (Banco Central, 2020, 2021) indicam ter ocorrido uma maior demanda por liquidez por parte do conjunto do sistema bancário, seja para atender à concessão líquida de crédito, seja para ajustes de derivativos e depósitos de margem, seja também para atender à recomposição de suas carteiras com ativos mais líquidos (Banco Central, 2020), e esta demanda foi satisfeita a contento pela autoridade monetária sem elevação relevante do risco de liquidez. Medidas adicionais, como a adoção de prazos de carência em operações de crédito já concedidos, foi adotada pelo BB e pela CEF e seguida por vários bancos privados, e também promoveram alívio de liquidez para empresas e famílias, assim como o diferimento de prazos de recolhimento de impostos federais adotadas pelo Ministério da Economia.

O crédito bancário foi expandido, notadamente por meio dos bancos privados (gráfico 7) desde 2019, em um processo lento, e que não foi acompanhado pelos bancos públicos.

**Gráfico 7 – Saldo do crédito bancário, total e por controle de capital, taxa de crescimento real em 12 meses (%)**



Fonte: SGGST/BCB, elaboração própria, deflacionado pelo IPCA

Os bancos públicos expandiram o crédito durante a pandemia, mas a taxa inferior às dos bancos privados, indicando que na prática a ação dos bancos públicos ficou aquém do que seria esperado do ponto de vista de uma ação efetivamente anticíclica. Do total de R\$ 22 bilhões especificamente disponibilizados em dois programas diferentes para o enfrentamento da pandemia, o BNDES emprestou em 2020 apenas R\$ 9,8 bilhões, menos da metade da dotação inicialmente prevista (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2021, p. 29). Se a intenção já era modesta, a execução o foi ainda mais. Do ponto de vista da origem dos recursos, a expansão mais notável ocorreu por meio dos créditos livres, refletindo a orientação da política financeira de reduzir o crédito direcionado sob a inspiração teórica da hipótese da “repressão financeira”.

A redução da taxa Selic para seu piso histórico explica a retomada do crédito bancário a partir de 2019, situação na qual os bancos procuram compensar a queda das receitas provenientes das operações de títulos e valores mobiliários (devido à queda da taxa Selic) elevando as receitas com operações

de crédito, em uma conduta já identificada por Araujo (2013) e Oreiro e Paula (2021). Esta estratégia, contudo, encontra seus limites na capacidade de pagamento e nos limites de alavancagem dos próprios clientes – empresas e pessoas físicas em maior escala, mas também governos – em condições de elevadas taxas de desemprego, queda da renda real do trabalho e expectativas de baixo crescimento da demanda efetiva.

### **5.3. A política fiscal**

O governo Bolsonaro foi iniciado sob o compromisso de manter a política de consolidação fiscal em curso desde o governo Temer, em especial o teto de gastos (EC/95), mas que requeria, sob esta lógica, um conjunto de reformas que reduzissem os gastos públicos. Conforme mencionamos na seção anterior, a reforma previdenciária foi aprovada em 2019, e a agenda da política fiscal ainda incluiria medidas (não apreciadas pelo Congresso Nacional) para redução permanente de despesas com pessoal e desvinculação de gastos sociais previstos na CF/88. A inviabilidade do teto de gastos foi atestada por diversas vezes, especialmente durante a pandemia. Em 2020, a despesa primária do governo central foi majorada em 31% em termos reais (tabela 6) para acomodar os créditos extraordinários decorrentes dos programas de transferência de renda e de combate à pandemia. Por outro lado, a pandemia também provocou forte queda da arrecadação. Com efeito, o déficit primário do governo central passou de 1,3% do PIB em 2019 para 10% em 2020, e o déficit nominal passou de 5,4% do PIB para 13,6%. Os déficits primário e nominal do setor público consolidado também registraram expressiva expansão (tabela 5).

A dívida bruta do governo geral, até então estabilizada em torno de 74% do PIB, passou para 86,9% em 2020. Já a dívida líquida do setor público consolidado passou de 54,7% em 2019 (em trajetória altista) para 61,4% em 2020. O crescimento da DLSP/PIB foi menos intenso que o da dívida bruta do governo geral/PIB, porque foi atenuado pelo impacto do ajuste cambial, já que o real sofreu forte desvalorização em 2020. Este ano constituiu outra excepcionalidade: foi o único em uma longa série no qual o déficit nominal foi majoritariamente explicado pelo aumento do déficit primário.

Contudo, já em 2021 o governo retomou a orientação mais geral de sua política fiscal – consolidação fiscal e busca pelo equilíbrio fiscal. A prorrogação do Auxílio Emergencial, agora em bases mais rebaixadas (R\$ 300 por beneficiário), foi compatibilizada por uma redução de outros gastos, de modo que o ano registrou uma queda de pouco mais de 23% da despesa primária total. Como percentagem do PIB, este indicador retornou a patamares inferiores aos de 2019. Deste modo, pode-se dizer que o caráter expansionista da política fiscal durante a pandemia impediu uma queda maior do PIB, mas a orientação mais geral de uma consolidação fiscal prevaleceu, limitando a própria retomada. Na média, o gasto cresceu apenas 1,3% a.a. entre 2019 e 2022.

**Tabela 6 – Dados selecionados de finanças públicas, 2017-2022**

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2019-22
<b>Governo Central</b>							
Em % do PIB							
Receita total	21,0	21,3	22,1	19,3	21,7	23,5	21,7
Receita líquida	17,5	17,6	18,2	15,8	17,7	18,9	17,7
Despesa primária total	19,4	19,3	19,5	25,6	18,1	18,3	20,4
Resultado primário	-1,9	-1,7	-1,3	-9,8	-0,4	0,5	-2,7
Resultado nominal	-7,0	-6,1	-5,4	-13,3	-5,0	-4,6	-7,1
Dívida bruta (governo geral)	73,7	75,3	74,4	86,9	78,3	73,4	
<b>Taxa de crescimento real (%)</b>							
Receita total	1,6	3,9	5,8	-13,1	21,6	9,7	5,2
Despesa primária total	-1,1	1,9	2,7	31,1	-23,6	2,1	1,3
<b>Setor público consolidado, fatores condicionantes da dívida líquida</b>							
% do PIB							
Dívida líquida total	51,4	52,8	54,7	61,4	55,8	57,5	
Varição da dívida líquida	5,2	1,4	1,9	6,7	-5,6	1,7	
Resultado primário	1,7	1,5	0,8	9,2	-0,7	-1,3	2,0
Juros nominais	6,1	5,4	5,0	4,1	5,0	6,0	5,0
NFSP*	7,8	7,0	5,8	13,3	4,3	4,7	7,0
Ajuste cambial	-0,2	-2,5	-0,7	-4,2	-1,2	1,0	-1,2

\*Necessidade de financiamento do setor público. Nota: superávit tem sinal negativo  
Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil

A baixa taxa de expansão do gasto nos quatro anos do governo Bolsonaro parece ser algo contraintuitivo, já que em seu governo o próprio teto de gastos foi ocasionalmente flexibilizado (ou “furado”). Ao todo, o governo Bolsonaro “furou” o teto em R\$ 800 bilhões (Gabinete de Transição Governamental, 2022, p. 11). Embora a maior parte esteja associada ao combate à pandemia, parte deste furo também foi destinado a acomodações políticas. Ainda em 2019, foi aprovada emenda constitucional que retirou do teto de gastos recursos transferidos a estados e município obtidos pela cessão onerosa de campos de petróleo. Em 2021, outra emenda retirou do teto o pagamento de precatórios federais, e também modificou a forma de cálculo das despesas totais sujeitas ao teto, acomodando novas despesas. Finalmente, em 2022 outra emenda foi aprovada para permitir criar o Auxílio Brasil, programa de transferência de renda que substituiu o Bolsa Família, no valor de R\$ 600 até dezembro de 2022, e também para acomodar a desoneração de impostos federais sobre gasolina, óleo diesel, etanol e gás de cozinha, além do pagamento das emendas de relator-geral do Orçamento – medidas adotadas essencialmente para assegurar a competitividade do presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição que aparecia nas pesquisas de intenção de voto na segunda colocação, distante do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Somente no ano de 2022 o furo no teto foi de R\$ 113 bi (Instituição Fiscal Independente, 2022, p. 13).

Nossa hipótese é de que na política fiscal prevaleceu um pragmatismo eleitoral. As pesquisas de opinião apontavam uma melhora no desempenho da avaliação do Presidente entre os meses de agosto e dezembro de 2020, sob os efeitos do Auxílio Emergencial,<sup>10</sup> e uma piora ao longo de todo o ano de 2021, sob os efeitos da aceleração inflacionária. A competitividade eleitoral do presidente que disputaria a reeleição dependia de uma melhora imediata na percepção popular, e a política fiscal acomodaria as medidas voltadas para este objetivo. Isto seria viabilizado por meio de mais um “furo” no teto de gastos. O caráter pragmático reside na mudança brusca de orientação das políticas de transferência de renda e de combustíveis (com efeitos benignos sobre a inflação) e em sua acomodação justamente na política fiscal. Em todo

o seu mandato, o governo Bolsonaro preservou o Programa Bolsa Família (PBF) nas condições herdadas, sem qualquer aprimoramento ou ampliação, exceto quando o processo eleitoral se avizinhava, quando o valor do benefício foi majorado para R\$ 600, e o programa foi rebatizado para Auxílio Brasil. O mesmo ocorreu com a política de preços de combustíveis. Embora a política de Paridade de Preços Internacionais adotada pela Petrobras desde o governo Temer (2016-2018) tenha sido preservada, o governo Bolsonaro jamais adotou medidas para mitigar os efeitos de tal política durante os períodos de aumento do preço internacional do petróleo, ou de desvalorização cambial – exceto quando a eleição se aproximava. A política de desonerações de impostos federais e estaduais também seria acomodada pela política fiscal. Finalmente, o caráter eleitoral também pode ser observado no prazo de vigência das duas medidas: 31/12/2022.

Ademais, os furos no teto de gastos não decorreram de um diagnóstico de disfuncionalidade do teto por parte da equipe econômica, que, ao contrário, sempre defendeu a sua manutenção, bem como a consolidação fiscal como fundamentais para a retomada econômica (Brasil, Secretaria de Política Econômica, 2022), destacando os elementos vigentes do lado da oferta para assegurar o aumento da produtividade e apostando ainda no diagnóstico da má alocação de recursos (2022a). Ao término do governo, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia chegou a apresentar uma sugestão de aprimoramento do teto (2022b). Tampouco os furos no teto foram destinados à ampliação de serviços públicos ou sequer à sua manutenção – ao contrário, o Relatório do Gabinete de Transição Governamental (2022) apontou o desmonte de múltiplos programas em diversas áreas (saúde, educação, emprego, cultura etc.) por subfinanciamento ou corte orçamentário.

---

<sup>10</sup> Segundo o Datafolha (2022), em agosto e dezembro de 2020, 37% avaliavam o governo Bolsonaro como ótimo/bom, e os índices ruim/péssimo passaram de 34% para 32%, e o de regular, de 27% para 29%. Em dezembro de 2021, Bolsonaro era reprovado por 53%, aprovado por 22%, e considerado regular por 24%.

Com efeito, a retomada dos superávits primários do setor público após a pandemia foi obtida, pelo lado dos gastos, por meio de cortes associados ao desmonte do Estado brasileiro. Já o aumento das receitas pode ser explicado pela normalização da mobilidade após o fim do isolamento social, com a gradual retomada da atividade econômica, e pela inflação dos alimentos e dos combustíveis – como efeito do aumento dos preços das *commodities* –, que ampliou a base de arrecadação nominal. O aumento de arrecadação, contudo, não pode ser imediatamente convertido em aumento dos gastos, já que estes são restritos pela regra do teto.

## **6. Considerações finais: um balanço do período**

Um balanço do governo Bolsonaro deve levar em consideração as adversidades oriundas dos eventos externos – em especial, a pandemia – mas também as opções feitas pelo próprio governo na condução da economia. A opção por radicalizar o modelo neoliberal herdado não poderia resultar em um desempenho econômico melhor que o obtido no governo Temer. A despeito das dificuldades de articulação política no encaminhamento de algumas reformas, como a administrativa e a tributária, a agenda de reformas e outras medidas que reduziriam o Estado brasileiro caminhou a passos largos: a previdência foi reformada; empresas estatais importantes foram privatizadas, como BR Distribuidora e Eletrobras, e outras privatizações estavam apenas à espera de um novo mandato presidencial, como a Petrobras e os Correios; o gasto público foi reduzido como proporção do PIB; o Banco Central foi alçado à condição de autônomo; a participação dos bancos públicos no mercado de crédito foi reduzida. Todavia, a promessa de maior prosperidade econômica não se cumpriu, e isto não se deve apenas à pandemia.

De fato, a pandemia da covid-19 provocou, no âmbito econômico, recessão mundial, e seus efeitos sobre a economia brasileira foram inequívocos. Neste quesito, a ação governamental foi marcada por um pragmatismo que se manifestou na expansão fiscal e na flexibilização das políticas monetária

e financeira. Este pragmatismo, contudo, não significou mudanças mais profundas no modelo econômico. Ao contrário, a opção pela sua manutenção determinou que as ações de enfrentamento aos efeitos econômicos da pandemia fossem modestas. Na política fiscal, o aumento do gasto em 2020 foi rapidamente revertido e, na média, o governo Bolsonaro registrou uma das mais baixas taxas de expansão do gasto; a opção pela manutenção do teto de gasto, a despeito do “furo” de R\$ 800 bi, impediu que o aumento de arrecadação obtido entre 2021 e 2022 por efeito da recuperação econômica, inflação e aumento dos preços das *commodities* se convertesse em mais gastos que teriam efeitos expansivos; a condução da política monetária nos marcos do regime de metas de inflação reduziu a taxa básica para além do piso, provocando desvalorização cambial e inflação, e também impedindo que o governo colhesse os efeitos da elevação dos preços das *commodities*; o mesmo regime de metas impôs a seguir a forte elevação da taxa Selic; e, finalmente, a opção liberal impediu uma ação mais contundente dos bancos públicos. A busca pelo equilíbrio fiscal foi obtida ao custo de um desmonte do Estado brasileiro em sua capacidade de articular e executar políticas públicas, sem entregar o crescimento vigoroso do PIB.

Passados os efeitos imediatos da pandemia, a agenda de redução do Estado voltou a ganhar protagonismo, mesmo nos marcos do outro pragmatismo, agora o eleitoreiro, durante a campanha de Bolsonaro pela reeleição. Mesmo este pragmatismo foi buscado sem comprometer os cânones de seu modelo econômico mais geral. Por este motivo, não seria correto dizer que o governo Bolsonaro foi refém de um neoliberalismo radical, porque esta foi sua opção. E suas próprias escolhas de preservar as linhas mais gerais de seu modelo econômico impuseram também limites aos resultados de seu pragmatismo, relegando a economia a um desempenho econômico similar ao de seu antecessor, Michel Temer, incapaz de superar o quadro de estagnação econômica. No campo político, o prolongamento da crise econômica foi determinante para sua própria derrota eleitoral.

## Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998
- ARAUJO, Victor Leonardo. Preferência pela liquidez do setor bancário no ciclo de expansão do crédito no Brasil: 2003-2010. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 31, n. 59, p. 47-75, mar/2013
- ARAUJO, V. L. O primeiro governo Lula (2003-2006): retomada do crescimento e bonança internacional. In: ARAUJO, Victor Leonardo; MATTOS, Fernando Augusto Mansor. *A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *Relatório Anual 2020*. Rio de Janeiro: BNDES, 2021
- BARBOSA, Rogério Jerônimo; PRATES, Ian. Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP n.º 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: Ipea, julho de 2020
- BARUCO, Grasiela; GARLIPP, José Rubens. Neoliberalismo, Consenso e Pós-consenso de Washington: a primazia da estabilidade monetária. X Encontro Nacional de Economia Política. Campinas, 2005. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política, em <https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=10/1423-neoliberalismo-consenso-e-pos-consenso-de-washington-a-primazia-da-estabilidade-monetaria.pdf>
- BASTIAN, Eduardo et al. *Some stylized facts on external shocks and inflation upsurge in Brazil, 1951 – 1985*. Rio de Janeiro, Instituto de Economia/ UFRJ, Texto para discussão n.º 28, 2016
- BRAGA, Julia Medeiros; SUMMA, Ricardo. Estimativa de um modelo desagregado de inflação de custo para o Brasil. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 399-430, set/2016
- BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Estabilidade Financeira*, outubro de 2020
- BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Estabilidade Financeira*, abril de 2021
- BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Relatório de Gestão de 2017*. Unidade prestadora de contas: FGTS. Brasília, Ministério do Trabalho, 2018. Disponível em [https://www.caixa.gov.br/Downloads/fgts-relatorio-gestao/RELATORIO\\_GESTAO\\_FGTS\\_2017.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/fgts-relatorio-gestao/RELATORIO_GESTAO_FGTS_2017.pdf)
- BRASIL, MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Relatório de Gestão, Exercício de 2019, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)*. Brasília, Ministério da Economia, 2020
- BRASIL, MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Relatório de Gestão, Exercício de 2020, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)*. Brasília, Ministério da Economia, 2021 Disponível em [https://www.caixa.gov.br/Downloads/fgts-relatorio-gestao/RELATORIO\\_GESTAO\\_FGTS\\_2020.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/fgts-relatorio-gestao/RELATORIO_GESTAO_FGTS_2020.pdf)
- BRASIL, SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. *Redução da má alocação de recursos (misallocation) para a retomada do crescimento da produtividade na economia brasileira*. Nota Informativa, 6 de fevereiro de 2020
- BRASIL, SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. *Trajetórias com e sem reformas: continuidade e aprofundamento da consolidação fiscal*. Nota Informativa, 10/02/2022
- BRASIL, SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. *Consolidação fiscal com redução da carga tributária e mudanças econômicas pela oferta*. Nota Informativa, 29/06/2022a
- BRASIL, SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. *Uma proposta de aprimoramento do teto de gastos*. Nota Informativa, 23/12/2022b
- DATAFOLHA. Eleições 2022. Agosto de 2022. Disponível em <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/08/19/avaliacao-br829720uf902n9288y329ago1.pdf>

DUTRA, Renata Queiroz; JESUS, Selma Cristina Silva. Medida Provisória n.º 905/2019 Programa Verde Amarelo: a reforma dentro da reforma trabalhista. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2020

DWECK, E. Por que é imprescindível revogar o teto de gastos? In: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, A. L. M. *Economia pós-pandemia: dismantando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico*. Rio de Janeiro: Autonomia Literária, 2020

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. *Relatório final*. Brasília, 2022

HOBBSBAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita; revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI). *Relatório de Acompanhamento Fiscal*, julho de 2022

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook*. Countering the Cost-of-living crisis. Washington, DC: International Monetary Fund, Out/2022

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Special feature*. Commodity market developments and forecasts. Washington, DC: International Monetary Fund, April/2021

JUSTEN, Agatha; GURGEL, Claudio. Neoliberalismo, queda da taxa de lucro e política pública do trabalho no Brasil. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 26, n. 85, pp. 1-20, 2021

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2016

LARA, Fernando Macari A exagerada, insustentável e efêmera redução da taxa de juros no Brasil. Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento (IFFD). *Policy Note* n.º 2. Brasil, setembro de 2021

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando. *Macroeconomia da estagnação brasileira*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021

REUTERS. Guedes diz que “Brasil já estava decolando” antes da crise do coronavírus. *Exame*. <https://exame.abril.com.br/economia/guedes-diz-que-brasil-ja-estava-decolando-antes-da-crise-do-coronavirus/>, acessado em 17/04/2020.

SANTOS, Theotônio. O papel do Estado num mundo em globalização. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 2, p. 47-71, 1998

SERRANO, Fanklin. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 1 (117), p. 63-72, jan-mar/2010

VILELLA, Caio; VAZ, Camila; BUSTAMANTE, Julia. Levantamento e análise de medidas econômicas adotadas durante a pandemia da covid-19. *Nota de Política Econômica*, Grupo de Economia do Setor Público/Gesp. Rio de Janeiro: Gesp/Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, junho de 2020

CARLOS ALVES DO NASCIMENTO  
JOACIR RUFINO DE AQUINO  
MARCOS ANTONIO TAVARES SOARES

## TRABALHADORES ASSALARIADOS EXPLORADOS E SUPEREXPLORADOS NO BRASIL (2002 A 2014)

Recebido em 10/04/2024

Aprovado em 10/03/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1125

# TRABALHADORES ASSALARIADOS EXPLORADOS E SUPEREXPLORADOS NO BRASIL (2002 A 2014)

## Resumo

### CARLOS ALVES DO NASCIMENTO

Doutor em Economia Aplicada (Unicamp). Professor Titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Email: [carlos.nascimento@ufu.br](mailto:carlos.nascimento@ufu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3495-8076>

### JOACIR RUFINO DE AQUINO

Doutorando em Geografia (UFRN). Professor e pesquisador da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern/Campus de Assú).

Email: [joaciraquino@uern.br](mailto:joaciraquino@uern.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0772-7141>

### MARCOS ANTONIO TAVARES SOARES

Doutorando em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Unicamp. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

Email: [marcos.tavares@uesb.edu.br](mailto:marcos.tavares@uesb.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1444-8977>

Este artigo objetiva analisar o comportamento das condições de trabalho dos assalariados brasileiros quanto à situação de exploração e superexploração, de 2002 a 2014, período que se destaca por expressiva expansão econômica (2004-2008 e 2010-2013) com recuperação do emprego formal, da renda média do trabalho e melhora dos indicadores sociais. A metodologia utilizada é a descritiva explicativa. Para tanto, fazendo uso dos microdados da Pnad/IBGE, construiu-se uma tipologia em que os trabalhadores assalariados são classificados em quatro grupos distintos. E, como uma *proxy* do valor da força de trabalho, utiliza-se o salário mínimo necessário calculado pelo Dieese. Os resultados da investigação apontam que houve melhoras nas condições de trabalho com redução da participação dos trabalhadores que se encontravam na condição de superexplorados. Contudo, em 2014, apesar dos avanços, registrava-se que quase a metade da amostra analisada ainda era de superexplorados, denotando um quadro desafiador para a classe trabalhadora mesmo em um contexto econômico favorável.

**Palavras-chave:** exploração; mercado de trabalho; salário mínimo necessário; superexploração

## **Abstract**

This article aims to analyze the behavior of working conditions of Brazilian employees regarding the situation of exploitation and super-exploitation, from 2002 to 2014, a period that stands out for its significant economic expansion (2004-2008 and 2010-2013) with recovery of formal employment, average labor income and improvement of social indicators. The methodology used is descriptive and explanatory. To this end, using Pnad/IBGE microdata, a typology was constructed in which salaried workers are classified into four distinct groups. And, as a proxy for the value of the workforce, the necessary minimum wage calculated by Dieese is used. The results of the investigation indicate that there were improvements in working conditions with a reduction in the participation of workers who were in a super-exploited condition. However, in 2014, despite the improvement, it was recorded that almost half of the sample analyzed were still super-exploited, showing a challenging situation for the working class even in a favorable economic context.

Keywords: exploitation; job market; minimum necessary wage; super-exploitation.

## I. Introdução

Este artigo parte da premissa de que a exploração da classe trabalhadora pelo capital é central no funcionamento e desenvolvimento do modo de produção capitalista tanto em nível global quanto nacional e que a fase atual de predominância do capital transnacionalizado e financeirizado assenta-se sobre uma base de aprofundamento das formas de exploração (Antunes, 2006; Meszáros, 2007; Dal Rosso, 2008 e 2011; Pochmann e Moraes, 2017). Entende-se que os aumentos de produtividade do trabalho no capitalismo contemporâneo se devem às mudanças das técnicas de produção, as quais também provocam a exasperação das formas de exploração da força de trabalho (Souza, 2001; Antunes, 2006; Bueno, 2016), reforçando a diferenciação, que se pretende aqui ressaltar, entre exploração e superexploração.

O Brasil nos anos 2000 registrou indicadores econômicos positivos, tais como o crescimento do Produto Interno Bruto, aumentos reais nos rendimentos dos assalariados, redução dos índices de pobreza, desigualdade e desemprego (Carleial, 2010; Bastos, 2012). Além desses indicadores, ao longo de todo esse período houve também expressivos influxos de investimentos diretos externos, particularmente para o setor agropecuário. Entretanto, estudos como os de Carleial (2010), Delgado (2012) e Bueno (2016), entre outros, alertam para a ocorrência de processos de desnacionalização produtiva, de desindustrialização e de reprimarização da economia brasileira, processos apoiados na superexploração da classe trabalhadora.

Diante desta realidade de relativo crescimento econômico, acompanhado, por um lado, de melhora em indicadores socioeconômicos importantes para a classe trabalhadora, e, por outro, de desindustrialização e reprimarização, objetiva-se investigar se durante os três primeiros mandatos do governo do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2014) teria ocorrido uma alteração na relação entre exploração e superexploração da força de trabalho brasileira. Melhor dizendo, questiona-se se essa nova realidade foi favorável aos trabalhadores brasileiros assalariados, alterando a composição dessa classe trabalhadora entre explorados e superexplorados.

Vale destacar que a pesquisa visa contribuir com o estudo sobre a categoria superexploração da força de trabalho, que é central na teoria marxista da dependência (TMD) latino-americana, cujo expoente maior é Ruy Mauro Marini (Amaral; Carcanholo, 2009, Duarte, 2010; Bueno, 2016). Não entraremos em maiores detalhes sobre a TMD, uma vez que o objetivo principal deste artigo é desenvolver uma metodologia que permita mensurar o contingente de trabalhadores explorados e os trabalhadores aqui classificados como superexplorados, tendo como *proxy* do valor da força de trabalho o salário mínimo necessário calculado pelo Dieese.

Isto posto, este artigo busca contribuir na mensuração dos contingentes de assalariados explorados e superexplorados no Brasil. Apenas sucintamente, importa ressaltar que Marini (2005) chama atenção para o fato de que as economias capitalistas periféricas, como o Brasil, transferem valor para os centros capitalistas. Ou seja, os centros se apropriam de parte do valor produzido nas periferias. Para compensar essa transferência de valor e também assegurar algum grau de acumulação periférica de capital, os capitalistas recorrem a mecanismos de elevação da extração de mais-valia, tais como: redução direta do pagamento da força de trabalho para *abaixo* do seu valor; e dois mecanismos de redução indireta: 1) elevação da *jornada de trabalho* para além do normal (legalmente instituído em cada sociedade); e 2) elevação da *intensidade* do trabalho para além do normal (média reinante na sociedade).<sup>1</sup> Ou seja, esses três mecanismos, individualmente ou em conjunto, são formas de precarizar as *condições de trabalho e de vida* da classe trabalhadora, tendo como consequência o *desgaste prematuro* dos trabalhadores. Esse ponto distingue as categorias exploração e superexploração, conforme será melhor explicado na sequência, a partir de *O Capital* de Marx (1988 e 1996).

Antes de continuarmos, porém, cabe comentar que não desconhecemos a existência de controvérsias acerca, não apenas da definição da categoria superexploração, mas também se Karl Marx teria tratado teoricamente dessa

---

<sup>1</sup> “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção *socialmente normais*, e com o *grau social médio* de habilidade e de *intensidade de trabalho*” (Marx, 1996, Tomo I, Cap. I, p. 169, grifos nossos).

categoria em seu livro maior, mesmo que não tenha usado tal expressão (superexploração). Não é o objetivo do presente artigo, nem há espaço para tanto, abordar essa controvérsia. Tão somente cabe deixar registrado que seguimos a interpretação de Nascimento, Dillenburg e Sobral (publicado nesta revista em 2015). A interpretação desses autores suscitou uma discordância veemente por parte de Corrêa e Carcanholo, publicada nesta revista em 2016, na qual consta também a tréplica de Nascimento, Dillenburg e Sobral. Importa registrar ainda que, após esse debate, Osorio, um dos expoentes da TMD, publicou em 2018 uma interpretação<sup>2</sup> que, em nosso entendimento, corrobora plenamente a interpretação de Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015), o que nos dá respaldo para seguir a tese de que os elementos da teoria da superexploração estão presentes em *O Capital*.

A estrutura do texto está organizada em mais quatro seções, além desta breve introdução. Na seção dois expõem-se os argumentos para justificar a necessidade – para o propósito do artigo (mensurar os contingentes de trabalhadores explorados e superexplorados) – de se distinguir o preço da força de trabalho (salário), o qual pode ser igual ou não ao valor, a depender da correlação de força entre capital e trabalho, além de outros fatores econômicos e políticos. Na seção três, figuram os aspectos metodológicos necessários para essa mensuração. A quarta seção é dedicada à análise e discussão dos resultados da aplicação empírica da metodologia. Já na última seção, por sua vez, apresentam-se as considerações finais.

## **2. Força de trabalho explorada e força de trabalho superexplorada: alguns apontamentos teóricos e conceituais**

Em *O Capital*, livro I, Marx demonstra que o capital explora a força de trabalho, mesmo pagando o seu valor (troca de equivalentes). *Exploração*,

---

<sup>2</sup> A proposição central desse trabalho de Jaime Osorio, como ele mesmo enfatiza, é desenvolver “uma crítica às teses que sustentam que Marx não teria deixado dúvidas de que a força de trabalho de nosso tempo é paga por seu valor, o que exigiria abandonar a categoria de superexploração. Aqui, procuramos mostrar que a violação do valor da força de trabalho é um problema inscrito na teoria marxista e presente em *O Capital*” (Osorio, 2018, p. 483, grifo no original).

para Marx, significa *trabalho excedente* apropriado pelo capital após o pagamento do valor da força de trabalho (igual ao trabalho *necessário*). Está pressuposto aqui que o pagamento do valor da força de trabalho garante a sua reprodução normal.<sup>3</sup>

Em contrapartida, de acordo com nossa interpretação, *superexploração* é o que em *O Capital*, livro I, está relacionado com o que Marx chama de trabalho *excessivo* (ou *sobretalho*)<sup>4</sup> sem um equivalente em salário, ou seja, trabalho excessivo espoliado. Trabalho *excessivo*, de acordo com Marx, é diferente de trabalho *excedente*.<sup>5</sup> Trabalho excessivo pode ocorrer em um tempo de trabalho que excede uma jornada normal de trabalho (da qual se extrai o *trabalho excedente*) ou mesmo dentro de uma jornada normal (nesse caso, através da elevação da *intensidade* do trabalho, além do normal). Em ambos os casos, de acordo com o que está exposto em *O Capital*, livro I, a força de trabalho é *espoliada* pelo capital se o trabalho excessivo realizado ocorrer sem um pagamento suficiente para restaurar o desgaste extra ocorrido na força de trabalho pelo sobretalho realizado.<sup>6</sup> Uma terceira forma de superexploração é o pagamento da força de trabalho diretamente abaixo do seu valor, independente de ser dentro ou além da jornada normal de trabalho.

A ideia implícita, portanto, na categoria da superexploração é a de que o trabalhador, ao pôr em ação a sua força de trabalho, ao trabalhar, *desgasta-se* e tem que diariamente repor sua energia para permanecer em condições normais de

---

<sup>3</sup> “A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho. Por meio de sua ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado quantum de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser repostos. Esse gasto acrescido condiciona uma receita acrescida. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal” (Marx, 1996, Tomo I, Cap. 4, p. 288, grifos dos autores).

<sup>4</sup> O termo usado em Marx (1996) para significar o trabalho além da normalidade é o de *sobretalho*, que corresponde, em Marx (1988), a trabalho *excessivo*.

<sup>5</sup> “Isso [sobretalho (trabalho excessivo), ou seja, trabalho além da jornada normal] não se deve compreender como tempo de mais-trabalho [trabalho excedente, dentro da jornada normal], segundo nosso conceito” (Marx, 1996, Tomo I, Cap. 8, p. 361).

<sup>6</sup> “De repente, porém, levanta-se a voz do trabalhador [ao capital] (...) A utilização de minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas totalmente diferentes” (Marx, 1996, Tomo I, Cap. 8, p. 347-348, grifos nossos).

trabalho e de vida, o que está associado ao valor da sua mercadoria (a força de trabalho). Se seu pagamento (salário) ficar abaixo do valor da sua força de trabalho isso compromete sua reprodução em condições normais de desenvolvimento, saúde, vida – o que Marx chama de trabalho excessivo, sem um equivalente em troca, ou *espoliação* (que entendemos por superexploração).

A superexploração nega (supera) dialeticamente a exploração. Ou seja, a superexploração nega, mas, ao mesmo tempo, conserva o ser negado.<sup>7</sup> A superexploração é uma exploração exacerbada, excessiva, porém, não propriamente no sentido da produção de valor (e mais-valor), mas no sentido de que, nesse caso, a exploração acontece sem que a relação capital-trabalho ocorra segundo o princípio da troca de equivalentes, no sentido preciso de que o pagamento da força de trabalho pelo capital efetiva-se aquém do valor da força de trabalho,<sup>8</sup> comprometendo sua reprodução normal.

A exploração ocorre dentro da *normalidade*, uma vez que é a troca de equivalentes entre capital e trabalho que, em tese, assegura, através do pagamento do valor de força de trabalho, a aquisição, por parte do trabalhador, dos bens de subsistência básicos necessários à reprodução normal (saúdável) da sua força de trabalho.

Marx mostra que o *valor* da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a quantidade de meios de subsistência (bens e serviços) básicos de que o trabalhador necessita para sua reprodução diária normal (saúdável). Nesse sentido, podemos entender que troca de equivalentes, entre capital e trabalho, também significa – do ponto de vista da manifestação de uma categoria econômica no campo sensível, no

---

<sup>7</sup> Sobre esse ponto, em que a negação não é externa ao ser negado, mas, pelo contrário, lhe é interna, imanente, quer dizer, enraíza-se no ente negado, formando uma região de negatividade entre ambos, ver Benoit (2004).

<sup>8</sup> O pagamento pode ficar abaixo do valor da força de trabalho por rebaixamento direto do salário ou por elevação do valor da força de trabalho que pode ser modificado pelo desgaste extra decorrente do trabalho excessivo. O valor da força de trabalho está relacionado às condições normais de desgaste dessa força, de modo que se seu desgaste ultrapassa tais condições, modifica-se seu valor e, portanto, deve-se modificar também o seu pagamento. A respeito dessa relação entre valor, desgaste e pagamento da força de trabalho, ver Marx (1988), Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015) e Osorio (2018).

mercado – o pagamento do *valor de troca* da força de trabalho pelo capital, uma vez que o valor de troca da força de trabalho é a forma/expressão como o seu valor se manifesta no mercado de trabalho. Não é por acaso que Marx afirma que a lei das trocas implica equivalência entre os valores de troca: “A lei da troca *pressupõe igualdade apenas para os valores de troca* das mercadorias que se intercambiam. Pressupõe mesmo diversidade entre seus valores de uso” (Marx, 1988, Cap. XXII, p. 680, grifos nossos).

Portanto, para o propósito deste trabalho o que importa é mensurar o contingente de trabalhadores assalariados que recebem e os que não recebem pela venda da sua força de trabalho o *valor equivalente* aos meios de subsistência básicos para uma reprodução normal do portador da força de trabalho. Ou seja, busca-se mensurar o contingente de trabalhadores que recebem ou não a quantidade necessária de dinheiro para adquirir os bens e serviços básicos para sua reprodução normal. Aqui não se ignoram os limites desse estudo acerca da determinação do valor da força de trabalho<sup>9</sup>. O que se fez foi arbitrar o valor mínimo considerado razoável, a saber, o salário mínimo do Dieese, e, a partir daí, classificar como explorados e superexplorados os assalariados da amostra.

Note-se que o preço pago pela compra da força de trabalho, ou seja, o salário, em virtude da lógica de mercado, pode divergir do valor<sup>10</sup> da força de trabalho. Por exemplo, mesmo que o capitalista pague um salário (preço de mercado), este pode estar abaixo do valor (cesta de consumo necessária para a prole) e, assim sendo, não assegura uma reprodução normal da força de trabalho. Esse exemplo reforça observações anteriores de que, do ponto de vista da tentativa de mensurar o contingente dos superexplorados, o que importa é, então, saber qual é o valor de troca (correspondente aos bens e serviços necessários a uma reprodução normal dos trabalhadores).

---

<sup>9</sup> Para algum outro objetivo que se faça necessário conhecer o valor da força de trabalho, sugerimos, para uma discussão acerca da extrema dificuldade ou mesmo impossibilidade de se calcular exatamente o valor da força de trabalho da classe trabalhadora em geral, dada a sua larga heterogeneidade (cambiante e fluida ao longo do tempo) no que respeitam às suas necessidades, hábitos, qualificações, etc., ver, entre outros, Saad Filho (2011).

<sup>10</sup> Nesses casos, o preço revela-se uma expressão não exata do valor.

Superexploração não é, portanto, sinônimo de elevada produção de valor e mais-valor (mais-valia). Superexploração é uma relação, isto é, a relação entre o nível de desgaste da força de trabalho e a reposição insuficiente desse desgaste. Trabalhadores em um país de capitalismo avançado, com elevada produção de mais-valia relativa, podem *não* estar sendo superexplorados (porque podem estar sendo remunerados de forma a lhes garantir uma reprodução normal), mas, ao mesmo tempo, podem estar submetidos a um grau de exploração (medido pela taxa de mais-valia) muito maior do que trabalhadores em um país de capitalismo subdesenvolvido, que não têm a mesma capacidade de produção de mais-valia relativa. Esses últimos, por sua vez, podem estar sendo superexplorados (porque sua remuneração não lhes permite adquirir os bens necessários a sua reprodução normal), embora possam estar submetidos a um grau de exploração<sup>11</sup> menor do que seus congêneres no capitalismo avançado.

Portanto, a investigação sobre a superexploração está centrada não na produção de mais-valor, mas nas *condições de trabalho* dos trabalhadores (detentores da força de trabalho), que os *desgastam* além da *normalidade*, sem um pagamento suficiente para restabelecer o desgaste (normal ou adicional) da sua força de trabalho, associado às suas *condições de vida*.<sup>12</sup>

Nestes termos, para o propósito deste artigo, conforme argumentado anteriormente, o que precisamos saber (ou inferir) é o montante médio dos meios de subsistência necessários ao normal desenvolvimento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e, através disso, poder saber

---

<sup>11</sup> O grau de exploração, por ser apenas uma medida relativa da exploração, oculta a sua magnitude absoluta. Enquanto o grau de exploração relaciona o valor (ou valor de troca) da força de trabalho com a produção de valor (e mais-valor), a magnitude absoluta da exploração está associada à relação entre o desgaste da força de trabalho e a efetivação ou não da reposição desse desgaste (Marx, 1988, Livro I, Cap.VIII).

<sup>12</sup> Não negamos que, em cada um dos mecanismos de superexploração observados por Marini, é possível ocorrer um aumento da massa e da taxa de mais-valia, assim como também Marx demonstra que, no caso de pagamento de salário abaixo do valor da força de trabalho, ocorre aumento da mais-valia. Contudo, como nosso propósito principal consistiu em tentar mensurar os contingentes de trabalhadores explorados e superexplorados, só nos foi possível essa mensuração ao percebermos a ênfase que Marx atribuiu à relação entre trabalho excessivo (superexploração) e desgaste da força de trabalho, associado às condições de trabalho, que podem ou não prejudicar a reprodução normal da força de trabalho.

(ou inferir) o valor da força de trabalho. Como o objetivo, assim, não é inferir a magnitude da exploração (ou seu grau), mas apenas a quantidade de trabalhadores explorados e superexplorados, para isso basta saber quem está (ou não) sendo adequadamente pago para adquirir os bens necessários ao normal desenvolvimento das suas condições de trabalho e de vida. Nesse sentido, o que precisamos saber é o valor da força de trabalho que é capaz de assegurar que os trabalhadores adquiram aquela quantidade de bens de subsistência.

Em outras palavras, entendemos que é possível saber que – conforme considerado por Marx, após seu esclarecimento sobre o valor da força de trabalho e sobre a diferença entre a mercadoria força de trabalho e as outras mercadorias – “para um país determinado, num período determinado, é *dado* a quantidade média dos meios de subsistência necessários” (Marx, 1988, Livro I, Cap. 4, p. 191, grifo nosso). Com base, portanto, nesse *dado*, é possível calcular esta quantidade média de “meios de subsistência necessários”.

No Brasil, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) calcula o que chama de *salário mínimo necessário* (em contraposição ao salário mínimo oficial) aos trabalhadores médios (trabalhadores que estão na base da pirâmide salarial, ou seja, não todos os trabalhadores).

O salário mínimo necessário (SMN/Dieese) baseia-se na exigência constitucional brasileira que prescreve o conjunto de bens e serviços que os trabalhadores médios (na base da pirâmide salarial) devem adquirir para atender às suas necessidades básicas. Nesses termos, entendemos ser razoável considerar que o SMN/Dieese pode ser usado como uma *proxy* do valor da força de trabalho (dos trabalhadores médios).

Deve ser entendido que o cálculo do SMN realizado pelo Dieese não pretende ser uma média das necessidades *de todos* os trabalhadores, desconsiderando suas diferenças em termos de qualificação e hábitos, portanto, com valores de troca de forças de trabalho distintas, e que podem se modificar ao longo do tempo. Não é isso. O cálculo do SMN/Dieese é tão somente um

*piso*, um *dado médio*, destinado a homogeneizar os trabalhadores que se encontram *na base da distribuição salarial*. O que significa dizer que, no tocante aos trabalhadores mais qualificados, acima da *média* dos trabalhadores, por exemplo, com mais tempo de estudo, o valor de troca da sua força de trabalho deveria ser maior do que o SMN/Dieese.

Sendo assim, ao adotarmos o SMN/Dieese, estaremos raciocinando com uma *proxy* do valor da força de trabalho do trabalhador *médio*, que, para o exercício aqui desenvolvido, estamos propondo como referência do trabalhador médio aqueles com menos de 13 anos de estudo, ou seja, trabalhadores que não tiveram tempo de estudo suficiente para realizar um curso superior<sup>13</sup>. Por sua vez, para os trabalhadores com “13 anos ou mais de estudo” consideramos que o valor de troca da sua força de trabalho deveria ser superior ao SMN/Dieese. Essa nossa compreensão baseia-se em publicações da própria instituição, que, a respeito do significado de *salário mínimo*, esclarece:

**O critério de atendimento das necessidades básicas** está presente na instituição do SM no Brasil desde suas origens, na Constituição de 1934 e suas regulamentações, embora, nessas normas legais originárias, o SM tenha sido proposto para atender apenas a algumas das necessidades do trabalhador e tenham sido desconsideradas todas aquelas de sua família. A Constituição de 1946 passou a considerar que o SM deveria fazer frente, também, às despesas da família da pessoa trabalhadora, princípio reafirmado nas constituições subsequentes. Mas apenas a Constituição brasileira de 1988 incluiu, de modo explícito no texto legal, uma *estrutura mais completa de gastos a ser arcada pelo SM* (Dieese, 2010, Cap. 2, p. 21-22; grifos nossos e negrito no original).

O exposto até aqui, portanto, objetiva evidenciar que a referência do *salário mínimo necessário* (Dieese) adotada como *proxy* do valor da força de

---

<sup>13</sup> Não estamos adotando um tempo de estudo menor (por exemplo, “com menos de 10 anos de estudo”), para considerar um “trabalhador *médio*”, porque, se assim procedêssemos, o valor de troca da força de trabalho dos trabalhadores com “10 ou mais anos de estudo” teria que ser superior ao SMN/Dieese, conforme a metodologia que estamos utilizando. Mas estamos preferindo ser um pouco mais exigentes, uma vez que possa haver aqueles que considerem que o SMN/Dieese já seria excessivo demais para tomá-lo como referência do valor da força de trabalho média.

trabalho é aquela exigida constitucionalmente. Essa referência constitucional é resultado histórico de forças políticas na sociedade brasileira<sup>14</sup>. Esse é o componente histórico e moral apontado por Marx (1996, Tomo I, Cap. IV, p. 289)<sup>15</sup>.

Nesse sentido, queremos ressaltar que o que o Dieese faz é calcular o quanto deve ser o salário mínimo *necessário* (constitucional) para atender à exigência constitucional em relação aos requisitos básicos mínimos para uma reprodução saudável da força de trabalho do trabalhador médio. E a entidade calcula o SMN baseando-se na estrutura de gastos<sup>16</sup> “das famílias do estrato inferior (1/3 de menor renda)” (Dieese, 2010, Cap. 7, p. 116).

Retomando a teoria marxista da dependência, à luz de Ruy Mauro Marini, à qual nos reportamos na introdução deste artigo, observamos que vários autores que seguem esta corrente de pensamento inferem que no Brasil há superexploração. Em seus esforços de tentar mensurar os contingentes de trabalhadores superexplorados no Brasil, tomam como referência do *valor* da força de trabalho o SMN/Dieese<sup>17</sup>.

No presente artigo procura-se contribuir com esse esforço de mensuração, levantando inferências a partir de um ângulo metodológico distinto do que

---

<sup>14</sup> Sobre isso, Rocha (2008, p. 1) observa: “A intensificação da participação social, entendida aqui como a participação da sociedade em espaços públicos de interlocução com o Estado, reflete a configuração de um tecido social que foi se tornando mais denso e diversificado desde meados dos anos 70, período de surgimento dos novos movimentos sociais. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, coroou esse processo, atribuindo relevância à participação da sociedade na vida do Estado, ao instituir vários dispositivos nas esferas públicas de âmbitos federal e local.” Por sua vez, Santos, Salgado e Silva (2016, p. 69) ressaltam que o “movimento ‘Participação Popular na Constituição’ teve grande parte de suas reivindicações absorvidas pela nova Carta Magna [Constituição Federal de 1988], que por institucionalizar a participação da sociedade na vida estatal ficou conhecida como ‘Constituição Cidadã’”.

<sup>15</sup> “Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. (...) Em antítese às outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral” (Marx, 1996, Tomo I, Cap IV, p. 289).

<sup>16</sup> O Dieese toma como referência a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE para os gastos com alimentação, transporte, vestuário habitação, etc. Ou seja, baseia-se nos percentuais de gasto das famílias de baixa renda com alimentação e com os demais gastos.

<sup>17</sup> A propósito, ver, entre outros, Bueno (2016) e Luce (2013; 2012).

já foi tentado. Ou seja, também é utilizado o SMN/Dieese, mas como *proxy do valor* da força de trabalho e correspondendo esta a uma família de até quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) – e usamos como referência para o pagamento da força de trabalho o rendimento do trabalho captado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Pnad também fornece informações relevantes sobre condições de trabalho e sobre condições materiais de vida dos domicílios da classe trabalhadora, entre outras informações, que também são utilizadas nesta investigação.

Com base nessas informações das Pnad's, procuramos relativizar (qualificar) o uso do SMN/Dieese com a finalidade acima proposta, adicionalmente utilizando-o de forma articulada com a análise das variáveis sobre condições de trabalho e condições materiais de vida dos domicílios dos trabalhadores assalariados, além de, obviamente, não tratar a classe trabalhadora assalariada de forma homogênea, conforme demonstraremos na análise dos dados.

### **3. Metodologia**

#### **3.1. A Amostra Selecionada**

A amostra selecionada para a pesquisa consiste em um conjunto de *Famílias de Trabalhadores Assalariados* que não têm entre seus membros nenhuma pessoa ocupada como empregador ou como conta-própria, mas que têm pelo menos uma pessoa ocupada e classificada pelo IBGE/Pnad como assalariada no setor privado. Não fazem parte do grupo de famílias selecionadas as famílias de assalariados compostas exclusivamente de assalariados no setor público e/ou como assalariados domésticos remunerados (ADR). Embora entre os membros assalariados do grupo familiar selecionado possa haver pessoas assalariadas no setor público e/ou como ADR, esses dois tipos de assalariados não foram levados em consideração nas análises realizadas – exceto para contarem no tamanho da família, para a

tipologia de famílias criada para análise. Os microdados das Pnad's/IBGE permitem criar essa tipologia de famílias. O período selecionado (2002 a 2014) coincide com os governos do Partido dos Trabalhadores<sup>18</sup>. O ano de 2002 faz parte da série de tempo porque o período de referência da Pnad é a última semana do mês de setembro, de modo que o primeiro ano da série é o que compreende set./2002 a set./2003, portanto, dentro do período petista no governo.

Em 2014, havia 67,04 milhões de famílias no Brasil, das quais 28,37<sup>19</sup> milhões (42,3% do total de famílias) correspondem ao universo de famílias analisadas neste artigo – sendo que, em 2014, nesse conjunto de famílias havia 41,17 milhões de trabalhadores assalariados no setor privado, que é nossa amostra (de 2014), do ponto de vista das pessoas. Esses 41,17 milhões correspondiam a 80,5% do total nacional de trabalhadores assalariados (os outros 19,5% pertenciam ou às famílias que não eram exclusivamente de trabalhadores assalariados, ou aos assalariados no setor público ou nos serviços domésticos remunerados).

### **3.2. Tipologia de Famílias de Assalariados Explorados e Superexplorados**

O SMN/Dieese é calculado considerando um conjunto de bens como necessidades básicas de uma *família* de quatro pessoas, dois adultos e duas crianças (ou três adultos). Nesse sentido, tomaremos como *ponto de partida* de nossa análise o SMN/Dieese (*proxy do valor* da força de trabalho) e as famílias dos trabalhadores assalariados. *Ponto de partida* porque inicialmente construímos uma tipologia de famílias exploradas

---

<sup>18</sup> Optamos por não incluir no período de análise o curtíssimo mandato do segundo governo Dilma para analisarmos apenas os mandatos completos dos governos petistas, além do fato de que no segundo mandato da presidenta a era de maior dominância da política novo(e/ou social)-desenvolvimentista do governo do PT já dava sinal de que havia chegado ao fim. Essa opção de forma alguma compromete os resultados alcançados e aqui apresentados.

<sup>19</sup> Depois de excluídas as famílias de assalariados com rendas do trabalho assalariado perdidas e/ou não declaradas (*missings*). Essas exclusões atingem em média 3% do total de famílias assalariadas, em cada ano da Pnad dos anos 2000.

e exploradas excessivamente (superexploradas) – tomando por base o SMN/Dieese (que pressupõe uma família de quatro pessoas) –, mas que, em seguida, no sentido de relativizar (qualificar) esse uso, analisamos cada um dos distintos tipos de famílias (da tipologia criada), segundo suas condições de trabalho, anos de estudo, etc., para questionar sua real pertinência ao grupo familiar inicialmente definido baseado no uso do SMN/Dieese. A ideia subjacente a esse procedimento é o de tentar evitar uma análise uniforme – por exemplo, das condições de trabalho ou de vida material – entre grupos (familiares) de trabalhadores assalariados heterogêneos; ou seja, as análises foram feitas intragrupos (tipos) distintos de famílias.

A tipologia de famílias de trabalhadores assalariados (setor privado) criada para ser analisada é a seguinte: I) *Explorado 1*: Família com até quatro membros e com renda familiar do trabalho *igual ou maior* que o SMN/Dieese; II) *Explorado 2*: Família com cinco ou mais membros e com renda familiar do trabalho *igual ou maior* que o SMN/Dieese; III) *Explorado Intermediário*: Família com até três membros e com renda familiar do trabalho *menor* que o SMN/Dieese; e IV) *Superexplorado*: Família com quatro ou mais membros e com renda familiar do trabalho *menor* que o SMN/Dieese.

Observações: 1) O limite de quatro membros da família para definir um tamanho para a classificação dos tipos familiares tem como referência o SMN/Dieese; 2) Como as famílias do tipo Explorado Intermediário têm renda do trabalho assalariado menor do que o SMN/Dieese, mas são famílias com até três membros, preferimos não classificá-las diretamente como Superexplorado; 3) Cada um desses tipos familiares foi subdividido em dois outros tipos familiares: a) Famílias com apenas um assalariado; e b) Famílias com dois ou mais assalariados (o que eleva a

exploração da família e pode, embora não necessariamente, vir a configurar *superexploração*<sup>20</sup>).

### 3.3. Indicador de Qualidade do Emprego (IQE, condições de trabalho)<sup>21</sup>

Os procedimentos para a construção do Índice de Qualidade do Emprego (IQE) foram os seguintes:

1) Obtêm-se indicadores simples (das Pnad's):

- Assalariados com (respostas positivas = 1 e negativas = 0): idade acima de 15 anos (Ninf); jornada semanal de 21<sup>22</sup> até 44 horas (Jorn); carteira assinada (Cart); contribuintes da Previdência Social (Prev); tempo de deslocamento para o trabalho de até 30 minutos (Desloc); sem ocupação secundária (Segocup); recebiam auxílio-moradia (Auxmor), auxílio-alimentação (Auxalim), auxílio-transporte (Auxtran), auxílio-educação (Auxedu) e auxílio-saúde (Auxsau); remuneração acima de um salário mínimo oficial (Npob, não pobre).

---

<sup>20</sup> Mais de um membro da família e assalariando poderá (como possibilidade) configurar superexploração porque, de acordo com a metodologia de classificação dos tipos de famílias aqui adotada – e tendo como referência teórica Marx (1988, Cap. XIII.3.a) –, o valor da força de trabalho familiar deve corresponder ao SMN/Dieese, que pressupõe apenas um membro da família trabalhando (sendo desgastado pelo capital). Porém, esse valor pode ser obtido (salário) por um ou mais de um membro da família. Se for apenas por um membro, significa que sua família está sendo remunerada pelo valor, com o desgaste de apenas um dos membros. Mas, por exemplo, poderá haver casos de famílias com dois assalariados, ambos obtendo salários de apenas  $\frac{1}{2}$  SMN/Dieese e que, ao somar os dois salários, a renda familiar fica igual ao SMN/Dieese, porém, com o desgaste de dois familiares, significando que o valor da força de trabalho dessa família, devido ao desgaste de dois membros, passa a ser superior ao SMN/Dieese (conforme também a referência teórica exposta na seção dois, de modo que, nesse exemplo, a remuneração obtida pelos dois membros da família fica inferior ao valor da força de trabalho (familiar), configurando superexploração.

<sup>21</sup> Esse indicador é uma adaptação do desenvolvido por Balsadi (2008).

<sup>22</sup> Estamos considerando, para o cálculo do IQE, a jornada acima de vinte horas, porque, segundo De Grazia (2007, p. 47), “variando entre uma e vinte horas semanais, inúmeras pesquisas empíricas a respeito desse tipo de emprego concluíram tratar-se, em sua maioria, de um trabalho equivalente a um subemprego. É o que chamamos de ‘bico’”. Para a Pnad/IBGE, parte destes trabalhadores, com jornada menor do que quarenta horas semanais, também podem ser considerados subocupados, desde que desejem trabalhar mais horas que a habitualmente trabalhada (Pnad/IGE 2023).

2) A partir dos indicadores simples, calculam-se, para cada assalariado, os indicadores parciais:<sup>23</sup>

$$\text{TRABFORMAL} = 0,05 * \text{Ninf} + 0,30 * \text{Jorn} + 0,30 * \text{Cart} + 0,20 * \text{Prev} + 0,10 * \text{Desloc} + 0,05 * \text{Socupsec};$$
$$\text{TRABREND} = (1,0 * \text{Npob});$$
$$\text{TRABAUX} = 0,26 * \text{Auxmor} + 0,20 * \text{Auxalim} + 0,17 * \text{Auxtrans} + 0,14 * \text{Auxeduc} + 0,23 * \text{Auxsau};$$

3) Cálculo do IQE a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais:

$$\text{IQE} = 0,40 * \text{TRABREND} + 0,45 * \text{TRABFORMAL} + 0,15 * \text{TRABAUX}$$

O IQE varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade do emprego (condições de trabalho melhores).

Esse conjunto de procedimentos metodológicos foi aplicado para gerar a base de dados do nosso estudo. Na sequência, os resultados obtidos serão analisados e discutidos a fim de identificar e caracterizar o universo de trabalhadores assalariados brasileiros classificados como explorados e superexplorados no período analisado.

#### **4. Resultados e discussão: uma tentativa de inferir o contingente, absoluto e relativo, das famílias de trabalhadores assalariados (setor privado) explorados e superexplorados no Brasil**

Fizemos, na primeira parte do trabalho, uma discussão sobre a possibilidade de usarmos o SMN/Dieese – o qual se baseia na exigência da Constituição Federal brasileira de 1988 – como uma referência do valor mensal a ser comparada com o efetivo pagamento recebido mensalmente pelos trabalhadores assalariados. A Tabela 1 está organizada segundo a tipologia de famílias de trabalhadores assalariados, explorados e superexplorados. Os

---

<sup>23</sup> Adaptamos as ponderações, obtidas em Balsadi (2008), ao objetivo do presente estudo.

dados dessa Tabela são importantes para justificar o uso do SMN/Dieese<sup>24</sup> como uma referência para a proposição dos tipos de famílias da tipologia adotada.

A Tabela 1 apresenta a proporção, dentro de cada tipo familiar, de famílias com *insegurança alimentar*<sup>25</sup>. A distribuição dos percentuais nas duas primeiras colunas (anuais) levou em consideração apenas os rendimentos do trabalho assalariado no setor privado. Esse é o universo de assalariados selecionado para análise. Mas as outras duas colunas (anuais), construídas considerando a renda total das famílias (dos assalariados do setor privado mais os do setor público, dos empregados nos serviços domésticos remunerados e dos aposentados), estão sendo usadas para qualificar um pouco mais o objetivo de utilizar essa informação da “Insegurança Alimentar” para justificar o uso que estamos fazendo do SMN/Dieese. Ao se considerar a renda total das famílias, nota-se que algumas delas consideradas, nas duas primeiras colunas anuais (com base apenas na renda do trabalho do setor privado), como Superexplorada ou Explorada Intermediária, tornaram-se “apenas” Explorada 1 ou 2 (nas duas outras colunas anuais), uma vez que para tais famílias a renda *total* familiar se iguala ou ultrapassa o SMN/Dieese<sup>26</sup>.

Observe-se o elevado percentual de famílias com insegurança alimentar, principalmente entre as famílias Explorado Intermediário e Superexplorado,

---

<sup>24</sup> O salário mínimo necessário calculado pelo Dieese era, em setembro de 2009, R\$ 2.065,47, enquanto que o salário mínimo oficial, na mesma data, era R\$ 465,00. O primeiro era 4,4 vezes maior que o segundo.

<sup>25</sup> As Pnad's dos anos 2004 e 2009 contêm um suplemento sobre “Segurança Alimentar”. A “Insegurança Alimentar” exibida na Tabela 1 é o resultado de respostas positivas às seguintes perguntas que os moradores dos domicílios entrevistados responderam: “1) Os moradores tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida; 2) Os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida; 3) Os moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; 4) Os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou.” (Pnad, 2004; 2009; “Dicionário das variáveis de domicílios”).

<sup>26</sup> Ao se considerar todas as rendas da família, uma parte, por exemplo, das famílias Superexploradas deixará de sê-lo (uma vez que a renda familiar total pode ser igual ou maior que o SMN/Dieese). Assim, diminuiu o número total das famílias superexploradas; porém, a proporção de famílias superexploradas com insegurança alimentar, nesse novo total, aumentou, passando de 41,6% para 44,7%.

*mas também* entre os dois tipos familiares Explorado (1 e 2). Podemos ver na Tabela 1, portanto, que, no caso de uma fração expressiva das famílias Explorado Intermediário e Superexplorado, as rendas obtidas no setor privado, ou o total das rendas – em ambos os casos, *abaixo* do SMN/Dieese –, não estão sendo suficientes para eliminar a insegurança alimentar. Da mesma forma, as rendas de uma parcela expressiva de famílias Explorado 1 e 2 – cujas rendas são iguais ou *superiores* ao SMN/Dieese – *não* estão lhes assegurando segurança alimentar.<sup>27</sup>

Ou seja, receber menos do que o SMN/Dieese aumenta a incidência de insegurança alimentar. Por outro lado, conforme observado, uma fração expressiva de famílias – 10,4% (famílias Explorado 1) e 21,6% (famílias Explorado 2), em 2009 – com renda igual ou acima do SMN/Dieese também sofria com insegurança alimentar, embora numa proporção menor do que as famílias com rendimento inferior ao SMN/Dieese.

---

<sup>27</sup> Certamente que as famílias Explorado 2 exibiram um percentual mais elevado de famílias com *insegurança alimentar* do que as famílias Explorado 1 porque as Explorado 2 são famílias maiores (cinco ou mais pessoas) do que as Explorado 1 (com até 4 pessoas). Explicação semelhante pode ser dada na comparação das famílias Explorado Intermediário (com até três pessoas) com as famílias Superexplorado (com quatro ou mais pessoas), essas últimas com um percentual maior de famílias com insegurança alimentar.

**Tabela 1: Proporção de famílias com *insegurança alimentar*, segundo o tipo familiar de assalariados explorados: Brasil, 2004 e 2009.**

TIPO DE FAMÍLIA (de Explorados)	Apenas a renda dos assalariados do setor privado			Renda dos assalariados do setor privado, setor público, SDR e Aposentados		
	2004	2009	Variação % 2004/2009	2004	2009	Variação % 2004/2009
	<b>Explorado 1</b>	4,9	8,8	80,3	6,1	10,4
Fam. c/ 1 assalariado	4,3	6,7	56,8	5,4	8,7	61,8
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	5,3	9,9	87,1	6,5	11,2	72,5
<b>Explorado 2</b>	12,4	17,4	41,0	16,6	21,6	30,6
Fam. c/ 1 assalariado	3,2	17,0	432,5	7,9	19,5	147,4
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	14,7	17,5	19,0	17,9	21,8	21,8
<b>Explorado Intermediário</b>	28,9	27,9	-3,7	30,4	29,5	-3,0
Fam. c/ 1 assalariado	30,4	29,3	-3,8	32,5	31,3	-3,6
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	23,8	23,3	-2,4	26,6	26,3	-1,1
<b>Superexplorado</b>	46,0	41,6	-9,7	48,8	44,7	-8,5
Fam. c/ 1 assalariado	48,5	43,5	-10,3	52,9	47,3	-10,5
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	42,1	38,5	-8,6	45,3	42,5	-6,3
<b>TOTAL</b>	33,8	30,3	-10,5	33,8	30,3	-10,5

Legenda:

Explorado 1 = Família com até 4 membros e com renda familiar do trabalho  $\geq$  SMN/Dieese.

Explorado 2 = Família com 5 ou mais membros e com renda familiar do trabalho  $\geq$  SMN/Dieese.

Explorado Intermediário = Família com até 3 membros e com renda familiar do trabalho  $<$  SMN/Dieese.

Superexplorado = Família com 4 ou mais membros e com renda familiar do trabalho  $<$  SMN/Dieese.

SMN/Dieese: Salário Mínimo Necessário / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. SDR: Serviço Doméstico Remunerado.

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

O que essas informações podem estar evidenciando? Entendemos que sugerem que o SMN/Dieese parece ser um valor que se encontra na *fronteira* entre, de um lado, um valor que assegura uma reprodução normal (com *segurança alimentar*) da força de trabalho e, de outro, um valor que permite uma reprodução “não normal” (com *insegurança alimentar*) da força de trabalho. Ou seja, para alguém que queira considerar o SMN/Dieese um valor de troca excessivo a ser exigido pelo trabalhador assalariado médio, os dados da Tabela 1 parecem sugerir o contrário. Assim como também, por outro lado, no que respeita aos trabalhadores assalariados mais bem remunerados (acima da média), a Tabela 1 parece revelar que seu valor deve encontrar-se acima do SMN/Dieese. Nesses termos, achamos que o SMN/Dieese parece ser uma referência razoável de uma *proxy* do valor que deve ser pago à força de trabalho assalariada média (trabalhador médio) para lhe propiciar uma reprodução minimamente normal (*sem insegurança alimentar*).

A Tabela 2 exibe, na última coluna (ano de 2014)<sup>28</sup>, a distribuição absoluta dos contingentes de famílias analisadas e, nas demais colunas, a distribuição e evolução da participação relativa dos distintos tipos familiares no total do universo de famílias selecionadas. Pode-se observar nessa Tabela que ocorreu uma forte redução da participação relativa das famílias do tipo Superexplorado – em 2002 era de 45,2%, caindo, em 2014, para 29,4% do total das famílias de assalariados (setor privado) selecionadas.

Pelo raciocínio apresentado na primeira seção deste artigo (sobre o conceito de força de trabalho superexplorada) e na metodologia (ver nota de rodapé 18), é coerente considerarmos as famílias do tipo Explorado Intermediário com dois ou mais assalariados como Superexploradas, uma vez que, embora sejam famílias com menos de quatro membros<sup>29</sup>, têm mais de um membro assalariado, portanto, mais de um explorado, e, mesmo assim, permanecendo com a renda abaixo do SMN/Dieese<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> Nesta coluna, de números absolutos, deve-se multiplicar por 1000 os números exibidos na coluna.

<sup>29</sup> Lembrando que o SMN/Dieese pressupõe um trabalhador que o receba para sustentar uma família de quatro membros, dois adultos e duas crianças.

<sup>30</sup> Para entender melhor esse raciocínio, releia a nota 20.

Nesse sentido, somando os percentuais de famílias Superexplorado com Explorado Intermediário *com dois ou mais assalariados*, a Tabela 2 mostra que, mesmo depois de dois ciclos de expansão econômica, 2004-2008 e 2010-2013, com aumento do emprego formal, redução da informalidade e elevação da renda real média do trabalho, o percentual de superexplorados permaneceu expressivo na ordem de 40,3%.

Se considerarmos, por sua vez, que uma parte das famílias Explorado Intermediário é composta por três adultos (portanto, correspondendo à exigência do SMN/Dieese)<sup>31</sup>, pode-se julgar Superexplorado 16,6% das famílias Explorado Intermediário *com apenas um assalariado*, uma vez que esse percentual corresponde às famílias formadas por três adultos (a partir de 18 anos de idade). 16,6% de 10,826 milhões<sup>32</sup> corresponde a 1,797 milhões ou 6,3% do total de famílias selecionadas (28,373 milhões, Tabela 2), que, adicionados aos 40,3%, calculados no parágrafo anterior, resultam em praticamente 46,6% (ou 13,136 milhões) do total de famílias selecionadas que poderíamos chamar de famílias de assalariados do tipo Superexplorado, em 2014. Se fizermos esses mesmos cálculos para o ano de 2002, observamos que o total de famílias que poderíamos considerar como do tipo Superexplorado atingia a cifra de 58,5%<sup>33</sup> do total de famílias selecionadas. Portanto, ao longo de 12 anos, 2002 a 2014, ocorreu uma redução de 12 pontos percentuais – de 58,5% para 46,6% – na fração do universo de famílias (de trabalhadores assalariados) que poderiam ser consideradas do tipo Superexplorado, porém, ainda permanecendo, em 2014, quase a metade (46,6%) do universo de famílias selecionadas.

---

<sup>31</sup> Exigência de que a família seja de dois adultos e duas crianças, que valem por um adulto. Portanto, família de dois adultos e duas crianças ou família de três adultos, conforme Dieese (2010, Cap. 7).

<sup>32</sup> 10,826 milhões é o total de famílias Explorado Intermediário com um assalariado, em 2014 (Tabela 4).

<sup>33</sup> Em 2002, o percentual de famílias Explorado Intermediário *com um assalariado* composta de três adultos (a partir de 18 anos de idade) era de 13,7% (ou 0,910 milhão) do total desse tipo familiar.

**Tabela 2: Evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias assalariadas no total nacional de famílias assalariadas: Brasil, 2002 a 2014.**

TIPO DE FAMÍLIA (de Explorados)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 <sup>a</sup>	2014 (x 1.000)
<b>Explorado 1</b>	10,2	9,1	9,4	10,4	10,8	11,7	11,9	12,6	14,8	16,1	17,5	17,9	5,9 ***	5076
Fam. c/ 1 assalariado	4,6	4,0	4,0	4,4	4,2	4,5	4,1	4,5	5,2	5,1	5,7	6,0	2,9 ***	1702
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	5,7	5,1	5,4	6,0	6,6	7,2	7,7	8,1	9,6	11,0	11,8	11,9	7,8 ***	3374
<b>Explorado 2</b>	3,0	2,6	2,6	2,8	2,9	2,9	3,0	3,0	3,3	3,7	3,6	3,7	2,9 ***	1058
Fam. c/ 1 assalariado	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	-3,0 ***	132
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	2,4	2,0	2,1	2,3	2,5	2,5	2,6	2,7	2,9	3,3	3,2	3,3	4,0 ***	926
<b>Explorado Intermediário</b>	41,5	43,1	43,7	44,3	45,3	45,7	47,3	47,2	48,4	48,4	48,5	49,0	1,3 ***	13906
Fam. c/ 1 assalariado	32,7	33,8	34,0	34,2	34,7	35,0	36,1	36,1	37,0	37,3	38,1	38,2	1,2 ***	10826
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	8,8	9,3	9,8	10,0	10,6	10,7	11,2	11,1	11,4	11,1	10,4	10,9	1,5 ***	3080
<b>Superexplorado</b>	45,2	45,2	44,3	42,5	41,0	39,7	37,9	37,2	33,5	31,8	30,3	29,4	-3,8 ***	8333
Fam. c/ 1 assalariado	28,7	28,3	27,2	26,2	25,3	24,4	22,9	22,9	20,7	19,6	19,2	18,3	-3,8 ***	5180
Fam. c/ 2 ou mais assalariados	16,5	16,9	17,1	16,3	15,7	15,2	15,0	14,3	12,8	12,2	11,1	11,1	-3,7 ***	3154
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>		<b>28373</b>											

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Legenda: a mesma da Tabela 1.

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

E o que dizer das famílias Explorado 2 (com cinco ou mais membros) *com dois ou mais assalariados*? São apenas exploradas ou poderiam ser consideradas superexploradas, uma vez que, além de tais características, uma parte delas tem renda bem próximo do SMN/Dieese (sem contar que vimos, na Tabela 1, que uma fração expressiva dessas famílias registrou insegurança alimentar em 2009)? Se pudermos considerar parte desse grupo familiar também como superexplorado, os percentuais inferidos no parágrafo anterior estariam aquém do que poderiam ser.

A Tabela 3 registra a distribuição e evolução dos percentuais de trabalhadores assalariados no setor privado, dentro de cada tipo familiar, segundo faixas do indicador de condições de trabalho (qualidade do emprego, IQE), no período sob análise. Pode-se ver nessa Tabela que em todos os tipos de famílias houve melhora nas condições de trabalho dos seus membros assalariados. Do ponto de vista das famílias Explorado Intermediário e Superexplorado, a despeito da relativa melhora – com expressivas e significativas taxas de crescimento das frações de assalariados das faixas mais altas –, ainda havia, em 2014, uma considerável participação dos assalariados desses dois tipos familiares nas faixas mais baixas (de 0 a 0,50) de condições de trabalho – praticamente um terço (29,3%) dos assalariados do tipo familiar Explorado Intermediário, e praticamente 40,0% entre os assalariados do tipo familiar Superexplorado.

**Tabela 3: Evolução dos percentuais de assalariados por faixas do indicador de condições de trabalho (IQE), segundo o tipo de família de trabalhadores assalariados: Brasil, 2002 a 2014.**

TIPO DE FAMÍLIA/ FAIXAS DE IQE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.)	
													2002/2014 <sup>a</sup>	
<b>Explorado 1</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
o a 0,25	2,5	3,0	3,3	2,9	3,3	3,1	2,9	2,6	2,3	2,0	1,7	1,8	-4,5	***
Acima de 0,25 a 0,50	7,4	8,3	7,6	7,3	7,2	7,0	6,5	6,0	5,6	5,1	4,7	4,5	-4,8	***
Acima de 0,50 a 0,75	32,1	30,6	31,3	30,5	29,5	28,9	29,3	27,1	27,8	29,1	30,0	27,4	-0,9	***
Acima de 0,75 a 1	58,0	58,1	57,8	59,3	60,0	61,0	61,2	64,3	64,3	63,8	63,6	66,3	1,1	***
<b>Explorado 2</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
o a 0,25	10,1	10,1	7,1	8,5	9,5	8,0	8,8	7,4	6,0	5,6	5,0	5,8	-5,2	***
Acima de 0,25 a 0,50	15,6	19,1	17,6	15,6	18,6	15,9	16,2	13,0	12,5	11,6	10,1	10,7	-4,7	***
Acima de 0,50 a 0,75	31,6	26,5	30,0	29,5	28,7	29,6	26,8	26,9	28,9	30,6	31,1	28,8	0,1	
Acima de 0,75 a 1	42,8	44,3	45,3	46,4	43,2	46,4	48,1	52,7	52,6	52,2	53,8	54,7	2,1	***
<b>Explorado Intermediário</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
o a 0,25	24,9	26,0	25,2	22,8	22,9	20,8	20,0	19,0	16,0	15,1	13,6	13,5	-5,7	***
Acima de 0,25 a 0,50	27,9	32,5	30,2	27,0	26,0	24,7	24,3	22,1	20,5	17,6	15,1	15,8	-5,8	***
Acima de 0,50 a 0,75	22,7	19,7	20,7	22,5	23,0	23,6	23,3	23,5	25,2	27,3	28,6	27,2	2,6	***
Acima de 0,75 a 1	24,4	21,8	23,9	27,7	28,1	30,9	32,4	35,4	38,3	40,0	42,7	43,5	5,9	***
<b>Superexplorado</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
o a 0,25	33,5	35,0	34,5	32,0	31,2	29,4	28,4	27,1	23,4	22,1	20,2	20,0	-4,9	***
Acima de 0,25 a 0,50	30,2	34,4	32,5	29,3	29,4	27,3	27,6	24,6	24,0	21,1	19,2	19,6	-4,5	***
Acima de 0,50 a 0,75	18,2	15,3	15,7	18,9	19,2	20,1	19,5	20,3	22,4	24,8	26,3	24,5	4,0	***
Acima de 0,75 a 1	18,1	15,2	17,3	19,8	20,2	23,2	24,5	27,9	30,2	31,9	34,4	35,9	7,3	***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Legenda: a mesma da Tabela 1.

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Entre os assalariados das famílias Explorados 1 e 2, pode-se ver na Tabela 3 que houve um crescimento significativo (sentido estatístico) da participação relativa dos assalariados da faixa mais alta (acima de 0,75 a 1). Não obstante, podemos ver que, em 2014, ainda havia 16,5% dos assalariados do grupo familiar Explorado 2 nas faixas mais baixas (de 0 a 0,50), e que a participação dos assalariados do grupo familiar Explorado 1 dessas faixas

mais baixas alcançava ainda 6,3%, no referido ano. Do ponto de vista da questão que nos ocupa neste artigo (tentar inferir o montante e o percentual de famílias do tipo Superexplorado), se considerarmos que essas informações relativas aos assalariados dos grupos familiares Explorado 1 e 2, cujas condições de trabalho não são as melhores (faixas de 0 a 0,50), e cujos rendimentos possam estar próximos do SMN/Dieese, podemos indagar se tais rendimentos estariam compensando a qualidade baixa das condições de trabalho desses trabalhadores. Se a resposta for negativa a essa indagação, então, esse seria mais um motivo a se somar aos comentários feitos anteriormente, no sentido de elevar um pouco mais a fração de famílias do tipo Superexplorado.

A Tabela 4 possibilita a análise de um dos quesitos que formaram o indicador de condições de trabalho para a Tabela 3. A Tabela 4 registra informações sobre Jornada de Trabalho. Pode-se ver nessa Tabela que houve, em todos os quatro tipos de famílias analisadas, um aumento do percentual de trabalhadores com jornada de trabalho dentro das condições legais, normais.

A despeito do exposto acima, contudo, pode-se observar também que, se considerarmos os percentuais das duas faixas “acima de 44 horas”, ainda havia, em 2014, um percentual expressivo de trabalhadores com trabalho além da normalidade<sup>34</sup> – 21,0% nas famílias Explorado 1, 24,0% nas famílias Explorado 2, 28,0% nas famílias Explorado Intermediário, e 28,5% nas famílias Superexplorado. Além disso, observa-se também, nos quatro tipos familiares, algum percentual de trabalhadores com jornada de trabalho até 20 horas semanais – particularmente entre as famílias Explorado Intermediário e Superexplorado, as quais registraram taxas médias anuais positivas de crescimento expressivas e significativas (sentido estatístico).

---

<sup>34</sup> O que, conforme exposto na primeira seção deste texto, pode configurar superexploração (trabalho excessivo, ou sobretrabalho), caso a remuneração desse trabalho extra não compense o desgaste extra.

**Tabela 4: Evolução da participação relativa (%) dos trabalhadores assalariados (setor privado), dentro de cada tipo familiar, segundo faixas de jornada de trabalho: Brasil, 2002 a 2014.**

TIPO DE FAMÍLIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc.
													(% aa.)
													2002/2014 <sup>a</sup>
<b>Explorado 1</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Até 20 horas	4,1	4,7	5,0	4,8	4,4	4,4	4,0	3,7	4,2	4,2	4,9	4,4	-0,3
21 a 39 horas	10,8	10,6	11,3	10,6	10,9	10,6	9,8	10,5	9,8	9,9	9,5	9,9	-1,1 ***
40 a 44 horas	55,3	56,0	55,8	55,5	57,2	58,6	61,0	61,6	62,1	60,0	61,4	63,9	1,2 ***
45 a 48 horas	14,6	14,7	14,2	14,0	14,4	12,1	12,5	12,7	13,0	15,1	14,4	11,8	-0,8
49 horas ou mais	15,2	14,0	13,8	15,1	13,1	14,2	12,7	11,6	10,9	10,7	9,8	9,9	-3,7 ***
<b>Explorado 2</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Até 20 horas	4,3	4,4	4,1	4,4	3,7	4,1	4,4	3,8	4,2	4,9	5,0	4,4	1,0 *
21 a 39 horas	11,7	10,5	9,5	10,2	10,5	9,1	9,3	9,5	8,7	9,7	8,7	10,0	-1,3 ***
40 a 44 horas	47,9	52,3	52,3	54,0	50,6	53,6	54,8	57,6	59,1	56,7	58,7	61,7	1,7 ***
45 a 48 horas	20,8	17,1	19,2	17,6	20,7	18,8	17,5	16,3	18,4	17,4	17,3	15,7	-1,3 ***
49 horas ou mais	15,3	15,7	14,8	13,8	14,6	14,3	14,0	12,7	9,5	11,3	10,3	8,2	-4,7 ***
<b>Intermediário</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Até 20 horas	4,4	4,4	4,2	4,7	5,0	4,9	4,5	4,8	5,4	5,7	5,9	5,7	2,6 ***
21 a 39 horas	9,6	9,8	9,9	9,7	10,4	9,6	9,8	9,8	9,4	10,4	9,6	10,1	0,1
40 a 44 horas	41,9	42,6	43,7	45,4	44,6	47,6	50,3	52,0	52,9	52,2	54,7	56,4	2,5 ***
45 a 48 horas	24,0	23,8	24,3	23,3	22,6	21,4	20,2	19,3	20,2	19,8	19,1	18,0	-2,4 ***
49 horas ou mais	20,1	19,4	17,9	16,9	17,3	16,4	15,2	14,0	12,1	11,9	10,7	9,9	-5,6 ***
<b>Superexplorado</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Até 20 horas	4,9	4,8	4,9	5,5	5,4	6,2	5,7	5,6	6,3	6,6	6,9	6,9	3,2 ***
21 a 39 horas	9,7	9,4	9,5	9,9	10,6	9,6	10,0	10,0	9,7	10,4	10,2	10,7	0,7 ***
40 a 44 horas	39,9	40,5	42,1	42,2	42,6	45,8	47,7	49,7	50,8	50,9	51,9	53,9	2,6 ***
45 a 48 horas	24,1	25,3	24,7	23,9	23,2	21,4	20,7	19,5	20,2	20,0	19,9	18,4	-2,5 ***
49 horas ou mais	21,4	19,9	18,8	18,6	18,2	17,1	16,0	15,1	12,9	12,1	11,2	10,1	-5,8 ***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Legenda: a mesma da Tabela 1.

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Estamos vendo até aqui que, ao considerarmos outras informações<sup>35</sup>, para análise dos tipos de famílias classificadas inicialmente com base no valor do SMN/Dieese e no tamanho da família, tais informações ajudam a relativizar ou qualificar a classificação inicial. Ou seja, o que inicialmente estava classificado como, por exemplo, família Explorado 1 ou 2 ou Explorado Intermediário, vimos que, ao considerarmos outras variáveis, percentuais desses tipos familiares poderiam ser considerados do tipo Superexplorado.

Cabe ainda observar que, também do ponto de vista dos trabalhadores assalariados (pessoas), de cada um dos tipos de famílias, a Tabela 5 mostra que os trabalhadores mais qualificados (com 13 anos ou mais de estudo) predominam nas famílias com rendimento do trabalho assalariado igual ou superior ao SMN/Dieese – única exceção a das famílias Explorado 2 com dois ou mais assalariados. Nas famílias Explorado Intermediário e Superexplorado há uma participação relativa nitidamente baixa dos trabalhadores assalariados com anos de estudo acima de 12 anos.

---

<sup>35</sup> Tais como: número de assalariados na família (mais de um, por exemplo, implica mais exploração, uma vez que o capital estaria se apropriando de mais de uma jornada de trabalho, em vez de apenas uma), insegurança alimentar, condições de trabalho, jornada de trabalho tempo parcial ou além da normalidade.

**Tabela 5: Evolução da participação relativa (%) dos trabalhadores assalariados, dentro de cada tipo familiar, segundo faixas de anos de estudo: Brasil, 2002 a 2014.**

TIPO DE FAMÍLIA/ FAIXAS DE ANOS DE ESTUDO		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 <sup>a</sup>		
Explorado 1	Fam. c/ 1 Assal.	Sem estudo	0,0	0,2	0,1	0,4	0,2	0,3	0,3	0,4	0,6	0,8	0,7	0,7	23,4	***
		De 1 a 9 anos	9,0	8,4	8,5	8,5	8,1	9,9	7,1	7,2	7,0	6,5	8,8	7,7	-1,5	*
		De 10 a 12 anos	30,2	27,6	29,2	28,5	29,5	27,8	25,3	28,1	29,9	24,2	26,1	27,2	-0,9	**
		De 13 anos ou mais	60,8	63,8	62,2	62,6	62,2	61,9	67,4	64,2	62,4	68,6	64,4	64,4	0,5	**
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
	Fam. c/ 2 ou mais Assal.	Sem estudo	0,5	0,5	0,4	0,3	0,6	0,9	0,8	0,6	1,8	1,0	1,4	1,1	10,8	***
		De 1 a 9 anos	20,0	16,1	17,2	16,5	16,6	16,7	18,3	17,0	18,1	19,8	18,9	19,2	0,9	*
		De 10 a 12 anos	44,0	43,0	43,5	44,8	44,9	44,3	45,8	45,2	44,2	45,0	45,3	45,3	0,3	***
		De 13 anos ou mais	35,4	40,3	38,8	38,4	37,8	38,2	35,1	37,2	35,9	34,2	34,4	34,3	-1,0	***
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Explorado 2	Fam. c/ 1 Assal.	Sem estudo	0,3	0,2	0,6	1,0	1,0	1,8	1,8	1,5	0,0	1,0	1,7	2,0		
		De 1 a 9 anos	14,6	17,6	13,8	14,5	11,8	12,9	13,8	13,0	16,4	17,3	15,2	11,1	-0,4	
		De 10 a 12 anos	30,8	35,3	44,5	37,3	34,7	35,1	34,0	39,4	43,9	44,2	38,2	38,6	1,4	*
		De 13 anos ou mais	54,2	46,9	41,2	47,2	52,5	50,2	50,5	46,1	39,6	37,5	44,9	48,2	-1,2	*
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
	Fam. c/ 2 ou mais Assal.	Sem estudo	2,3	0,9	1,8	1,8	2,2	2,0	2,3	1,8	2,8	2,4	3,4	2,8	5,8	***
		De 1 a 9 anos	34,8	31,9	32,0	31,1	33,7	33,5	32,3	29,5	31,4	35,2	33,2	33,2	0,1	
		De 10 a 12 anos	44,5	45,1	47,8	48,2	47,0	48,5	47,9	49,1	49,3	47,7	47,6	47,8	0,5	***
		De 13 anos ou mais	18,4	22,2	18,5	18,8	17,1	16,0	17,4	19,7	16,5	14,8	15,8	16,2	-1,9	***
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		

**Tabela 5: Evolução da participação relativa (%) dos trabalhadores assalariados, dentro de cada tipo familiar, segundo faixas de anos de estudo: Brasil, 2002 a 2014. (continuação)**

TIPO DE FAMÍLIA/ FAIXAS DE ANOS DE ESTUDO		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 <sup>a</sup>		
Explorado Intermediário	Fam. c/ 1 Assal.	Sem estudo	10,1	9,2	8,5	8,4	7,6	7,4	7,5	7,1	8,8	6,6	6,5	6,2	-3,1	***
		De 1 a 9 anos	55,4	53,0	52,5	49,6	48,6	48,3	46,1	45,2	41,3	42,0	41,7	41,3	-2,5	***
		De 10 a 12 anos	27,7	30,1	31,1	33,5	34,9	35,0	36,0	37,1	38,8	39,7	39,9	39,9	2,9	***
		De 13 anos ou mais	6,9	7,7	7,8	8,5	8,9	9,3	10,4	10,5	11,1	11,7	11,9	12,6	4,9	***
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
	Fam. c/ 2 ou mais Assal.	Sem estudo	6,3	5,1	5,0	4,5	4,4	4,0	4,2	3,6	5,0	3,6	4,1	3,6	-3,0	***
		De 1 a 9 anos	51,1	49,5	47,7	45,0	44,3	44,3	41,4	39,5	36,6	38,3	36,4	38,0	-2,8	***
		De 10 a 12 anos	38,4	40,3	41,5	44,3	45,4	44,6	47,1	48,8	50,5	50,5	51,8	49,9	2,3	***
De 13 anos ou mais		4,2	5,1	5,8	6,3	5,9	7,1	7,3	8,0	7,9	7,6	7,7	8,5	4,9	***	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			
Superexplorado	Fam. c/ 1 Assal.	Sem estudo	11,9	11,9	11,4	10,6	10,2	10,2	10,3	9,4	11,9	8,6	8,8	7,6	-2,8	***
		De 1 a 9 anos	64,3	62,1	60,6	60,3	58,5	57,5	54,8	53,6	48,5	51,4	48,9	49,6	-2,4	***
		De 10 a 12 anos	20,4	22,3	24,0	24,9	26,9	27,8	29,4	30,7	33,0	33,5	35,4	36,0	4,7	***
		De 13 anos ou mais	3,5	3,7	4,0	4,3	4,3	4,5	5,5	6,4	6,7	6,4	6,9	6,9	6,4	***
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
	Fam. c/ 2 ou mais Assal.	Sem estudo	9,8	8,7	8,0	7,7	6,8	6,7	6,7	6,5	7,6	5,7	6,2	4,9	-4,0	***
		De 1 a 9 anos	61,7	58,7	57,9	56,2	54,3	54,3	52,6	50,5	46,6	48,9	47,1	47,3	-2,3	***
		De 10 a 12 anos	26,2	29,7	30,8	32,4	35,3	35,0	36,5	38,2	40,4	40,5	41,2	42,0	3,6	***
De 13 anos ou mais		2,3	2,9	3,2	3,6	3,5	3,9	4,3	4,7	5,4	4,9	5,5	5,8	7,1	***	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0			

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Legenda: a mesma da Tabela 1.

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Essas informações, registradas na Tabela 5, reforçam a possibilidade plausível de se utilizar o SMN/Dieese como uma *proxy* do valor da força de trabalho do trabalhador *médio*, para a construção da tipologia de famílias aqui proposta, uma vez que, como foi informado na primeira seção deste artigo, estamos considerando como trabalhador *médio* aqueles com no máximo 12 anos de estudo.

Do ponto de vista, portanto, do trabalhador *médio*, da base da pirâmide salarial (conforme também chamamos atenção na primeira seção deste artigo), a Tabela 6, por sua vez, também parece conter informações relevantes que podem ser usadas para justificar a plausibilidade do uso do SMN/Dieese como uma *proxy* do valor da força de trabalho *média*. Observe-se nessa Tabela que, mesmo considerando apenas a *metade* do SMN/Dieese, em média, mais de 90% dos trabalhadores assalariados (setor privado) dos tipos familiares Explorado Intermediário e Superexplorado têm renda do trabalho *inferior* à metade do SMN/Dieese – mesmo aqueles com 13 anos ou mais de estudo exibem uma elevada proporção, no interior desses dois tipos familiares.

**Tabela 6: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados com renda inferior a 50% do SMN/Dieese, dentro de cada tipo familiar e faixa de anos de estudo: Brasil, 2002 a 2014.**

TIPO DE FAMÍLIA / FAIXAS ANOS DE ESTUDO			2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 <sup>a</sup>
<b>Explorado 1</b>	Fam. c/ 2 ou mais Assal.	Sem estudo	66,6	51,0	78,7	43,7	81,5	57,5	58,7	59,6	55,2	52,3	56,8	45,9	-1,8
		De 1 a 9 anos	49,3	45,5	54,0	47,3	52,8	50,2	55,6	53,6	54,8	53,6	50,9	48,5	0,5
		De 10 a 12 anos	40,1	40,7	45,7	44,1	45,3	42,3	49,7	45,9	46,6	44,1	43,2	41,9	0,3
		De 13 anos a mais	13,0	16,0	20,0	18,8	18,3	17,8	19,0	20,8	21,6	17,9	17,1	15,3	0,8
<b>Explorado 2</b>	Fam. c/ 2 ou mais Assal.	Sem estudo	75,4	77,4	80,6	81,3	84,5	78,4	74,8	81,6	68,2	79,6	69,5	66,9	-1,1 ***
		De 1 a 9 anos	67,9	66,9	73,7	68,9	75,6	72,2	74,9	73,7	73,7	72,5	70,5	70,0	0,3
		De 10 a 12 anos	62,5	66,6	67,8	70,3	71,5	64,9	73,6	69,7	72,5	68,1	67,0	65,0	0,2
		De 13 anos a mais	25,3	33,4	34,2	33,3	30,3	36,7	40,2	33,1	38,5	34,7	33,1	30,1	0,9
<b>Explorado Intermediário</b>	Fam. c/ 1 Assal.	Sem estudo	98,1	97,6	98,0	98,5	98,1	97,7	97,0	94,9	95,0	93,6	90,1	90,7	-0,7 ***
		De 1 a 9 anos	89,8	90,7	92,5	92,0	91,7	90,6	89,8	88,9	88,9	85,8	82,5	81,3	-0,9 ***
		De 10 a 12 anos	76,7	78,8	80,0	79,4	80,2	79,6	79,3	77,5	79,4	73,2	72,1	71,6	-0,7 ***
		De 13 anos a mais	47,8	48,9	51,1	50,1	52,3	50,6	53,9	52,5	55,2	49,4	46,4	47,4	-0,1
	Fam. c/ 2 ou mais Assal.	Sem estudo	98,6	98,0	99,5	95,8	98,8	97,9	97,0	98,8	94,2	93,9	94,9	91,8	-0,5 ***
		De 1 a 9 anos	94,4	94,6	95,1	95,2	94,7	94,1	94,9	93,6	94,4	92,1	91,5	89,8	-0,4 ***
		De 10 a 12 anos	90,9	90,7	92,7	92,4	92,9	91,0	92,7	91,2	91,9	89,5	89,4	88,7	-0,2 ***
		De 13 anos a mais	76,1	76,8	82,9	79,5	81,1	79,8	86,0	82,4	86,8	83,8	84,0	81,4	0,7 ***

**Tabela 6: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados com renda inferior a 50% do SMN/Dieese, dentro de cada tipo familiar e faixa de anos de estudo: Brasil, 2002 a 2014. (continuação)**

TIPO DE FAMÍLIA /		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.)	
FAIXAS ANOS DE ESTUDO														2002/2014 <sup>a</sup>	
Superexplorado	Fam. c/ 1 Assal.	Sem estudo	96,9	98,4	98,4	97,7	98,2	97,0	97,5	97,1	94,7	94,9	91,7	90,0	-0,6 ***
		De 1 a 9 anos	89,1	90,4	91,9	91,4	91,1	90,7	89,5	89,4	89,6	86,7	84,7	83,8	-0,6 ***
		De 10 a 12 anos	74,5	75,3	79,8	78,4	80,2	78,1	78,5	78,7	79,9	75,8	73,9	72,0	-0,3
		De 13 anos a mais	54,9	52,4	61,1	59,3	58,8	55,3	56,7	56,1	61,0	52,3	51,7	50,0	-0,7 *
	Fam. c/ 2 ou mais Assal.	Sem estudo	99,0	98,3	99,0	99,1	99,3	98,0	98,4	97,7	97,0	97,7	96,8	96,1	-0,2 ***
		De 1 a 9 anos	96,0	96,3	97,2	96,6	96,5	95,4	96,5	95,6	95,8	94,8	94,3	93,2	-0,2 ***
		De 10 a 12 anos	93,7	94,9	95,4	94,3	94,8	93,1	95,1	93,9	94,1	93,3	91,6	90,7	-0,3 ***
		De 13 anos a mais	80,7	77,9	89,9	85,8	86,7	85,2	87,6	87,7	89,3	87,0	87,8	85,8	0,5 **

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Legenda: a mesma da Tabela 1.

Fonte: Microdados Pnad/IBGE. Elaboração própria.

No caso das famílias Explorado 1 e Explorado 2 (ambos os tipos com 2 ou mais assalariados)<sup>36</sup>, essa análise da renda individual dos assalariados (setor privado) revela também uma elevada participação de trabalhadores com rendimento inferior a 50,0% do SMN/Dieese, mesmo se considerarmos os trabalhadores mais qualificados desses dois tipos familiares (trabalhadores com mais de 12 anos de estudo). Essas observações, baseadas nos *anos de estudo* dos trabalhadores, reforçam os comentários expostos anteriormente sobre variáveis como essa que ajudam a qualificar a classificação dos tipos

<sup>36</sup> Os tipos Explorado 1 e Explorado 2, ambos com apenas um assalariado, obviamente que 100% deles têm renda igual ou superior a 100% do SMN/Dieese, motivo pelo qual não comparecem na Tabela 6.

de famílias inicialmente baseadas apenas no SMN/Dieese e tamanho da família. Mais um exemplo disso é que podemos ver na Tabela 6 que, em 2014, 15,3% dos assalariados mais qualificados das famílias Explorado 1 e 30,1% dos assalariados mais qualificados das famílias Explorado 2, portanto, trabalhadores, cujo valor de troca de sua força de trabalho deve ser mais elevado do que os demais, nesse caso (Tabela 6), tinham rendimento abaixo de 50,0% do SMN/Dieese – ou seja, superexploração.

## 5. Considerações Finais

No transcorrer da discussão observamos que, ao considerarmos outras informações, para análise dos tipos de famílias classificadas primeiramente com base no valor do SMN/Dieese e no tamanho da família, tais informações ajudam a qualificar a classificação inicial. Ou seja, o que inicialmente estava classificado como família Explorado 1 ou 2 ou Explorado Intermediário, ponderando com outras variáveis, frações desses tipos familiares poderiam ser consideradas do tipo Superexplorado. Esperamos que esse tipo de procedimento possa contribuir para o permanente debate sobre a possibilidade de realizar a pretendida mensuração (dos contingentes de famílias de trabalhadores explorados e superexplorados).

A análise dos dados revelou que, mesmo após mais de uma década de governos do Partido dos Trabalhadores, a despeito de todo um esforço de promover, por exemplo, um tipo de social-desenvolvimentismo, com efetivação da política de valorização do salário mínimo oficial, avanços sociais e redução de desigualdades, resultando, como vimos, na redução dos contingentes e percentuais de famílias do tipo Superexplorado, ainda havia, baseados na metodologia aqui adotada, uma elevadíssima porcentagem desse tipo familiar em 2014. Além disso, se considerássemos tendências não captadas pelas Pnad's, tais como terceirizações e intensificação do trabalho, seria razoável supor que o percentual de famílias do tipo Superexplorado pudesse ser em alguma medida ainda maior.

Desse modo, apesar do período analisado ter registrado crescimento econômico, observa-se que para enfrentar os problemas estruturais da economia brasileira e da superexploração é necessário que o PIB do Brasil cresça na fase de expansão do ciclo por um período mais longo, a taxas mais expressivas, acompanhadas de políticas de valorização do salário mínimo, e que, nas fases de estagnação e recessão, sejam adotadas políticas anticíclicas capazes de impulsionar o crescimento com geração de empregos formais, permitindo aos(as) trabalhadores(as) um ambiente econômico mais favorável à luta capital versus trabalho, que promovam uma melhor distribuição de renda, tendo como referência não só a variação do PIB e a inflação, como também o salário mínimo necessário do Dieese. Igualmente, é fundamental a promoção e o fortalecimento de políticas que reduzam a jornada de trabalho sem redução de salários, associadas a maior regulação e fiscalização do mercado de trabalho, com o intuito de desenvolver um ambiente contrário à superexploração da força de trabalho e aos males que advêm desse *modus operandi* sobre o qual se desenvolve o capitalismo, especialmente nas economias da periferia (ou semiperiferia).

## Referências

- ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006
- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katálysis*, v. 12, p. 216-225, 2009
- BALSADI, O.V. *O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira e suas diferenciações regionais no período 1992-2004*. São Paulo: Hucitec, 2008
- BASTOS, P.P.Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012
- BENOIT, H. As regiões do negativo no diálogo *Sofista*: as raízes da historicidade dialética. *Ideias*, Campinas: Unicamp. 11(2), p. 113-130, 2004
- BUENO, F. M. A *superexploração do trabalho*: polêmicas em torno do conceito na obra de Ruy Mauro Marini e a vigência na década de 2000. (Tese de Doutorado em Sociologia). Brasília: UnB. 2016
- CARLEIAL, L. M. F. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 12, n. 25, set./dez., p. 126-157, 2010
- CORRÊA, H. F.; CARCANHOLO, M. D. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 44, p. 9-30, jun./set. 2016
- DAL ROSSO, S. Ondas de intensificação do labor e crises. *Perspectivas*, São Paulo, v. 39, p. 133-154, jan./jun. 2011
- DAL ROSSO, S. *Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008
- DE GRAZIA, G. *Tempo de trabalho e desemprego: redução de jornada e precarização em questão*. São Paulo: Xamã, 2007
- DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Terceirização e Precarização das Condições de Trabalho*. São Paulo: Dieese. Nota Técnica 172, Março 2017
- DIEESE *Salário Mínimo: instrumento de combate à desigualdade*. São Paulo: Dieese. 2010
- DUARTE, P. H. E. *Superexploração da força de trabalho e política sindical no Brasil*. (Dissertação de Mestrado em Economia). Uberlândia: UFU, 2010
- LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.) *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013
- LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo, n. 32, p. 119-141, junho-2012
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. Tradução: Marcelo Carcanholo. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2005
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomos I e II. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomos I e II. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988
- MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Tradução: Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007

NASCIMENTO, C. A.; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. O Capital: um drama para ser lido, relido e... ouvido. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 44, p. 31-44, jun./set. 2016

NASCIMENTO, C. A.; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. Teoria da Exploração e da Superexploração da Força de Trabalho em O Capital (Livro I) de Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 40, p. 105-132, fev./mai. 2015

OSORIO, J. Sobre superexploração e capitalismo dependente. Tradução: Maíra Machado Bichir, Marina Machado Gouvea e Fernando Correa Prado. *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 84, p. 483-500, set./dez. 2018

POCHMANN, M.; MORAES, R. *Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI: experiências no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017

ROCHA, E.A. Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: Anfip (Org.). *20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social*. Anfip, Brasília, 2008

SANTOS, L. F.; SALGADO, R. J. S. F.; SILVA, E.A. Elementos para discussão sobre a participação social na teoria e na prática. *Revista de Estudos Sociais*, v. 18, n. 36, 2016

SAAD FILHO, A. *O valor de Marx*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011

SOUZA, N.A. No capitalismo, nunca houve tanta estagnação tecnológica. In: SOUZA, N.A. *Ascensão e queda do império americano*. São Paulo: Mandacaru, CPC-Umes, 2001

BIANCA IMBIRIBA BONENTE  
BERNARDO SÁVIO CAMPOS  
TOMÁS PAES DE CARVALHO

## FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E TRABALHO MEDIADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE MARX

Recebido em 13/08/2024

Aprovado em 11/02/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1164

# FLEXIBILIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E TRABALHO MEDIADO POR PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE MARX

## Resumo

### BIANCA IMBIRIBA BONENTE

Professora do Departamento de Economia da UFF e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx/UFF).

Email: [biancabonente@id.uff.br](mailto:biancabonente@id.uff.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2918-1154>

### BERNARDO SÁVIO CAMPOS

Bacharel em Ciências Econômicas pela UFF e mestrando do programa de pós-graduação em Economia/UFRJ.

Email: [bernardo.campos@ppge.ie.ufrj.br](mailto:bernardo.campos@ppge.ie.ufrj.br)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8049-7949>

### TOMÁS PAES DE CARVALHO

Bacharel em Ciências Econômicas pela UFF e mestrando do programa de pós-graduação em Economia/UFRJ.

Email: [tomas.carvalho@ppge.ie.ufrj.br](mailto:tomas.carvalho@ppge.ie.ufrj.br)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9179-6620>

O artigo discute a relação das novas formas de trabalho mediado por plataformas digitais com os fenômenos mais abrangentes de flexibilização produtiva e precarização, resgatando categorias marxianas para explicitar que essas novas formas têm o mesmo antigo conteúdo: a sociabilidade capitalista de exploração e subordinação do trabalho. Para tanto, resgatamos algumas categorias-chave e tendências gerais de desenvolvimento identificadas por Marx, que serão mobilizadas posteriormente para a compreensão do fenômeno recente de plataformização do trabalho. As teorias sobre a flexibilização da produção na virada neoliberal também são abordadas, pois nos ajudam a compreender a crescente precarização do trabalho no contexto atual. Por fim, explicitamos as formas de controle e gerenciamento que incidem diretamente sobre o novo infoproletariado, entre outras implicações concretas das novas formas de trabalho.

**Palavras-chave:** gerenciamento algorítmico do trabalho; infoproletariado; trabalho flexível; uberização

## **Abstract**

In this article we relate the new forms of work through digital platforms with broader phenomena of flexibilization of production and precarization, evoking marxian categories to explain how these new forms contain the same substance: the capitalist sociability of work exploitation. To this end, we revisit some key categories and general development trends identified by Marx, which will be used later to understand the recent phenomenon of the platformization of labor. Theories of production flexibilization in the neoliberal era are also addressed, as they help us to understand the growing precariousness of labor in the current context. Finally, we address the ways in which the new digital platforms control and manage the infoproletariat, among other concrete implications of these new forms of labor.

**Keywords:** algorithmic management of work; infoproletariat; flexible working; uberization

## Introdução

Em um de seus livros mais recentes, intitulado *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, Antunes (2018) procura fazer uma “fotografia do trabalho precário digital” tomando como referência uma série de filmes recentes que desconstroem o “mito da sociedade do tempo livre” – imagem muito comum do capitalismo contemporâneo veiculada por teóricos que afirmavam termos entrado em uma era do fim do trabalho, mas incompatível com o “mundo do trabalho real que hoje se expande em escala planetária”. (p. 21)

Tomamos a liberdade de acrescentar à extensa lista apresentada por Antunes o filme do renomado cineasta britânico Ken Loach, *Sorry We Missed You* (“Você Não Estava Aqui”, lançado em 2020 no Brasil), que retrata a vida de um ex-operário que decide trabalhar como motorista de entregas via aplicativo na esperança de, ao mesmo tempo, adquirir autonomia e dar uma vida mais confortável para sua família. Os resultados, ao contrário, são: total perda de controle, incontáveis horas de trabalho exaustivo, risco de morte, esgarçamento do tecido familiar etc. Trata-se, portanto, de uma obra de ficção que oferece um retrato mais ou menos fiel das condições de vida do “novo proletariado da era digital”.

Ainda que não seja nosso objetivo fazer um resgate extenso das teses do fim do trabalho<sup>1</sup>, encontramos nessas formulações a afirmação de que as revoluções tecnológicas recentes (em particular o advento das tecnologias digitais) e a expansão da produção “imaterial” reduzem a participação do trabalho no processo produtivo e sua relevância na dinâmica de reprodução social. A contrapartida, no âmbito do embate teórico, é a afirmação de que a análise crítica do capitalismo realizada por Marx perdeu sua validade e que as categorias associadas à sua teoria social (em particular a teoria do valor) devem ser rejeitadas. Já no âmbito da vida cotidiana, o desmantelamento de leis trabalhistas, sindicatos, movimentos sociais, sistema previdenciário e oferta de serviços

---

<sup>1</sup> Para uma crítica incisiva a alguns dos principais formuladores das teses sobre o fim do trabalho (como Gorz, Offe, Habermas, Hardt e Negri etc.), conferir Antunes (2002) e Carcanholo & Medeiros (2012).

e bens públicos, gratuitos e de qualidade, cria um ambiente favorável para a ascensão do individualismo (que por vezes assume a forma do “salve-se quem puder”) e de uma *ideologia empreendedora*<sup>2</sup>, que transforma o trabalhador informal e precarizado em um “empreendedor de si mesmo” e desloca para o indivíduo a responsabilidade sobre seu sucesso ou fracasso financeiro/material. Se o trabalhador pode ser seu próprio “patrão” e “investir” em si mesmo, não apenas se tornam invisíveis os laços que ligam o capital ao trabalho, como “a precariedade passa a ser literalmente vendida como liberdade”. (Medeiros & Lima, 2023, p. 10)

Assim como Antunes (2018), acreditamos que as transformações recentes no mundo do trabalho (que expandiram as modalidades de trabalho informal, terceirizado, precarizado, uberizado, pejetizado, intermitente, flexível etc.) não representam o fim da relação capital-trabalho e não são desvios da “lei do valor”, mas uma ampliação dos seus mecanismos de funcionamento, através dos quais o capital incorpora “novas formas de geração de trabalho excedente”. (p. 32) Quando nos referimos à “lei do valor”, portanto, estamos nos referindo não apenas à determinação do valor pelo tempo de trabalho (socialmente necessário), mas também à dinâmica de expansão do valor que se sustenta sobre a exploração e subordinação dos seres humanos – revelando o caráter estranhado e alienado do trabalho no capitalismo.

Nisso consiste o principal objetivo do artigo: mostrar como as transformações no processo produtivo e o surgimento de novas modalidades de trabalho (incluindo o trabalho mediado por plataformas<sup>3</sup>), em lugar de

---

<sup>2</sup> Uma interessante análise crítica dos fundamentos teóricos, gênese histórica e difusão da *ideologia empreendedora* pode ser encontrada em Medeiros & Lima (2023).

<sup>3</sup> Estamos cientes da enorme diversidade de trabalhos mediados por plataformas digitais (que vão desde aqueles realizados em plataformas de microtrabalho ou *crowdwork* até as plataformas *freelance*, de *cloudwork* ou macrotrabalho, passando pelos entregadores de aplicativos como iFood, Rappi, Uber, Deliveroo) (Grohmann, 2020, p. 113) e das disputas em torno do termo mais adequado para se referir a essas novas formas de trabalho precarizado e flexibilizado. Diante da impossibilidade de entrar nesse debate e de tratar das especificidades de cada uma dessas formas, optamos por usar, em alguns momentos, o termo mais geral “trabalho mediado por plataformas digitais” (para tratar do tema em um nível mais alto de abstração) e, em alguns momentos, por usar o termo mais específico “trabalho *uberizado*” ou “uberização do trabalho” (mais adequado para tratar, em um nível baixo de abstração, o trabalho dos motoristas e entregadores de aplicativos, subcategoria a que, a despeito da heterogeneidade, iremos nos referir ao longo do artigo).

promoverem a tão propagandeada “liberdade”, geram aumento da proletarização, da exploração e da subordinação do trabalho ao capital, ressaltando a relevância da análise crítica oferecida por Marx. Além disso, pretendemos mostrar como essa classe trabalhadora, a despeito de toda precarização, pauperização e desarticulação, ainda procura encontrar formas de organização e luta contra o capital. Para cumprir com esse objetivo, o trabalho está dividido em três seções.

Na primeira, resgatamos algumas categorias-chave da análise marxiana, que serão mobilizadas posteriormente para a compreensão do fenômeno recente de plataformização do trabalho, como, por exemplo: classe trabalhadora, trabalho produtivo/improdutivo, mais-valor absoluto e relativo, salário por peça etc. Procuramos ainda mostrar como a acumulação do capital depende do desenvolvimento de tecnologias que contribuem para a redução do tempo de rotação do capital (como é o caso dos meios de comunicação e de transporte) e como a ampliação da riqueza tem como contrapartida a ampliação acelerada da parcela da população sujeita ao trabalho sem proteções sociais e à pauperização.

Em seguida, na segunda seção, tratamos de transformações no modo de produção capitalista durante a década de 1970, que levaram ao estabelecimento de novas formas de estado e indústria flexível, que incidiu sobre o mundo do trabalho com sua lógica *just-in-time*. A ascensão do neoliberalismo, em conjunto com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, compõe as especificidades do trabalho no século XXI, contribuindo para as derrotas trabalhistas tanto no Norte quanto no Sul global, processos que guardam semelhanças, mas também diferenças, como iremos mostrar.

Por fim, na terceira e última seção abordamos formas concretas e diretas de incidência das novas tecnologias nas formas de trabalho, fazendo surgir novos mecanismos de controle sobre o processo de trabalho, bem como sobre a jornada e a intensidade do trabalho. Adicionalmente, apresentamos como a individualização subjetiva contribui para o mito do trabalhador “empreendedor de si” que oferece seus serviços por meio das plataformas

digitais, atualizando os termos do debate sobre a constituição desse trabalhador como parte do precariado digital.

## **I. Voltando à Marx: categorias-chave e tendências gerais**

Partindo do entendimento de que a obra de Marx oferece uma boa chave de leitura para a interpretação do movimento de crescente precarização e plataformação do trabalho, sobre o qual falaremos nas próximas seções, o esforço consiste em trazer para o debate algumas categorias e tendências gerais apresentadas por Marx em sua obra que serão importantes para a análise feita a seguir.<sup>4</sup> A começar por aquela que constitui uma tendência imanente e definidora do modo de produção capitalista: seu caráter expansivo.

Como Marx demonstra em sua obra, além da produção ampliada de riqueza (valores e valores de uso), o capital é expansivo porque, dentro da própria esfera econômica, tende a dominar os diferentes ramos de produção (indústria, agricultura, serviços etc.); é expansivo porque, dentro de cada ramo de produção, tende a gerar incrementos nas forças produtivas do trabalho; é expansivo porque vai além da esfera econômica para dominar com sua lógica as outras esferas da nossa vida social (política, arte, religião, ciência etc.); é expansivo geograficamente porque tende a migrar para regiões onde antes não havia penetrado; por fim, é expansivo porque eleva continuamente a produção e o consumo de valores de uso, e conseqüentemente aprofunda a demanda material sobre o planeta. Em suma, capital significa exploração, em escala ampliada, dos seres humanos e da natureza.

Sobre a primeira dimensão – expansão de riqueza – vale lembrar que o capital se expande na sua relação com o trabalho, mais especificamente através da

---

<sup>4</sup> Apesar das inúmeras polêmicas e divergências em torno (1) da terminologia correta para se referir aos trabalhos mediados por plataformas digitais, (2) da classificação dos diferentes tipos de plataformas digitais, (3) do caráter produtivo ou improdutivo desse trabalho e (4) das categorias que devem ser mobilizadas para a análise do fenômeno, encontramos na literatura esforços importantes no sentido de pensar nas recentes transformações no mundo do trabalho partindo das categorias de Marx e da crítica da economia política, além daqueles que serão mencionados nas próximas seções do artigo. Para quem tiver interesse, conferir, por exemplo, Fontes (2017), Franco, Ferraz e Ferraz (2022), Fuchs (2014; 2018), Huws (2014a; 2014b; 2017), Srnicek (2017; 2022) e Zangheli (2023; 2024). Uma síntese de alguns desses debates pode ser vista em Silva (2025).

exploração do trabalho. Para se expandir, portanto, o capital depende da classe trabalhadora: conjunto de trabalhadores “livres” (expropriados dos meios de produção e subsistência), homens e mulheres, assalariados ou não, ocupados ou desocupados, que vivem do próprio trabalho (ou da venda da sua força de trabalho), independentemente do ramo (indústria, agricultura ou serviços), do caráter material ou imaterial da produção e do seu caráter produtivo ou não. Estamos nos referindo, portanto, a um complexo social amplo e heterogêneo que direta ou indiretamente contribui para a expansão do capital.<sup>5</sup>

Agora, considerando que a finalidade imediata da produção capitalista é a produção de mais valor em escala ampliada, Marx chega a uma definição de trabalho produtivo diferente daquela apresentada pela economia política clássica: “*só é trabalho produtivo – e só é um trabalhador produtivo* aquele que emprega a capacidade de *trabalho* – o que produz imediatamente mais-valor, isto é, apenas o trabalho que é *consumido* diretamente no processo de produção para a valorização do capital” (Marx, 2022, p. 108, grifos do original). Portanto, como afirma em diversos momentos, o critério não é o tipo de atividade realizada, seu conteúdo determinado, sua utilidade particular, o valor de uso produzido ou a materialidade do que se produz. Uma mesma atividade (como, por exemplo, aquela desempenhada por artistas, professores, médicos etc.) pode ser produtiva ou improdutiva: produtiva, se realizada a serviço do capital, contribuindo para sua autovalorização; improdutiva, se não.<sup>6</sup>

Sem dúvidas, trata-se de um distanciamento importante em relação à economia política clássica (que permaneceu presa à materialidade da produção) e de

---

<sup>5</sup> Para mais sobre o conceito de classe trabalhadora e seu papel como sujeito revolucionário, conferir Mattos (2017, p. 77-80).

<sup>6</sup> Apenas uma passagem para ilustrar: “Uma cantora que canta como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Se ela vende seu canto por dinheiro, é uma trabalhadora assalariada ou comerciante de mercadorias. Mas a mesma cantora, contratada por um empresário, que a deixa cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois *produz* diretamente capital. Um mestre-escola que ensina os outros não é um trabalhador produtivo. Mas um mestre-escola que se engaja como trabalhador assalariado em um instituto com outros para utilizar o dinheiro do *Entrepreneurs* [empresário] da *knowledge mongering institution* [instituição de comercialização de conhecimento] por meio de seu trabalho é um trabalhador produtivo”. (Marx, 2022, p. 114, grifos do original)

um passo importante para a análise do modo de produção capitalista. No entanto, avançando na caracterização do trabalho produtivo, nesse mesmo texto, em uma passagem extensa que nos permitimos reproduzir, Marx afirma:

[...] já que, com o desenvolvimento [...] do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o trabalhador singular, mas cada vez mais uma *capacidade de trabalho socialmente combinada*, que se torna o *funktionär* [funcionário] *real* do processo global de trabalho, e, já que as diversas capacidades de trabalho que concorrem e que constituem a máquina produtiva em seu todo participam de formas muito diferentes no processo imediato de formação de mercadoria, ou melhor, de formação do produto – uns trabalham mais com as mãos, outros mais com a cabeça, alguns como gerentes, engenheiros, tecnólogos etc., outros como inspetores, ainda outro como trabalhador manual direto, ou mesmo apenas como ajudante –, um número sempre maior de *funções de capacidade de trabalho* está sob o conceito imediato de *trabalho produtivo* e seus portadores estão sob o conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral a seu processo de valorização e produção. (2022, p. 109-110, grifos do original)

Ainda que não seja possível avançar mais nesse ponto, acreditamos ser necessário resgatar não apenas o conceito de trabalho produtivo, mas o conceito de classe trabalhadora em toda a sua amplitude, porque esse resgate nos auxilia na compreensão da *nova morfologia* da classe trabalhadora. Seguindo esses critérios, é possível mostrar como a classe trabalhadora cresceu consideravelmente no século XXI e como, ademais, a expansão do capital para o setor de serviços, em particular através das plataformas digitais, ampliou o contingente de trabalhadores produtivos (ou seja, de trabalhadores subordinados à lógica do capital) – aqueles que Antunes (2018, p. 34) denomina *novo proletariado de serviços da era digital*.

Olhando desde o ponto de vista da produção de mais-valor absoluto, a expansão do capital para esses setores aumenta a massa de mais-valor produzido, seja porque um número maior de trabalhadores produz mais-valor (trabalho excedente apropriado gratuitamente pelo capitalista), seja porque o uso das novas tecnologias (conforme trataremos nas próximas seções)

permite um aumento da produtividade e da intensidade do trabalho. Como demonstra em *O capital*, um trabalhador produzindo de maneira mais intensa produz uma quantidade maior de mais-valor do que aquele que trabalha de maneira menos intensa durante um mesmo número de horas.

Ainda no que diz respeito ao aumento da intensidade, impossível não fazer uma analogia entre algumas relações recentes de trabalho (principalmente aquelas mediadas por plataformas digitais) e o que Marx diz sobre o salário por peça (forma modificada do salário por tempo). Qualquer que seja o tipo de relação, é necessário lembrar que o trabalhador não recebe na forma salário o equivalente ao valor produzido durante o processo de trabalho (recebe apenas uma parte do valor produzido, a depender do valor da mercadoria força de trabalho). Do contrário, não haveria com o que se remunerar o capitalista. O salário por peça, no entanto, possui peculiaridades que o tornam particularmente funcional à dinâmica do capital.

Algumas dessas peculiaridades serão retomadas na última seção do trabalho, em particular as que tratam do controle sobre o processo de trabalho.<sup>7</sup> Por ora, vamos nos ater ao impacto dessa forma salário sobre a intensidade do trabalho e conseqüente impacto sobre a produção de mais-valor:

Dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade. É igualmente do interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois assim aumenta seu salário diário ou semanal. [...] Da exposição precedente resulta que o salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista. (Marx, 2013, p. 624-627)

---

<sup>7</sup> Como Marx (2013, p. 623-624) afirma: a “qualidade do trabalho é controlada, aqui, pelo próprio produto, que tem de possuir uma qualidade média para que se pague integralmente o preço de cada peça. Sob esse aspecto, o salário por peça se torna a fonte mais fértil de descontos salariais e de fraudes capitalistas”; em segundo lugar, “ele proporciona ao capitalista uma medida plenamente determinada para a intensidade do trabalho”; em terceiro lugar, “como a qualidade e a intensidade do trabalho são, aqui, controladas pela própria forma-salário, esta torna supérflua grande parte da supervisão do trabalho”; por fim, mas não menos importante, “o maior espaço de ação que o salário por peça proporciona à individualidade tende a desenvolver, por um lado, tal individualidade e, com ela, o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole dos trabalhadores; por outro lado, sua concorrência uns contra os outros”.

Como dito, a analogia entre essa forma-salário e as formas contemporâneas de exploração do trabalho será resgatada a seguir. Retornando à análise sobre os mecanismos de extração de mais-valor, observamos que, do ponto de vista da produção de mais-valor relativo, na medida em que o uso de novas tecnologias faculta o aumento de produtividade do trabalho (e consequente barateamento das mercadorias), o valor da mercadoria força de trabalho diminui e converte-se em um meio de expansão de mais-valor relativo.<sup>8</sup> Como também demonstra em *O capital*, em lugar da diminuição do tempo de trabalho, a diminuição do valor da força de trabalho se traduz em aumento do tempo de trabalho excedente, em mais-valor para o capital.

Importante ressaltar ainda que esses processos (extração de mais-valor absoluto e relativo), mesmo não sendo idênticos, não ocorrem de maneira separada no tempo e no espaço: “os métodos para a produção do mais-valor relativo são, ao mesmo tempo, métodos para a produção do mais-valor absoluto”. Da mesma forma como “a extensão desmedida da jornada de trabalho mostra-se como o produto mais genuíno da grande indústria”, em diversos momentos (e isso tem se mostrado válido nas formas contemporâneas de exploração do trabalho), aumento de produtividade vem acompanhado de aumento de intensidade e aumento de jornada, combinando-se os mecanismos de expansão do mais-valor. (Marx, 2013, p. 579)

Para encerrar esta seção, entendemos que há ainda duas dimensões da dinâmica capitalista que precisam ser levadas em consideração e que serão úteis para a compreensão das novas faces de exploração do trabalho, características do capitalismo contemporâneo. A primeira tem a ver com o impacto do desenvolvimento das novas tecnologias sobre o tempo de rotação do capital (tempo de produção somado ao tempo de circulação).

---

<sup>8</sup> Para uma análise específica sobre a relação entre o mais-valor relativo e a reestruturação produtiva no setor de serviços, conferir Benanav (2019).

É inegável que o avanço da internet, a ampliação do acesso a aparelhos tipo *smartphones* e o surgimento de aplicativos de conversa online (como whatsapp, telegram etc.) reduziram a distância entre as pessoas, facilitando a comunicação em tempo real. Também a expansão de empresas especializadas em entrega (e o número crescente de trabalhadores “entregadores”, agora acionados através de aparelhos eletrônicos e aplicativos) diminuiu significativamente o tempo que a mercadoria leva para chegar até o consumidor final.

Em ambos os casos, estamos nos referindo tanto ao desenvolvimento quanto ao barateamento dos meios de comunicação e de transporte, tendências capturadas por Marx e que contribuem para a diminuição do tempo de circulação do capital (e, conseqüentemente, do tempo de rotação).<sup>9</sup> No que diz respeito à produção de mais-valor, o impacto é direto. O capital que “roda” em menos tempo produz uma massa de mais-valor maior do que o capital que possui um tempo de rotação maior.<sup>10</sup> (Marx, 2011, p. 427)

A segunda e última dimensão da dinâmica capitalista, que trazemos para o debate, nos permite voltar ao início desta seção e observar o impacto das novas tecnologias e desenvolvimento das forças produtivas sobre a classe trabalhadora. Como demonstra no Livro I de *O capital*, além de sua tendência expansiva, o capital tende a revolucionar a produção, combinando momentos de expansão em sentido extensivo (em que subordina uma quantidade maior de trabalhadores a seu domínio) e em sentido intensivo (aumentando a produtividade do trabalho através do uso de tecnologias

---

<sup>9</sup> Ao desenvolver os meios de comunicação e transporte, o capital realiza o que Marx chamou de *destruição do espaço pelo tempo*: “Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula, tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo”. (2011, p. 445) Já sobre o barateamento desses meios, afirma o autor: “Dado que o produto imediato só pode ser valorizado em massa, em mercados distantes [...] a produção de meios de transporte e comunicação baratos é condição para a produção fundada no capital e, em conseqüência, é criada por ele”. (p. 432)

<sup>10</sup> Podemos pensar ainda em dois capitais de tamanhos distintos produzindo uma mesma massa de mais-valor a depender do maior ou menor tempo de rotação: “A velocidade da rotação – sendo idênticas as demais condições de produção – substitui assim a massa do capital. Em outras palavras, se um valor 4 vezes menor se realiza 4 vezes como capital no mesmo período durante o qual um capital 4 vezes maior se realiza só uma vez, o ganho – a produção de mais-valor – do capital menor é tão grande – pelo menos tão grande – quanto o do capital maior”. (p. 427)

“poupadoras de trabalho”). Através desse processo, o capital absorve trabalhadores e os “expulsa” constantemente do processo de trabalho, dando origem a uma “superpopulação relativa ou exército industrial de reserva”.

Mesmo que não diminua em termos absolutos o emprego da força de trabalho (considerando que o capital também se expande), diminui a participação do capital variável (trabalho vivo) em relação ao capital constante (trabalho morto) empregado no processo de produção. Nos termos do autor (Marx, 2013, p. 705): “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”.

Como Marx enfatiza em sua obra, essa superpopulação é não apenas produto da dinâmica capitalista como um pressuposto necessário. Dado seu caráter expansivo, o capital precisa encontrar esses trabalhadores disponíveis, “em espera”, para atender às necessidades de valorização. (p. 707-708) Além disso, o contingente crescente de trabalhadores disponíveis (exército industrial de reserva) possui um efeito “disciplinador” sobre o exército de trabalhadores ativos (ocupados diretamente pelo capital), ainda que seja cada vez mais tênue a linha que separa o exército da ativa e o exército de reserva nos dias de hoje.

Em suma, conforme dito anteriormente, o objetivo dessa seção foi trazer para o debate algumas categorias-chave e tendências gerais do desenvolvimento capitalista apresentadas por Marx e que podem oferecer um importante auxílio para a compreensão da *nova morfologia* da classe trabalhadora. No entanto, não seria possível avançar na análise sem descer em alguns degraus o nível de abstração e observar como o capitalismo se desenvolve nestas condições históricas concretas. Ou seja, precisamos mostrar como essas tendências gerais se combinam com tendências particulares, conformando aquilo que chamamos de capitalismo contemporâneo. Considerando o escopo do artigo, importa principalmente chamar atenção para a crescente *flexibilização e precarização* do trabalho

no período do chamado pós-fordismo<sup>11</sup>, que cria as condições necessárias para uma atuação mais ampla da lógica do capital e conseqüente expansão e intensificação da exploração do trabalho.

## 2. Estado, indústria e trabalho flexíveis

Não temos dúvidas de que o capitalismo se desenvolve de maneira específica, em situações históricas específicas. Se nosso objetivo, portanto, é analisar o recente fenômeno de expansão da precarização e plataformização do trabalho, não podemos deixar de olhar concretamente para a maneira como o capital se expande no século XX e cria as condições que possibilitaram o crescimento dessas formas de trabalho precarizado/plataformizado. A dificuldade, nesse caso, consiste em estabelecer os marcos desse processo.

Diante da impossibilidade de resgatar aqui toda a história do século XX, em suas múltiplas e variadas dimensões, vamos nos ater às transformações que a crise dos anos 1970 provocam no âmbito industrial, levando à falência empresas fordistas-tayloristas, cujas formas de organização não se adaptaram aos novos tempos. Em seu lugar, surgem novos empreendimentos nos marcos do que Harvey (2006) denominou indústria flexível ou toyotismo.

Essa reestruturação, necessária para recompor as condições da acumulação de capital, foi marcada por uma maior “flexibilidade dos processos de trabalho, mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo”, (Harvey, 2006, p. 140) implicando constante inovação comercial, tecnológica e organizacional para atender precisamente a demanda por produtos ou serviços em um novo regime *on-demand* ou *just-in-time*. (De Stefano, 2016) O

---

<sup>11</sup> Reforçamos aqui o uso da palavra “crescente”, pois entendemos, como sugere Braga (2012), que flexibilização e precarização do trabalho não são fenômenos novos (ou seja, não são uma mera consequência da crise dos anos 1970 e do desmantelamento do modelo de bem-estar social). Ao contrário, flexibilização e precarização do trabalho são inerentes ao modo de produção capitalista. Como afirma o autor, “[...] a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do salarizado, seu ‘outro’ bastardo ou recalcado. Na realidade, ele é a própria condição de existência do salarizado [...]”. (p. 18) Uma defesa de que o trabalho precário não surge no período recente como exceção, mas se constitui historicamente como regra (apesar das particularidades e do surgimento de novas modalidades de trabalho precário nos dias de hoje), também pode ser encontrada em Silva (2025).

papel das tecnologias da informação e comunicação foi crucial para permitir o monitoramento, gerência e coordenação dessa estrutura industrial recém-nascida, desembocando nas atuais formas de trabalho por meio de dispositivos móveis.

Essa *acumulação flexível* gerou níveis relativamente altos de desemprego estrutural, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. Também o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, as empresas se aproveitaram do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de força de trabalho (desempregada ou subempregada) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (Harvey, 2006)

A crise de 1973-1975 resultou ainda em ataques crescentes às garantias estatais de assistência social, à medida que as economias globais enfrentavam uma recessão intensa. O modelo econômico então dominante, representado pela combinação de keynesianismo e fordismo, estava perdendo espaço no palco capitalista, abrindo caminho para uma nova forma de acumulação com menor intervenção governamental. Este cenário estimulou o surgimento de novas formas de luta da classe trabalhadora, direcionadas não apenas contra o capital, mas também contra o Estado, cujo papel como provedor de emprego e renda diminuiu significativamente. (Clarke, 1992)

Além disso, coube ao Estado pós-fordista “criar um bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global, contendo a fuga de capitais com reformas que desmontaram as conquistas dos trabalhadores ao longo do século XX, processo que investigaremos mais a fundo na subseção a seguir, que trata das transformações no mundo do trabalho na era neoliberal.

## 2.1. Precarização do trabalho no pós-fordismo: comodificação reiterada

Muitos intérpretes das transformações sociais deste período destacam o papel de novas relações de trabalho, que apresentaram uma tendência crescente à desproteção contra maus-tratos e irregularidades no emprego, dada a marcante ausência de regulação. Rodgers et Rodgers (1989) denominaram essas práticas de trabalho precário, contrastando-o com o contrato padrão, que provia estabilidade social ao crescimento econômico no período keynesiano-fordista.<sup>12</sup> Entre esses intérpretes, Ulrich Beck e Richard Sennett enfatizam a perda de emprego estável e seguro nos marcos da sociedade neoliberal. (Choonara, 2020) Beck previu a “brasilização do Ocidente”, (2000, p. 1-3) em consequência da implementação do receituário neoliberal, resultando em empregos “de curto prazo e facilmente encerrados”, e Sennett (2006, p. 24) enfatizou o declínio de instituições burocráticas, levando ao fim dos “empregos para toda a vida”. Portes e Sassen-Koob (1987, p. 41) também afirmam que tanto os países desenvolvidos quanto os “em desenvolvimento” possuem uma economia informal em crescimento desde a década de 1970.

Com efeito, a perda da estabilidade de emprego (traço marcante desse suposto contrato padrão) foi prejudicial aos trabalhadores de muitas indústrias em que essas formas de emprego predominavam.<sup>13</sup> Sobre isso, Vasapollo (2006) afirma que a contratação flexível contém claras rupturas com

---

<sup>12</sup> Apenas uma ressalva, antes de seguir adiante. Ainda que estejamos resgatando o contraste feito por Rodgers et Rodgers (1989) entre o “trabalho precário” e o “contrato padrão”, não entendemos (como esperamos ter deixado claro na nota de rodapé anterior) que esse tipo de relação de trabalho (o chamado “contrato padrão” ou “emprego estável”) constitua o “padrão” no modo de produção capitalista. Na realidade, vemos o crescimento dessas formas de emprego estável, o acesso a proteções sociais, entre outras características da chamada “era de ouro do capitalismo”, como um “desvio do padrão” (que pôde se expandir naquele breve interstício durante o qual a classe capitalista “repartiu” com a classe trabalhadora parte dos seus ganhos na forma de benefícios diretos e indiretos). Para mais sobre o tema, ver Bonente (2016, Capítulo 3).

<sup>13</sup> Para não dar margem a mal-entendidos, não queremos com isso dar a entender que a relação de assalariamento (qualquer que seja a sua forma, por tempo ou por peça, com ou sem estabilidade) seja benéfica para o trabalhador. Como Marx (2013, p. 695) afirma na seção I do Capítulo 23, que trata das condições de acumulação mais “favoráveis” para a classe trabalhadora: “O aumento do preço do trabalho, que decorre da acumulação do capital, significa apenas que, na realidade, o tamanho e o peso dos grilhões de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo permitem torná-los menos constringentes”. Agradecemos ao colega Eduardo Sá Barreto pelo comentário.

relação às características do contrato padrão. Em relações de trabalho regidas pelas novas medidas normativas mais flexíveis, aumenta a liberdade do empregador em manejar a quantidade de horas a serem contratadas, as responsabilidades do empregador são diminuídas e aumenta a busca das empresas em descaracterizar a relação de emprego. Assim, os empregadores têm maior facilidade para despedir e utilizar o trabalhador de acordo com as necessidades dos seus negócios. Passa-se do contrato com certa previsibilidade e de longo prazo para contratos caracterizados por maior fluidez e adaptados às características do capitalismo flexível. (Sennett, 2015)

Essa flexibilização das relações de trabalho termina por eliminar alguns entraves à atuação do capital, à *comodificação* do trabalho e da natureza, e permite que as leis gerais da acumulação capitalista atuem de maneira mais ampla, em sentido extensivo e intensivo. (Colombini, 2023, p. 4) Dado que a relação capitalista tem como propósito a valorização em escala crescente, os seres humanos e a natureza tornam-se simples objetos dessa valorização, razão pela qual a dinâmica capitalista intrinsecamente tem de (e tende a) utilizar de maneira destrutiva os seres humanos e a natureza. (Bonente, 2023) Se o objetivo central do processo de acumulação não é alcançar uma melhor distribuição dos ganhos oriundos do seu crescimento material e da crescente produtividade do trabalho; se o objetivo central é a expansão de mais-valor, que depende da expansão da dominação e exploração de seres humanos, esse processo é reiterado na esfera concreta por meio da flexibilização e precarização do trabalho.

Apesar da universalidade da sociabilidade capitalista e da *comodificação* do trabalho, concretamente também observamos que as transformações nas relações de trabalho ao redor do mundo não ocorreram de maneira homogênea. De fato, observam-se diferenças e semelhanças na dinâmica da crescente informalização/precarização entre o Norte global e o Sul global, e as distinções e aproximações entre esses diferentes contextos geográficos serão abordadas na subseção a seguir.

## 2.2. Distinções geográficas: diferentes mundos do trabalho

A compreensão da precarização como ampliação da *comodificação* do trabalho, da sua exploração como mercadoria de maneira mais ampla e intensa, com suas particularidades geográficas nos marcos do neoliberalismo, é fundamental para entendermos o trabalho na atualidade. No entanto, a delimitação do conceito de trabalho precário e a caracterização do processo de precarização, seja por mudanças normativas recentes ou por heranças históricas da formação colonial dos estados no Sul global, cumpre apenas parte da tarefa de compreensão dessas formas de trabalho.

Entre as diferenças mais importantes estão processos históricos imperialistas deflagrados no Sul global, que desembocaram na terceirização do trabalho informal/precário como uma característica marcante nesses mercados de trabalho, seja através de empresas transnacionais ou por meio de cadeias de valor envolvendo empresas nacionais. (Foster *et al.*, 2011) Outra distinção crucial reside no fato de que a informalização no Sul global estava vinculada à ampliação do excedente de força de trabalho, resultando na expulsão de camponeses de suas terras. Em contrapartida, no Norte global contemporâneo, a expansão da informalização está ligada à formação de um excedente de força de trabalho através da migração e deslocamento de trabalhadores “nucleares” para empregos periféricos, enquanto o próprio trabalho passa por uma *recomodificação*.

Nos dois cenários, contudo, o trabalho informal e precário é terceirizado por empresas formais, estabelecendo uma relação de subordinação. Ademais, certas formas de trabalho, originalmente consideradas precárias, como o emprego temporário, estão se difundindo no Sul global, enquanto outras formas, como o trabalho domiciliar, inicialmente concebido como informal, ressurgiram no Norte global. Outro ponto em comum entre o Sul e o Norte globais é que, predominantemente, os empregos nos níveis mais baixos da força de trabalho são caracterizados pela informalização/precarização. No entanto, o trabalho terceirizado, domiciliar, de meio período e temporário também é observado nos níveis mais altos, como no caso de

arquitetos e engenheiros envolvidos em construção, análise de dados, contabilidade ou programação informática. (Wilson, 2019)

No mercado de trabalho global, observa-se uma tendência à hierarquização entre empregos intelectuais com contratos formais – mesmo que sem garantias de estabilidade e uma série de proteções sociais – e empregos informais associados à reprodução social e funções de menor produtividade. Além disso, há o surgimento e a expansão significativa de um novo proletariado digital, cujas ocupações, variando de intermitentes a mais estáveis, foram vigorosamente impulsionadas pelas novas tecnologias que conectam diversas formas de trabalho. (Antunes, 2018)

A partir dessa tendência à expansão da precarização do trabalho no neoliberalismo, surgem conceitos-chave para compreender as novas pressões de terceirização e desregulamentação do trabalho. Entre elas, a *uberização* abarca toda a recente tendência de individualização do trabalhador. (Abílio, 2019) Adicionalmente, o trabalho *on-demand* ou *just-in-time* (De Stefano, 2016) engloba as iniciativas de reforma empresarial e trabalhista que visam otimizar o ajuste da força de trabalho às necessidades das empresas em termos de quantidade e disponibilidade de tempo.

Assim, a transformação do capital alcançou a era da financeirização e da globalização em escala mundial, inaugurando uma nova divisão internacional do trabalho que evidencia uma clara tendência: seja intensificando os níveis de precarização e informalidade, seja direcionando-se para a “intelectualização” do trabalho, especialmente considerando as consequências do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) neste contexto. (Antunes, 2018) A seguir examinamos como essas novas tecnologias estão a serviço das necessidades do capital de flexibilizar vínculos de trabalho, constituindo um exército de reserva digital em um contexto internacional de produção globalizada.

### 2.3. A constituição de um “novo” trabalhador ativo e inativo

Dentro do quadro de reestruturação produtiva neoliberal, o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação permitiu a internacionalização da produção de mercadorias de forma sem precedente, contribuindo para a formação das cadeias globais de valor. (Milberg & Winkler, 2013) Essa tendência à ampliação da dispersão industrial e o fenômeno recente do trabalho mediado por plataformas digitais constituem dois processos de expansão da superpopulação relativa mundial, incorporando grandes contingentes populacionais ao exército de reserva capitalista. (Foster *et al.*, 2011)

Como vimos na primeira seção, Marx (2013) demonstra como a acumulação capitalista inevitavelmente conduz à expansão de uma força de trabalho “excedente”, especialmente à medida que são introduzidas novas tecnologias “poupadoras” de trabalho. Além disso, a existência desse exército de reserva é necessária do ponto de vista da acumulação de capital – pois contribui para o rebaixamento dos salários e “proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível” a ser recrutada nos períodos de expansão econômica. Segundo o autor, essa superpopulação relativa assume três formas: flutuante, latente e estagnada (onde também estão incluídos os pauperizados como o nível mais baixo, o “peso morto”, do exército de reserva). (p. 716-720)

A reserva flutuante entra e sai do emprego de acordo com os ciclos econômicos de expansão e contração. Em diversos períodos, muitos são demitidos quando avanços tecnológicos reduzem a demanda relativa por força de trabalho.<sup>14</sup> Essa parte da reserva também pode ser vista flutuando de um emprego para outro e, talvez, de um setor para outro. No caso da superpopulação latente, Marx se refere à parte da população rural que se encontra em vias de ser transferida para o proletariado urbano e manufatureiro em

---

<sup>14</sup> Diante da recente desindustrialização das economias do G7 em razão da dispersão industrial, ao invés de uma massa de desempregados, o observado foi um crescimento do subemprego e retirada de direitos, já que as ocupações que se expandiram no setor de serviços foram mais precárias e com salários mais baixos que o nível industrial. Para uma análise empírica dos efeitos da automação e dispersão industrial na demanda por trabalho, ver Benanav (2019).

função da entrada do capital nesse setor e consequente desenvolvimento das forças produtivas na agricultura.

Já no caso da terceira categoria, a superpopulação estagnada, Marx afirma que essa

[...] forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário. Já nos deparamos com sua configuração principal sob a rubrica do trabalho domiciliar. Ela recruta continuamente trabalhadores entre os supranumerários da grande indústria e da agricultura e especialmente também de ramos industriais decadentes, em que a produção artesanal é superada pela manufatura, e esta última pela indústria mecanizada. Seu volume se amplia à medida que avança, com o volume e a energia da acumulação, a transformação dos trabalhadores em supranumerários. (2013, p. 718)

Através do resgate das formas assumidas pela superpopulação relativa ou exército industrial de reserva não pretendemos delimitar com precisão em qual categoria estão incluídos os trabalhadores que realizam suas atividades através das plataformas digitais. Importa, no entanto, observar que essas formas de trabalho carecem de qualquer estabilidade, sendo caracterizadas por relações “*on-demand*” ou “*just-in-time*”, (De Stefano, 2016) em que os trabalhadores são contratados para atividades específicas com prazo determinado. Através das plataformas digitais, cada vez mais utilizadas em diferentes ramos e atividades, são constituídas novas formas concretas de mercantilização e controle do trabalho, tendo como elemento central uma nova separação dos trabalhadores dos meios de produção e o seu controle através da imposição de sistemas algorítmicos. (Colombini, 2023) Esse processo incorpora também uma enorme fluidez ao processo de constituição de exércitos de reserva, impedindo que haja uma divisão clara entre trabalhadores ativos e inativos (como a própria definição da superpopulação

estagnada deixa claro: é possível, ao mesmo tempo, ser parte do exército de reserva e do “exército ativo de trabalhadores”).

Temos visto, portanto, no período recente, a consolidação de uma força de trabalho barata, disponível em abundância, que resulta da própria dinâmica do capital e da construção de um ambiente regulatório permissivo.<sup>15</sup> Mas chama atenção a insistência, por parte das plataformas digitais de trabalho (principalmente aquelas de transporte), em classificar seus condutores como “parceiros”, “contribuidores” ou até “contratantes independentes autônomos”. (Woodcock, 2020)

Com a terceirização, a informalidade e a flexibilidade cada vez mais presentes na forma de produzir das corporações globais, a proteção do trabalho conquistada por lutas seculares da classe trabalhadora tem sido desmantelada e corroída, sendo substituída, então, por cenários de crescente intermitência e sentimento de insegurança profissional, como pretendemos mostrar com mais detalhes na seção a seguir.

### **3. O trabalho mediado por plataformas: tecnologia e precarização**

Um dos tipos mais comuns de “trabalho flexibilizado” atualmente, tanto no Norte como no Sul global, é aquele caracterizado pelo *zero-hour contract* (contrato de zero hora). Nascido no Reino Unido, o contrato de zero hora é uma forma de empregabilidade em que o empregador não necessita oferecer um mínimo de horas trabalhadas ao seu contratado, e o trabalhador não é obrigado a aceitar qualquer hora de trabalho que lhe seja oferecida. Antes da aprovação de regulamentações trabalhistas no Reino Unido – como o Working Time Regulations (1998) e o National Minimum Wage Regulations (1999) – esta forma de contrato era comumente utilizada para dar aos funcionários um “tempo de descanso”, ao mesmo tempo

---

<sup>15</sup> Em particular no caso brasileiro, temos a entrada do neoliberalismo no país e a posterior reforma trabalhista de 2017 como marcos da construção desse ambiente regulatório permissivo. Sobre a flexibilização normativa no Brasil e seus impactos sobre o mercado de trabalho, conferir Campos (2022).

que eram mantidos no espaço de trabalho para que retornassem assim que necessário. (Pennycook, Cory & Alakeson, 2013) Enquanto as legislações aprovadas limitaram o uso dos contratos de zero hora para esses fins, elas não terminaram com seu uso por completo.

Com a popularização dos smartphones e o aprimoramento de serviços digitais, a prevalência de contratos zero hora se mantém e atinge principalmente jovens de 16 a 24 anos – no último trimestre de 2023, quase 12% dos jovens estavam empregados na modalidade de contrato citada. (Office for National Statistics UK, 2024) Para a população trabalhadora de forma geral, já são 3,5% que trabalham com contratos zero hora, contra apenas 0,8% no final de 2012. A realidade, porém, é que aqueles nascidos fora do Reino Unido, mas que trabalham no país, são mais propensos a serem contratados neste tipo de contrato, apesar da modalidade abranger diferentes categorias de trabalhadores, como médicos, cuidadores, motoristas, advogados, eletricitas e tantos outros. (Antunes, 2020)

Ainda no Norte global, observou-se, com o declínio da indústria britânica, uma reestruturação que levou muitos a trabalharem no setor de serviços. (Woodcock, 2020) Foi neste contexto que se desenvolveu de forma mais acentuada os chamados call-centers, que, embora em si não configurem material valioso de análise neste momento, representam novos desafios para os gestores. Embora não se busque aqui construir uma linha cronológica direta entre este processo e a criação/consolidação da uberização do trabalho, foi nestes espaços que se observou pela primeira vez de maneira mais clara uma nova forma de vigilância e gerenciamento por parte dos empregadores: fazendo uso da tecnologia digital, o trabalho passou a ser mensurado não apenas como no chão das fábricas, mas cronometrada por segundo, permitindo a integração dos telefones e computadores e uma intensificação do processo produtivo. (Woodcock, 2017)

Se o avanço dos call-centers configurou um dos primeiros fenômenos da digitalização do processo produtivo dos serviços associada a uma nova forma de vigilância e gerenciamento, foi a partir da fundação do aplicativo

de transporte Uber na Califórnia (EUA) que o gerenciamento algorítmico atingiu um novo patamar. Fazendo uso de uma tecnologia que se desenvolveu de forma acelerada na primeira década do século XXI, a Uber – aqui representativa de uma gama de aplicativos de transporte e entregas, como 99, iFood e Rappi – inclui a expectativa de que os trabalhadores possuam e paguem pelos seus próprios smartphones equipados com GPS, possibilitando, assim, além de uma redução dos custos operacionais da empresa, uma coleta ainda mais específica dos dados de trabalho de seus “contribuidores”. (Woodcock, 2020) Mais do que isso, a plataforma demanda que o trabalhador disponha de um automóvel, arque com despesas com seguros, limpeza e manutenção, e com sua própria alimentação, tudo enquanto oferece um serviço de qualidade aos clientes. (Antunes, 2020)

Além disso, enquanto a Uber busca criar uma aparente relação de intermediação entre prestador de serviço e consumidor – evitando, portanto, a formulação de vínculos empregatícios –, identifica-se na relação entre empresa e motorista a existência da forma de assalariamento “mais adequada ao modo de produção capitalista”, como descrito por Marx, isto é, o salário por peça. (Moda, 2020) O motorista, ao realizar a atividade laboral, não recebe um valor fixo, mas, ao contrário, é paga uma quantia que varia de acordo com o que foi produzido. Num contexto de flexibilidade de tempo e local da realização do trabalho, é esta forma de assalariamento que garante à empresa que será do interesse do trabalhador não apenas realizar a atividade, mas estender sua jornada da maneira mais extensa e intensa que conseguir. (Moda, 2020)

Burawoy (1979), ao pesquisar a razão por trás dos trabalhadores aceitarem trabalhar de maneira tão intensa, nos proporciona mais um paralelo com o sistema Uber. Em sua investigação, o autor identifica o uso por parte das empresas (e dos gestores) de práticas similares a jogos para ultrapassar metas definidas e conquistar recompensas. De forma análoga, a Uber introduziu recentemente as “missões” aos seus motoristas “parceiros”, promoções que lhes dão “a oportunidade de ganhos extras quando você atinge uma

quantidade mínima de viagens”, permitindo que “concentre seus esforços em seus ganhos, em vez do número de viagens”.<sup>16</sup> (Santos, 2023)

Portanto, se no taylorismo a gerência fiscalizava as atividades diárias e no fordismo a esteira de montagem determinava a velocidade da produção, o sistema Uber cristaliza o assalariamento por peça e a gamificação do trabalho como ferramentas que incentivam a autodeterminação de metas, a expansão da jornada de trabalho e a ilusão do autogerenciamento. (Moda, 2020) É evidente, então, que as plataformas digitais e os aplicativos de transporte contemporâneos fazem uso da tecnologia não somente de forma direta, no seu produto, mas também como forma de controle e gerenciamento dos trabalhadores, associando dinâmicas conhecidas do capitalismo à modernidade crescente. Por conseguinte, celulares e smartphones transformam-se cada vez mais em instrumentos de supervisão na ciberindústria do século XXI. (Antunes, 2020)

### **3.1. Monitoramento digital e intensificação do trabalho**

Dentro do processo de trabalho observado nas fábricas ou até mesmo em estruturas empresariais tradicionais, a presença da vigilância física representa uma constante pressão sobre os trabalhadores. Por vezes em tom de ameaça, a ideia de que a performance satisfatória deve ser atingida para evitar punições ou demissões está não apenas nas mentes dos trabalhadores, mas personificado em um supervisor, gerente ou chefe. Já o gerenciamento do trabalho mediado por plataformas digitais, distante da imagem física de um gerente observador, utiliza-se de processos obscuros, caixas-pretas, por assim dizer, cambiantes e automatizados, que mapeiam todas as ações

---

<sup>16</sup> Muitos intérpretes se dedicaram a entender os efeitos e os motivos da “gamificação” do ambiente de trabalho, e as implicações da tecnologia digital nas relações de poder e no processo produtivo, mas talvez seja em Woodcock e Johnson (2018) que se encontre a análise mais completa para os fins desta pesquisa. Com o que chamaram de “gamificação vinda de cima”, Woodcock e Johnson (2018) mostram como, especialmente a partir dos anos 2000, se desenvolveu nas empresas a ideia de trazer ludicidade ao processo de trabalho como forma de manter os trabalhadores mais motivados, intensificar a produção e fomentar a competitividade. Sobre o tema, ver também Wood (2020), Kellogg, Valentine e Christin (2020).

dos trabalhadores conectados ao aplicativo e reúnem dados granulares das ações de seus “parceiros”. (Abílio, 2020)

Nesse sentido, Srnicek (2017) destacou como a acumulação de dados se tornou um passo fundamental para a acumulação do capital na fase digital do capitalismo, e como sua extração e seu armazenamento contribuem não apenas para a otimização do processo produtivo, como – e mais relevante para o argumento que aqui se desenvolve – para o controle e gerenciamento da atividade laboral e do trabalhador. (Srnicek, 2017)

Em seu estudo sobre as condições de trabalho na plataforma Deliveroo (serviço de entrega com forte aderência em Londres e todo o Reino Unido), Jamie Woodcock (2020) foi capaz de traçar as sensações e limitações de compreensão dos motoristas sobre os métodos de controle que os afligem no cotidiano de trabalho. Substituindo a supervisão direta do “panóptico” fabril, a Deliveroo acompanha via GPS, em tempo real, a localização de seus trabalhadores, cronometrando com exatidão o tempo gasto até o restaurante, o tempo de trajeto até o cliente e o tempo de interação com o cliente. Ao motorista, restam apenas interações automatizadas com a empresa via e-mails quinzenais apresentando um relatório com as estatísticas de seu trabalho.

Assim, embora careça do gerente de “chão de fábrica”, o aplicativo se utiliza de outros métodos de controle: especifica o que deve ser feito e como deve ser feito, cronometrando o tempo de execução, além de resguardar-se o direito de monopólio das informações sobre o processo produtivo. Seria possível questionar esta última característica da mensuração do trabalho (i.e., o monopólio das informações), visto que a empresa fornece relatórios quinzenais de performance aos motoristas. Seria, mas não é, considerando que estes relatórios não apresentam os dados completos, apenas comparações com os outros “parceiros” e se o critério da plataforma (que não é especificado aos trabalhadores) foi ou não alcançado durante o período. Nesse sentido, a obscuridade do gerenciamento é parte do processo produtivo, de forma que o trabalhador tenha informações apenas sobre a próxima etapa

de seu trabalho e busque trabalhar exaustivamente para atingir “os critérios de qualidade” não especificados.

Do método observado no sistema Deliveroo – mas que a ele não se limita, pelo contrário, é prática comum e representativa das plataformas digitais – conceitualiza-se o “panóptico algorítmico” (Pasquinelli, 2015) que, analogamente ao modelo arquitetônico de Jeremy Bentham, possibilita a observação integral dos elementos dispostos, agora acompanhado da tecnologia dos dados. O gerenciamento algorítmico se caracteriza pelo rastreamento contínuo do comportamento dos trabalhadores, avaliação contínua de suas performances, implementação automática de decisões, baixa transparência e interação com sistemas, ao invés de pessoas. (Möhlmann & Zalmason, 2017) Deste modo, o acompanhamento do processo produtivo se torna constante, contínuo, automatizado e imediato, punindo desvios de produção e garantindo eficiência e intensidade, mesmo com flexibilidade de tempo e local. (Moda, 2020)

Abílio (2020), ao investigar o trabalho dos motoboys e motofretistas no Brasil, conclui que aplicativos como Rappi, iFood e Uber não se posicionam como empresas contratantes, mas como meras mediadoras de demandas por produtos e ofertas de entregadores, e, portanto, entendem os motoristas como trabalhadores autônomos com suas próprias determinações. A administração do trabalhador, neste caso, se configura como total responsabilidade do próprio trabalhador, dependendo das estratégias mais eficazes para influir nos rendimentos e em vantagens contra sua concorrência, como escolha da localização geográfica do trabalho, tempo de jornada e compra ou aluguel de veículo. (Abílio, 2020) Neste sentido, a autora destaca que “suas estratégias de sobrevivência, sua administração do próprio tempo, seus conhecimentos são apropriados privadamente como fatores da execução de seu trabalho e de sua produtividade” (Abílio, 2019, p. 5), resultando no que denomina “gerenciamento subordinado”.

Observa-se, assim sendo, o surgimento de um autogerente subordinado (Abílio, 2019) aos interesses do capital, com o eixo limite do

autogerenciamento nos interesses das empresas-aplicativo, e a consolidação nas empresas-aplicativo do controle dos dados e do gerenciamento do trabalho. Deste modo, o processo de mensuração e gerenciamento algorítmicos nos serviços digitais, ao combinar-se ao sistema de assalariamento por peça, resulta na ilusão de controle e liberdade por parte dos trabalhadores, superando a supervisão, garantindo a efetividade, e convertendo assalariados, sob o véu ideológico do empreendedorismo, em “proletários de si próprios”. (Antunes, 2020)

### 3.2. Precariado: definições e resistência

A uberização do trabalho está caracterizada, entre muitas outras coisas, pela profunda individualização dos trabalhadores. Tomando os trabalhadores como prestadores autônomos, evitando formalizar jornadas definidas de trabalho e implementando uma remuneração dependente da produtividade individual, surge no trabalhador a percepção de que ele trabalha apenas para si. Adicionam-se a isso o gerenciamento algorítmico e a clara competitividade que é da essência do sistema Uber – ou seja, cada motorista disputa com o outro as corridas e, conseqüentemente, os ganhos. (Moda, 2020)

Nesse sentido, o trabalhador *uberizado* se enquadra na definição de *precariado* apresentada por Ruy Braga, que nos dá pistas dos processos e possibilidades de resistência coletiva contra um sistema que prega a individualização e a competição. Em questionamento direto a Standing (2011) – que classificou o precariado como nova classe e como sendo “composto por pessoas que têm relações de confiança mínimas com o capital ou com o Estado [...] e não têm nenhuma das relações de contrato social do proletariado” –, Braga (2012) entende que o precariado é aquela parte especialmente precarizada da classe trabalhadora, distante do acesso aos regimes de *welfare* e de segurança trabalhista. Dialogando com o que foi dito sobre o trabalho *uberizado* até o momento, o precariado representa, para Braga, uma parcela da classe trabalhadora que está em constante oscilação entre o aumento da exploração e a ameaça do desemprego.

Enquanto a realidade impõe sobre uma parcela dos trabalhadores condições cada vez mais precárias e inseguras de trabalho, o precariado ainda busca entender e difundir sua identidade enquanto “classe-que-vive-do-trabalho”, resultando no nascimento de novas formas de representação. Os primeiros sindicatos e associações começam a surgir e inúmeras manifestações vêm sendo organizadas em diferentes regiões, evidenciando os limites do controle do trabalho mediado por plataformas digitais e colocando em xeque o discurso de empreendedorismo proposto pelas empresas-aplicativo. (Gonsales, 2020)

Felix (2022) demonstra que, diferente do observado em formas de resistência anteriores, as mobilizações de motoristas, entregadores e outros trabalhadores *uberizados* se dão muitas vezes a partir de iniciativas espontâneas, com organização e difusão através das redes sociais e de grupos de mensagens. Cant (2020) destaca que foi desta forma (através de grupos no whatsapp, mais especificamente) que milhares de trabalhadores se mobilizaram na organização de greves contra o aplicativo de entregas *Deliveroo* no Reino Unido. O autor aponta, ainda, que esses grupos têm importante papel na construção de identidades coletivas e redes de solidariedade entre os trabalhadores *uberizados*, sendo ferramenta fundamental para a articulação de ações coletivas no processo produtivo tão individualizado.

Ainda em 2016, motoristas da Uber dos Estados Unidos entraram em greve junto a profissionais do setor hoteleiro e enfermeiras, demandando o pagamento mínimo de quinze dólares por hora de trabalho. (Abílio, 2020) Em maio de 2019, após anúncio de abertura de ações da Uber na bolsa de valores de Nova Iorque, foi organizada a primeira paralisação global, reivindicando melhores condições de trabalho e melhores pagamentos. (Felix, 2022) No contexto global, exemplos de mobilização incluem o San Precario e o Clash City Workers (Itália), e o Precári@s Inflexíveis (Portugal), este último se descrevendo como “precári@s no emprego e na vida”. (Antunes, 2018) Na Índia, em 2017, observou-se a maior paralisação do setor de transporte de aplicativo até então, quando mais de 100 mil motoristas interromperam

suas atividades reivindicando melhores remunerações e representação sindical. (Gonsales, 2020)

Em janeiro de 2020, a luta dos trabalhadores *uberizados* atingiu um novo patamar no âmbito internacional quando motoristas de 16 países se reuniram na Inglaterra para a fundação da International Alliance of App-Based Transport Workers, que tem como objetivo “o desenvolvimento e a execução de campanhas globais”, “a construção e a expansão da capacidade de organização” e “a construção de solidariedade, cooperação e conhecimento”. (Iaatw, 2020)

No Brasil, o contingente de trabalhadores precarizados criou, em 2016, o Sindicato de Motoristas de Aplicativo de São Paulo, a Associação dos Motoristas Autônomos por Aplicativos e o Sindicato dos Motoristas de Transporte Privado Individual de Passageiros do Estado de Pernambuco. (Abílio, 2020) Foi ainda durante a pandemia de Covid-19, no dia 1.º de julho de 2020, que entregadores de aplicativo organizaram a primeira greve nacional do setor: o “breque dos Apps”. Na ocasião, a categoria entregou às empresas Loggi, iFood, UberEats e Rappi uma série de exigências que buscavam melhorar as condições de trabalho dos entregadores e a relação entre empregadores e empregados. (Carvalho, 2021) A paralisação, que à época mobilizou o debate político nacional, foi também a primeira atuação de dimensão internacional da categoria brasileira, resultando na aderência de seus similares na Argentina, México, Peru, Equador, Guatemala, Costa Rica e Espanha (Gonsales, 2020), e sinalizando os possíveis passos a serem tomados na confrontação organizada dos trabalhadores *uberizados*.

Desta forma, percebe-se que, embora imersos num processo produtivo dominado pelo gerenciamento algorítmico e sistêmico do trabalho, a insegurança trabalhista, a instabilidade salarial e a individualização, os trabalhadores *uberizados* têm buscado reconhecer suas posições de exploração sob um mesmo sistema. O precariado, marcado pela ameaça à exclusão via desemprego, se organiza para resistir à precarização digital da sua força de

trabalho, e faz uso, inclusive, da tecnologia para se conectar aos seus similares e desenvolver redes de solidariedade e uma identidade coletiva.

### **Considerações finais**

Vivemos em tempos terríveis, sem dúvidas. Para não falar no iminente colapso climático (que coloca em outro patamar o debate sobre as perspectivas de futuro postas para toda uma geração de jovens, adultos e crianças – ou falta de perspectiva, se preferirem), os jovens hoje têm muito pouca (ou nenhuma) esperança de ter um emprego de carteira assinada e o direito a uma aposentadoria (se é que um dia ela chega) digna. As sucessivas reformas (trabalhistas, previdenciárias etc.) e o sucateamento dos serviços públicos têm empurrado a população jovem cada vez mais para formas de trabalho flexíveis (intermitentes, precarizadas etc.), porque muitas vezes disso depende a sua sobrevivência.

Ao mesmo tempo, o aumento da subordinação e exploração do trabalho, característica dessas modalidades de contratação, aparece como seu exato oposto: como aumento da liberdade e independência do trabalhador, cada vez menos necessário e cada vez mais autônomo. É nesse mesmo contexto, de expansão das modalidades de trabalho precarizado, que se conforma uma consciência dos “sujeitos como capitalistas em potencial”: “o que significa dizer, na maioria dos casos, de trabalhadores e trabalhadoras que enxergam no espelho o oposto do que são”. (Medeiros & Lima, 2023, p. 13)

Ao longo deste trabalho, procuramos mostrar como, na verdade, a própria dinâmica capitalista, diante das necessidades de valorização do capital, expande seu raio de atuação (subordinando um contingente cada vez mais amplo de trabalhadores a seu domínio) e gera um impulso adicional sobre a produtividade do trabalho (fazendo surgir novas tecnologias que reduzem o tempo de produção e/ou circulação). Como resultado desse mesmo processo, a dinâmica capitalista produz uma classe trabalhadora “potencialmente

explorável” – ou, resgatando os termos de Marx, um “depósito inesgotável de força de trabalho disponível” para sua utilização.

Além disso, procuramos mostrar como os mecanismos de flexibilização das relações de trabalho e desenvolvimentos tecnológicos recentes (em particular as tecnologias digitais) criaram condições favoráveis para a expansão do capital e geram uma aparente independência (diante da ausência de um patrão visível ao qual o trabalhador está diretamente subordinado), assim como a imagem de uma sociedade “sem trabalho” (em razão da crescente produtividade técnica). Ao mesmo tempo, trata-se de uma imagem incompatível com a realidade do mundo do trabalho no século XXI, em que novas formas de subordinação e de mistificação reiteram a sociabilidade capitalista (e a exploração do trabalho pelo capital), promovendo a intensificação do trabalho em lugar do seu fim.

Nesse sentido, “a despeito das inúmeras e importantes mudanças de forma do trabalho, das inúmeras e importantes mudanças no processo de trabalho, no âmbito do trabalho concreto, útil, o *conteúdo* do trabalho comandado pelo capital segue inalterado”. (Carcanholo & Medeiros, 2012, p. 184) Do mesmo modo que se preserva o conteúdo do trabalho comandado pelo capital, apesar das diferenças de forma, não é possível pensar em mecanismos de resistência ao capital que dispensem a organização da classe trabalhadora.

Sem querer dar ao trabalho um tom de otimismo ingênuo, não poderíamos deixar de retornar ao movimento de conscientização, organização e luta dos trabalhadores apresentado na última seção, mesmo reconhecendo todos os limites e as dificuldades enfrentadas nessa mobilização. Com esse apanhado e resgate da luta organizada dos trabalhadores por aplicativos, queremos apenas lembrar, como disse Bertolt Brecht, que “se pode resistir mesmo nas condições mais terríveis”.

## Referências

- ABÍLIO, L. C. *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. Blog da Boitempo. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. [Acesso em: 26/02/2024]
- ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, 2019
- ABÍLIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*. In: ANTUNES, R (org). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo; Campinas: Cortez; Unicamp, 2002
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018
- ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R (org). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020
- BECK, U. *The brave new world of work*. Cambridge: Polity Press, 2000
- BENANAV, A. *Automation and the Future of Work - I*. *New Left Review* 119, 2019
- BENTHAM, J. *The panopticon writings*. Londres/Nova Iorque: Verso, 1995
- BONENTE, B. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Niterói: EdUFF, 2016
- BONENTE, B. Desumano, demasiado desumano: desenvolvimento capitalista, emergência climática e escalas de ação. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; LENCIONI, Sandra (orgs). *Entre urgências e utopia: múltiplas escalas de ação. Que mundo estamos a construir?* Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2023
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012
- BURAWOY, M. *Manufacturing consent: changes in the labour process under monopoly capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979
- CAMPOS, B. S. *Relações entre a acumulação flexível e as medidas normativas de trabalho no Brasil contemporâneo*. Trabalho de Conclusão de Curso - Ciências Econômicas. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022
- CANT, C. *Riding for Deliveroo: resistance in the new economy*. Cambridge: Polity Press, 2020
- CARCANHOLO, M.; MEDEIROS, J. L. Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho. *Outubro*, n. 20, 1.º semestre, 2012
- CARVALHO, I. *Breque dos entregadores completa um ano: “depois da greve, nada mudou”*, avalia Galo. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/01/greve-dos-entregadores-completa-um-ano-demanda-tempo-para-organizar-essa-categoria>>. [Acesso em: 03/03/2024]
- CHOONARA, J. The precarious concept of precarity. *Review of Radical Political Economics*, v. 52, ed. 3, pp. 427-446, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0486613420920427>>. [Acesso em: 11/01/2024]
- CLARKE, S. The global accumulation of capital and the periodization of the capitalist state form. In: BONEFELD, W.; GUNN, R.; PSYCHOPEDIS, K. *Open marxism - volume I*. Londres: Pluto Press, 1992
- COLOMBINI, I. The new in the old: subsumption and reserve army on digital platforms. *International critical thought*, v. 13, n. 3, pp. 311-329, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2023.2253051>>. [Acesso em: 13/08/2024]

- DE STEFANO, V. *The rise of the 'just-in-time workforce': on-demand work, crowd work and labour protection in the 'gig-economy'*, 2016. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2682602&download=yes](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2682602&download=yes)>. [Acesso em: 21/02/2023]
- FELIX, G. Uber, superexploração do trabalho e o capitalismo de plataforma em contexto de pandemia: novas e velhas formas de controle e resistência. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 21, 2022
- FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017
- FOSTER, J.B.; McCHESNEY, R.W.; JONNA, J. The global reserve army of labor and the new imperialism. *Monthly Review*, v. 63, ed. 6, pp. 1-31, 2011
- FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva; FERRAZ, Janaynna de Moura. Economia política da uberização: a exploração dos trabalhadores conforme as três formas de intermediação do trabalho nas empresas-plataforma. *Organizações & Sociedade*, v. 30, n. 105, p. 367-396, 2022
- FUCHS, Christian. *Digital labour and Karl Marx*. New York: Routledge, 2014
- FUCHS, Christian. Teoria e análise do trabalho digital: das cadeias globais de valor aos modos de produção. Tradução de Rodrigo Moreno Marques. *Trabalho & Educação*, v. 27, n. 3, p. 73-109, 2018
- GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, v. 22, n. 1, p. 106-122, jan./abr. 2020
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006
- HUWS, U. *Labor in the global digital economy: the cybertariat comes of age*. New York: Monthly Review Press, 2014a
- HUWS, Úrsula. *A formação do cibertariado: trabalho virtual num mundo real*. Tradução de Murillo van der Laan. Campinas: Editora da Unicamp, 2017
- HUWS, Ursula. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. Tradução de Sávio Cavalcante e Murillo van der Laan. *Caderno CRH*, v. 27, n. 70, p. 13-30, 2014b
- IAATW. Disponível em: <<https://www.iaatw.org/>>. [Acesso em: 03/03/2024]
- KELLOGG, K. C.; VALENTINE, M.A.; CHRISTIN A. Algorithms at work: the new contested terrain of control. *ANNALS*, 14, 366-410, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.5465/annals.2018.0174>.
- MARX, Karl. *Capítulo VI (inédito)* - manuscritos de 1863-1867. Tradução de Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2022
- MARX, Karl. *Grundrisse* - manuscritos econômicos de 1857- 1858: esboços para a crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, L.I. Tradução de Rubens Enderle [textos de Karl Marx e Friedrich Engels], Celso Nauto Kashiura Jr. e Márcio Bilharinho Naves [texto de Louis Althusser]. São Paulo: Boitempo, 2013
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Sete notas: introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017
- MEDEIROS, J. L.; LIMA, R. A ideologia empreendedora e a internacional capitalista: para uma crítica marxista. In: *Anais do Encontro Nacional de Economia Política*, Maceió, 2023
- MILBERG, W.; WINKLER, D. *Outsourcing economics: global value chains in capitalist development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013
- MODA, F. *Trabalho por aplicativo: as práticas gerenciais e as condições de trabalho dos motoristas da Uber*. Guarulhos, 2020

- MÖHLMANN, M.; ZALMANSON, L. Hand on the wheel: navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. *Anais do International Conference on Information Systems*, Seul, 2017
- PASQUINELLI, M. *Anomaly detection: the mathematization of the abnormal in the metadata society*. Berlin: 2015
- PENNYCOOK, M., CORY, G. & ALAKESON, V. *A matter of time: the rise of zero-hours contracts*. Resolution Foundation, 2013
- REINO UNIDO. *Office for National Statistics*. Labour force survey: people in employment on zero-hour contracts. Fev., 2024
- RODGERS, G.; RODGERS, J. *Precarious jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe*. Genebra: International Labour Organization, 1989
- SANTOS, J. *Objetivos da missão*. Uber Blog. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/objetivos-da-missao>>. [Acesso em: 26/02/2024]
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2015
- SENNETT, R. *The culture of new capitalism*. New Haven: Yale University Press, 2006
- SILVA, M. *Precarização e a velha precariedade: veículos da exploração no século XXI*. 2025. 111f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025
- SRNICEK, N. *Platform capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017
- SRNICEK, N. Valor, renda e capitalismo de plataforma. Tradução de Rafael Grohmann. *Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 24, n. 1, pp. 2-13, 2022
- STANDING, G. *The precariat: the new dangerous class*. New York: Bloomsbury, 2011
- TAYLOR, F.W. *The principles of scientific management*. New York: Norton, 1967
- VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006
- WILSON, T. Precarization, informalization and Marx. *Review of Radical Political Economics*, v. 52, ed. 3, pp.1-17, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0486613419843199>>. [Acesso em: 14/01/2024]
- WOOD, A. J. *Despotism on demand: how power operates in the flexible workplace*. Cornell University Press, 2020
- WOODCOCK, J. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In: ANTUNES, R. (org). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Tradução de Murilo van der Laan e Marco Gonsales. São Paulo: Boitempo, 2020
- WOODCOCK, J. *Working the phones: control and resistance in call centers*. Londres: Pluto Press, 2017
- WOODCOCK, J.; JOHNSON, M. R. Gamification: what it is, and how to fight it. *The Sociological Review*, v. 66, n. 3, p. 542-558, 2018
- ZANGHELINI, F.A. *As plataformas como a Uber: uma específica relação social de parasitismo do capital*. 2024. 153f. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-graduação Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024
- ZANGHELINI, F.A. Os nós desfeitos (e feitos) por Ursula Huws. *Espaço e Economia*, n.25, p. 1-14, 2023

GABRIEL DUCCINI

## CHARLES BETTELHEIM, A REVOLUÇÃO CHINESA E OS “TRUSTES SOCIALISTAS”

Recebido em 21/11/2024

Aprovado em 10/03/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1202

# CHARLES BETTELHEIM, A REVOLUÇÃO CHINESA E OS “TRUSTES SOCIALISTAS”

## Resumo

No presente artigo iremos apresentar um balanço bibliográfico dos textos maduros de Bettelheim sobre a transição socialista, a partir do período em que ele passa a modificar certas concepções sobre a planificação socialista, a partir dos anos 60. Iremos enfatizar essas modificações em conexão com o impacto que a experiência da revolução chinesa legou para a sua obra. Iremos ressaltar a relação de Bettelheim com a leitura hegemônica dentro do marxismo sobre planificação, que enfatizava a relação entre capitalismo monopolista e o capitalismo de Estado e certas formas de socialização da produção através da centralização do capital, e qual a relação do autor com essas teses.

**Palavras-chave:** Charles Bettelheim; revolução chinesa; planificação econômica; transição socialista; marxismo

GABRIEL  
DUCCINI

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial da UFABC

Email: [gabriel.duccini@ufabc.edu.br](mailto:gabriel.duccini@ufabc.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0079-626X>

### **Abstract**

In this article, we will present a bibliographic balance of Bettelheim's mature texts on the socialist transition, starting from the period in which he starts to modify certain conceptions about socialist planning, from the 60s onwards. We will present these modifications in connection with the impact that the experience of the Chinese revolution bequeathed to his work. We will emphasize Bettelheim's relationship with the hegemonic reading of planning within Marxism, which emphasized the relationship between monopoly capitalism and state capitalism and certain forms of socialization of production through the centralization of capital, and what is the author's relationship with these theses .

**Keywords:** Charles Bettelheim; chinese revolution; economic planning; socialist transition; marxism

## Introdução

Charles Bettelheim foi um autor que participou de maneira considerável de vários debates marxistas do século XX. Sua obra magna *A Luta de Classes na URSS*, em que analisa a natureza da sociedade soviética, se liga diretamente com as suas reflexões sobre a planificação socialista e o problema da transição entre o capitalismo e o socialismo. Ademais Bettelheim iniciou suas reflexões sobre a URSS e planificação em suas primeiras viagens à União Soviética, desde os anos 30.

Seus primeiros livros sobre planificação (1977; 1984) em geral eram descrições do sistema soviético, e seus primeiros descontentamentos com este se deram inicialmente a partir da sua própria experiência, como ele próprio afirma em uma entrevista:

O que me impressionou nessa época foi a desigualdade dos níveis de vida (...) Eu tentava justificar essas diferenças sociais me dizendo que eram momentâneas. Mas também ficava impressionado pela arrogância estilo ‘novos ricos’ dos membros da nomenklatura. Quando voltei, fiz algumas observações a respeito para meus companheiros de célula. Fui suspenso” (1982, p. 5).

Além disso, Bettelheim aparentemente também foi objeto de algumas desconfianças por parte da liderança política soviética, e teve a renovação de seu visto de estadia rejeitado por suspeitas políticas<sup>1</sup>, algo que Celso Rocha de Barros afirma que “salvou sua vida” (1999, p. 4), dado que “sua companheira na época, que em seu relato de viagem recebeu o nome de Vera, mais tarde viria a morrer nos campos de trabalho”.

---

<sup>1</sup> Barros (1999, p. 4) afirma, a partir da introdução de Bettelheim ao primeiro volume de *Luta de Classes na URSS* (1979a), que o próprio não tinha conhecimento de quais seriam as desconfianças políticas da liderança soviética, pois, “a crer em seu relato, suas únicas atividades ‘subversivas’ durante sua estadia na URSS foram algumas conversas pessoais em que expressou dúvidas, aliás moderadas, sobre o regime; e, principalmente, a redação de um folheto turístico sobre o Uzbequistão em que ressaltava a riqueza da cultura ancestral dos uzbeques. Nessa época, Bettelheim trabalhava na Intourist, organismo estatal encarregado da administração do setor turístico da URSS, elaborando material de propaganda turístico para o público francês. Seu folheto foi duramente criticado por parecer sugerir que o Uzbequistão era suficientemente sofisticado culturalmente para se desenvolver sem a ‘ajuda’ do ‘proletariado soviético’. Após o incidente, Bettelheim trabalhou, também como tradutor, em um jornal e em um estúdio de cinema”.

Contudo, esses passos iniciais ainda não representaram os momentos decisivos para a sua ruptura com a concepção soviética de planificação. É bastante divulgada a participação do economista francês no debate sobre planificação em Cuba. Em certo sentido Bettelheim sustentou ali, contra Che Guevara e Mandel, uma posição em defesa do papel da lei do valor na planificação cubana, algo que convergia com seus primeiros textos sobre planificação escritos à luz da experiência soviética, bem como com a concepção dos teóricos soviéticos: as posições oficiais dos soviéticos sobre o tema são expressas em um livro de Stalin sobre o socialismo na URSS que coleta alguns textos escritos durante os anos 40 e 50 (1953).

Essa posição de Stalin expressava o posicionamento teórico oficial em que, a partir dos anos 40, os economistas soviéticos da linha hegemônica do PCUS passaram a defender a existência da lei do valor no socialismo. Mas como o planejamento era “dominante” a lei do valor não possuiria as desproporcionalidades inerentes ao capitalismo. Ao que consta, a primeira vez que isso é manifestado publicamente foi no artigo anônimo “O ensinamento de economia na URSS” (1944) em que se denota que, até então, os manuais de economia anteriores defendiam a não existência da lei do valor, mas isso foi um equívoco e agora ela deveria ser considerada como atuante na URSS: “após a abolição do capitalismo, a sociedade socialista através de seu Estado subordina a lei do valor e faz uso consciente de seu mecanismo (dinheiro, comércio, preço, etc.) sob os interesses do socialismo, nos interesses da direção planificada da economia nacional” (p. 519), e o cálculo das medidas de trabalho deveria se dar através do valor (p. 522).<sup>2</sup>

Os passos decisivos da ruptura de Bettelheim com o sistema soviético se consolidariam graças ao impacto da experiência da revolução chinesa, como ele próprio afirma: “a marca de duas grandes experiências sociais e políticas, aquela das revoluções chinesa e cubana com as quais estive em contato próximo a partir de 1958 e 1960, respectivamente” (1979a, p. 8).

---

<sup>2</sup> Esse reconhecimento da existência da lei do valor no socialismo foi peça de discussão desde a tradução do artigo por Raya Dunayevskaya na *American Economic Review*. Para os distintos posicionamentos no debate, ver Baran (1944), Lange (1945), Rogin (1945) e Dunayevskaya (1944).

Bettelheim ao longo de seus vários textos entre os anos 60 e 70 desenvolveria posicionamentos sobre planificação que o distanciariam das posições que defendeu no debate com Che Guevara.

São esses posicionamentos maduros sobre planificação que nos interessam, mas em particular a sua posição sobre o socialismo em relação às formas monopolistas de apropriação. Tal posição, comumente aceita entre os primeiros desenvolvimentos teóricos do marxismo sobre planificação socialista durante o século XX, é uma tese encontrada em distintos autores (em alguns casos com algumas variações), como Lenin, Hilferding, Preobrazhensky, segundo a qual poderíamos encontrar as condições objetivas da transição socialista no capitalismo monopolista em sua tendência à socialização da produção em poucas mãos. Veremos como a obra mais madura de Bettelheim concebe tal posicionamento, dado que ele seria vinculado à defesa da revolução chinesa, uma experiência que em certo sentido avançou posições na contramão de tal tese ao sustentar formas descentralizadas de planejamento.

## **2. Capitalismo monopolista e socialismo**

Para Engels, a contradição entre o caráter social das forças produtivas e a natureza privada da apropriação eventualmente força os capitalistas a tratar as forças produtivas como forças de cunho social; consequentemente “o Estado é obrigado a assumir sua condução” (2015, p. 313-314). Tal apropriação dos meios de produção pelo Estado é um meio formal, no sentido da transformação da forma jurídica, de resolver essa contradição. A resolução passa, nas palavras de Engels, pelo “reconhecimento efetivo da natureza social das forças produtivas modernas, ou seja, na colocação do modo de produção, de apropriação e de troca em consonância com o caráter social dos meios de produção”, o que com a socialização da propriedade substituiria a anarquia capitalista pela “regulação socialmente planejada da produção” (p. 315)

Marx tratou da mesma forma o problema da sociedade de ações no livro III do *Capital*: “abolição da indústria privada capitalista na base do próprio sistema capitalista, e que à medida que se expande e se apodera de novos ramos da produção, destrói a indústria privada” (1988, p. 316). Essa forma de produção é uma negação da própria propriedade privada, mas nos marcos do capital; antítese do capital privado, tanto as sociedades por ações como as fábricas cooperativas<sup>3</sup> são formas de transição para o trabalho associado, diz ele, “num caso a antítese é abolida negativa e, no outro, positivamente” (p. 318)<sup>4</sup>. Além disso, também é o momento em que se separa a direção e gestão da empresa da sua propriedade de fato, o que Marx indica como “ponto de passagem necessário para a retransformação do capital em propriedade dos produtores”, ou seja, “propriedade diretamente social” (p. 316).

Engels captou a relação disso com a noção de planificação, em sua crítica ao Programa de Erfurt, o programa aprovado pelo Partido Social-Democrata alemão no Congresso de Erfurt em 1891. Quando no ponto quatro, o programa cita “ausência de qualquer plano, que tem seu fundamento no caráter privado da produção capitalista”, Engels recomenda refazer profundamente todo o texto e critica a noção de “produção privada”, entendendo que se tratava da produção do capitalista individual, e que essa era cada vez mais uma exceção:

A produção capitalista das sociedades de ações não é uma produção privada, mas uma produção por conta de um grande número de sócios. E se passamos das sociedades de ações para os trustes que submetem e

---

<sup>3</sup> Marx chama as fábricas cooperativas de uma “nova forma de produção”, diferente de como chamou a abolição negativa (as sociedades por ações), que era a “expressão mais alta de produção capitalista (...) as fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho” (1988, p. 317).

<sup>4</sup> Hudis (2012) se refere a esse ponto d'O *Capital* para demonstrar que a diferença específica do modo de produção capitalista não é a propriedade privada dos meios de produção, mas a expropriação dos trabalhadores, por isso a propriedade privada pode ser eliminada sem eliminar a produção privada.

monopolizam ramos inteiros da indústria, então isso não é apenas o fim da produção privada, mas ainda mais: é o *fim da ausência de planos* (2004, p. 95, grifo nosso).

É importante notar algumas passagens de Engels, em comentários a *O Capital*, em nota de rodapé ou assinalado por colchetes, que parecem ter influenciado Lenin. Ao abordar a centralização e concorrência de capitais na Lei Geral de Acumulação, na edição francesa Marx acrescentou uma observação que destaca a possibilidade lógica de uma centralização tão potente que deixaria todo o capital nas mãos de um único capitalista individual, cujo limite “seria alcançado no instante em que o capital global estivesse reunido nas mãos seja de um único capitalista, seja de uma única sociedade de capitalistas” (Marx, 1985c, p. 197).

Peter Hudis, importante autor da tradição do marxismo humanista, se utiliza desta passagem para ressaltar que em Marx o problema não era uma “anarquia dos mercados” como entendida tradicionalmente, enfatizando que mesmo se houvesse negação da concorrência, enquanto houvesse trabalho assalariado e separação dos produtores dos meios de produção (alienação) ainda haveria capitalismo. É importante considerar que uma sociedade sem competição de capitais não pode ser chamada de capitalista, algo que o próprio Hudis sublinha, se apoiando em trechos dos *Grundrisse*, ao afirmar que Marx recusou essa possibilidade. Leonardo Leite (2017), em sua tese, comentou que Marx não está sugerindo uma periodização histórica com base no monopólio como negação da concorrência, apenas se referindo a um “limite último” da centralização de capital. Leite chama atenção para a inconsistência de certas análises sobre imperialismo que contrapõem monopólio e concorrência, na medida em que, para Marx, a centralização e a concentração de capitais acirram a concorrência e nem a podem abolir<sup>5</sup>.

A essa passagem de Marx sobre a centralização de capital, Engels comentou que os “mais recentes ‘trusts’ ingleses e americanos já se voltam para esse objetivo, procurando reunir ao menos todas as grandes empresas de um

---

<sup>5</sup> Além de Leite (2017), ver também Correa (2012, p.36-43)

ramo de negócios em uma grande sociedade por ações” (1985c, p. 197)<sup>6</sup>. Da mesma forma, Engels traz um comentário adicional à seção sobre crédito no livro III d’*O Capital*, e que Leonardo Leite considera que Engels pensava em termos de contraposição entre concorrência e monopólio (2017, p. 319):

Desde que Marx escreveu as linhas acima, desenvolveram-se, como é notório, novas formas de empresa industrial, que representam a segunda e terceira potência da sociedade por ações (...) a há tanto tempo enaltecida liberdade de concorrência chegou ao fim de seu latim (...) e precisamente pelo fato de em cada país os grandes industriais de determinado ramo se juntarem num cartel, para regular a produção. Uma comissão estabelece o quantum a ser produzido para cada estabelecimento e reparte em última instância as encomendas que entram. Em casos isolados, chegou-se temporariamente a cartéis internacionais, como o formado pela produção siderúrgica inglesa e alemã (...) chegou-se, em ramos isolados, em que o nível da produção o permitia, a concentrar a produção toda desse ramo de negócios em uma grande sociedade por ações com direção unitária (...). Assim, nesse ramo, que constitui a base de toda a indústria química, na Inglaterra o monopólio substitui a concorrência e prepara da maneira mais alentadora a futura expropriação pela sociedade global, pela nação (Marx, 1988, p. 315-316) [A referência indica Marx, mas a citação é de Engels, em nota de rodapé, enquanto editor do livro I d’*O Capital*.]

Para Lenin, o processo de transformação da livre concorrência em capitalismo monopolista introduziu elementos de planificação econômica na sociedade capitalista, e não só Lenin se refere ao desenvolvimento do capitalismo monopolista como “a mais completa preparação material do socialismo, é a sua antecâmara”, mas também afirma que o socialismo se manifesta em todas “as janelas do capitalismo moderno” (1978, s/p). O desenvolvimento do capitalismo monopolista na etapa do imperialismo é, para Lenin, mais um elo entre o modo de produção capitalista e a transição socialista, devido ao

---

<sup>6</sup> Leite chama atenção para a semelhança entre o argumento e até mesmo a linguagem de Engels e de Lenin: “nos parece muito plausível sugerir que a concepção equivocada de Lenin sobre a concorrência possa ter sido influenciada por essa passagem combinada de Marx e Engels” (p. 318). É importante destacar, contudo, que Lenin não nega a existência de concorrência com o aparecimento dos monopólios, como citaremos abaixo.

aprofundamento do caráter social da produção e à impossibilidade, dentro do capitalismo, de resolução real do conflito entre esse caráter social e a apropriação privada.

Junto a isso, Lenin também fundamenta a noção de capitalismo monopolista de Estado como algo oriundo da formação dos cartéis e grandes trustes, a partir da introdução dos elementos de planificação e unificação entre Estado, monopólios e capital financeiro. Ademais, enquanto elo de transição, o capitalismo de Estado, principalmente no contexto de atraso russo, era um passo adiante. O próprio socialismo era concebido como a utilização das condições de monopólio no âmbito de toda a sociedade: “o socialismo nada mais é do que o monopólio capitalista de Estado posto a serviço de todo o povo e que, por isso, deixou de ser monopólio capitalista” (1978, grifo nosso).

Assim como Marx e Engels, Lenin considerava que a etapa transicional ao socialismo se encontrava na própria sociedade capitalista, mas o revolucionário russo enfatiza o aparecimento dos monopólios e formas de integração permeadas pela presença do Estado nessa apropriação social; o capitalismo havia “criado um aparelho de registro na forma de bancos, consórcios, serviços postais, sociedades de consumidores e sindicatos de funcionários públicos”, bem como “sem os grandes bancos, o socialismo seria irrealizável” (1977, s/p). A questão então era que, a partir dessa base engendrada pelo próprio capitalismo, se desenvolvesse uma espécie de controle operário no nível da planificação, o que Lenin chamou de “capitalismo de Estado sob o poder dos soviets” (1922, s/p). Explicando o que entendia como capitalismo de Estado, Lenin (1918, s/p) recorria ao exemplo alemão:

um exemplo concretíssimo de capitalismo de Estado. Todos conhecemos esse exemplo: a Alemanha. Temos aqui a «última palavra» da grande técnica capitalista moderna e da organização planificada, *subordinada ao imperialismo junker-burguês*. Ponde de lado as palavras sublinhadas, colcai em vez de Estado militar, junker, burguês, imperialista, *também um Estado*, mas um Estado de outro tipo social, de outro conteúdo de classe, o Estado

soviético, isto é, proletário, e obtereis *toda* a soma de condições que dá como resultado o socialismo. O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista construída segundo a última palavra da ciência moderna, sem uma organização estatal planificada que submetta dezenas de milhões de pessoas à mais rigorosa observância de uma norma única na produção e na distribuição dos produtos (...) a nossa tarefa é *aprender* com os alemães o capitalismo de Estado, transplantá-lo *com todas as forças*, não regatear métodos ditatoriais para acelerar a transplantação do ocidentalismo para a bárbara Rússia, não se detendo perante meios bárbaros de luta contra a barbárie.

Para compreender melhor o sentido de “capitalismo de Estado” para Lenin, e o porquê este considerar a Alemanha o melhor exemplo, é importante retomar como Hilferding desenvolve a categoria de capital financeiro<sup>7</sup>, exercendo grande influência sobre Lenin na sua teoria do imperialismo. Hilferding, embora buscase analisar um aspecto mais geral do capitalismo, tem como objeto principal o desenvolvimento econômico alemão, particularmente a partir de Bismarck<sup>8</sup>.

Hilferding derivou a categoria de capital financeiro a partir da compreensão de certo arranjo financeiro específico que permitiu um desenvolvimento capitalista acelerado na Alemanha no final do século XIX e na virada para

---

<sup>7</sup> O *capital financeiro* engendrou grande confusão, principalmente pela tradução francesa d'O *Capital* da Editions Sociales, que verteu o “capital de comércio de dinheiro” por “capital financeiro”. Conforme a crítica de Carcanholo e Nakatani, “(...) foi usada, inapropriadamente, em uma das traduções de O Capital para o português e isso é bem explicado por Klagsbrunn: ‘Na edição de O Capital da Editora Civilização Brasileira, essa função específica foi traduzida como ‘capital financeiro’, expressão que pouco tem a ver com a original geldhandlungskapital, tanto em termos literais quanto em conteúdo, e que apresenta o agravante de avançar desenvolvimentos teóricos de outro autor — Hilferding —, que se referem a aspectos mais específicos. A edição brasileira posterior de O Capital, da Editora Abril Cultural, foi, nesse particular, bem mais precisa e correta. Ao que tudo indica, a origem do erro está na tradução francesa da Editions Sociales, Paris, 1976 (tradução de Mm. Cohen Solal e M. Gilbert Badia), na qual o título do cap. 19, p. 301, aparece como ‘Le Capital Financier (Capital Marchant)’” (2015, p. 51).

<sup>8</sup> Sabadini e Campos (2014) destacam a relação entre o conceito de capital financeiro de Hilferding e o desenvolvimento de países como Alemanha e EUA, em contexto de entrada tardia na competição entre as potências: “Obviamente que para enfrentar esse esquema industrial-comercial inglês os países continentais, em especial a Alemanha, teriam no protecionismo condições ideais para implantar uma indústria pesada, muito superior à inglesa. Não foi diferente o caso norte-americano em que Hilferding menciona sua política aduaneira, a qual serviu como instrumento fundamental de concentração e centralização de capital criando inúmeros cartéis e trustes” (p.15-16).

o século XX. Em determinado nível de concentração e centralização do capital, se verificou uma centralização do capital bancário sob a liderança e planejamento do Estado alemão com Bismarck. O Estado centralizado alemão portanto capitaneava a associação entre capital bancário e industrial, destinando os créditos dos bancos para setores estratégicos, escolhidos, de forma planejada, pelo Estado, de maneira que então se acelerasse o desenvolvimento capitalista industrial.

Como o próprio Hilferding descreveu, o capital financeiro significa a “uniformização do capital”, no sentido que distintos setores outrora separados agora se encontram “sob a direção comum das altas finanças” (1985, p. 283). Hilferding concebia esses processos de cartelização sob o capital financeiro em relação com a transição socialista e a capacidade de planejar a produção mesmo sob o capitalismo, ao estabelecer limites à livre concorrência, que Hilferding claramente enxerga de maneira disruptiva com relação à lei do valor, dado que a eliminação da concorrência implicaria eliminar “o único meio pelo qual uma lei de preço objetiva pode realizar-se” (p. 222), podendo estes ser determinados subjetivamente pelos monopólios e o Estado capitalista. Para Hilferding, “a realização da teoria da concentração de Marx, a associação monopolista, parece tornar-se assim a anulação da teoria marxista do valor” (1985, p. 222).

Consequentemente, os cartéis realizariam, para o autor, até mesmo uma certa planificação do investimento, sem necessidade do dinheiro:

O dinheiro não desempenha, pois, nenhum papel. Pode desaparecer por completo, pois trata-se da distribuição de objetos e não de valores. Com a anarquia da produção, desaparece a aparência objetiva, desaparece a objetividade de valor da mercadoria, isto é, desaparece o dinheiro. O cartel distribui o produto (...). Trata-se da sociedade regulamentada conscientemente em forma antagonica. Mas esse antagonismo é antagonismo da distribuição. A própria distribuição é regulamentada conscientemente e, com isso, desaparece a necessidade de dinheiro. O capital financeiro, na sua perfeição, se desprende do foco do qual é oriundo. A circulação do dinheiro tornou-se inútil, a infatigável circulação do dinheiro alcançou seu objetivo,

isto é, a sociedade regulamentada, e o *perpetuum mobile* da circulação entra em descanso (...) Assim, extingue-se, no capital financeiro, o caráter particular de capital. O capital aparece como poder unitário que domina soberanamente o processo vital da sociedade (...) (p. 227)<sup>9</sup>

Portanto, torna-se de fácil compreensão o motivo pelo qual Hilferding chegou a ser ministro das finanças em 1928 na Alemanha durante o governo social-democrata. Hilferding pensa um “capitalismo organizado” contrastado ao “capitalismo anárquico”: “o capitalismo organizado significa na verdade a substituição do princípio capitalista pelo princípio socialista da produção planejada” (*apud* Jacoby, 1975, p. 21), considerando a possibilidade de transição socialista a partir do papel da social-democracia parlamentar no sentido que esta passa a “ser parte do Estado”<sup>10</sup>.

É curioso como ao mesmo tempo que Marx chamou as sociedades por ações de “abolição negativa da propriedade privada no interior do capital”, também se referiu a estas como “forma de expressão mais alta do capitalismo”, algo que parece ter passado despercebido na argumentação de Hilferding que dava um sentido unilateral à primeira expressão, isso é, praticamente anulando qualquer distinção entre certas formas organizativas que favorecem a possibilidade de apropriação social e a realização desta última, dado que ele concebia que as associações monopolistas baseadas nos cartéis estavam “anulando o preço” e “eliminando o papel do dinheiro”

---

<sup>9</sup> Carcanholo levanta a necessidade de fazer-lhe justiça: apesar de apontar como os cartéis reduzem a possibilidade de crise e a anarquia da produção, não é correto afirmar que Hilferding considerava que os cartéis planejavam toda a produção e eliminariam as crises do capitalismo; para a própria teoria do autor, tratar a formação dos cartéis como a possibilidade do fim das crises é considerar a crise como uma crise de superprodução de mercadorias, hipótese que Hilferding visa criticar. Os cartéis não inibem as crises, apenas modificam seus efeitos na medida em que os transmitem para as empresas não cartelizadas. Na verdade os cartéis, segundo Hilferding, “amplificam seus efeitos [das crises], ao encobrir uma desproporcionalidade já formada, ao retardar a atuação do mecanismo de preços como elemento que cuida de manter as relações de proporção em uma produção anárquica como a capitalista” (p. 153).

<sup>10</sup> Em *O Capital Financeiro*, Hilferding constatou que era “imaginável” que os cartéis portanto organizassem toda a produção e pusessem assim fim ao desequilíbrio do capitalismo livre-concorrencial, mas isso não era possível pelo “antagonismo político” que isso geraria. Nos parece então que Hilferding considerava que, com o advento da social-democracia no poder de Estado, esse elemento da cartelização e planificação capitalista pode ser um meio para a transição socialista, ou seja, tornaria possível aquilo que os cartéis apenas teriam criado em condições de emergência.

e se consolidando enquanto um único capital centralizado sobre toda a sociedade, algo que nos parece claro que está em desacordo tanto com a leitura de Marx como com o fato de que o monopólio não anula a concorrência e a lei do valor.

A categoria de capital financeiro portanto exerceu certa influência sobre como Lenin percebeu essa relação entre o desenvolvimento do imperialismo enquanto uma etapa monopolista do capitalismo que substituiu a livre concorrência, exercício de elementos planejadores para a produção capitalista, e o aparecimento do capitalismo de Estado. A emergência da guerra imperialista acelerou mais ainda esse processo, na medida em que importava maior centralização do Estado e da produção; nesse sentido Lenin afirma que “a guerra imperialista é a véspera da revolução socialista” (1978, s/p), destacando a importância dos monopólios com a integração multissetorial, o que para um processo revolucionário teria grande importância, pois esta interdependência econômica implicaria que a nacionalização dos bancos levaria a monopólios e consórcios industriais, por conseguinte.

Contudo, é importante lembrar Lenin considera que essa planificação não supera o elemento anárquico do capitalismo, principalmente porque a planificação dos monopólios mantém o caráter privado da apropriação:

a afirmação oportunista de que o capitalismo monopolista ou monopolista de Estado já não é capitalismo, de que pode chamar-se já ‘socialismo de Estado’ e outras coisas do gênero, é o erro mais difundido. Naturalmente, os trustes não proporcionaram até agora e nem podem proporcionar uma planificação completa (p. 69-70).

Além de Lenin, e também enfatizando o papel das nacionalizações no modo de produção capitalista, Engels é obrigado a assinalar a diferença do processo de socialização da produção no Estado capitalista e o caráter de apropriação social dos meios de produção pelas classes produtoras, ironizando que, se estatização fosse socialismo, Bismarck, Napoleão e Metternich seriam os fundadores do socialismo (2015, p. 314).

O primeiro ato do proletariado ao assumir o Estado, segundo Engels, é o de apropriação dos meios de produção. Contudo, nesse processo, o Estado atua “em nome da sociedade” (p. 316), como seu representante, e figura uma situação em que se manifesta o que Engels chamou de resolução formal da contradição entre caráter social da produção e caráter privado da propriedade. Tal intervenção do Estado “em nome da sociedade” é também seu último ato antes de sua extinção, pois daí em diante “o governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela condução de processos de produção”. Aqui, a apropriação formal dos meios de produção se converte em apropriação social. Portanto, a nacionalização dos meios de produção cumpre um papel importante no capitalismo em certos momentos, com Engels lembrando principalmente Bismarck a esse respeito.

Lenin igualmente destaca a necessidade de diferenciar a nacionalização da socialização em um texto de 1918, ao afirmar que “a socialização distingue-se exatamente da simples confiscação em poder-se confiscar apenas com ‘decisão’, sem saber contar corretamente e distribuir corretamente, mas é impossível socializar sem saber isto” (s/p). Lenin portanto entendeu o problema do socialismo como a transição da nacionalização à socialização. Com essa compreensão, ponderou que chamar a URSS de República Socialista “significa a *decisão* do Poder Soviético de realizar a transição para o socialismo, mas de modo algum o reconhecimento da nova ordem econômica como socialista” (1918, s/p, grifo nosso). Portanto, a ordem “capitalista de Estado”, da qual era a base econômica que Lenin defendia como sendo a base soviética, não se confunde com uma base entendida como socialista, à qual só é possível chegar através da superação da nacionalização rumo à socialização.

### **3. Bettelheim e a apropriação social**

À luz dessas reflexões de Lenin, Bettelheim, em seus textos mais maduros sobre a transição socialista, discorreu sobre o lugar das forças produtivas e das distintas relações de produção na transição socialista. Para ser rigoroso na utilização do termo “transição” e “economia de transição”, Bettelheim

ênfatiza a necessidade de meditar cientificamente acerca da constituição do que se chamava de “resquícios” de uma formação anterior (sejam resquícios do capitalismo no socialismo ou do feudalismo no capitalismo). E na medida em que os resquícios estão sempre presentes na realidade de qualquer modo de produção, não são eles o objeto específico para uma teoria dos modos de produção; fossem próprios de uma etapa de transição, seríamos levados a abordar o mundo econômico real como uma economia em transição permanente (1969, p. 17), o que descaracterizaria o próprio conceito de transição, que se dá entre formações sociais, uma em decomposição e outra em ascensão. Bettelheim sugere que o que é chamado de “resquícios” comumente são produtos das próprias estruturas, não sendo elementos estranhos às formações sociais que se encontram (p. 18). Assim, são resultado do conjunto das relações sociais ali em sua totalidade, e principalmente do nível de desenvolvimento das forças produtivas, e das desigualdades de desenvolvimento dessas forças produtivas.

Por isso, Bettelheim considera, baseado em Althusser, que as formações sociais devem ser pensadas como um todo complexo estruturado com dominante. Nas formações sociais, se identificam diferentes relações de produção sob um modo de produção dominante e outro dominado. Balibar, em seu *ensaio* Conceitos Fundamentais do materialismo histórico, assinala que a etapa de transição entre o feudalismo e o capitalismo se caracterizou por uma forma de não correspondência entre o modo de apropriação formal e o modo de apropriação real. Toda a história da manufatura  perpassada pela “forma que começa com a forma do trabalho domiciliar por conta de um capitalista mercantil e culmina com a revolução industrial” (1980, p. 268).

Aqui, Balibar está partindo das categorias, utilizadas por Marx, de subsunção formal e real do trabalho ao capital. A subsunção real do trabalho ao capital, na grande indústria, é duplamente determinada: não apenas ele está separado dos meios de produção, como o desenvolvimento das forças produtivas o impede de trabalhar individualmente, retirando-lhe toda a autonomia e o colocando ao lado de uma coletividade de trabalhadores que

também não têm o controle do processo de produção. A subsunção formal, pelo outro lado, se determina apenas pela separação entre trabalhador e meios de produção, enquanto as forças produtivas ainda se organizam segundo os princípios do ofício. Balibar afirma que o “retorno ao ofício parece não estar excluído”. É um domínio do capital sobre o trabalho que aparenta ser “formal e quase casual”, como afirma Marx:

O capital ainda não se apoderou aqui diretamente do processo de trabalho. Ao lado dos produtores autônomos que exercem seus ofícios ou lavram a terra de modo tradicional, patriarcal, surge o usurário ou o comerciante, o capital usurário ou o capital comercial, que os suga parasitariamente. A predominância dessa forma de exploração numa sociedade exclui o modo de produção capitalista, para o qual, por outro lado, como nos fins da Idade Média, pode constituir a transição (1985, p. 106).

O processo de subsunção formal é então uma espécie de não correspondência entre o modo de apropriação formal e o modo de apropriação real, pois, enquanto existe a forma capitalista de propriedade, seu modo de apropriação não alcançou o desenvolvimento das forças produtivas que contém a forma de apropriação real do modo de produção capitalista. O aparecimento do capital então não implica modificação imediata do modo de produção. A substituição da subsunção formal pela real é, nas palavras de Balibar, uma espécie de “homologia” entre essas duas formas de apropriação.

Bettelheim se apropria dessa análise de Balibar para se questionar acerca da possibilidade desse processo na transição entre o capitalismo e o comunismo. Bettelheim pensa que existe uma certa não correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção no período de transição socialista na medida em que o modo de propriedade é formalmente social – a propriedade nacionalizada – ao passo que no modo de apropriação real ainda não se verificou inteiramente, em parte pela existência ainda das relações mercantis como nas cooperativas agrícolas mas também pela própria existência da utilização de categorias mercantis no seio do próprio setor considerado de propriedade social (1969, p. 31).

Bettelheim tenta então explicar, dessa sua experiência estudando as economias planificadas, a necessidade de utilização das categorias mercantis através da exigência de conferir certo grau de autonomia a certas unidades de produção<sup>11</sup>. A origem disso está no fato de que ainda não existia um “centro” capaz de fornecer um conhecimento das necessidades sociais *a priori*, e não conseguindo traçar a contabilidade social, donde a necessária a utilização da regulação pela lei do valor, garantindo liberdade de manobra para as unidades de produção, mantendo a lei do valor na regulação da produção, ou seja, respaldando a sua existência enquanto sujeitos autônomos, mesmo que formalmente estatais e subordinadas a um plano superior.

Bettelheim aqui introduz a sua análise sobre os “sujeitos econômicos” (1969, p. 100): quanto maior a dificuldade do centro social em prever as necessidades sociais e garantir a integração da economia, maior será o número de sujeitos econômicos que se comportam de maneira mais ou menos independente e regulam sua produção através da lei do valor. Eis o problema do cálculo econômico, que também foi objeto de debate relevante no século XX. Uma economia planificada implica a constituição de um cálculo *a priori* para determinar a produção, e mesmo Engels e Marx chegam a se referir em alguns momentos, de maneira breve, a essa discussão em torno do cálculo. Bettelheim cita então a passagem de Engels no *Anti-Dühring* em que, sem o valor, os cálculos serão realizados diretamente:

(...) a quantidade de trabalho social contido num produto não precisa primeiro ser aferida por alguma via indireta: a experiência cotidiana indica diretamente a quantidade que, em média, se faz necessária. A sociedade pode simplesmente calcular quantas horas de trabalho estão contidas numa máquina a vapor, num hectolitro de trigo da última colheita, em cem metros quadrados de tecido de determinada qualidade (...) Portanto, sob os pressupostos colocados, a sociedade não atribui valores aos produtos. Ela não

---

<sup>11</sup> Na sua famosa obra *A Luta de Classes na URSS*, esse é um dos elementos centrais na consideração sobre as fábricas e demais unidades de produção comportarem relações sociais de produção capitalistas: a autonomização engendra essa situação que permite o estranhamento do produtor com os meios de produção, e faz com que o gestor estatal se comporte como uma personificação capitalista.

expressa de modo enviesado e sem sentido o fato; a sociedade deverá saber quanto trabalho cada objeto de uso necessitará para sua confecção. Ela terá de organizar o plano de produção segundo os meios de produção, entre os quais figuram especialmente as forças de trabalho. A utilidade dos diversos objetos de uso, ponderados entre si e em relação às quantidades de trabalho necessárias para sua confecção, determinará em última análise o plano. As pessoas resolvem tudo de maneira bem simples, sem a interveniência do tão aclamado “valor” (2015, p. 343)<sup>12</sup>.

Para Bettelheim, quando o número de sujeitos econômicos for suficientemente reduzido e as próprias condições de seu funcionamento forem suficientemente regularizadas para que seja possível prever, com precisão, suas necessidades em produtos fornecidos por outros sujeitos econômicos, a passagem desses produtos de um sujeito econômico a outro pode realmente se realizar de forma socialmente organizada e segundo um plano preestabelecido. No limite os sujeitos econômicos aqui perdem seu caráter de sujeito, para virarem engrenagens não autônomas da divisão do trabalho (1969, p. 158), representando, para o autor, o início do processo do definhamento das categorias mercantis. Bettelheim cita exemplos de processos de integração de setores produtivos distintos em países socialistas que permitiam o definhamento das categorias mercantis pelo fato de o cálculo ser realizado *ex ante*, dado que uma mesma unidade produtiva tinha ciência das produções distintas e das inter-relações entre ramos produtivos distintos.

Ao mesmo tempo, Bettelheim sinaliza a diferença entre “posse” e “propriedade” no interior da transição socialista: “para além da figura dos sujeitos jurídicos, quem é efetivamente possuidor dos meios de produção, dos ativos fixos e circulantes, e quem pode dispor efetivamente deles?” (1970, p. 104). São os próprios dirigentes das empresas, e a “pluralidade dessas capacidades de disposição” é uma “das bases objetivas das trocas mercantis entre unidades de produção”. O caráter capitalista das empresas estatais, aparentemente sob o socialismo, se manifesta no que Bettelheim chama de

---

<sup>12</sup> Bettelheim também ressalta que Engels lida aqui com o tempo de trabalho efetivamente executado e não com o tempo de trabalho socialmente necessário.

“dupla separação”: a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, e a separação entre as unidades de produção:

manifesta-se pelo fato de regularmente os trabalhadores poderem ser despedidos e terem, então, de procurar outro emprego. O fato de existirem nos “países socialistas” regras relativamente estritas a respeito do despedimento, e de a “situação do mercado de trabalho” ser tal que, em geral, não existem grandes dificuldades em encontrar outro emprego, não modifica a situação salarial da relação dos trabalhadores com cada “empresa”. Desse modo, o funcionamento da empresa assegura a *reprodução da separação* dos trabalhadores dos seus meios de produção (p. 114, grifo do autor).

Na medida em que essa autonomização das unidades de produção e essa dupla separação implicam também a existência de trocas mercantis entre as unidades de produção<sup>13</sup>, a existência de planos enquanto documento de instâncias superiores não é em si a condição para a transição socialista; apenas o conjunto das relações sociais como um todo asseguram a “dominação efetiva das relações planejadas sobre a reprodução e transformação das condições de produção”, e existe até mesmo uma “não conformidade” entre os objetivos do plano e a reprodução de relações mercantis: a conformidade e o desenvolvimento de relações sociais não capitalistas depende não das “condições técnicas” mas do “lugar dos produtores imediatos nesse processo”(1970, p. 159).

Essa não correspondência entre relações sociais e planificação significa que “o plano não pode dominar a transformação das relações sociais”, que é o que Bettelheim chama de “simulacro de planificação”<sup>14</sup>. Consequentemente,

---

<sup>13</sup> Aspecto que Bettelheim vai ressaltar na sua crítica a como Stalin compreendia a “lei do valor sob o socialismo”.

<sup>14</sup> Celso Rocha Barros (1999) considera que a obra *Cálculo econômico e formas de propriedade*, de Bettelheim, representa um ponto de virada, passando ele a criticar a concepção tradicional soviética de planificação, defendida anos antes, principalmente no que tange à atuação da lei do valor dentro do socialismo. A virada de certa forma já aconteceu em textos anteriores (publicados em *A transição para a economia socialista*). Foi nesse contexto que iniciou a redação de sua obra mais conhecida, *A Luta de Classes na URSS*, bem como sua aproximação da experiência chinesa a partir da revolução cultural, citada em vários momentos de *Cálculo Econômico e Formas de Propriedade*.

assinala o problema da confusão entre “planificação centralizada” e socialismo, ambiguidade que foi “efeito histórico da prática da planificação na União Soviética” (1970, p. 166), a qual teve que desenvolver um sistema centralizado de planificação devido às condições concretas em que se encontrava (1970, p. 166). Mas Bettelheim enfatiza que o que define planificação é a “coordenação real e ‘a priori’ dos processos de trabalho e de produção, que restringe o campo de ação das relações mercantis”, sem necessariamente ser centralizada:

essa coordenação não toma forçosamente a figura de um plano centralizado, mas pode tomar a de “sobreposição de planos coordenados entre eles” (...) a propriedade de Estado, detida por unidades políticas regionais ou “locais” (por exemplo as comunas populares), domina a simples posse das unidades econômicas, quer coincidam com as unidades políticas, quer lhes estejam subordinadas. Essa dominação relega para um lugar subordinado a gestão das unidades econômicas e a reprodução das relações mercantis (1970, p. 167).

Bettelheim portanto está tentando articular aqui as próprias concepções que se desenvolviam de maneira hegemônica no marxismo desde a II Internacional sobre a relação entre o caráter social da produção e o aparecimento de formas transicionais ao socialismo, mas com o mérito de, assim como Lenin, não igualar a estatização e a socialização da propriedade. Bettelheim ressalta então a transformação das empresas em um único corpo técnico, no qual não há espaço para autonomização da propriedade, permitindo o desaparecimento das categorias mercantis e um plano geral para a produção e distribuição. Essa concepção de que a transição ao comunismo é a constituição da integração de todas as unidades produtivas em uma única empresa, de modo que as relações de competição mercantil sejam substituídas por determinações técnico-administrativas, é partilhada por grande parte dos autores sobre planificação e transição socialista, e por isso a importância que Hilferding, por exemplo, dava a uma suposta possibilidade de transformação das empresas capitalistas em um único capital social total com o advento dos cartéis.

#### 4. Bettelheim e a revolução chinesa

A posição de Bettelheim em certo sentido o coloca ao lado de certas perspectivas sobre planificação que defendem uma centralização em torno de um único truste de Estado, o qual estabeleceria as relações entre as várias unidades de produção de maneira estritamente técnico-administrativa, em vez de baseado nas competições de capitais. Contudo, isso pode parecer contraditório com sua defesa da experiência da revolução chinesa, dado que esta, no período maoísta, comportou uma série de processos descentralizadores no planejamento econômico.

Desde o final do primeiro plano quinquenal chinês (1952-1957), passaram a existir várias formas de reação crítica dos chineses a certas contradições legadas pela aplicação do modelo soviético em solo chinês<sup>15</sup>, as quais levaram ao programa do Grande Salto Adiante a partir de 1958. Uma das mais importantes medidas prévias a tal processo foi a publicação das “Regulações do Conselho de Estado referente ao aperfeiçoamento do sistema de gestão industrial”, de 18 de novembro de 1957, que trazia orientações para a aplicação de um programa de descentralização dos aparatos de planificação. Como afirma Andors (1977, p. 61), os objetivos da descentralização eram aumentar o poder das autoridades locais, particularmente das lideranças locais do PCCh, permitindo uma atuação maior da gestão local dos processos produtivos na realização e execução dos planos.

Ademais, em meio a uma situação de pressão militar e distanciamento dos soviéticos<sup>16</sup>, Mao passa a enxergar a experiência dos tempos de guerrilha como positiva a partir da palavra de ordem de autossuficiência, ou autoconfiança, expressão utilizada para defender tanto a produção local em nível

---

<sup>15</sup> Não podemos abordar esses processos aqui, mas uma síntese pode ser lida em Andors (1977), Wheelwright; MacFarlane (1971) e Gray (2002). Além disso, o ensaio de Mao “Sobre as Dez Grandes Relações” (1956) é considerado uma expressão dessas primeiras reações críticas ao modelo, contrapondo o modelo soviético de contradição campo-cidade a um modelo baseado em relações harmônicas. Os textos de Mao criticando o manual de economia política soviético e os textos de Stalin sobre socialismo (1977) também são relevantes.

<sup>16</sup> A ruptura sino-soviética só viria a ocorrer oficialmente em 1964, mas as primeiras divergências já começaram em 1956.

nacional como políticas de autossuficiência de localidades e iniciativas de experimentos locais. O modelo desenvolvido desde 1958 se relacionará diretamente com a defesa da autossuficiência das localidades.

Junto disso, havia as críticas ao sistema de direção unipessoal nas fábricas, baseado no modelo soviético da grande importância que assumia o diretor de fábrica pelos fortes vínculos com as autoridades planificadoras. Isso fica bastante claro durante o Movimento de Educação Socialista em que relacionaram as críticas à direção unipessoal aos processos de reformas voltadas a estabelecer critérios de lucratividade nas empresas e ao que chamaram pejorativamente de “socialismo de trustes”.

Às vésperas da revolução cultural, passaram a ser publicados artigos em periódicos do PCCh – principalmente a revista *Bandeira Vermelha* – em que criticavam o que era a ideia de “truste socialista”, em tese defendida por membros do partido como Po-i-Po e Liu Shaoqi, desenvolvimento em consonância com as ideias sobre a relação entre capitalismo de Estado e o socialismo. Um artigo na supracitada revista sintetiza a crítica aos “trustes socialistas”:

O Estado socialista da China se tornaria uma grande empresa capitalista, fornecendo créditos às empresas, permitindo-lhes fazer dinheiro livremente, e o Estado coletaria os lucros de acordo com o investimento. As empresas se tornariam “empreendimentos de parceria” com o Estado e os diretores ou gestores compartilhando os lucros como parceiros. Em tais circunstâncias o Estado e os quadros dirigentes das empresas virariam um estrato privilegiado (...) Se os diretores das empresas só tiverem bônus e lucros como meta, para conseguir mais lucros e mais bônus usariam a sua posição e poder para explorar e oprimir os trabalhadores (*apud* Andors, 1977, p. 155).

Um outro artigo crítico a Po-i-po e Liu Shaoqi afirmava que a ideia de “truste socialista” citada por ambos tinha como resultado priorizar a empresa acima dos comitês locais do Partido. A especialização produtiva e a planificação através dos trustes eram consideradas prejudiciais ao fortalecimento das determinações políticas e sociais para a orientação da produção.

Os trustes fariam com que o “mecanismo principal para coordenação da economia fosse a burocracia acima da empresa”, que estipularia os investimentos através de uma taxa de lucro para distribuição de incentivos e recursos (Andors, 1977, p. 154).

A alternativa nesse caso seria justamente fortalecer as medidas de autossuficiência, visando favorecer a iniciativa local e a criação de tecnologia autóctone. Ao invés de especialização, os chineses nessa época defendiam que “empresas com propósitos múltiplos deveriam ser construídas para facilitar a autoconfiança” (p. 157): “A busca do lucro não teria lugar na planificação socialista e portanto não deveria ser a base para avaliação e recompensa de uma empresa (...) Indústrias locais deveriam atender necessidades locais, que não poderiam ser definidas apenas em termos de eficiência de custos”.

Após certas reformas anticomunais depois do período da crise do grande salto adiante, a partir do movimento de educação socialista e da revolução cultural, o modelo comunal foi restabelecido, em meio a uma polêmica dirigida diretamente contra a concepção baseada nos trustes dirigindo investimentos, em prol da autossuficiência das localidades rurais, objetivando a superação da divisão entre cidade e campo. Sob este viés, Joshua Eisenman (2018) considera o debate prévio à revolução cultural como uma tensão entre “comuna e truste”. Segundo o autor, Liu Shaoqi relacionava a oposição à estratégia de autossuficiência comunal à defesa dos trustes como planejadores. A ideia dos trustes seria justamente ligada à política de acumulação primitiva socialista, isto é, de usar os excedentes agrícolas para financiar a indústria pesada da cidade (p. 49). No caso, Liu defendia então a criação de estatais coordenadas por trustes centralizados que então distribuiriam os alvos de investimento.

Como se denota, tal estratégia se contrapunha diretamente à de “confiar nas próprias forças”, preconizada pelo modelo comunal. A política dos trustes na agricultura se basearia em grande parte nas Estações de Máquinas Agrícolas, que em 1961 receberam da comuna o controle da aquisição e distribuição do capital agrário (p. 47). Essas estações receberiam fundos de empresas

estatais administradas por grandes trustes monopolistas; contudo, em 1963, elas receberam orientação de passarem a ser lucrativas também; entre 1963 e 1965, 12 trustes agrícolas foram fundados.

A defesa de um modelo de industrialização rural através de empresas criadas pelas próprias comunas ligadas às necessidades locais era fundamental na estratégia de autossuficiência, e a “vitória” do modelo comunal sobre a estratégia dos trustes se deu no início de 1966, com uma solicitação do comitê do Partido de Hubei, que, segundo Eisenmann, pediu permissão para fundar duas fábricas de tratores, argumentando que poderiam alcançar a “mecanização agrícola generalizada em apenas cinco anos” (p. 54), plano aprovado por Mao mas rejeitado por Liu Shaoqi. Segundo Eisenman, “no dia seguinte, Mao enviou uma carta aos delegados da Conferência de Trabalho Nacional de Indústria e Comunicação propondo um plano de dez anos, em três etapas, para modernização agrícola via comuna” (p. 55), defendendo o modelo de autossuficiência. Como afirma Eisenman, essa conferência seria “a última vez que os dirigentes do Partido debateriam abertamente sobre trustes”.

Não só a proposta do comitê de Hubei foi divulgada nacionalmente como, em 7 de maio de 1966, Mao lançou uma orientação permitindo a abertura de pequenas fábricas pelas comunas, e em julho ocorreu a Conferência de Mecanização Agrícola, em Hubei, que defendia a mecanização através da comuna e produção local autossuficiente de equipamentos e máquinas agrícolas. Com a revolução cultural, a partir de 1968 as EMAs transferiram o equipamento agrícola diretamente às comunas, como parte dos esforços de descentralização. Segundo Eisenman, essa transferência foi completada antes da fundação dos comitês revolucionários da revolução cultural, em 1969 (p. 57).

A defesa do modelo descentralizado de planejamento se ligava a uma série de elementos dentro da política maoísta; de um lado, consideravam que o planejamento central de tipo soviético favorecia o burocratismo e incentivos materiais, e impedia a participação operária da administração e os vínculos diretos e pessoais entre quadros e classe operária na fábrica que

facilitariam a direção política da vida social cotidiana. Também se ligava à política de autossuficiência das comunidades, visando corrigir desigualdades regionais que a planificação de tipo soviética gerava. Do outro, também respondia à debilidade objetiva da própria situação na China naquele período, em que não havia sistemas de transportes, comunicação, de quantificação e coleta de dados adequados a uma estrutura de planificação central eficaz. Michael Ellman, por exemplo, chega a citar um economista chinês que comentou com uma delegação americana que “a China é um país grande e complicado, e por isso o planejamento preciso é impossível. O que tentamos fazer é corrigir os desequilíbrios que surgem” (1980, p. 54). Eisenman enfatiza que a política de planificação central envolveria uma relação direta com economias de escala na produção e um desenvolvimento de transportes e infraestrutura que criariam enormes dificuldades logísticas para a China (p. 56).

Como tais formas de planificação se relacionavam diretamente com a política de autossuficiência, evidentemente pode se perceber a natureza autárquica que vai na contramão das visões sobre planificação abordadas anteriormente que defendem esta como uma continuação da tendência de centralização de capitais e integração econômica multissetorial. Embora houvesse uma coordenação geral através das autoridades partidárias que impedia que tal processo se desenvolvesse em uma descentralização de mercado, o modelo desenvolvido de fato na China era o de várias unidades locais autárquicas que quase não se relacionavam entre si. Em certo sentido, Mao preconiza isso em uma famosa carta a Lin Biao, de 7 de maio de 1966, em que defende que todas as instâncias políticas e sociais da China deveriam ser autossuficientes e se desenvolver enquanto “uma grande escola do Comunismo” (*apud* Russo, 2020, p. 133).

Existia portanto, ao invés de uma economia integrada, uma coleção de subsistemas que produziam de tudo, com um forte viés contrário à especialização, visando “reproduzir em cada comuna um sistema econômico agrícola e industrial autossuficiente, conferindo à economia chinesa uma

estrutura celular e descentralizada (...) com baixo grau de especialização” (Medeiros, 2000, p. 404).

Apesar de defender teses centralizadoras no que tange à criação de formas de integração social multissetorial, Bettelheim foi altamente influenciado pela revolução chinesa, experiência que também acompanhou diretamente. É nesse sentido que, em um livro relatando experiências em fábricas na China, enfatiza portanto os planos descentralizados e a preferência pelo contato direto entre empresas e governo também como forma de permitir a participação dos produtores diretos no desenvolvimento dos planos e a sua apropriação de fato das condições de produção, visando “criar as condições que permitem aos produtores diretos ter realmente um controle sobre os meios de produção” (1979b, p. 69). Bettelheim contrasta a descentralização soviética após 1956 e a descentralização chinesa, pois, enquanto a primeira se baseava no maior poder dado aos diretores de empresas e no crescimento da lucratividade, na China a descentralização tinha como objetivo permitir “que os trabalhadores dominem coletivamente a sua condição de existência” (1979b, p. 66).

No próprio livro *Cálculo Econômico e Formas de Propriedade*, Bettelheim contrasta duas formas de planificação possíveis, ou um plano centralizado ou sobreposição de planos coordenados entre si (1970, p. 83), no qual aponta que esse segundo corresponde à planificação na China, e considera que cumpriria um papel de permitir “aos produtores uma melhor dominação dos meios de produção”, assim como também coloca as comunas populares ao lado da Comuna de Paris como “forma não-centralizada de propriedade do Estado” (p. 182). Na verdade, Bettelheim conclui que a forma da comuna popular contrastava com a autonomia dos sujeitos econômicos e jurídicos nas formas de empresas, nas empresas estatais, pelo fato de que a comuna não era uma unidade de produção apenas econômica mas uma unidade política e social complexa (1970, p. 105), e que, “quando inserida em relações econômicas e políticas que constituem parte orgânica de uma formação social dominada pelo poder dos trabalhadores, aponta para uma forma de

existência mais avançada das relações de produção socialistas do que a ‘pura e simples’ propriedade de Estado” (p. 106).

Portanto, Bettelheim considerava a possibilidade de formas mais descentralizadas de planejamento sem desmantelar a cooperação social planejada. Ao mesmo tempo que a sua concepção sobre planificação passou por importantes modificações teóricas, aparentemente condicionadas pelo impacto da revolução chinesa, o economista francês também tentou levar adiante suas reflexões dentro de um esquema teórico sobre a centralização da produção que remanesca da tradição marxista da II Internacional e da URSS. Mas essas rupturas de Bettelheim com tais compreensões ensejavam tanto esse entendimento como a possibilidade de reprodução das relações capitalistas de produção ainda em empresas estatais, permitindo essas transformações no seu próprio modo de análise. A compreensão de que as formas monopolistas e modalidades de planificação capitalista representavam o próprio socialismo implicava também uma consideração sobre a transição socialista que enfatizava a forma jurídica, dado que, se o socialismo estava aparecendo, então bastava transformar o sistema de propriedade, tese que Bettelheim rejeitou.

## **5. Considerações finais**

Embora seja claro que Marx considerasse que o aprofundamento da socialização da produção criaria condições mais favoráveis ao socialismo, chegando até mesmo a comentar que a própria sociedade de ações representava uma abolição capitalista do capitalismo – dado que representava a separação entre a propriedade e a função capital – a forma que tal leitura foi interpretada por autores como Hilferding era necessariamente dependente de uma periodização histórica evolucionista, e se correlacionava com a concepção que enxergava nesse esquema de evolução uma relação determinante entre o desenvolvimento das forças produtivas e a transição socialista. Marx considerava fundamental o desenvolvimento das forças produtivas como parte da transição por conta da interdependência destas

forças produtivas, engendrada pela natureza expansiva do capital, criar uma dependência entre os produtores imediatos, impedindo o retorno a formas artesanais de produção e criando condições para uma cooperação social em larga escala<sup>17</sup>.

Como essa leitura se baseava em uma periodização histórica inevitável, então o aparecimento de formas monopolistas de apropriação se confundia com formas planificadoras dentro do capitalismo, o que aparentava ser um “passo adiante” com relação ao socialismo. Tal entendimento ofuscava a diferença entre essas formas de planificação sob o capitalismo e a forma social socialista, chegando ao ponto de Hilferding considerar que até mesmo o dinheiro estava se tornando obsoleto sob o capital financeiro. Ademais, um dos elementos mais ressaltados nesse processo era a relação entre concorrência e monopólio e a possibilidade de intervenção nas relações entre valor e preço. Contudo, afirmar que o monopólio nega a concorrência é uma conclusão a que só se pode chegar através de uma concepção neoclássica de competição, baseada na competição perfeita. Da mesma forma, variações nas relações entre valor e preço não representam negações da lei do valor, mas o seu movimento normal, algo ressaltado por Marx.

Portanto, não é por acaso a relação de Bettelheim com a revolução chinesa. A experiência chinesa de descentralização se ligava diretamente à reação contra o modelo soviético, e sustentava a continuidade da luta de classes, algo que convergia com os desenvolvimentos teóricos de Bettelheim sobre a reprodução de relações capitalistas em empresas estatais após processos de revolução socialista. Bettelheim visou assimilar em suas posições teóricas sobre planificação a diferença entre nacionalização/estatização e socialização e a possibilidade de formas descentralizadas de planejamento como parte de um processo de transição socialista. Embora a experiência chinesa tenha se defrontado com inúmeros limites, algo que não é do escopo de nosso trabalho aqui analisar, devemos refletir de maneira crítica sobre qual o lugar da produção em larga escala centralizada na relação com o estabelecimento de formas de cooperação social sob o socialismo.

## Referências

- ANDORS, Stephen. *China's Industrial Revolution: Politics, Planning and Management –1949 to the Present*. New York: Pantheon Books, 1977
- ANÔNIMO. "Teaching of Economics in the Soviet Union". In: *The American Economic Review*, vol. 34, n.3 (sep.1944), p. 501-530
- AUFHEBEN. *What was the USSR?*. S/A. Disponível em: <https://files.libcom.org/files/Aufheben-%20What%20was%20the%20USSR.pdf>
- BALIBAR, Étienne. "Sobre os conceitos fundamentais do Materialismo Histórico". In: ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger (org.). *Ler o Capital*, Volume 2, p. 153-274. Tradução: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980
- BARAN, Paul. "New Trends in Russian economic thinking?" In: *The American Economic Review*, p.862-871
- BARROS, Celso Rocha de. *Convergências na Teoria do Capitalismo de Estado*. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 1999
- BETTELHEIM, Charles. *A Planificação Socialista da Economia*. Tradução: Alvaro de Figueiredo. Lisboa: Edições 70, 1977
- BETTELHEIM, Charles. Tradução: Bolívar Costa. *A Luta de Classes na União Soviética*. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1979a
- BETTELHEIM, Charles. . Tradução: Sergio Goes de Paula. *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969
- BETTELHEIM, Charles. Bettelheim e a Revolução Capitalista de Outubro: Entrevista a Thierry Paquot, do Le Monde. In: *Folha de S. Paulo*, 21 de novembro de 1982. *sít*
- BETTELHEIM, Charles. *Cálculo Econômico e Formas de Propriedade*. Tradução: Antonio Alves. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.
- BETTELHEIM, Charles. *Moscou: Place du Manage*. Paris: Scarabée et Compagnie, 1984
- BETTELHEIM, Charles. Tradução: Rita Lima. *Revolução Cultural e Organização Industrial na China*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979b
- CARCANHOLO, Marcelo. *Causa e formas de manifestação da crise: Uma interpretação do debate marxista*. Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996
- CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: Uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2015
- CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. *Teorias do Imperialismo no Século XXI: (in)adequações do debate no marxismo*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012
- DUNAYEVSKAYA, Raya. A New Revision of Marxian Economics. In: *The American Economic Review*, vol. 34, n.3 (sep.1944), p. 531-537
- EISENMAN, Joshua. *Red China's Green Revolution: Technological Innovation, Institutional Change and Economic Development under the Commune*. New York: Columbia University Press, 2018
- ELLMAN, Michael. Tradução: Waltensir Dutra. *Planejamento Socialista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Duhring*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015
- ENGELS, Friedrich. Tradução: Grupo de Traductores de la Fundación Federico Engels. *Crítica del programa de Erfurt*. Fundación Federico Engels, Madrid: 2004
- GRAY, Jack. *Rebellions and Revolutions: China from the 1800s to 2000*. New York: Oxford University Press, 2002

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. Coleção Os Economistas. Tradução: Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985

HUDIS, PETER. *Marx's concept of alternative to capitalism*. Boston: Historical Materialism Book Series, 2012

JACOBY, Russell. "The Politics of the Crisis Theory: Toward the Critique of Automatic Marxism, pt.II". In: *Telo, March 20*, 1975, n. 23, 3-52

LANGE, Oskar. "Marxian Economics in the Soviet Union". In: *The American Economic Review*, vol. 35, n. 1 (Mar., 1945), p. 127-133

LEITE, Leonardo de Magalhães. *O Capital no Mundo e o Mundo do Capital: Uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017

LENIN, Vladimir Ilich. Tradução: Edições Avante. A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la. In: LENIN, Vladimir Ilich. *Obras Escolhidas*, tomo 2. Lisboa: Edições Avante, p. 165-200, 1978

LENIN, Vladimir Ilich. Tradução: Edições Avante. *Acerca do Infantilismo "de esquerda" e do espírito pequeno-burguês*. 5 de maio de 1918. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/05.htm>.

LENIN, Vladimir Ilich. Tradução: Sem tradutor. Se sostendran los bolcheviques em el poder? In: LENIN, Vladimir Ilich. *Obras Escogidas*. Moscú: Progreso, Tomo VII, 1977

LENIN, Vladimir Ilich. Tradução: Bernard Isaacs. To the Russian Colony in America. 14 de novembro de 1922. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1922/nov/14b.htm>

MAO, Zedong. Tradução: Moss Roberts. *A critique of Soviet Economics*. New York; London: Monthly Review Press, 1977

MAO, Zedong. Sem tradutor. *On the Ten Major Relationships*. 25 de Abril de 1956. Disponível em: [https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-5/mswv5\\_51.htm](https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-5/mswv5_51.htm)

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política. Volume II*. Coleção Os Economistas; Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política. Volume IV*. Coleção Os Economistas. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. "China: Entre os séculos XX e XXI". In: FIORI, José Luis (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes: 2000

ROBERTS, William Clare. *Marx's Inferno: The Political Theory of Capital*. Princeton: Princeton University Press, 2017

ROGIN, Leo. Marx and Engels on Distribution in a Socialist Society. In: *The American Economic Review*, 35, 1: 137-43, 1945

RUSSO, Alessandro. *Cultural Revolution and Revolutionary Culture*. London: Duke University Press, 2020

SABADINI, Maurício de Souza; CAMPOS, Fábio Antônio de. *Hilferding e o nexo imperialista entre capital financeiro e exportação de capital*. Texto apresentado no 42º Encontro Nacional de Economia. Natal: dezembro de 2014

SAITO, Kohei. *Marx in the Anthropocene: Towards the Idea of Degrowth Communism*. Nova Déli: Cambridge University Press, 2023

STALIN, J.V. *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. Tradução: Editorial Vitória. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1953.

WHEELWRIGHT, E.L.; MCFARLANE, B.. *The Chinese Road to Socialism: Economics of the Cultural Revolution*. New York: Monthly Review Press, 1971

## RESENHA I

# BRICS AND THE GLOBAL FINANCIAL ORDER: LIBERALISM CONTESTED?

PETRY, Johannes, e NÖLKE, Andreas. Cambridge: Cambridge University Press, 2024, 102 p.

Recebido em 13/11/2024

Aprovado em 15/01/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1197

Publicado em 2024 por Johannes Petry e Andreas Nölke, “*BRICS and the Global Financial Order: Liberalism Contested?*” analisa o sistema financeiro global a partir das perspectivas da Economia Política Comparada e da Política Econômica Internacional (May *et al.*, 2024). A obra examina se os países Brics contestam a ordem financeira liberal (OFL), sugerindo uma alternativa baseada no capitalismo de Estado. Este livro surge em um momento oportuno, quando alternativas ao neoliberalismo, em ascensão desde os anos 1980, voltam a ser discutidas tanto na academia quanto entre movimentos sociais. Diante desse cenário, investigar essas possíveis alternativas torna-se especialmente relevante.

Dividido em cinco capítulos, o primeiro traça o arcabouço teórico; os três capítulos seguintes abordam os aspectos monetário, financeiro e de desenvolvimento em disputa. O quinto capítulo sintetiza os pontos principais, avaliando o estado atual da contestação. A resenha acompanha essa organização, apresentando cada capítulo em sequência.

Na seção inicial, os autores definem a ordem financeira global em três áreas: a monetária, que inclui regimes cambiais, balança de pagamentos e políticas dos bancos centrais; a ligada às finanças, focada na mobilidade de capital, investimentos estrangeiros diretos (IEDs) e estrutura corporativa; e a de desenvolvimento, voltada para o gerenciamento da dívida externa e o financiamento de projetos. Além disso, sugerem que essas dimensões podem ser analisadas nos níveis nacional, transnacional e internacional.

## TARIK DIAS HAMDAN

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando em Sociologia na mesma instituição.

Email: [hamdan.tarik@gmail.com](mailto:hamdan.tarik@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8662-396X>

O primeiro nível refere-se à organização da economia em âmbito nacional. Nesse contexto, os estudos de economia política comparada são particularmente úteis, uma vez que ajudam a compreender a diversidade institucional que caracteriza os diferentes tipos de capitalismo (Hall; Soskice, 2001). No plano transnacional, os autores destacam a interdependência entre as unidades nacionais, abordando as relações entre países. Por fim, o nível internacional trata da criação de instituições e regulações em uma perspectiva mais ampla e abrangente.

Dessa forma, a contestação pode atuar nessas três dimensões, possibilitando a criação de alternativas no nível nacional, a expansão de práticas para além das fronteiras (transnacional) e, por fim, a institucionalização da contestação, gerando novos conjuntos de regras e regulações internacionais.

Para os autores, os Brics representam um desafio à ordem liberal, pois contrariam os princípios de livre circulação de capitais e a redução da intervenção estatal defendidos pelo neoliberalismo. Ao invés disso, ao proporem o capitalismo de Estado como alternativa, os Brics desenvolvem novas estruturas de poder que priorizam a proteção da soberania nacional e a restrição ao livre fluxo de capitais. Isso implica uma orientação institucional voltada para o favorecimento de políticas nacionais autônomas de desenvolvimento e para a criação de organizações transnacionais e internacionais que protejam os interesses dos Estados.

No capítulo 2, os autores discutem como os Brics contestam a subordem monetária, a começar pelo papel dos regimes cambiais. Essa dimensão é relevante, pois é um aspecto fundamental no processo de desenvolvimento dos países, como demonstra a literatura vinculada ao desenvolvimento econômico (Bresser-Pereira, 2024). No nível doméstico, destaca-se o papel das intervenções estatais nos regimes cambiais, com Índia, China e Rússia adotando regimes administrados, enquanto Brasil e África do Sul mantêm regimes flutuantes com baixa intervenção. No nível transnacional, destacam também como Índia, Brasil e China controlam os mercados cambiais *offshore*. A Rússia, por outro lado, mudou sua postura liberal com a guerra,

representando um caso intermediário particular. Por último, a África do Sul é o país mais próximo do ideário liberal, pois mantém esses mercados livres. No nível internacional, a questão é se há uma contestação à hegemonia do dólar. Nesse cenário, a China é o principal contestador, demandando um sistema monetário multipolar e promovendo o uso de sua moeda, o renminbi. Rússia e Índia também são atores que impulsionam a desdolarização. Em menor escala, o Brasil tem mostrado esforços para reduzir sua dependência do dólar, indicando uma intenção nesse sentido. Em contraste, a África do Sul não adotou ações nem discurso alinhados com essa tendência.

No que tange a balança de pagamentos, os países Brics se movimentam para barrar possíveis intervenções estrangeiras na política nacional feita por instituições e países alinhados à OFL. Assim, ao nível nacional, a contestação aparece no acúmulo de reservas estrangeiras, com a China na liderança, seguida por Rússia e Índia, enquanto Brasil possui níveis intermediários e a África do Sul, baixos. Transnacionalmente, destaca-se a criação de linhas de swap independentes do FED, liderada pela China, seguida pela Índia, com a Rússia participando nas linhas de swap chinesas e discutindo uma com a Índia. Internacionalmente, a criação de alternativas ao FMI, como o Fundo Euroasiático e a Iniciativa de Multilateralização de Chiang Mai, reforça a contestação à ordem liberal, com destaque para China e Rússia.

No que tange ao papel dos bancos centrais, a contestação ocorre por meio da redução da independência dos mesmos. Evidentemente, a dimensão dos bancos centrais é um pilar central para o capitalismo de Estado, visto que controla a política monetária e que é uma dimensão fundamental do arranjo econômico de um país. Assim, ao nível doméstico, a China mantém seu banco central sob forte controle político e com múltiplos mandatos, assim como a Índia. A Rússia, por outro lado, tinha um banco central independente até a guerra em 2022, enquanto Brasil e África do Sul mantêm maior independência. No plano transnacional, Índia, Rússia e China lançam projetos de moedas digitais para pagamentos internacionais independentes do Swift (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication),

com o Brasil em desenvolvimento e a África do Sul nas etapas iniciais. Internacionalmente, os Brics defendem maior coordenação monetária global, embora ainda sem institucionalização.

O terceiro capítulo aborda a contestação dos Brics à subordem financeira. Os autores começam descrevendo a dimensão da mobilidade internacional de capital. Ao nível doméstico, China e Índia mantêm suas contas de capitais relativamente fechadas, assim como a África do Sul, que liberalizou brevemente nos anos 1970 e 1990. Brasil e Rússia também abriram suas contas nos anos 2000, mas voltaram a fechá-las. No plano transnacional, os Brics questionam agentes que promovem a mobilidade de capital, especialmente empresas de índices como a Morgan Stanley Capital International (MSCI), com destaque para Índia e China. Até a guerra, a Rússia seguia as normas da MSCI, mas foi descontinuada desde então. Dentre os países Brics que menos contestam essa dimensão da OFL, estão o Brasil e a África do Sul, que, de maneira geral, seguem essas recomendações. Internacionalmente, China, Índia e Brasil criticam o FMI sobre controle de capitais, enquanto Rússia e África do Sul são menos ativos nesse debate.

No que se refere aos investimentos estrangeiros diretos (IEDs), Rússia, China e Índia mantêm restrições significativas, enquanto Brasil e África do Sul adotam um regime mais liberal, similar ao dos países anglo-saxões. Transnacionalmente, os Brics buscam internacionalizar suas empresas, com a China representando 70% desse movimento, seguida pela Rússia com 20%, e Índia, África do Sul e Brasil com menores participações. No âmbito internacional, os Brics contestam regras que promovem a abertura ao IED, como as do ICSID (World Bank's International Centre for Settlement of Investment Disputes) do Banco Mundial. Brasil, Índia e África do Sul evitam acordos bilaterais sujeitos a arbitragem internacional, enquanto China e Rússia participam desses acordos, mas com cautelas para evitar interferências.

Na governança corporativa e estrutura de propriedade, ao nível doméstico, o capitalismo de Estado é mais bem representado pela China, Rússia

e Índia, que têm alta participação estatal, com a China em destaque. Enquanto isso, Brasil e África do Sul apresentam menor presença do Estado e maior participação de investidores institucionais. Transnacionalmente, proprietários estrangeiros têm baixa presença na Rússia, Índia e China, mas são relevantes na África do Sul e no Brasil. Em relação a restrições a estrangeiros, o Brasil adota poucas, enquanto os demais limitam o controle de setores estratégicos. Internacionalmente, a ausência de normas sobre propriedade estatal dificulta uma análise uniforme dessa contestação.

Quanto à atuação e regulação dos bancos comerciais, nacionalmente, o capitalismo de Estado tem grande participação como credor em países como Rússia (72%), Índia (70%), China (51%) e Brasil (41%), enquanto na África do Sul a participação é mínima. Transnacionalmente, destaca-se o Brasil como o país com maior presença de bancos estrangeiros (10,7%), seguido pela África do Sul (6%), Índia (5,9%), Rússia (6,3%) e China (1%). A expansão dos bancos estatais dos Brics, especialmente os chineses, também é relevante, representando 7,1% do crédito entre países. Internacionalmente, os Brics mostram insatisfação com as agências de classificação de risco internacionais, levando países como Índia e Rússia a proporem suas próprias agências, embora ainda sem implementação prática.

No que diz respeito à dimensão do mercado financeiro, a contestação ocorre quando bolsas são mais estatais e menos orientadas pelo lucro, com pouca presença estrangeira. Na China e na Rússia, o Estado domina as bolsas e limita a negociação e propriedade estrangeira, enquanto no Brasil e na África do Sul há baixa participação estatal e alta presença estrangeira. Transnacionalmente, os Brics restringem produtos especulativos como derivativos, contrariando tendências da OFL. Internacionalmente, apesar de ganharem espaço em instituições como o Conselho de Estabilidade Financeira, suas contestações ainda são limitadas.

No fim do capítulo 3, os autores abordam métodos contábeis que informam investidores e credores sobre a situação das empresas. A OFL adota o *fair value accounting* (FVA), enquanto o capitalismo de Estado prefere o *historic*

*cost accounting* (HCA). Para eles, a diferença fundamental é que a segunda permite relações de longo prazo menos focadas no lucro imediato. Todos os Brics se distanciam do FVA, com Rússia e China se aproximando parcialmente, enquanto Índia, Brasil e África do Sul mantêm a preferência pela HCA. Transnacionalmente, os Brics, em especial China e Índia, evitam o padrão contábil liberal e demandam reformas para atender aos interesses dos países em desenvolvimento.

No capítulo 4, os autores analisam a subordem do desenvolvimento, focando inicialmente na gestão da dívida internacional feita pelos entes estatais. Esse ponto é relevante, pois, quando os governos não pagam dívidas para instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), são forçados a adotar políticas de liberalização, em oposição ao capitalismo de Estado. Nacionalmente, os Brics preferem negociações bilaterais que preservem a autonomia econômica. Dentre os países analisados, China e Rússia se destacam como credores. Transnacionalmente, esses créditos evitam interferências e fortalecem laços políticos. Internacionalmente, apesar das divergências com FMI e Clube de Paris, os Brics ainda participam dessas instituições, sem promover alternativas significativas.

Por fim, os autores analisam o papel dos bancos de desenvolvimento: dos 50 maiores, 68,28% dos ativos estão nos Brics, com destaque para Rússia, Brasil e China. Transnacionalmente, os Brics financiam outros países sem interferir em suas políticas nacionais. Internacionalmente, criaram o Novo Banco de Desenvolvimento como alternativa ao Banco Mundial, oferecendo crédito sem condicionalidades que comprometam a soberania econômica.

Os autores concluem o livro apontando que há contestação significativa à ordem financeira liberal nas escalas nacionais e transnacionais, enquanto, no âmbito internacional, essa contestação ainda é relativamente limitada. Além disso, destacam que, entre os contestadores, a China se sobressai como o principal ator, representando o exemplo mais consolidado de capitalismo de Estado. A Rússia e a Índia também são agentes importantes que se alinham a essa tipologia. Já o Brasil e a África do Sul, por outro lado,

configuram-se como tipos mistos e ainda não podem ser plenamente classificados como contestadores relevantes da OFL.

Finalizo esta resenha destacando os méritos do livro. Além de abordar uma temática de grande relevância em um momento de transformações profundas na geopolítica e de emergência de um mundo multipolar, o livro se destaca por sistematizar de forma clara o que significa a contestação à ordem liberal estabelecida desde 2008, apresentando evidências consistentes para os pontos discutidos. Dessa forma, é uma leitura indispensável tanto para especialistas na área quanto para leitores interessados em compreender as mudanças globais em curso. Ademais, ao combinar Economia Política Comparada e Política Econômica Internacional, o livro oferece uma importante contribuição para a literatura, que muitas vezes enfatiza apenas as dinâmicas nacionais ou internacionais, sem explorar suas inter-relações.

## Referências

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Novo Desenvolvimentismo: introduzindo uma nova teoria econômica e economia política*. 1.ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024

HALL, P. A.; SOSKICE, D. W. (EDS.). *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Reprint ed. Oxford: Oxford University Press, 2013

MAY, C. et al. *Political Economy: Comparative, International, and Historical Perspectives*. Switzerland: Springer, 2024

## RESENHA 2

# A ECONOMIA DESUMANA: PORQUE MATA A AUSTERIDADE

STUCKLER, David; BASU, Sanjay. Tradução de Rui Pires Cabral. Lisboa: Bizâncio, 2014, 303 p.

Recebido em 27/01/2025

Aprovado em 30/03/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1224

**PEDRO HENRIQUE  
MAURÍCIO  
ANICETO**

Bacharelado em Ciências  
Econômicas na Universidade  
Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Email: [pedro.aniceto@estudante.  
ufjf.br](mailto:pedro.aniceto@estudante.ufjf.br)

Orcid: [https://orcid.org/0009-  
0004-1664-2574](https://orcid.org/0009-0004-1664-2574)

As políticas de austeridade se constituem como uma resposta paradigmática às crises econômicas no sistema de produção capitalista, geralmente justificadas pela necessidade de ajuste incessante de contas públicas e restauração da confiança dos agentes, que hoje se expressa sob a forma de “opinião do mercado”. Ocorre que sua implementação tem demonstrado impactos deletérios de grande envergadura, especialmente em contextos em que as redes de proteção social são insuficientes ou deliberadamente desmanteladas. *A Economia Desumana: Porque mata a austeridade*, de David Stuckler e Sanjay Basu, consiste em uma contundente denúncia dos custos humanos decorrentes da lógica do capital, bem como de seus efeitos brutais.

De uma perspectiva inter e multidisciplinar, os autores investigam os denominados “experimentos naturais”<sup>1</sup> que aconteceram em várias conjunturas históricas e geográficas, em que se coloca a relação estrutural entre cortes no investimento em serviços distribuídos pelo Estado e a intensificação da desigualdade socioeconômica e dos indicadores de morbimortalidade. Ao mesmo tempo, a obra se consolida como uma crítica ao paradigma neoliberal, ao demonstrar que a austeridade não mitiga as

---

<sup>1</sup> Para os autores, “experiências naturais” ocorrem quando, em uma situação de recessão ou crise, os agentes políticos optam por cursos de ações distintos. Essas divergências criam uma oportunidade para estudos que visam compreender os efeitos de determinada decisão política sobre a saúde pública.

crises, mas as agrava, enfraquecendo ainda mais o tecido social sem sanar as debilidades econômicas.

Por conseguinte, a análise proposta por Stuckler e Basu transcende a esfera da saúde pública, inscrevendo-se no debate mais amplo da economia política contemporânea. Suas reflexões dialogam com questões basilares acerca dos limites das políticas fiscais restritivas, a crescente financeirização das economias nacionais e a relação intrínseca entre as escolhas econômicas dos agentes – especialmente do Estado – e as condições materiais do meio social. Estas questões são particularmente relevantes em contextos periféricos, como no Brasil, onde a prevalência de políticas de ajuste fiscal, minando a sustentabilidade dos programas sociais, tem acentuado as desigualdades e comprometido a possibilidade de desenvolvimento mais estável e equitativo.

Estruturado em capítulos que analisam diferentes épocas e contextos nacionais, o livro sublinha com evidências concretas como as decisões econômicas afetam os determinantes sociais da saúde e atuam diretamente sobre a saúde da população. Um exemplo interessante, mencionado no livro, ocorre na análise da Rússia pós-soviética, onde a transição abrupta para um capitalismo de mercado culminou num colapso demográfico sem precedentes. Os autores indicam que, entre 1991 e 1994, a expectativa de vida dos homens desceu de 64 para 57 anos, enquanto o desemprego e a pobreza ganharam dimensões alarmantes. Essa decadência foi atribuída ao desmantelamento das redes de proteção social e à ausência de políticas públicas compensatórias para os efeitos da transição. Os autores contrastam essa experiência com a de países como a Eslovênia e a República Tcheca, que adotaram um modelo mais gradual de reforma econômica, mantendo seus sistemas de proteção social e, deste modo, evitando os impactos devastadores sobre a sociedade que se observaram em alguns outros países, como aconteceu com o vizinho do Leste.

Entre os casos emblemáticos examinados pelos autores, está o da resposta à crise financeira de 2008 na Europa, com especial referência à Grécia. Sob

imposições da troica<sup>2</sup>, o governo grego lançou mão de medidas severas de austeridade, com um corte feroz em saúde, educação e assistência social. Stuckler e Basu provaram que essas políticas resultaram em um aumento dramático nas taxas de mortalidade, suicídios e doenças infecciosas, além de agravar a recessão econômica. Em contrapartida, a Islândia rejeitou as condições de austeridade impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), preservando suas despesas em saúde pública e assistência social e alcançando assim uma recuperação mais rápida e duradoura sem os custos humanos constatados em outros países. Tais exemplos justificam a tese central sustentada pelos autores de que “as recessões ferem, mas a austeridade mata” (p. 25).

O livro também discorre sobre o caso dos chamados tigres asiáticos durante a crise de 1997, indicando que as respostas eram variadas entre os países da região. A Indonésia e a Tailândia, que impuseram rígidas políticas de austeridade de acordo com o FMI, experimentaram aumentos significativos na mortalidade infantil, na desnutrição e nas doenças infecciosas; a Malásia, em vez disso, seguiu políticas de estímulo fiscal e sustentou sua rede de proteção social, não padecendo do mesmo tipo de catástrofe social e recuperando-se mais rapidamente após a crise. Essa dicotomia reforça materialmente a visão dos autores de que as escolhas políticas feitas em momentos de crise são categoricamente determinantes tanto para o bem-estar populacional quanto para a trajetória de recuperação econômica.

A originalidade da obra reside em sua abordagem crítica das suposições do neoliberalismo, em particular, a suposição de que cortes de orçamento rigorosos são necessários para equilibrar o orçamento em tempo de recessão ou crise. Os autores ponderam que esses cortes não apenas falharam em promover o crescimento, mas também geraram custos sociais e econômicos maiores do que os benefícios supostos. Baseando-se em evidências

---

<sup>2</sup> Na palavra dos autores, “(...) os tecnocratas estrangeiros do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia (o corpo executivo da União Europeia) e do FMI, envolvidos em acasas discussões sobre o futuro da Grécia” (p. 125).

materiais de países que tomaram direções políticas diferentes, como a Islândia, que rejeitou a austeridade após 2008, Stuckler e Basu demonstram que o investimento em redes de proteção social pode proporcionar largo impulso econômico, desencadeando uma recuperação mais rápida e mais equitativa.

A obra brilha também ao desmistificar o discurso hegemônico segundo o qual a austeridade é uma necessidade e uma inevitabilidade para o enfrentamento das crises econômicas. Stuckler e Basu utilizam dados ricos para evidenciar que os cortes em investimentos sociais muitas vezes criam mais problemas econômicos do que os que supostamente resolvem. Os autores apontam que o redimensionamento de políticas públicas, principalmente em saúde, habitação e assistência social, não só ameniza os impactos sociais da crise como também opera como motor de recuperação econômica. Trazendo o multiplicador econômico do gasto público para discussão, asseguram que, “para cada dólar investido nesse tipo de programas [cuidados de saúde pública do governo], produz-se três dólares em crescimento econômico, os quais podem ser usados para pagar a dívida” (p. 15).

Além disso, os autores examinam a dimensão ética das escolhas econômicas e criticam a legitimidade das políticas que penalizam desproporcionalmente as populações mais pobres e vulneráveis. O livro não apenas denuncia os impactos das políticas de austeridade, mas também apresenta alternativas viáveis, com base em exemplos de países que se voltaram para estratégias mais justas e mais sustentáveis. Ao afirmar que o equilíbrio orçamentário pode ser atingido sem renunciar à dignidade humana, o livro fornece uma crítica ao neoliberalismo e uma defesa das políticas públicas enquanto instrumentos fundamentais para o desenvolvimento.

A lógica argumentativa do texto permite uma série de reflexões referentes à cena brasileira. A título de exemplo, pode-se citar a Emenda Constitucional 95, que instituiu o infame teto de gastos públicos por vinte anos, a qual reflete a aplicação do receituário austeritário em um país marcado por profundas desigualdades estruturais. Ao restringir investimentos em

saúde e educação, o Brasil comprometeu sua capacidade de resposta a crises e aprofundou as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável.

O resultado deste linha de ação do Estado ficou evidente durante a pandemia da Covid-19 que vitimou cerca de 700 mil brasileiros. Assim como nos casos analisados pelos autores, em que a austeridade intensificou crises sanitárias e sociais, a condução do governo Bolsonaro seguiu uma lógica negacionista e de retração do Estado, resultando no aprofundamento da vulnerabilidade da população. A minimização da gravidade da pandemia, a desqualificação da ciência e a recusa em ampliar investimentos emergenciais em saúde e assistência social agravaram os impactos econômicos e sanitários da crise. Essa abordagem alinha-se à dinâmica observada em países que adotaram respostas austeritárias, evidenciando mais uma vez que escolhas econômicas baseadas na contenção fiscal em momentos de crise não apenas resultam em elevados custos humanos, mas também comprometem a recuperação econômica.

*A Economia Desumana* não é apenas uma análise das implicações econômicas e sociais da austeridade, mas um apelo à ação, que desafia governos, instituições financeiras e a própria academia à revisão dos fundamentos de suas políticas fiscais e econômicas. Armados com dados empíricos e estatísticos, narrativas históricas, e uma crítica extremamente fundamentada ao neoliberalismo e à economia do capital, o livro se consagra como referência incontornável para a compreensão das dinâmicas de poder que operam na lógica de distribuição dos recursos públicos, particularmente na área de saúde pública.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

### CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

Os(As) autores(as) se obrigam a verificar a conformidade da submissão a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações. Fica a cargo do comitê editorial a decisão acerca de eventuais exceções a estas regras.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores\(as\)](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas [verificar item 6 das [Diretrizes para Autores\(as\)](#)].

## DIRETRIZES PARA AUTORES(AS)

1. A [Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política \(RSEP\)](#) publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir a avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos(as) autores(as); (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (exemplo: “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s, a, as) autor(es, as) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista, incluindo-se o email e o número Orcid dos(as) autores(as) [e tradutores(as), quando couber]. Esta versão não será acessada pelos(as) avaliadores(as).
4. A remessa de originais à revista implica autorização de publicação. Não serão pagos direitos autorais.

5. Para a submissão, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

**6. Assegurando a avaliação cega por pares:** Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito a fim de evitar que a identidade de autores(as) e revisores(as) seja conhecida. Autores(as), editores(as) e revisores(as) (que carregam documentos como parte de sua revisão) devem verificar se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os(as) autores(as) do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos(as) autores(as) também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

**7. Regras de Formatação.** Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior;
- fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento;
- para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4; para resenhas, o limite é de 4 laudas, sendo publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos.

- Fica a cargo do comitê editorial decidir de eventuais exceções a estas regras.

### **Normas para citação no interior do artigo**

1) Utilizar sempre a notação americana, ou seja, logo após observação acerca do(a) autor(a) ou a citação direta ou indireta de uma de suas obras, colocar entre parênteses sobrenome do(a) autor(a), ano de publicação da obra e página onde se encontra a citação. A depender da redação, o nome do(a) autor(a) pode ficar fora dos parênteses. Em caso de autor(a) estrangeiro(a) e tradução própria, escrever “tradução nossa” fechando o parêntese.

#### Exemplos

a) Ideias mobilizadoras, capazes de conciliar esse conflito, poderiam desempenhar a função ideológica. (Lukács, 2013, p. 474-479)

b) Segundo Ceceña (2009, p. 43), com *Dialética da Dependência*, Marini dá um salto epistemológico.

c) Como disse o mesmo autor anos depois, “diante do capital, todos os seres humanos são iguais: uma modista e um ferreiro”. (Marx, 2013, p. 327)

2) Não utilizar notas de pé de página para informações relacionadas a referências bibliográficas, salvo se tratar de sugestões de leitura e/ou de autores/obras não citados no corpo principal do texto, como nos exemplos abaixo:

#### Exemplos de notas de pé de página com referências:

Sobre o tema ver também Wallerstein (2003) e Chesnais (2003).

Em outras obras, o autor também trata do tema. Conferir Furtado (1961 e 1967).

## **Normas para referências ao final dos artigos**

Norma geral: nos destaques de livros, revistas etc., utilizar sempre itálico, nunca negrito. Nunca usar ponto final.

### **Livros**

Autor. Título em itálico. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014

### **Livros com subtítulo**

Autor. Título em itálico e subtítulo sem itálico precedido de dois pontos. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

**Livros traduzidos** (com nome do(a) tradutor(a), inclusive quando se trata de tradução para outra língua, como do alemão para inglês, francês, espanhol etc.)

Autor. Título em itálico. Tradutor. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1. ed. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018

### **Capítulo de livro**

Autor do capítulo. Título do capítulo. In: organizador do livro. Título do livro, em itálico. Tradutor (quando for o caso). Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

PLIHON, D. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005

### **Artigo em periódico**

Autor do artigo. Título do artigo. Nome do periódico (em itálico), volume (quando houver), número, páginas do artigo, mês e ano de publicação

Exemplo:

CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n. 1, p. 247-272, maio/ago 2008

### **Artigos em anais**

Autor do artigo. Título do artigo. In: Nome do evento que gerou os anais. Cidade onde ocorreu o evento. Editora (se houver), páginas do artigo, ano de publicação

Exemplo:

DUFOURT, D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique. In: Colloque État et Régulations, Lyon, 1980. Anais do Colloque État et Régulations. Lyon: PUF, p. 49-72, 1980

### **Teses, dissertações e monografias**

Autor. Título em itálico. Tipo de trabalho (tese, dissertação ou monografia e área de conhecimento). Instituição onde foi defendida, cidade, ano.

Exemplo:

TEIXEIRA, Rodrigo A. *Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial*. Tese de doutorado em economia. IPE-USP, São Paulo, 2007

### Outros documentos

Instituição ou órgão veiculador. Título em itálico. Cidade da publicação: instituição ou órgão veiculador, ano.

Exemplo:

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995

### Materiais de blogs ou sites

1) Com autoria:

Autor. Título (em itálico). Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:* ). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

PRADO, Eleutério. *Crise e corrupção na economia vulgar*. 2023. Disponível em: <<https://eleuterioprado.blog/>>. [Acesso em: 25/11/2023]

2) Com entidade:

Instituição ou órgão veiculador. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:* ). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

IPHAN. *Cais do Valongo (RJ)*. 2022. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/818/>>. [Acesso em: 25/10/2022]

3) Com dados:

Instituição responsável. Caminho de Acesso. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:* ). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. 2019. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/BalPagAbpm6.xls](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagAbpm6.xls)>. [Acesso em: 21/09/2020]

### **Referências sobre mesmo autor**

Repetir o nome do autor em todas as referências.

Exemplo:

POSTONE, Moishe. Labour and the Logic of Abstraction: An Interview. *South Atlantic Quarterly*, Spring 2009

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução: Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014

### **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados serão usados exclusivamente por esta publicação, não sendo disponibilizados a terceiros ou a outras finalidades.

## ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, entre outros, desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro desta orientação editorial e respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de julgar com isenção os trabalhos submetidos.

**SEP – SOCIEDADE  
BRASILEIRA  
DE ECONOMIA  
POLÍTICA**

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense

Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225

[www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)

[www.revistasep.org.br](http://www.revistasep.org.br)

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço [revista@sep.org.br](mailto:revista@sep.org.br).

